

SANDRA MARA ALESSI MÜNTSCH

**OS PROGRAMAS DE SAÚDE DO TRABALHADOR:
PEDAGOGIA DA SAÚDE OU PEDAGOGIA DO CAPITAL?**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-
Graduação em Educação, Setor de Educação,
da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Acácia Z. Kuenzer

Co-orientador: Prof. Gracialino da S. Dias

CURITIBA

2000

SANDRA MARA ALESSI MÜNTSCH

OS PROGRAMS DE SAÚDE DO TRABALHADOR:
PEDAGOGIA DA SAÚDE OU PEDAGOGIA DO CAPITAL?

Dissertação submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora, para obtenção do título de mestre, e **aprovada** em sua forma final pela Comissão formada pelos Professores:

Acácia Zuneida Kuenzer - Presidente

Naura Carapeto Ferreira - Membro

Maria Lourdes Gisi - Membro

Curitiba, 2000

Aos meus filhos Rafael e Felipe com muito amor e carinho.

Ao meu pai, que me ensinou a solidariedade e a dignidade humana.

Ao Adolfo pelo incentivo e carinho.

À Simone por acompanhar esta caminhada me incentivando.

Aos meus professores orientadores, Acácia e Gracialino, cujos ensinamentos e convivência solidária muito contribuíram com este trabalho.

Aos professores Milena, Salésio, Liliana e Paulo pelo estímulo e confiança nesta caminhada.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa e do Departamento de Enfermagem por todo o apoio e compreensão.

Aos trabalhadores deste país que, mesmo vivendo com as injustiças, têm a esperança de um Brasil melhor.

OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO

ERA ELE QUE ERGUIA CASAS
ONDE ANTES SÓ HAVIA CHÃO
COMO UM PÁSSARO SEM ASAS
ELE SUBIA COM AS CASAS
QUE LHE BROTAVAM DA MÃO.

MAS TUDO DESCONHECIA
DE SUA GRANDE MISSÃO:
NÃO SABIA, POR EXEMPLO
QUE A CASA DE UM HOMEM É UM
TEMPLO
UM TEMPLO SEM RELIGIÃO
COMO TAMPOUCO SABIA
QUE A CASA QUE ELE FAZIA
SENDO A SUA LIBERDADE
ERA SUA ESCRAVIDÃO

(VINÍCIUS DE MORAES)

“O corpo médico é a seção de minha fábrica que me dá mais lucro”

Henry Ford

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	viii
RESUMO	ix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: O HOMEM, A EDUCAÇÃO E A SAÚDE: A CENTRALIDADE NO TRABALHO E SEUS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	10
1.1 O TRABALHO E A ONTOLOGIA DO SER HUMANO.....	10
1.2 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO DE SAÚDE.....	42
1.2.1 Do fragmento à totalidade	42
1.2.2 Do modelo flexneriano ao holismo: o movimento idealista.....	54
1.2.3 A saúde coletiva e a individuação dos sujeitos.....	82
1.2.4 Do trabalho-doença ao trabalho-saúde.....	85
1.3 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO DE EDUCAÇÃO.....	97
1.3.1 O ser humano e a educação	97
1.3.2 O trabalho como princípio educativo	102
1.3.3 A internacionalização e a reestruturação produtiva como base para a formação de um novo sujeito.....	115
CAPÍTULO 2: AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	125
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO: DA ACUMULAÇÃO RÍGIDA À FLEXÍVEL	125
2.2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE NO BRASIL.....	147
2.3 A REFORMA DO ESTADO E A POLÍTICA NEOLIBERAL.....	157
2.3.1 O Estado neoliberal.....	157
2.3.2 O Estado neoliberal e as políticas de saúde	162
CAPÍTULO III: ESTUDO DE CASO	170
3.1 A VIVÊNCIA DOS TRABALHADORES	174

3.1.1 A educação.....	175
3.1.2 A saúde.....	176
3.1.3 Determinantes do processo saúde-doença.....	177
3.2 PEDAGOGIA DA SAÚDE OU PEDAGOGIA DO CAPITAL?.....	188
3.2.1 Serviço de saúde da empresa.....	188
3.2.2 A percepção dos trabalhadores	195
3.2.3 Luta contra-hegemônica e adesão	209
3.2.4 A alienação pela hegemonia do capital.....	215
CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	241

LISTA DE ABREVIATURAS

AVAI	Anos de vida ajustados por incapacidade
CAD	<i>Computer aided desing</i> (desenho assistido por computador)
CAM	<i>Computer aided manufacturing</i> (manufatura assistida por computador)
BS	<i>British Standard</i>
CAT	Comunicação de acidente de trabalho
CEP	Controle estatístico de processo
CCQ	Círculo de controle de qualidade
CIPA	Comissão interna de prevenção de acidentes
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EUA	Estados Unidos da América
EPC	Equipamento de proteção coletiva
EPI	Equipamento de proteção individual
IGD	Impacto global da doença
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
JIT	Organização japonesa do trabalho
MFCN	Máquina-ferramenta a comando numérico
OHSAS	<i>Occupational Health and Safety Assessement Series</i>
PCMSO	Programa de controle médico de saúde ocupacional
PPRA	Programa de prevenção de riscos ambientais
SESMT	Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho
SUS	Sistema Único de Saúde

MUNTSCH, Sandra Mara Alessi. *Os programas de saúde do trabalhador: Pedagogia da saúde ou pedagogia do capital?*. Curitiba, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

RESUMO: O presente trabalho teve como objeto de pesquisa o ser humano no processo de educação para a saúde do trabalhador, desenvolvido através de programas realizados nas relações sociais e produtivas. Investiga o processo saúde-doença em sua dimensão social no exercício do trabalho, no interior de uma empresa, dentro daquilo que hoje se denomina reestruturação produtiva. O desenvolvimento deste estudo se deu em articulação com outro projeto denominado “*Educação e Saúde de Trabalhadores em Setores Informatizados para a Qualidade*”, integrante da pesquisa em educação e trabalho realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Reestruturação Produtiva e Educação do Trabalhador, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Para a realização deste estudo adotou-se a metodologia da pesquisa qualitativa, realizada por meio de um estudo de caso. Foi norteado pela teoria do materialismo histórico e dialético. O estudo identificou as dimensões pedagógicas nos programas de saúde e segurança do trabalho de uma determinada empresa, tomando como referência a implantação do Programa de Qualidade voltado para a obtenção da certificação da *International Organization for Standardization – ISO 14.000* e da norma *British Standard – BS 8.800*. As transformações do trabalho com a flexibilização, a intensificação e a desqualificação para as tarefas, bem como, as exigências de qualidade e a introdução de novas tecnologias e somando com o desemprego estrutural intensificou o desgaste físico e especialmente o mental. A investigação pôde demonstrar que a dominação do capital se exerce na exploração do trabalhador por meio da pedagogia do disciplinamento e do controle deste mesmo trabalhador ao nível de sua própria consciência. Ao mesmo tempo, o estudo mostra como o trabalho é possibilidade de realização do ser *omnilateral*, isto é, do ser humano integral.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de Dissertação de Mestrado em educação teve como objeto de pesquisa o ser humano no processo de educação para a saúde do trabalhador, desenvolvido através de programas realizados nas relações sociais e produtivas. Ao focalizar a relação trabalho, educação e saúde busca compreender os limites e possibilidades da emancipação humana no bojo das contradições que marcam esta relação na sociedade capitalista. O desenvolvimento deste projeto se deu em articulação com outro projeto denominado: *“Educação e Saúde de Trabalhadores em Setores Informatizados para a Qualidade”*, integrante da pesquisa em educação e trabalho realizada pelo **Núcleo de Estudos sobre Reestruturação Produtiva e Educação do Trabalhador**, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Para a concretização deste estudo adotou-se a metodologia da pesquisa qualitativa, realizada por meio de estudo de caso. Foi feita uma análise dos programas de saúde e segurança, o levantamento epidemiológico do serviço de saúde, observação sistematizada das condições de trabalho, entrevistas com 78 trabalhadores do chão de fábrica, uma entrevista coletiva com supervisores dos setores da produção e reuniões com as diretorias em uma empresa do ramo de telecomunicação que estava sendo examinada pelo citado Núcleo de Pesquisa.

Esta empresa estudada se caracteriza por ser de caráter transnacional, do setor de telecomunicação, e por ter adotado a reconversão de sua base produtiva tanto pela incorporação de novas tecnologias quanto pela reorganização dos processos de gestão do trabalho.

A pesquisa enfocou na relação do trabalho com a saúde, o âmbito da questão saúde, a integração entre os aspectos que demonstram o desgaste físico e mental dos trabalhadores, em suas relações sociais e de trabalho, com os aspectos sócio-técnicos empregados na reestruturação produtiva.

O exame dos programas de saúde dos trabalhadores, e das dimensões pedagógicas que eles representavam no bojo das mudanças que estavam

ocorrendo no interior da firma, tomou a categoria trabalho como ponto de partida da análise. Trabalho este compreendido este enquanto produtor da existência e da consciência humana, como estrutura fundante das relações sociais, expressando dentre elas tanto a saúde quanto a educação. Assim, o estudo da educação para a saúde do trabalhador aqui examinado, deu-se tomando o princípio do trabalho em suas relações concretas no modo capitalista de produzir.

O trabalho no processo de produção capitalista assume "a forma de dispêndio de força humana de trabalho, criando valor das mercadorias; e como dispêndio especial de força humana, para determinado fim; nesta qualidade de trabalho útil e concreto produz *valores-de-uso*" (MARX, *apud* KUENZER, 1995, p. 36). Uma outra característica essencial do trabalho nesse modo de produção é a produção de mercadoria e de *mais-valia*, que são controladas e apropriadas pelo capitalista. Assim, tanto o processo quanto o produto, se tornam estranhos àquele que os produz, tendo como decorrência a alienação do trabalhador em relação ao seu próprio trabalho.

A origem dessa forma de controle do capital sobre o trabalho está na formação social capitalista na qual a força de trabalho do trabalhador é tratada como qualquer outra mercadoria. Dessa relação social de produção, sob a lógica da mercadoria, decorre a divisão social e técnica do trabalho que, sustentada pela propriedade privada dos meios de produção nas mãos dos capitalistas. No âmbito do trabalho dominado, a exploração da força de trabalho, aliada à introdução da maquinaria e às novas técnicas produtivas se transforma em *mais-valia*. A divisão entre as tarefas de operacionalização dificulta a criação e a reflexão sobre o trabalho, restringindo a ação práxiana que caracteriza o fazer humano. O trabalhador se torna dominado pelo capitalista através da divisão técnica das atividades parcelares e das disposições dos instrumentos de trabalho. Um dos fundamentos para o controle do capital sobre o trabalho dar-se pela separação entre saber/fazer que expressa a lógica da produção e reprodução do capital.

Com base nesses pressupostos, formulados à luz da *crítica da economia política*, este trabalho procurou compreender as transformações do capitalismo contemporâneo provocadas pelas inovações organizacionais e científico-tecnológicas nos processos produtivos, voltadas para o aumento da produtividade e,

conseqüentemente, para dar um novo contorno à acumulação de capital. Analisou estes fenômenos que expressam a totalidade social, de modo a captar a sua relação com a saúde do trabalhador. Tomou como referência as crises do modelo de acumulação capitalista de base fordista e o advento do paradigma *flexível* de acumulação, no cenário de globalização do capital.

Uma das marcas desse novo regime de acumulação, em bases flexíveis, é a competitividade em escala mundial, que se expressa pelas estratégias restritivas nas empresas. O advento desse padrão de racionalidade produtiva no Brasil se traduz pela forma de como o país se inseriu no processo de globalização. Os alarmantes índices de exclusão social, associados a um conjunto de relações de trabalho heterogêneas e predominantemente precarizadas, retratam um país onde a relação capital e trabalho, além da clássica exploração dos trabalhadores, acentua a apartação social e a descartabilidade do ser humano.

Os riscos à saúde do trabalhador no processo de reestruturação e internacionalização produtiva é determinada pelas mudanças no processo de trabalho sob a lógica do capital. Estes riscos do trabalho se ampliam na medida em que novas substâncias, novas matérias-primas e novos equipamentos são incorporados às plantas industriais. Há entre aquelas substâncias novos materiais e novas tecnologias, no âmbito da química, da microbiologia, como por exemplo os transgênicos, que ainda não são suficientemente conhecidos e controlados, pelo homem, cujos impactos sócio-biológicos e ambientais são imprevisíveis. No âmbito da saúde, o aumento das doenças cardiovasculares, crônico-degenerativas e causas externas, englobando os acidentes de trabalho e violência, bem como as intoxicações ambientais, são aplainados pelos impactos sociais da globalização capitalista e o seu regime de acumulação.

Além de persistência das doenças clássicas e dos acidentes de trabalho fatais, existe ainda, como agravante, o aumento da exposição a baixas dosagens de produtos tóxicos, com efeitos prolongados e de difícil diagnóstico de saúde.

O Estado Brasileiro ao invés de implementar políticas públicas, que enfrentem o seu quadro histórico de pobreza, adere de forma submissa à lógica da mundialização do capital que contribui para acentuar ainda mais este quadro de pobreza, configurando-se num quadro de exclusão social. No campo da saúde este

cenário se traduz pelo crescimento do setor privado e de precarização dos serviços públicos não só da saúde como também da educação e de outros serviços sociais. Os impactos configuram a precarização da qualidade e a diminuição do acesso à assistência prestada à saúde da população, tendo como uma de suas causas o retrocesso da previdência social e do financiamento do *Sistema Único de Saúde*.

A intervenção do Estado proposta pela *Lei Orgânica da Saúde 8.080 e 8142*, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde - SUS, assegura apenas no plano legal, as condições para uma política de saúde do trabalhador e para o seu controle social. As dificuldades da implementação do **SUS** são decorrentes em grande parte, da política neoliberal, a qual orienta a sua ação no sentido de desresponsabilizar o Estado e da privatização dos serviços da saúde do trabalho, configurando para esta uma visão de caráter tecnicista. Esta visão reduz, por exemplo, as questões dos danos causados à saúde do trabalhador a um caráter indenizatório, situação em que aponta para a “indenização” do trabalhador pelo trabalho insalubre e perigoso que o mesmo executa. É como se o capitalista além de comprar a força de trabalho para promover a sua acumulação de capital comprasse também a saúde do trabalhador, e porque não dizer comprasse os anos de vida a menos que o trabalhador vai viver.

Além desse quadro desumano na esfera das relações de trabalho, existe a concorrência entre os governos dos estados pela atração das empresas para os seus territórios, sobre tudo as transnacionais, como forma de inserção no mercado internacional, o que leva a aceitar as condições de trabalho dessas empresas que muitas vezes, não leva em conta a degradação ambiental e ampliação de situação de riscos ao meio ambiente e à saúde da população.

As novas formas de organização do trabalho como a terceirização, o serviço autônomo, o trabalho domiciliar e outras desresponsabilizam as empresas dos encargos sociais, da saúde e da segurança dos seus trabalhadores. Este complexo sistema de desregulamentação das relações e do contrato de trabalho dificulta o controle das doenças e dos acidentes de trabalho e facilita às empresas a empurrarem os seus trabalhadores para os serviços públicos de saúde e de seguro social. O quadro é bastante contraditório uma vez que, o denominado “Estado Mínimo”, de modelo neoliberal, facilita a desresponsabilização das empresas pelos

danos causados aos seus trabalhadores e, ao mesmo tempo, este Estado não garante o que é de sua responsabilidade constitucional: os serviços universalizados de atendimento à saúde do cidadão.

O controle ambiental dos processos produtivos está, cada vez mais, sendo regulamentado pela iniciativa privada de caráter monopolista de forma supralegal. Uma das formas imperialistas utilizadas para a efetivação desse controle são as exigência de certificados aferidos pelos organismos transnacionais, como por exemplo as certificações da: *Internation Organization for Standardization - ISO 9000, 14000* e a norma *Bristish Standard - BS 8800, Occupational Health and Safety Assessment Series - OSHAS 18001*. A tendência das políticas de orientação do estado neoliberal é de deixar a fiscalização ambiental e a regulamentação dos direitos sociais por conta do mercado. Como as leis que regulam o mercado não são isentas, o que vem se configurando no quadro atual da conjuntura brasileira é a diminuição da fiscalização dos ambientes de produção, da flexibilização dos direitos trabalhistas conquistados e reconhecidos pela legislação, a dessindicalização dos trabalhadores e a intensificação do trabalho mercantilizado cada vez mais precário. Essa diminuição dos direitos e garantias sociais dos trabalhadores se dá como expressão da contradição entre capital e trabalho. Nesta contradição, se mediada apenas pelas leis do mercado, o pólo detentor do controle sobre os meios de produção – a classe dos capitalistas – tende, “naturalmente” a produzir mais exclusão no outro pólo, o daqueles que têm a força de trabalho como o seu único ativo econômico, e que, portanto, vivem do seu próprio trabalho – a classe trabalhadora.

As novas formas de organização do trabalho provocadas pelas bases do novo modelo de acumulação capitalista apresentam características também novas no que diz respeito ao conhecimento sobre o trabalho exigido do trabalhador. Passa-se a exigir habilidades multifuncionais e a polivalência dos trabalhadores no sentido de potencializá-los para operar várias máquinas e atuar em áreas diversas no universo fabril. Um outro aspecto refere-se ao autocontrole que o trabalhador deve exercer sobre o seu trabalho, não com o sentido de autonomia mas com o sentido de cumprimento de metas, tanto em quantidade quanto em qualidade, da produção. Estes dois aspectos, da polivalência e do autocontrole trazem conseqüências para a

saúde do trabalhador, provocando-lhe desgastes físicos e mentais. Surgem, desta forma, relações causais de novo tipo no campo da saúde do trabalhador. Há enfermidades que são decorrentes, como por exemplo, da preocupação dos trabalhadores relacionadas às ameaças de perda do emprego. Estas preocupações repercutem em insegurança não só no trabalho, como também podem alterar as relações humanas no convívio familiar e social.

Oficialmente no Brasil, as informações existentes sobre acidentes e doenças do trabalho englobam somente os trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho. Não há uma fonte confiável que os retratem com precisão a sua totalidade. Há dificuldades com relação ao controle dos riscos e acidentes de trabalho, por parte do poder público e dos sindicatos. Essa falta de controle traz como consequência a sua subnotificação dos acidentes e das doenças relacionados nas relações de trabalho. Junte-se a isto o fato de que as empresas não têm interesse em comunicar o acidente e a doença do trabalho. Esta revelação pode gerar, por um lado processos indenizatórios na justiça do trabalho, por outro, pode ser traduzido como incompetência em relação às normas de certificação das **ISO's**. Associado a esse quadro nebuloso no interior das relações de trabalho no nível formal, apresenta-se o nível informal de trabalho que corresponde a mais de 50% da população economicamente ativa do nosso país. Este percentual da classe que vive do próprio trabalho, não entra nas estatísticas oficiais de saúde do trabalho.

Contraditoriamente, a situação do registro das doenças do trabalho no Brasil revela, apesar de ficar longe do que de fato ocorre, número alto de acidentes em relação não só aos países desenvolvidos, como também em relação a outros países ditos em desenvolvimento. No entanto, o número de doenças profissionais é muito mais baixo, inclusive mais baixo que alguns países desenvolvidos.

E ainda, pode-se acrescentar o problema de ordem metodológica e técnica de como são abordados os processos da relação entre trabalho e saúde do trabalhador. As estatísticas oficiais e grande parte das pesquisas não englobam a relação entre os processos de trabalho com o desgaste sofrido pelo trabalhador. Observa-se que as transformações que estão ocorrendo na esfera das relações sociais produtivas se refletem nos sentimentos de identidade do trabalhador e têm modificado os padrões de adoecer e tipos de doença dos trabalhadores.

A busca das empresas pela certificação internacional, da maior qualidade do produto e da produtividade (exigência para competir no mercado internacional) nem sempre repercute em qualidade de vida o trabalho.

A pedagogia da empresa, determinada pela busca permanente do aumento da produtividade com vista à competitividade, utiliza-se do serviço de saúde e segurança como um dos seus instrumentos para a constituição do caldo de cultura empresarial. A *Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – CIPA*, se constitui em um dos espaços pedagógicos para se obter a adesão dos trabalhadores aos objetivos da organização. Outros processos educativos desenvolvidos no interior da empresa, quer com relação aos conteúdos de escolarização – exemplo disso é o *telecurso* –, quer com relação aos treinamentos específicos, envolvendo aspectos de treinamentos operacionais e/ou comportamentais, estão voltados para os mesmos objetivos. Expressam no seu conjunto os fundamentos da pedagogia do ajustamento do trabalhador aos fins da empresa. Neste sentido, o capital “se utiliza da desqualificação para *fazer o trabalhador* segundo suas próprias necessidades, e portanto para controlá-lo, discipliná-lo, dominá-lo, passa a ser objetivo fundamental recuperar a qualificação, compreendida como domínio do conteúdo do trabalho” (KUENZER, 1995, p. 193), a qualificação falseada cumpre o mesmo objetivo, ou seja, disciplinar o trabalhador de forma a não só não questionar como a aderir ao modelo de acumulação de capital que lhe é imposto.

Os propósitos desta investigação tiveram seu ponto de partida nos processos produtivos concretos que se desenvolvem no interior da firma capitalista de modo a examinar as dimensões pedagógicas presentes na concepção e na operacionalização dos programas dirigidos para a questão da saúde do trabalhador.

A pesquisa foi realizada tomando por base a teoria do materialismo histórico e dialético. Os dados de campo geraram categorias empíricas. Partiu-se das categorias metodológicas contradição, práxis e totalidade, não só como referenciais para a análise do fenômeno, mas como expressão da superação do conhecimento e da própria realidade, como afirmado por Goldmann: “o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais. A marcha do conhecimento

aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente” (GOLDMANN, 1979, p. 6).

O trabalho está estruturada em 3 capítulos. O primeiro capítulo trata da questão da concepção de homem, saúde e educação. A crítica sobre a concepção do homem está voltada para o esclarecimento da visão de um tipo de homem naturalista, de acepção positivista, com uma imagem falseada e inserido em uma realidade sócio-histórica também falseada, em confronto com uma realidade social concreta e historicamente contraditória e com o homem histórico, e, portanto, como ser social, que humaniza a natureza e reproduz a realidade humana-social e espiritual em sua totalidade.

A construção teórica da saúde retoma, historicamente, os delineamentos da concepção desta diante dos enfoques da biologização do homem, os quais vêem este último enquanto função para a adaptação e orientação do organismo no ambiente. Esta construção busca compreender os conceitos e a forma de como estão sendo produzidos os conhecimentos e as práticas na área da saúde.

Ao caracterizar os elementos do processo de trabalho que tem relação com o desgaste do trabalhador, o estudo buscou construir uma proposta que permita estudar o processo de produção e a saúde dos trabalhadores de modo a possibilitar uma nova práxis entre os atores sociais, no sentido da transformação da realidade.

A concepção de educação é desenvolvida a partir do fundamento do trabalho como princípio educativo. Com vistas a identificação dos fenômenos que contribuem para a alienação do trabalhador no âmbito das relações sociais e produtivas, no sentido da sua superação, o estudo parte do pressuposto que a reapropriação do saber por todos, mesmo na sociedade marcada pelo trabalho heterogerido pela lógica da mercadoria, se constitui numa possibilidade histórica para o desenvolvimento das capacidades humanas e, portanto para a transformação da realidade social.

No segundo capítulo aprofunda-se o estudo das transformações no mundo do trabalho. Os efeitos da reestruturação produtiva a partir das novas tecnologias e das novas formas de organização do trabalho sobre o papel do Estado, o mercado de trabalho, o emprego e sobre as modificações na forma de analisar a relação saúde-doença do trabalhador.

O primeiro e o segundo capítulo aprofundam-se na construção da existência do homem, especialmente entre a relação a saúde e educação com a produção de *mais-valia*, no contexto da acumulação flexível e de internacionalização da economia.

Já no terceiro capítulo a análise recai sobre o estudo de caso, no bojo da totalidade social da formação capitalista, enfocando as entrevistas com os trabalhadores e supervisores. O processo de trabalho é reconstruído a partir das descrições reveladas pelos trabalhadores. O detalhamento de suas revelações sobre as noções quanto aos riscos ambientais e do trabalho, bem como os meios através dos quais adquiriram tais noções constituem as categorias descritivas do cenário de estudo.

Aos estudos dos impactos da reconversão industrial sobre os trabalhadores com base em suas entrevistas foi mediado com o exame de documentos sobre o levantamento epidemiológico, *“Mapa de Risco”*, *“Programa Médico de Saúde Ocupacional do Serviço de Saúde”*, e o *“Programa de Prevenção de Riscos Ambientais da Empresa”*. Buscou-se situar a saúde e as estratégias educativas oferecidas pela empresa ao trabalhador frente ao processo de produção dentro da empresa.

O estudo identificou as dimensões pedagógicas nos programas de saúde e segurança do trabalho, tomando como referência., principalmente a implantação do programa de qualidade voltado para a certificação da **ISO 9001** e os objetivos voltados para a **ISO 14.000** e norma **BS 8800**.

CAPÍTULO 1: O HOMEM, A EDUCAÇÃO E A SAÚDE: A CENTRALIDADE NO TRABALHO E SEUS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 O TRABALHO E A ONTOLOGIA DO SER HUMANO

“a solidariedade tem, para a vida social e para o pensamento dos operários, importância tão grande quanto o egoísmo e a concorrência para os burgueses e para as camadas médias” (GOLDMANN, 1973, p. 141)

O problema da educação para a saúde no trabalho deve ser analisado diante da concepção do ser humano e de que este constrói a sua história a cada momento. Esta compreensão permitirá considerar as suas condições objetivas, os seus limites e as possibilidades de sua realidade histórica. A teoria do materialismo histórico afirma a realização histórica da sociedade humana a partir da libertação dos indivíduos, em que pressupõe a supressão das classes sociais e a exploração. Nesta perspectiva, define o homem por seu caráter histórico, a vida constituída por ele, a sua transformação e a transformação consciente e inteligente da realidade concreta, física e social.

O ser humano se distingue dos animais, superando a manutenção da vida apenas no plano biológico. Pois o “homem é um ser que não somente deseja manter-se vivo, mas que também deseja manter-se em um tipo determinado de vida. Para o homem, o mais importante não é a vida em si, mas aquela vida que deseja ter e que aprecia” (FERREIRA, 1992, p. 93).

Na concepção de Marx, o ser humano, necessita de condições que lhe permita a satisfação das necessidades básicas para produção da própria vida material. Portanto, a vida é a produção dos meios para a sua existência, que se constituiu num ato histórico. Tendo contemplado as suas necessidades básicas surgem novas. Os homens ampliam as suas necessidades, assim, estabelecem novas relações sociais (s. d., p. 19-20).

Então, a elaboração da vida e do trabalho é uma relação dual, sendo natural de um lado e uma relação social de outro - por meio da cooperação de indivíduos, configurando-se num determinado modo de produção, uma força produtiva. Estas

condicionam o estado social do homem, pois é impossível pensar a história da humanidade sem a relação com o trabalho. A realidade produzida pela presença do indivíduo e pela organização social que o trabalho lhe impõe, produz a si mesmo e sua espécie, construindo a história. A sua individualidade se concretiza na criação de condições para sua existência, mediante a intervenção na natureza, desenvolvendo habilidades, comportamento sociais, representações conceituais que o capacitam a produzir o seu mundo. Desta forma, cria seu próprio mundo material e social. (MARX, s.d, p. 35).

A essência do ser é determinada pelas características humanas na construção histórica da sua própria vida. É fundamental a compreensão do homem como um ser trabalhador social e histórico para a emancipação e conseqüentemente sua realização (FERREIRA, 1992).

Na realidade, o ser humano é sempre um ser particular e genérico, mas as suas particularidades individuais não representa a essência da humanidade. Neste sentido, Heller explica que a particularidade social do indivíduo é a unicidade e irrepetibilidade, concebida na assimilação da realidade social e das capacidades de manipulação material, ao mesmo tempo.

A ideologia dominante o concebe para aceitação natural da divisão de classes: uma proprietária dos meios de produção e outra do proletariado. Estas são evidenciadas nas idéias de natureza das teorias evolucionistas e funcionalistas. Nesta vertente, a alienação do ser humano é reificada diante da estranheza do trabalho, caracterizado como um poder que desumaniza e domina o trabalhador. Os capitalistas e trabalhadores são membros de uma sociedade, como objetos, fazendo parte da natureza com uma finalidade preconcebida. A perspectiva é do homem como um animal, que tem uma função na sociedade como qualquer outro ser vivo. Assim, nega-se para os indivíduos, a onilateralidade do indivíduo, portanto, do sujeito histórico.

A sociedade dividida em classes sociais obriga o homem a dedicar-se prioritariamente para atividades de resolução de problemas econômicos, referentes à produção e distribuição de riquezas. O fator econômico preponderou no pensamento e no comportamento dos indivíduos, implicando na sua primazia no movimento histórico da vida.

O aumento da produção capitalista limita a possibilidade de realização humana, repercutindo na *venda do seu corpo ao prazer de estranhos* (grifo nosso), naturalizando-o com o apoio das instituições que representam a moral, a igreja e a economia. Estas não fazem a crítica da exploração dos homens, fundamentando-se na naturalização da riqueza e na aceitação de sua alienação no sentido da virtude, deixando claro, que a economia do lucro é distinta da economia da moral (MARX, s.d., p. 38).

A apresentação do ser humano unilateral por Marx (s.d.), se apresenta na crítica ao idealismo, a qual coloca o papel da escola, que se associa à condenação da cultura e da educação das classes, não formando indivíduos cultos e de capacidade prática de transformação da realidade, intelectualmente desprezíveis para todo o desenvolvimento da humanidade.

Então, o homem alienado é estranho a sua própria atividade vital. A realidade das sociedades divididas em classes pressupõe uma moral particular, um modo de comportamento, uma norma antiética em cada nível da atividade humana (MARX, s.d, p. 40-41).

O comportamento unitário é fragmentado em sua origem, compreendido na divisão técnica do modo de produção. Os indivíduos e a sociedade constituem totalidades, as quais não devem ser compartimentalizadas para compor realidades autônomas. Esta racionalidade produtiva de independitização da parte, impede o pleno desenvolvimento da onilateralidade, da constituição do gênero humano.

A cultura - religião, moral, arte e a literatura não podem ser concebidas como realidade autônomas, desconectada da vida econômica. A norma religiosa, moral, sexista e racional confere direitos de decisão a indivíduos ou grupos de indivíduos de acordo com a ordem econômica de produção e distribuição. A organização social então não se limita a unidades econômicas de produção.

A apropriação do prazer e da cultura se concretiza pelo trabalho e, este se torna fundamento para o desenvolvimento intelectual dos trabalhadores. O ser humano é atuante, mas não tem tempo e possibilidades de absorver todas as suas capacidades e, por isso não tem como estimulá-las em toda a sua intensidade. De tal modo, que o particulariza em seus aspectos biológicos, morais, religiosos, artísticos e desenvolvendo-se ideologicamente na vida cotidiana da submissão .A

sociedade de classes acaba tornando o homem unilateral, mas existe a possibilidade de libertação (FERREIRA, 1992). A aquisição do domínio da natureza e das relações sociais inicia-se em pequenos grupos, na família, na escola e outros. Esses grupos estabelecem relações entre as pessoas, estabelecendo desta forma os costumes, as normas e a ética de integração.

Neste sentido, o trabalhador expropriado das condições materiais e intelectuais, por falta de condições para a própria sobrevivência, é moralmente caracterizado pela sociedade como excluído conscientemente e marginalizado. A concepção da sociedade sobre a exclusão é da negatividade. O ser humano se reduz a “nada” frente à consolidação do produto, o objetivo maior do modo de produção capitalista, superior à vontade do homem (MARX, s.d.). A forma de como a sociedade capitalista produz para o mercado, permitiu o desenvolvimento do valor de troca do produto ao lado do valor de uso. O valor de troca foi ocupando o espaço quase que exclusivamente na consciência dos homens, restando para o valor de uso a importância em relação ao valor de troca.

Na realidade, a solidariedade consciente se concretiza no domínio privado das relações de familiares e de amizade ao lado das relações humanas e econômicas individualistas. A individualidade egoística se torna fortalecida pelo mundo das aparências e quantitativo dos valores de troca. Para GOLDMANN, esses fenômenos decorrem da ruptura das relações humanas e da natureza, de vital importância na estrutura psíquica dos homens. O valor de uso em momentos anteriores do modo de produção estava ligado a sensibilidade e a pluralidade das coisas naturais e fabricadas, o valor de troca abstrai a qualidade sensível na mercadoria, com diferenças de quantidade. Neste sentido, se suprime a qualidade sensível, reduzindo ao mundo da probabilística - quantitativo da física. A sensibilidade se reduziu ao universo das artes, das mulheres e das crianças (1973, p.121).

As relações dos homens em relação à natureza se modificam com o avanço da ciência, corporificando a liberdade individual, significando direito do indivíduo desde que não interfira na liberdade dos outros, como uma questão de justiça. A sociedade capitalista tem como fundamento o obscurecimento das relações sociais entre as pessoas e as realidades espirituais e psíquicas. As relações de troca da

sociedade são intercambiadas pelo atributo do preço, sendo afirmadas como natural. O qualitativo das relações é transformado em quantitativo em que o trabalho social é necessário para produzir coisas com valor. A vida psíquica se define no predomínio do abstrato e quantitativo, sobrepondo a realidade, a ação concreta e o qualitativo.

A contradição do interesse individual com o coletivo está condicionada pela divisão do trabalho, isolando em pessoas dominantes e dominados. A procura apenas do interesse individual faz com que o interesse comum seja estranho aos indivíduos, gerando o conflito dentro da sociedade. A naturalização da divisão do trabalho percorre fases e estágios do desenvolvimento, independente do querer e da ação dos homens e que dirige o querer e o agir. A vida humana é a vida econômica. A mercantilização mascara o caráter histórico e humano da vida social. O indivíduo se transforma num objeto passivo, espectador das transformações das coisas.

A classe dominante se situa ao lado da antítese que aceita a auto-alienação com a aparência de existência humana, regrando a produção e a distribuição dos pensamentos em momentos históricos. Cada nova classe necessita exprimir as suas idéias e pensamentos, validando-os para legitimar a sua representação diante de seus objetivos. Os trabalhadores se situam ao lado da alienação, da exploração intelectual e física. Os indivíduos, homens e mulheres, transformam a realidade que não é humana, se desumanizando conscientemente.

A ação humana sobre a realidade são concebidas de forma dual, separando o aspecto cognitivo da realidade de suas relações ativas ou afetivas. A divisão do trabalho só se consolida, na realidade, a partir da divisão do trabalho manual e mental, no âmbito da classe dominante, com o apoio dos intelectuais desta classe e de outros que aceitam de maneira passiva e receptiva. Pois, o trabalhador tem dificuldade para obter tempo livre para estudar, refletir e produzir idéias acerca de si próprio para se humanizar (MARX, 1996).

A estrutura da sociedade capitalista consagra a autonomia econômica, reduzindo o direito e a ação do Estado. Na realidade o Estado, a participação política e vida jurídica se constituem em estruturas passivas que quase nunca chegam a ser atuantes e autônomas ambas agindo de forma tímida. A moral, a religião, a filosofia, bem como, outras esferas se designam a estrutura econômica.

Assim, a vida privada perde a sua autenticidade frente a vida econômica. A perda da autenticidade é a perda de toda a influência na vida social e econômica. Esta se constitui no confinamento da religião, moral, estética etc, construindo uma autenticidade subjetiva. A decorrência deste processo se concretiza na eliminação da reflexão da realidade e podendo chegar até a radicalização, que se consolida no conformismo.

A perda da ação sobre a vida intensifica a ruptura entre a realidade e a busca humana. Desta forma, como diz GOLDMANN, essa busca “cede lugar à simples constatação e descrição de uma realidade social reificada inumana e privada de significação” (1973, p.137). Assim, a cultura se expressa diante da redução do indivíduo e com objetivo de preservar o caráter humanístico descrito em um mundo reificado e abstrato.

A produção para o mercado consome progressivamente todos os domínios da vida social e desenvolve formas de consciência. A sociedade capitalista se reproduz de maneira necessária, a partir das transformações da produção.

No entanto, esse processo não é absoluto, existem crises e resistências da classe explorada. Para o capitalismo a força de trabalho se constitui em capital variável, em que a mercadoria, força de trabalho, deve ser comprada com o menor preço possível. Quando baixa muito o preço da força de trabalho e as condições de trabalho se tornam muito precárias, as resistências humanas se concretizam. Os trabalhadores se conscientizam e se revoltam contra o capitalismo e a qualquer outra manifestação de dominação.

A reificação atinge a vida privada do trabalhador, este trabalha para outro. A ligação consciente com o seu produto do trabalho se exprime na visão que este não lhe pertence. O seu trabalho não se traduz em produto, mas em salário. A reificação rompe a unidade do sujeito e objeto, espírito e matéria. Portanto, é importante a consciência da solidariedade entre os indivíduos. A resistência a este processo desumano compreende em ir além das aparências. A superação se encontra quando o trabalho é dirigido ao setor privado de vida cotidiana, na libertação da vida econômica do homem.

A divisão do trabalho suscita a naturalização da divisão da atividade humana, incorporando a cisão do interesse particular sobre o interesse comum. A imagem do

bem comum da coletividade se torna estranha ao homem, não se colocando ao seu poder, segundo o seu desejo (MARX, 1996).

Quando Marx aponta a exclusão da classe proletária, também salienta a condição de tempo dos trabalhadores perante a sua exploração no trabalho, que por sua vez, os exclui da manifestação do ser humano pleno. A privação se concretiza pela apropriação das forças produtivas na sociedade de classes e pelo condicionamento de uma totalidade de faculdades. Pois, a superação da sociedade do trabalho abstrato para a sociedade emancipada do trabalho concreto “supõe a redução da jornada de trabalho e a ampliação do tempo livre, ao mesmo tempo supõe também uma transformação radical do trabalho estranhado em um trabalho social que seja fonte e base para a emancipação humana, para uma consciência omnilateral” (ANTUNES, 1997, p.80).

A onilateralidade do ser humano não se expressa naturalmente, mas constituiu-se no “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (MANACORDA, 1996, p.78). Assim sendo, a onilateralidade não é possível desenvolver-se na divisão social do trabalho. O trabalho estranhado determina a unilateralidade, pois o trabalho de produção da mais-valia é estranho ao homem, bem como, o limita num ser que faz e não concebe para ele.

A dimensão da onilateralidade se concretiza na busca do reino da liberdade, do ser humano social de Marx, além da totalidade do modo de produção capitalista, que incorpora desde a produção até o consumo, em suas condições materiais e em suas expressões ideológicas. Acaba refletindo assim, na tomada de consciência de si próprio como ser social.

Na reflexão sobre a consciência de classe, GOLDMANN enfatiza, “que são as condições concretas, econômicas, sociais e políticas de um país e de uma época, e também os fatores internacionais, que decidem qual dessas duas forças antagônicas - a solidariedade espontânea e a consciência de classe possível, ou a reificação que penetra sobretudo através da influência ideológica das outras classes sociais - agirá mais fortemente e predominará na consciência real da classe operária” (1973, p. 145).

A relação humana-natureza no trabalho é como uma relação de tempo, voluntária, consciente e universal, do devir histórico e social (MARX, s.d.).

O indivíduo sendo uma unidade estrutural passa por inúmeras mediações, encontrando pouco ou nenhuma consciência de sua condição. Assim, pode-se entender a coerência que direciona o comportamento, a afetividade e a consciência, de um grupo social.

A mudança do mundo do trabalho, flexibilizando-o para torná-lo mais competitivo, o intensifica por completo. Os enfoques de flexibilização considerados como uma forma de desenvolvimento livre do homem mediante as associações, organizações ou mesmo grupos, dão a sensação de trabalho livre como alternativas para alcançar a liberdade, mas na realidade são dominadas pela produção capitalista da qual dependem. A aparência de liberdade e de prazer são implementados, muitas vezes, para a maior produtividade. *A dominação fixa-se na individualidade que se concretiza com a intensificação do trabalho retirando a força física e intelectual do trabalhador* (grifo nosso).

Os seres humanos são concebidos semelhantes a um acessório da máquina com a finalidade de produção. Assim, “separa o produto do produtor e fortalece a autonomia da coisa em relação a ação dos homens e à mutação” (GOLDMANN, 1973, p.125). A transformação destes, no sentido da humanização, exige que a produção seja para o ser humano e, a riqueza com a finalidade de produção. A riqueza não na forma burguesa, isto é, na forma da universalidade das necessidades, dos prazeres, das forças produtivas, dos indivíduos, criada no intercâmbio universal (FERREIRA, 1992).

A riqueza do homem é o pleno desenvolvimento do domínio do homem sobre a natureza, quer dizer: a criação do homem para o homem. É o resultado da própria história da humanidade, os indivíduos universalmente desenvolvidos, colocando as relações sociais submetidas ao controle da coletividade. O produto da riqueza, não é um produto da natureza, mas da história do homem.

O completo desenvolvimento das faculdades humanas pressupõe a produção sobre a base de valores de troca, no contexto da universalidade e da onilateralidade de suas relações e capacidades. A forma universal da riqueza, coloca o trabalho para além dos limites de sua necessidade e impõe elementos materiais para o

desenvolvimento pleno do indivíduo tanto em sua produção quanto em seu consumo.

O homem transforma a realidade por meio do trabalho, produzindo os objetos e as condições que necessita para existir. Assim, estabelece com a natureza relações de adaptação para si próprio. Desta forma, o “papel fundante do trabalho criativo - que suprime a distinção entre trabalho manual/trabalho intelectual que fundamenta a divisão social do trabalho sob o capital - e por isso capaz de se constituir em protoforma de uma atividade humana emancipada” (ANTUNES, 1997, p. 82).

No processo histórico de autocriação, o indivíduo apropria-se de uma totalidade de disponibilidades. Torna o homem não meramente um ser biológico, mas um ser social. Assim, revela a satisfação de suas necessidades humanas ou de consumo, físico e espiritual, como do exercício político, do desejo do saber, da vontade, da esperança, da sociabilidade, da fraternidade e da felicidade (FERREIRA, 1992, p.54).

No entanto, a totalidade do processo de produção capitalista se consome por si mesmo, em seus elementos essenciais e na conexão entre as etapas ou em seus processos parciais da técnica e das ciências. O desenvolvimento do trabalho se complexifica e diversifica, ajustando os seus elementos, à medida que se emancipa da forma anterior do sistema de produção. Neste sentido, “com as afluências das invenções e a procura crescente das novas máquinas, cada vez mais se diferenciava em ramos autônomos diversos a produção de máquinas e se desenvolvia a divisão do trabalho nas manufaturas que construíam mais máquinas” (MARX, 1996, p. 435).

A transformação do modo de produção capitalista, da manufatura à maquinaria demandou novos materiais e a solução de novos problemas que se propagavam por vários ramos industriais. A revolução no modo de produção provocou o desenvolvimento da ciência química, mecânica e entre outras tantas. “A revolução no modo de produção da indústria e da agricultura tornou sobretudo necessária uma revolução das condições gerais do processo social de produção” (MARX, 1996, p. 437).

O desenvolvimento da ciência se faz concretamente, na revolução do modo de produção, pela sua aplicação consciente, substituindo a força humana em maquinaria. A indústria moderna, mediante a mecanização, aumenta a produtividade do trabalho, ao incorporar forças naturais e a ciência ao processo de produção. A ciência é incorporada ao capital como o trabalho, servindo a este, na emancipação do processo de produção e não na emancipação do homem.

É possível atingir conhecimentos muitos úteis à vida e chegar a uma filosofia prática que substituirá aquela filosofia especulativa aprendida nas escolas [...] que nos leve a conhecer a força e os efeitos do fogo, da água, do ar, dos astros e todos os demais corpos que nos cercam [...] nós poderíamos utilizá-los com a mesma eficiência e para todos os fins a que são adequados e assim nos tornar senhores e possuidores da natureza e contribuir para aperfeiçoar a vida humana (MARX, 1996, p. 445).

A transformação do processo de produção é de acordo com o interesse do capital “cujo lucro deriva não da diminuição do trabalho empregado, mas da diminuição do trabalho pago” (MARX, 1996, p. 448). Demonstra-se, assim, como o capital utiliza as forças produtivas heterogeneamente, objetivando a acumulação do capital. Da mesma forma, incorpora a mão de obra de mulheres e de crianças, quando a maquinaria permite o emprego destes, como objetos-máquinas de produção, considerados sem força muscular, mas com membros mais flexíveis. “Apesar da legislação, 2.000 garotos pelo menos são vendidos pelos pais, na Grã Bretanha, como máquinas vivas de limpar chaminés, embora existam máquinas para substituí-los” (MARX, 1996, p. 453). E assim, torna-se o trabalho destes obrigatório para o capital, para expandir o próprio valor, apropriando-se do tempo da vida familiar, modificando e se adequando aos limites morais estabelecidos pelos costumes. Marx enfatiza que em virtude da inserção das crianças no trabalho, a mortalidade infantil cresce. As explicações de muitos médicos fundamentava-se na causação destas pelos agentes etiológicos das doenças epidêmicas, natural da pobreza e ignorando a determinação social do processo produção.

A tecnologia lança todos os membros da família do trabalhador no mercado, desta forma repartindo o valor da força de trabalho do adulto pela família inteira. E, igualmente, exige a substituição de trabalhos necessários na vida familiar pela compra de mercadorias fabricadas, aumentando o gasto familiar, expandindo o campo específico de exploração do capital. Configurando-se em “um autônomo

imenso composto de numerosos órgãos, uns mecânicos e outros conscientes, que operam de mútuo acordo e ininterruptamente para produzir um objeto comum, todos eles subordinados a uma forças motriz que se regula a si mesma” (MARX, 1996, p. 477).

A alienação do ser humano, criança, homem e mulher, é artificialmente produzida, na transformação dos corpos desde criança em máquinas de fabricar mais valia, diversa do espírito humano em seu desenvolvimento (MARX, 1996). A vida familiar e de amizade se torna distante da atividade econômica e da pública. Os valores de solidariedade permanecem alterados, decorrendo no dualismo psíquico do homem. A continuidade da relação humana acontece na solidariedade com a família e amigos, mas por outro lado, o indivíduo se conforma com a exigência egoística em sua atividade social de acordo com a ordem existente, com as leis sociais escritas ou não e com a ordem do mercado no jogo de interesses do capital. Esta busca pelo benefício individual material acaba com as esperanças humanas.

*“sabemos que los consumos compensatorios son propuestas al individuo **privado** en tanto que protección y refugio contra el universo colectivo. Constituyen una incitación a retirarse em la esfera privada, a privilegiar la búsqueda de beneficios “personales”y contribuyen así a desagregar las redes de solidaridad y de ayuda mutua, la cohesión social y familiar, el sentimiento de pertenencia. El individuo socializado por el consumo no es ya un individuo socialmente integrado sino um individuo incitado a querer ‘ser él mismo’ distinguiéndose de los otros y que no se les parece más que por su negativa, **socialmente canalizada** en el consumo, a asumir mediante uma acción común la condición común”* (GORZ, 1997, p.68).

Por outro lado, foi a maquinaria o meio mais eficiente para aumentar a produtividade do trabalho e diminuir o tempo necessário à produção da mercadoria. Isto exige da natureza humana muito mais do que está ao alcance de sua força. O homem em seu trabalho dá respostas aos problemas, as suas necessidades, enriquecendo a própria atividade. A reflexão do concreto, perguntas e respostas, constitui-se na consciência que guiará a atividade. (ANTUNES, 1997, p. 83-84).

A consciência e a vontade do capitalista impõem o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do mesmo exigida para a maior produção, diante deste a diminuir e dominar a resistência natural e elástica do homem para o aumento

de produção. Pois, a resistência dos trabalhadores desencadearam na restrição legal da jornada de trabalho. No entanto, o capital percebendo a impossibilidade de aumentar a mais-valia, limitada pela legislação, desenvolveu a mais-valia relativa capacitando o trabalhador a produzir mais, com maior intensidade sem utilizar tempo extra. (MARX, 1996).

A produção da mais-valia relativa provoca maior dispêndio ao trabalhador com maior tensão da força de trabalho, desencadeando subjetivamente o emprego de *mais força de trabalho física e mental* (grifo nosso), pois amplia-se a operação da maquinaria e o campo de trabalho a ser vigiado pelo trabalhador, “preenchimento mais denso de poros da jornada, em suma, um tal grau de condensação do trabalho [...] o tempo de trabalho é medido agora de duas maneiras, segundo sua extensão, sua duração e segundo sua condensação , sua intensidade” (MARX, 1996, p. 467).

A mudança da organização do trabalho provoca o sofrimento do ser humano, pelo grau de tensão diante da responsabilidade pelo aumento de produtividade, devido à exigência de disciplina por parte do trabalhador para acompanhar e vigiar o movimento contínuo e uniforme da máquina. Pois, “na verdade, todos os movimentos do operário, sua postura, seus atos, seu ritmo de trabalho, sua própria história pessoal e profissional são objeto de um controle disciplinar à imagem de um acampamento militar, objetivando-se extrair o máximo rendimento e anestesiar a explosão da revolta latente” (RAGO, 1985, p. 23-24).

Os profissionais da saúde, nesse momento histórico, assumem o benefício da maquinaria para o homem, como ocorreu em todas áreas da ciência, ignorando o processo concreto de desgaste dos trabalhadores do qual eles próprios evidenciavam nos ambientes das fábricas. Parece claro quando MARX aponta: “os inspetores de fábricas, embora louvem incansavelmente e com razão os resultados favoráveis das leis fabris de 1844 e 1850, confessavam que a redução da jornada de trabalho provocou uma intensificação do trabalho que destrói a saúde do trabalhador e, portanto, a própria força de trabalho” (1996, p. 476).

O desenvolvimento da produção, transferindo a ferramenta do trabalho desenvolvida pelo trabalhador à máquina, se emancipa deste, promovendo o desaparecimento da base técnica do trabalho. A diferença demandada da divisão do trabalho, reaparece como distribuição dos trabalhadores pelas diferentes máquinas

especializadas e, eles não formam grupos específicos nas indústrias, mas juntos às máquinas da mesma espécie, na forma de cooperação simples em grupos de trabalho, numa divisão puramente técnica. A distinção está entre os trabalhadores que estão ocupados com as máquinas e seus auxiliares, os do grupo que gerenciam toda a maquinaria e os que fazem a sua manutenção. Estes últimos são trabalhadores de formação superior, ou possuindo formação pelo domínio do ofício (MARX, 1996).

A máquina elimina a necessidade de se preparar uma classe especializada de trabalhadores para operá-las. A simplicidade do trabalho permite a flexibilização do mesmo. O indivíduo sofre quando todas as suas capacidades físicas e intelectuais para o trabalho se transformam apenas no papel de um auxiliar ou são substituídos pela máquina. Portanto, a sua especialização é a de servir a uma máquina parcial, em que os indivíduos tornam-se em “ complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles” (MARX, 1996, p. 483).

As medidas para facilitar o trabalho do homem, *ao invés de liberá-lo, acabam retirando o prazer, tornando em sofrimento para o trabalhador. “O trabalho na fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jogo variado dos músculos e confisca toda atividade livre do trabalhador, física e espiritual”* (MARX, 1996, p. 483).

A transformação do instrumental de trabalho, em autônomo, confronta o trabalhador no processo de trabalho com o capital; a máquina que o domina, transforma o trabalho morto em força de trabalho vivo. A divisão se dá entre o trabalho manual e intelectual, desencadeando a transformação deles em poderes de domínio do capital.

A mudança tecnológica e o incremento da ciência estão à serviço do capital, provocando a subordinação técnica do trabalhador ao ritmo do instrumental e da organização do trabalho.

A disciplina da fábrica permeia todas as atividades dos trabalhadores. A vigilância é ininterrupta. Regulamentam o uso do banheiro, a duração do almoço, proíbem conversas nas horas de trabalho, reprimem o álcool, o fumo, os jogos, desqualificam toda a manifestação do homem, caracterizando como instintiva e desviante. “Os regulamentos internos de fábrica visam limitar toda expressão

autônoma dos operários, bloquear toda troca que possa reforçar a solidariedade e a formação da consciência de classe” (RAGO, 1985, p.24).

Ao mesmo tempo, a indústria condiciona e disciplina os indivíduos, pois é “a indústria e o comércio, a produção e a troca das necessidades de vida, que condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais, para serem, por sua vez, condicionadas por estas em seu modo de funcionamento”. (MARX, s.d., p. 68).

A vigilância se traduz, segundo o argumento da ameaça do perigo, que se expressa na tomada de consciência do trabalhador contra a acumulação do capital. Nesta perspectiva, o intuito é de constituir a ordem e a coerência no corpo coletivo de trabalhadores, na tentativa de fazer desaparecer as tendências coletivas, e por conseguinte, instaurar a individualização com prêmios e incentivos financeiros e sociais para o aumento da produção. Reflexo desse viés, compreende a cooptação dos trabalhadores ao capital, na busca de dissolver a união dos mesmos no processo de trabalho. (RAGO, 1985).

A organização da empresa, formulada pelo capital, transcende os muros das fábricas, disciplinando o modo de viver da sociedade. A disciplina é apresentada no padrão, que é considerada cientificamente correta para o homem racional e moderno. O discurso não deixa ficar exposto o poder da dominação do capital. A organização da sociedade se constrói da mesma maneira, com o disciplinamento rígido em relação à divisão sexista, “Fora da fábrica, a redefinição das relações familiares, através da promoção de um novo modelo de mulher, voltada para o lar, e de uma nova percepção cultural da criança, procura difundir entre a classe operária os valores burgueses da honestidade, da laboriosidade, da vida regrada e dessexualizada, do gosto pela privacidade, eliminando as práticas populares consideradas ameaçadoras para a estabilidade da ordem social. (RAGO, 1985, p. 26-27).

A liberdade do indivíduo no capitalismo não pressupõe a opção de trabalho mais criativo e prazeroso, mas o trabalho com o objetivo de dispensar o homem ou diminuir o seu preço.

Estabelece-se assim, a liberdade apenas do capital de empregar ou não os desempregados da automação. Pois, os desempregados devido à incorporação de

novas tecnologias no processo produtivo, são lançados no mercado de trabalho, aumentando o número das forças de trabalho, que estão à disposição da exploração capitalista (MARX, 1996).

A produção do homem pode ser universal, livre, consciente ou como ocorre na alienação, especializada, mecânica, escravizada ao salário. Portanto, a moral autônoma é uma relação entre as atividades humanas ” a conexão da particularidade com a universalidade genericamente humana” (HELLER, s.d., p. 5). Isso, por sua vez, transforma um sistema de costumes, exigências que o homem constrói, em necessidades, as mais elevadas das necessidades individuais e da particularidade ao gênero humano. O uso da maquinaria no processo de produção, apontado por MARX (1996), retira o trabalhador das condições de riscos para a sua vida, diminuí, o seu desgaste físico e mental e facilita o seu trabalho, aumentando o seu tempo livre. Constrói, desta forma, o potencial emancipador do homem frente a automação e a mecanização. Na realidade, o que ocorre é o capitalismo aplicando a maquinaria para aumentar a acumulação do capital. Isso, por sua vez, prolonga o tempo de trabalho e intensifica a força de trabalho, submetendo os trabalhadores ao ritmo de produção das máquinas e, em decorrência disso, diminui a renda e incrementa a pressão da polivalência e da produtividade sobre os trabalhadores. “Numa sociedade de classes, a apropriação do sobreproduto social por uma minoria significa a possibilidade de ampliar o tempo livre somente para esta minoria e, conseqüentemente, a reprodução sempre mais ampliada da sociedade entre aqueles que administram e acumulam conhecimentos e aqueles que produzem sem ter acesso aos conhecimentos, ou com um acesso muito limitado aos mesmos” (ANTUNES, 1997, p. 85).

A produção mecanizada se expande diferenciadamente de forma variada e interrompida, quantitativamente na sua base técnica. Constituiu, assim, numa fonte acelerada de acumulação, atraindo o capital que está se formando constantemente e procurando aplicação nos setores favorecidos da produção. “Cria-se nova divisão internacional do trabalho, adequada aos principais centros da indústria moderna” (MARX, 1996, p.516).

A divisão do trabalho baseia-se sempre que possível no trabalho da mulher, criança e do homem sem habilitação, aplicando a produção organizada em grande

escala, dentro dos ambientes das indústrias, a domicílio ou em pequenas empresas, diminuindo o custo da mão de obra. No contexto de externalização do trabalho, evidenciam-se as transformações do modo de produção do capital para a extração do valor, “ a indústria a domicílio se converteu hoje na seção externa da fábrica...além dos trabalhadores fabris, de manufatura e dos artesões, que concentra em grande número num mesmo local e comanda diretamente, o capital põe em movimento , por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio” (MARX, 1996, p. 529).

A exploração do trabalho se intensifica na fábrica pela substituição do homem pela máquina, facilitando o trabalho, mas expondo o trabalhador a péssimas condições de trabalho. Entretanto, é, por outro lado, “uma revolução do trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o sujeito capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador” (ANTUNES, 1997, p. 88).

A intensificação do trabalho pelo capital, diminui o custo da mão de obra, quando se externaliza a produção a nível de domicílio, colocando os trabalhadores e sua família para produzir sem qualquer apoio de estrutura de espaço, iluminação, ventilação, instrumentos adequados e outros, por este viés se desresponsabiliza perante a regulamentação do trabalho, por conseguinte diminui a capacidade de resistência do trabalhador. Observa-se que, “de uma atividade laborativa heterogênea, socialmente combinada e globalmente articulada, a totalidade do trabalho cumpre papel central no processo de criação de valores de troca” (ANTUNES, 1997, p. 87).

O capital encontra meios de expandir a acumulação perante os limites da legislação, demonstrada por Marx, na jornada de trabalho, quando as fábricas estendem o tempo de trabalho com as horas extras. O mesmo ocorre na obrigação da segurança e saúde dos trabalhadores, as empresas externalizam os processos de trabalho de maior risco à saúde. A base da produtividade do trabalho se assegura pela negociação com acordos e contratos entre as empresas, durante certas épocas do ano. Esta condição, cria em grande escala o trabalho excessivo e desumano e por outro lado, a miséria por falta do mesmo. Portanto, o capitalismo avançado provoca a divisão dos trabalhadores em inseridos e excluídos do mercado. O

trabalho externo ao ambiente fabril fomenta a exploração, em virtude da produção familiar relegada ao rendimento mais baixo, ao trabalho mais árduo e a própria responsabilidade das condições de trabalho. (MARX, 1996).

No entanto, para Marx, a condição de despossuído que detêm mais potencialidade na luta anticapitalista, baseando-se nessa reflexão, ANTUNES entende, que diante das explosões sociais, a superação do capital é um resultado “de uma empreitada que aglutine e articule o conjunto dos segmentos que compreendem a classe-que-vive-do-trabalho [...] este conjunto de segmentos, que dependem da venda da sua força de trabalho, que configura a totalidade do trabalho social”. (1997, p.90).

O desenvolvimento das forças produtivas encontra mais possibilidades num novo tipo de produção, num estágio mais elevado e possibilitando outro estágio. Desta forma, “tal desenvolvimento é condição imprescindível da explicação universal da essência humana. Critério de desenvolvimento dos valores não é apenas a realidade dos mesmos, mas também possibilidade” (HELLER, s.d., p. 8)

O trabalho e o não-trabalho é onilateral, a manifestação do homem no desenvolvimento de suas potencialidades universais. A produção capitalista aliena o ser humano, não apenas fisicamente, mas rudemente a mente e o prazer. Porém, a experiência do labor que concretiza o caráter de sacrifício no desenvolvimento dos indivíduos historicamente e, pressupõe a construção da consciência de uma sociedade humana. (MANACORDA, 1996).

O desenvolvimento das forças produtivas implica no desenvolvimento da capacidade humana, mas o trabalho estranhado, ou seja, a existência de obstáculos se opõe ao desenvolvimento humano. O processo de humanização do ser social manifesta-se no trabalho destruidor e aviltado. O trabalho é a única fonte de sobrevivência da força de trabalho na acumulação do capital, ao invés de ser a forma humana de realização. Nesta vertente, “a consciência de classe é a “ética” do proletariado, e a unidade da sua teoria e da sua praxis é o ponto em que a necessidade econômica da sua luta emancipadora se transforma dialecticamente em liberdade (LUKÁCS, 1989, p. 56).

A contradição da sociedade do labor, do sacrifício dos indivíduos, de sua dilapidação física e mental, compõe as forças objetivas criada pela própria

sociedade dividida para o nascimento do ser humano novo. Isso por sua vez, não determina o fim dos conflitos dos indivíduos e das sociedades,” mas antes uma vida em que os conflitos e as escolhas que comportam impliquem uma vontade liberada de servidões particulares” (MANACORDA, 1996, p. 85).

A contradição da divisão do trabalho, reside no fato de ser exigir do trabalhador aprendizagem completa do ofício na manufatura, quando vai ser cobrado dele algo diferente. Diante da máquina o trabalhador apenas supervisiona ou a alimenta. Seu trabalho fica desqualificado e oculta-se dele o *próprio processo social de produção* (grifo nosso). O sistema capitalista, demanda a formação dos trabalhadores orientando para o ensino da prática, o qual tem como objetivo a técnica, gerando na verdade, uma escola orientada apenas para a formação prática. A ciência da tecnologia foi criada ideologicamente, considerando a si mesma sem qualquer intervenção do homem. O enfoque da divisão do trabalho se consolida na base técnica, reproduzindo-a em sua forma rígida capitalista. Neste sentido, essa contradição elimina a tranquilidade, solidez e segurança de vida do trabalhador, mantendo-o sob a ameaça constante de perder os meios de sua subsistência.

A forma de produção capitalista torna o homem supérfluo ao ser impedido de exercer o trabalho, mesmo que parcial. Por outro lado, os inseridos no trabalho estão em condições de intensificação, de desgaste físico e mental. A produção exige um trabalhador versátil, adaptado às condições da variação dos trabalhos e da tecnologia, disponível para as necessidades flutuantes da exploração capitalista. Pois, “A metamorfose de todos os objetos em mercadorias, a sua quantificação em valores de troca fetichistas não constituem apenas um processo intensivo que atua nesta direção sobre todas as formas objetivas da vida (como constatamos a propósito da duração do trabalho): constituem também, e inseparavelmente, um alargamento extensivo destas formas à totalidade do ser social” (LUKÁCS, 1989, p. 191).

A produção capitalista concentra a força histórica da sociedade, obstaculizando a relação entre o material, do ser humano e a terra, exaurindo as fontes originais de toda riqueza, dos elementos essenciais para o desenvolvimento integral do homem. Reflexo disto, é a destruição da saúde física e mental do

trabalhador, mas mantém o intercâmbio homem e natureza sistematicamente para a produção, que é em forma adequada ao desenvolvimento do homem.

O sujeito autônomo, pleno em suas capacidades físicas e intelectuais é o homem onilateral. A heterogeneidade do homem parcial implica na vida do trabalho de caráter privado, em que o lazer e a atividade social são atividades complementares. A heterogeneidade possibilita para o capital o incremento do trabalho excedente, da acumulação da mais-valia. Ao mesmo tempo, é também na vida social e na disciplina da vida em sociedade, que as possibilidades são absorvidas em todas as habilidades imprescindíveis para dominar a natureza e as relações sociais. Esse aprendizado é a condição para tornar o indivíduo pleno na relação com a natureza e com outros homens e mulheres.

O ser humano expressa o ser isolado e o seu ser individual, mas assimila a vida - a condição de produção de sua existência, como centro do acontecer histórico. Marx, em Carta a Annenkov, de 28 de dezembro de 1846, coloca que a força de produção é concebida por sua geração anterior. Portanto, o indivíduo é um ser histórico, mas não pode jamais ser tomado individualmente e isoladamente, ou parcialmente, como na concepção naturalista darwinista, que relaciona a história dos animais com a do ser humano para fundamentar toda a organização social.

A história está presente no trabalho alienado, em circunstâncias de totalidade que são determinadas pelo ser humano. Assim, compreende relações e situações sócio-humanas mediatizadas pelas coisas. Esta reflexão decorre da tese de Marx, sobre o conceito de aparência e essência. Portanto, a história é a substância da sociedade, por isso as suas características essenciais podem ser determinadas por circunstâncias constantes e imutáveis dos homens em todos os tempos e todas as sociedades.

O trabalho pode ser ao mesmo tempo glorificador e fonte da identidade e do desenvolvimento humano, com atividades carregadas de sentido gerando a auto-estima e estima com os outros. Para que este se converta em uma atividade autônoma isenta de alienação, GORZ(1997,p.108) enfatiza que o trabalho deve ser:

1. auto-organizado em seu desenvolvimento. Os trabalhadores se organizam nas tarefas, se alternam, se auto-organizam em seu trabalho, supervisionam as máquinas e controlam a qualidade do produto, reduzindo fortemente a heteronomia

que caracteriza o trabalho taylorizado. 2. Uma livre busca de um fim pré-definido. 3. Humanamente qualificador para a pessoa que se entrega, pois o trabalho mobiliza e constitui uma cultura profissional e cultura do cotidiano, entre o trabalho e a vida. Assim, sendo o trabalho pode desenvolver as capacidades individuais, entre elas a capacidade de atuar de maneira autônoma. A autonomia se traduz na crítica e na luta contra toda a forma de heterodeterminação e na disposição de participar nas formas de vida e trabalho auto-organizado.

O homem, em cada momento histórico, incorpora o desenvolvimento histórico da humanidade a partir da cultura, de idéias, bem como, de conhecimentos e de tecnologias, assimilando a “[...] realidade circundante de forma crítica e coerente a fim de poder exercer suas atividades construtivas e constitutivas inteligentemente” (FERREIRA, 1992, p 26).

O desenvolvimento das capacidades do homem conduz à integração da onilateralidade do ser humano, à produção voltada a ele, exigindo, assim, a reunificação das estruturas da ciência e tecnologia com as da produção.

O conhecimento é coerente com a realidade social do momento histórico, pois ele é imanente ao momento concreto. LUKÁCS aponta, que “o conhecimento subjetivo e objetivo, que o proletariado tem numa etapa determinada da sua evolução é simultaneamente conhecimento do nível atingido nessa mesma época pela evolução social” (1989, p.39).

A evolução social amplia o sentido imanente da realidade, pela tensão de seus momentos parciais e a totalidade. Neste sentido, o conhecimento é precisamente o conhecimento da direção que tomam (inconscientemente) as tendências dirigidas para a totalidade, direção esta chamada a determinar concretamente no momento dado, a ação justa, do ponto de vista e no interesse do processo de conjunto, da libertação do proletariado (LUKÁCS, 1989, p. 39).

Pelo exposto, a consciência do homem é a consciência do meio sensível natural mais próximo e da interação com outras pessoas. A consciência do mundo natural limita o homem, pois ela está pouco modificada pela história. A percepção da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos é a consciência da sociedade. A reflexão “começa post festum e, por conseguinte, começa pelos resultados acabados do processo de evolução [...] a estabilidade das formas

naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta, não do caráter histórico destas formas que lhes parecem pelo contrário, já imutáveis, mas do seu conteúdo” (MARX, 1996, p. 42).

A consciência do proletariado se situa no lado objetivo, como objeto, constituindo-se em mercadoria ao lado dos instrumentos de trabalho, da máquina, no processo de produção. A venda da força de trabalho realiza-se de forma abstrata ao trabalhador, sem depender dele, que funciona antes dele e as suas custas, como única mercadoria, num processo parcial de forma mecanizada e racionalizada, reduzida a uma quantidade e a um objeto do processo. Esse processo é reificado, em sua forma dual do homem, do movimento de mercadorias e da situação dele como espectador do mesmo movimento, é a sua sujeição. (LUKÁCS, 1989, p. 181-186).

O homem fica cada vez mais submetido ao mercado mundial, ou seja, a um poder estranho. A superação deste poder é a superação da propriedade privada, “ a libertação de cada indivíduo singular é alcançada na mesma medida em que a história transforma-se completamente em história mundial” (MARX, s.d., p. 54). É a forma do indivíduo obter condições de desfrutar da produção, de suas criações. O controle e o domínio consciente do poder estranho do mercado não se expressa nas concepções idealistas da história, mas na explicação da práxis, a partir da idéia da prática das relações reais.

Na práxis, a teoria entra em contradição com as relações existentes, pois as relações sociais se encontram em contradição com as forças de produção. A força de produção, o estado social e a consciência entram em contradição entre si possibilitada pela divisão do trabalho.

A história não acaba na “autoconsciência”, pois as suas fases compõem: “um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite à geração seguinte; uma massa de forças produtivas, de capitais e de condições que, embora sendo uma parte modificada pela nova geração, prescreve a esta suas próprias condições de vida e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter especial” (MARX, s.d., p. 56).

O pensamento da vida cotidiana está constituído de idéias, pensamentos fragmentados do indivíduo e de juízos que não têm concreticidade material ou a objetivação material se orientam predominantemente na esfera particular do social. A manipulação das coisas, ou seja, a objetivação coisificada e a identificação espontânea do correto e verdadeiro é a problemática do plano da vida. O correto é o verdadeiro para viver sem atritos de grandes proporções possíveis. Os juízos e pensamentos menos verdadeiros podem resultar corretos na atividade social, quando representam os interesses da camada ou classe a que pertence o indivíduo, ou mesmo, os que correspondem às exigências cotidianas da classe.

As forças de produção do capital e seu desenvolvimento concebem uma racionalização capitalista do ser social. Parece claro que, “as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias” (MARX, s.d., p. 56). A transformação do trabalho humano em mercadoria, separado do ser humano, somente no proletariado se torna consciência de classe revolucionária:

é a essência do homem [...] seus efeitos e influências sobre o desenvolvimento dos homens... estas condições de vida, que as diferentes gerações encontram já existentes, decidem também as convulsões sociais [...] os elementos materiais de uma subversão total são, de um lado, as forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que se revolte ...contra a própria produção da vida vigente, contra a atividade total sobre a qual se baseia” (MARX, s.d., p. 57).

A produção da vida concreta é algo da base real da história - da vida comum, e não separada dela, “a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre a natureza e história” (MARX, 1999, p. 57)

Desta maneira, a supressão da sujeição do homem é a tomada de consciência do caráter social do trabalho, ultrapassando a sua abstração e voltando-o para o concreto, como princípio social.

[...] a libertação real no mundo real e através de meios reais: que não pode superar a escravidão sem a máquina a vapor [...] nem a servidão sem melhorar a agricultura; não é possível libertar os homens enquanto não estiverem em condições de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas [...] a libertação é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é efetivado por condições históricas (MARX, s.d., p. 65)

Na realidade, a transformação das condições de vida é a revolução real. Não é a transformação do pensamento, nem da contemplação do mundo sensível que opõe a natureza e a história. Esta visão sensível do mundo, em seu olhar fragmentado coloca o homem como objeto, imutável perante a natureza, “ *sólo entonces el camino del pensamiento abstrato, que se eleva de lo simple a lo complejo, podría corresponder al proceso histórico real*” (MARX, 1986, p. 22).

A existência individual orientada pelo livre arbítrio pessoal, sem restrições, oriundo do próprio interesse é o fundamento da ideologia liberal. A constituição desse processo, permite olhar o desenvolvimento do capitalismo, compreendendo as “relações sociais na contemporaneidade, bem como, as formas de consciência social, das quais, de um modo ou de outro, vêm construindo os homens em nossa sociedade” (FERREIRA, 1992, p. 32).

Os indivíduos não são livres no arbítrio de sua força produtiva, base de toda a história. Isto introduz que, se as forças produtivas são uma força adquirida, produto de uma atividade anterior, esta energia se encontra determinada pelas condições em que o sujeito está colocado, pelas forças produtivas anteriores, que é produto da geração anterior. Pois, “ só o devir (histórico) concreto pode realizar esta função da gênese. E, neste devir a consciência (a consciência da classe proletária tornada consciência prática) é uma componente necessária, indispensável, constitutiva” (LUKÁCS, 1989, p. 227).

A criação da história dos homens a cada geração anterior constitui matéria prima para a nova produção, criando uma conexão, uma história da humanidade. A história social dos homens jamais ultrapassa a história do seu desenvolvimento individual, independente de sua consciência social, suas forças sociais e relações sociais. Somente adquirem maior desenvolvimento na condição das relações sociais, compondo a base de todas as relações. Neste sentido, MARX enfatiza que, “a unidade do homem com a natureza sempre existiu na indústria e se apresenta de maneira diferente em cada época, segundo o desenvolvimento maior ou menor da indústria; e o mesmo no que se refere à luta do homem com a natureza, até do desenvolvimento de suas forças sobre uma base correspondente” (s.d., p. 68).

A história é a substância da sociedade, e os homens são os seres sociais constróem e transmitem cada estrutura social. O indivíduo não é a essência de suas

relações sociais, mas não se conforma na extensão das relações sociais. A substância é a continuidade de toda a heterogênea estrutura social. O tempo é a irreversibilidade dos acontecimentos. Todo o acontecimento é irreversível do mesmo modo, que o tempo histórico é a irreversibilidade dos acontecimentos sociais. O que altera é o ritmo da alteração das estruturas sociais, que é diferente nas esferas heterogêneas.

O tempo da biografia é um tempo visível, linear, vivido. A história para constituir o caráter histórico científico abandona o estudo cronológico dos diferentes filósofos e adquire o estudo das diferentes problemáticas. São estas estruturas específicas de historicidade que são os diferentes modos de produção de determinados bens materiais. O tempo do inconsciente não é visível, deve ser construído para cada fase do desenvolvimento da vida psíquica, portanto, cada uma das fases permite passar da simples enumeração dos fatos para sua compreensão. Por esta comparação, a teoria freudiana do desenvolvimento psíquico como a teoria marxista não desenvolve o tempo linear cronológico. Não há dúvida de que é necessário salientar LUKÁCS, ao apontar: “a consciência do proletariado ”reflete” é, pois, o elemento positivo e novo que brota do condição dialética da evolução capitalista. Não é, portanto algo que o proletariado invente ou “crie” a partir do nada, pelo contrário, é a consequência do processo de evolução em sua totalidade” (1989, p. 227).

A reflexão deve partir do indivíduo, homem e mulher, na percepção do mundo e da própria existência real, como um ser criativo e crítico e não da abstração do ser humano, como objeto sensível, ou mesmo da idealização da sociedade homogênea. A consciência social ao mesmo tempo é a reflexão e constitui as relações sociais.

A consciência de classe está objetivamente relacionada com a situação que cada classe ocupa na produção social. As idéias da classe dominante são a expressão das relações dominantes, que detêm os meios de produção do material e espiritual. Pois, com a consciência em seu poder, dominam como classe e subjetivamente com a produção de idéias dos pensadores, regulam a produção e distribuição de idéias do momento histórico. Assim sendo, “as idéias da classe

dominante são em cada época, isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX, s.d., p. 72).

Na realidade, a atividade consciente dos homens inspira-se em tudo o que foi criado pela sociedade e pela humanidade em geral. A consciência do indivíduo reflete uma determinada classe, assim como, as idéias dominantes, assimiladas no processo do desenvolvimento humano. Entretanto, não significa que as consciências são padronizadas, pois a formação da consciência é concebida “das necessidades sociais, dos interesses e objetivos da personalidade, que é formada socialmente” (FERREIRA, 1992, p. 33).

É igualmente necessário ressaltar a contribuição de Freud, que demonstrou a impossibilidade de permanecer na superfície de uma vida humana, ao nível da descrição. Pois, para conhecer o indivíduo é necessário conhecer a estrutura fundamental de sua personalidade.

As concepções de Jung avançaram do nível individual de Freud, considerando o inconsciente a própria fonte da consciência, acreditando que o homem ao nascer não é uma tábua rasa. O inconsciente é um processo que envolve padrões sociais, formados por experiências da humanidade, cujos sonhos, mitos, contos e outros se refletem. Os arquétipos são formas sem conteúdo inseridos numa rede de relações que envolve a todos. As contribuições da psicanálise foram marcantes para o entendimento do homem. A visão do ser humano objetivo, racionalista reduzido a sua superfície externa, deixando de lado toda a sua subjetividade, compreende o enfoque de homem-objeto de sensações fisiológicas do corpo. Contudo, o avanço das concepções de Freud e Jung desencadearam um processo de entendimento do consciente e do inconsciente, principalmente, quando Jung trata a individuação e a cultura.

Por outro lado, esta visão abre para o entendimento da subjetividade, a produção da subjetividade, ao invés de ideologia como elemento da emancipação humana, que é defendido por Guattari e Deleuze, os quais se opõem à visão naturalista da subjetividade moderna-industrial, que fabrica os modos das relações humanas, compondo as suas representações inconscientes de individualização. A subjetividade no sistema capitalístico se desenvolve numa produção de escala internacional.

Todas as questões da economia coletiva do desejo deixam de parecer utópicas [...] a partir do momento em que consideramos a produção de subjetividade como sendo matéria-prima da evolução das forças produtivas em suas formas mais desenvolvidas [...] essa vontade de potência produtiva que revoluciona a própria produção através das revoluções científicas, biológicas, através da incorporação massiva da telemática, da informática, da ciência dos robôs, através do peso cada vez maior dos equipamentos coletivos da mídia (GUATTARI, 1992, p. 26).

Deleuze enfatiza que o capitalismo utiliza a subjetividade para a dominação e o controle da população, num processo de produção inclusive da subjetividade. A compreensão da subjetividade é a forma de entender como o ser humano percebe o mundo, articula-se com a sociedade, com os processos do trabalho e com a ordem social, portanto, a produção da subjetividade contribui para a emancipação do mesmo. Neste sentido, cabe ressaltar GUATTARI quando salienta que, “a representação teórica e ideológica é inseparável de uma **práxis social**, inseparável das condições dessa práxis: é algo que se busca no próprio movimento, incluindo-se nesse movimento os recuos, as reapreciações e as reorganizações das referências que forem necessárias” (In: GUATTARI, 1992, p. 26).

A produção no capitalismo delinea-se no campo das condições materiais e semióticas. Na realidade há um trabalho de formação das forças produtivas, forças de consumo, dos meios de semiotização, numa fábrica de subjetividade para a igualização dos indivíduos. A subjetividade diante da dominação capitalista é colocada na idéia de subjetividade nos processos de individualização, para produzir o homem descartável, flexível ao mercado. Portanto, “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social” (GUATTARI, 1992, p. 31).

Na realidade, é através da produção da subjetividade no capitalismo que a classe social dominante detém o poder na sociedade, assegurando o controle sobre a produção e sobre a vida social. A manipulação para manter a ordem da acumulação do capital: “a ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes [...]. Ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo” (GUATTARI, 1992, p. 31).

A visão holística da subjetividade de Guattari se contrapõe a naturalização do ser humano e de sua alienação como indivíduo frente a exploração capitalista. A reflexão da subjetividade capitalística carrega uma crítica importante sobre o enfoque individualista que não dá conta dos problemas do desejo no coletivo, reforçando o sistema de produção da subjetividade dominante. Tal enfoque teórico, se centraliza na singularidade. O trabalho de Deleuze e Guattari explora como a subjetividade é produzida por intermédio dos mecanismos de poder: do trabalho, práticas sociais, interação com as instituições e outras. Assim, Deleuze propõe a passagem das “sociedades disciplinares” para as “sociedades de controle”. Estes autores não acreditavam na liberdade do ser humano (mesmo quando ela se constitui em direitos), mas na liberação do homem e da mulher de novas possibilidades de vida.

Por outro lado, cabe ressaltar que as ideologias são as representações que tomam corpo com elementos imaginários. Estes descrevem a realidade, expressam desejos e esperanças. As ideologias podem conter o conhecimento, no entanto, constituem elementos exclusivamente da relação do ser humano com a realidade.

O ser social é a expressão das formas de pensamento, noções e conceitos oriundos da essência da consciência social refletida pela sociedade e humanidade, permeados por interesses e objetivos individuais (MARX, 1976, p. 75).

A individualidade possui a particularidade humana que funciona consciente e inconscientemente. A relação entre a individualidade particular e a genericidade humana dos indivíduos que os tornam conscientes. A escolha do indivíduo é geralmente livre, autônoma dos elementos genéricos, em que estes são sempre relativos.

A produção da consciência é, no concreto, apontada por MARX, em o Prefácio a crítica da economia política: “*não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o ser social que, inversamente, determina a sua consciência*” (1974, p. 28-29). A constituição social, família, classes, ou seja, sociedade civil são compreendidas na determinação da produção capitalista.

A consciência social é dinâmica, não se faz pela idéia do homem de si próprio. A consciência é tomada pelas contradições da vida material, ou seja, pelo conflito entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

Essa por sua vez, se desenvolve e aperfeiçoa-se com crescimento da produtividade, o aumento das necessidades e da população. Neste sentido, desenvolvendo a divisão do trabalho, é o momento que permite a tomada do real, ou consciência da práxis existente. Assim sendo, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e criar, *"la moderna sociedad burguesa en este caso - es algo dado tanto en la realidad como en la mente, y que las categorías expresan por lo tanto formas de ser, determinaciones de existencia, a menudo simples aspectos, de esta sociedad determinada, de este sujeto, y que por lo tanto, aun desde el punto de vista científico, su existencia de ningún modo comienza en el momento en que se comienza a hablar de ella como tal"* (MARX, 1986, p. 27).

No âmbito da divisão do trabalho material e mental, a consciência pode ser "algo diferente da consciência de uma prática existente, de estar realmente a conceber algo sem conceber algo real" (MARX, 1976, p. 75). A separação do trabalho intelectual do manual intensifica a autonomia do processo ideológico, mas não o concebe. A autonomia é oriunda da atividade social do homem, principalmente na atividade mental. A reflexão do ser social, a consciência humana, age por meio da lógica humana na análise, sistematização das informações sensoriais da realidade, da sintetização e da relação a respeito das experiências anteriores, as quais são perspectivas de determinado processo.

Nesta vertente, é importante ressaltar Marx, quando ele exalta a formação do trabalhador educado, em contraposição ao homem que desenvolve o máximo de sua individualidade, manifestando a semelhança da alienação da classe dominante com a dominada.

No pensamento da realização de uma liberdade e de uma comunidade de ideais, a consciência se concretiza na crítica do mundo das idéias. A consciência do idealismo gera uma ação necessária, mas essa não é capaz de suprimir a exploração e a alienação do ser humano. Pois este não pode ser visto como abstração no mundo das aparências, fora de sua existência concreta, a não ser pela sua ação histórica. A concepção marxista desvela o ocultamento concreto das relações materiais, bem como, as possibilidades da onilateralidade.

O sistema de atitudes do homem se exprimem de acordo com determinadas tendências ideológicas, como bem, enfatiza Marx, sobre o estranhamento do

trabalho (Ideologia Alemã, s.d.), frente a toda a exploração da mais-valia, expropriando o prazer humano pelo trabalho. Pode-se também evidenciar Dejours, quando aponta o estranhamento ao neoliberalismo, banalizando a injustiça social como forma do homem se proteger do sofrimento.

A ideologia tem a função de assegurar uma determinada relação dos homens entre si e com as suas condições de existência, adaptar os indivíduos às atividades na divisão social do trabalho, assegurando, assim, a coesão dos homens na sociedade de exploração de classe. A dominação de uma classe associa-se às idéias da naturalização da exploração da outra, para aceitação de suas próprias condições de explorados, com o caráter de algo divino, natural ou mesmo como dever moral (MARX, s.d.).

A deformação da realidade faz parte do interesse na acumulação da mais-valia. A falsidade se explica fundamentalmente na impossibilidade de aprofundar qualquer reflexão da superfície dos fenômenos, "pela incapacidade de captar através da aparência a verdadeira essência interior e a estrutura interna deste processo" (MARX, 1996, p. 174).

Na realidade o indivíduo age baseando-se em cima de probabilidade entre as suas atividades e conseqüências, pois na vida cotidiana não é possível calcular uma ação com segurança científica e sua conseqüência possível. Significa que na vida, ele se orienta com avaliações probabilísticas. Assim sendo, o pensamento do ser humano cotidiano orienta-se para a realização de atividades cotidianas, na integração imediata de pensamento e ação. Pois, "as idéias necessárias ao cotidiano não se elevam ao plano da teoria, do mesmo modo como a atividade cotidiana não é práxis. A atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da práxis quando é atividade humano-genérica consciente. [...] a atividade individual não é mais que parte da praxis, da ação total da humanidade que, construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado" (HELLER, s.d., p. 32)

A práxis de uma ação, para HELLER (s.d.), correspondente aos interesses de uma classe, apenas superará os da vida cotidiana. Isso acontece, quando a teoria da vida cotidiana transforma-se em ideologia, a qual assume uma certa

independência relativa da práxis cotidiana e toma corpo. Portanto, coloca-se em relação fundamental não com caráter cotidiano, mas como práxis.

A atividade científica pode desnudar a opacidade da realidade mediante uma análise científica das estruturas (relações de produção, relações de classes, etc.), portanto, não é somente com a percepção e descrição das estruturas que se atinge um conhecimento verdadeiro destas estruturas. O conhecimento interno das estruturas sociais devem ser provenientes da práxis.

Dessa forma, Marx concebeu e desenvolveu a tese da alienação, dos homens e mulheres, os quais eram ao mesmo tempo criadores e escravos do seu mundo. Assim, elimina a vertente metafísica idealista pelo conceito de análise da vida concreta e social dos indivíduos. O processo se concebe na subordinação da dialética do espírito objetivo para o conceito da vida real dos indivíduos da sociedade de classes.

Esse processo de alienação, evidencia a necessidade de superá-la para atingir a recuperação total do ser humano. Desta forma, a alienação não é um fenômeno espiritual. Portanto, a sua superação não pode ser apresentada por métodos filosóficos, mas por métodos de ação social e material. A libertação seria o indivíduo desvencilhar-se de toda a imposição do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas. Esse método de ação social deve destruir a estrutura social classista e a exploração do homem e da mulher. A sociedade ideal converte-se em sociedade concreta e o trabalho, que é a fonte de mais-valia, se transforma em instrumento de luta pela existência, inspirado nas criações do ser humano e numa sociedade de indivíduos mais realizados e felizes (HELLER, s.d.).

Assim, se faz necessário a compreensão do sistema social criado pelos homens para os homens com condições de desenvolver, numa totalidade de possibilidades, todas as necessidades e atitudes humanas como razão e sentido do valor da vida.

Os valores têm fundamento quando o indivíduo os carrega de explicação em certas situações de escolhas, ou seja, a construção da autonomia e das mudanças na sociedade historicamente.

A particularidade individual humana é a satisfação das necessidades, que se tornam conscientes sob a forma de necessidades do indivíduo. O interesse do conhecimento do mundo é pelo *eu* único, por suas necessidades e paixões. Pois, a teleologia da particularidade orienta-se para o próprio indivíduo (HELLER, s.d.).

A possibilidade de liberdade origina-se da unidade do indivíduo (particularidade e genericidade) para a produção da individualidade unitária. Podendo por consequência, construir uma própria particularidade pela sua relação com a comunidade, distanciando-se da realidade social. A oportunidade espontânea da particularidade originou a ética, como motivação individual da atitude livre diante da vida, da sociedade e dos homens e mulheres. A inibição, o veto, a culpa são funções da moral que, por sua vez, também dizem respeito à ação transformadora. Os valores se exprimem pela culturalização dos desejos dos indivíduos e da humanidade. Quando a sociedade está fundamentada na individualização da produção material e das relações sociais, a moral impede a ação transformadora de socialização dos indivíduos. Parece claro que, “por mais intenso que seja o esforço transformador e culturalizador da moral, não se supera sua função inibidora e essa se impõe na medida em que a estrutura da vida cotidiana está caracterizada basicamente pela muda coexistência de particularidade e genericidade” (HELLER, s.d., p. 23).

A elevação do ser humano jamais caracteriza a restrição da particularidade, das paixões e desejos do *Eu*, mas converte-se na externalização do impulso de realização do humano-genérico ou permanece excluída, quando inibe a ação moralmente motivada. A maioria das ações e escolhas do ser humano tem motivação heterogênea, tendências que aparecem como motivações particulares e genérico-morais que se integram para a elevação acima do particular-individual num movimento de maior e menor intensidade.

Para Heller, é na catarse que o homem está no ápice da elevação moral, tornando-se consciente do humano-genérico de sua individualidade. A produção da elevação efetiva a arte e a ciência, o reflexo artístico e científico, pois rompem-se as tendências e pensamentos orientados pela espontaneidade do *eu* individual-particular.

A superação dialética da particularidade para além da vida cotidiana e sua elevação ao humano-genérico é a homogeneização. A vida cotidiana é heterogênea e solicita capacidades, mas não integralmente, nenhuma com intensidade especial. Mas, é o homem inteiro que intervém no cotidiano, concentrando todas as suas capacidades para uma única questão, colocando a inteira individualidade humana no enfrentamento dos problemas. Na realidade, é o ser humano inteiramente se transformando.

A homogeneização na direção do ser inteiro, humano-genérico acontece nos indivíduos, cuja paixão se orienta para o humano-genérico quando tem a capacidade de realizar a paixão, elemento necessário de sua essência de sua vida (HELLER, s.d.).

Este corpo teórico norteou a pesquisa para a compreensão do ser humano e de sua construção científica em relação à saúde e educação no capitalismo. Pois, a reflexão sobre o ser humano subsidiou a presente pesquisa, tratando os trabalhadores como sujeitos históricos que se transformam e transformam a realidade.

1.2 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO DE SAÚDE

1.2.1 Do fragmento à totalidade

A construção teórica da saúde, como toda a ciência, é produto da visão do homem sobre a realidade e das relações sociais. O estudo da saúde como aponta GARCÍA (1989), teve influências do neopositivismo a partir dos princípios do empirismo e do neokantismo seguindo o racionalismo. Estas correntes, que se constituem na filosofia idealista, a qual concebe a primazia do espírito, considera a matéria e a natureza na esfera secundária. Já no século XX sociólogos e antropólogos contribuíram com estudos empíricos ao demonstrar que a saúde e a doença não se reduzem a uma evidência orgânica, natural e objetiva. Para estes, o processo saúde-doença está relacionado com as características de cada sociedade. Neste sentido, estudos demonstraram que a doença é a incapacidade para trabalhar – estreita relação com a economia e criação de mais-valia e possibilidades de acumulação capitalista. Isto quer dizer, a doença é socialmente construída e o doente é um ser social. (MINAYO, 1993, p.175).

O neokantismo sustenta a idéia da experiência. Assim, como o pensamento é fonte do conhecimento, existe a priori, na consciência, os elementos de natureza formal. A natureza para ele, compreende a repetição dos fenômenos evidenciados pelo método generalizador, onde se encontram as leis. Nesse sentido, o homem age moralmente segundo a voz da razão, obstaculizando a ação sustentada pela situação de vida. A prática da saúde é vista na esfera da experiência e o pensamento é concebido pelo saber da doença. As explicações sobre o processo saúde-doença se encontram nas propostas de Parsons em relação ao caráter metodológico e nas idéias de Weber que compreendem a doença sobre a concepção do semiológico, etiológico e nosológico.

A visão da patologia se sustentou, tanto na clínica como na doença. A análise partiu das idéias de Freud em sua análise da neurose, dos pensamentos de explicação da vida de Nietzsche, Bergson e Driesche, como também, o viver

espontâneo de Maeterlink e D'Annunzio. O mundo dos fenômenos e a experiência de Kant foram o argumento básico das explicações. Pois, a ciência da vida cultural visa compreender racionalmente as idéias pelas quais o homem luta. A escola fenomenológica em ciências sociais norte-americana contribuiu para a superação do modelo de determinação biológica, com uma visão humanística da saúde. Desta forma, o pensamento kantiano foi recuperado articulado com as ciências sociais em momentos históricos determinados. (GARCÍA, 1989, p. 70-73).

O trabalho teórico de construir o objeto saúde numa hegemonia positivista, por sua vez, representa a construção de uma unidade com a associação empírica de fenômenos e decorre na redução da concepção do processo saúde-doença no clínico individual. A interpretação unitária dos processos gerais e específicos, do biológico e social, impende o olhar científico da realidade concreta. A associação do enfoque clínico com as disciplinas relacionadas com a teoria do conhecimento, com as probabilísticas e outras concebem uma visão fragmentária da saúde.

O pragmatismo da incorporação da corrente neopositivista com justaposição das ciências sociais na base das ciências biológicas é difundido, reificado com a ilusão de progresso tecnológico, num processo de poder místico da ciência-tecnologia.

A incorporação com a justaposição dos saberes e ações generalizam a unidade em relação à totalidade. Isto ocorre sem se compreender as suas relações, em que aprende a aparência dos fenômenos e, em decorrência disto frustam as práticas e se constituem na visão negativa dos sujeitos.

Estes saberes segmentam os processos físicos, biológicos e sociais. Os processos se caracterizam em partes se colidem externamente, no contexto de um processo sistêmico, regido por um determinismo mecanicista de associação dos fatores, cuja organização se apresenta de acordo com as leis fundamentais da natureza.

Já a teoria funcionalista explica a medicina e a doença, conectadas com os conceitos do funcionalismo sociológico, especialmente de Parsons. O ponto de partida da análise é a doença, considerando a prática médica como um mecanismo do sistema social, em que se superam as alterações da saúde.

O conhecimento científico do processo saúde-doença se construiu numa formação social no campo da clínica, com a explicação de diagnóstico e prática fundamentada no indivíduo-particular, contrapondo-se com o gênero-humano. Pois o enfoque teórico que contempla o ser humano se constitui no campo da investigação epidemiológica da determinação social, que interpreta, observa e transforma a saúde-doença como processo coletivo.

Para BREILH (1991), o domínio teórico das ciências biológicas tem investigado os comportamentos fundamentais, os processos genótipos e fenótipos dos indivíduos e seu horizonte explicativo. Este enfatiza que a teorização da ciência clínica se baseia nos pressupostos fundamentados na particularidade e na vertente tecnológica de aperfeiçoar os procedimentos técnicos, aplicados na realidade da saúde. Assim sendo, a construção científica do coletivo em saúde resulta na agregação de princípios e fatos ocorridos nos indivíduos. Esta visão simplifica a realidade numa visão limitada ao micro de seus elementos constitutivos, colocados em cada forma de organização da realidade.

Os sujeitos sociais que estão presentes na clínica (o profissional da saúde e o paciente), se encontram em harmonia. Ambos, orientados com valores compartilhados evitando, desta forma, o conflito. A causalidade do processo saúde-doença é reconhecido como uma construção da mente humana e não como determinação dos próprios fenômenos. Os fenômenos sociais são intemporais, invariáveis e independentes da vontade do ser humano.

O paradigma da saúde que integra a clínica, reduz a saúde para o enfoque biológico, naturalizando o ser humano, levando a interpretação do social como uma associação estatística de dados individuais, de morbidade e mortalidade, complementando com os fatores sócio-econômicos.

O objeto de trabalho são as condições do indivíduo, sinais e sintomas, que se manifestam numa série complexa de determinações. Por sua natureza individual, o suporte teórico e instrumental fazem parte das ciências naturais, priorizando as ciências físicas e biológicas, limitando-se aos fragmentos parciais das ciências sociais e filosóficas.

O método que a clínica utiliza é o estudo minucioso e exaustivo dos processos individuais particulares de caráter orgânico-funcional e psíquico. A

característica natural individual, do seu método particular, do enfrentamento prático de atuação clínica individual é singular, recortando a realidade do processo saúde-doença no fragmento, pois o individual-particular não é a essência da sociedade.

O conhecimento e transformação do processo saúde-doença em sua dimensão coletiva ou social acontece quando o objeto do trabalho encontra-se nos processos de domínio social ou das classes sociais e grupos sociais. Pois, são estes que determinam as condições específicas de saúde e doença. A teoria e o instrumental em que se fundamentam são as ciências sociais e as ciências naturais na esfera supra-individual. A delimitação social do objeto necessita de um recorte para explicar os processos estruturais e de classe. Com isto estabelecem relações no campo empírico. A ação transformadora da saúde se constrói na problematização da saúde, em consequência dos processos de deterioração do trabalho e o consumo das classes sociais no modo de produção capitalista e em decorrência deste, a respeito das condições políticas e culturais (BREILH, 1991).

A valorização das ciências básicas e clínicas é uma distorção do discurso da neutralidade da ciência, explicado por meio do vínculo direto das disciplinas básicas e com a farmacoiúduíria, valorizando o processo terapêutico no mercado, pelo uso da ciência e da tecnologia.

O fato de usar a racionalidade matemática de agregação de problemas clínicos, limita a prática de saúde coletiva em nível individual. A promoção desta prática é apoiada por entidades financeiras do mundo hegemônico, como as fundações filantrópicas, afim de obstaculizar a construção do caráter sócioestrutural dos problemas de saúde para a transformação do processo saúde-doença.

O princípio da clínica é a redução do campo de visão do processo saúde-doença, enaltecendo a assistência e a medicalização dos casos, pois o homem é visto como objeto em suas manifestações clínicas. Portanto, estas distorções do enfoque teórico que advém dos enfoques neopositivista e fenomenológico, dificultam o desenvolvimento da construção da realidade sanitária.

Numa época como a atual, de enfraquecimento da racionalidade crítica e de retomada da razão instrumental, que os **papas** do capitalismo querem definir como **Era da Pós-Modernidade**, propugnando o avanço social por meios puramente tecnológicos e defendendo as supostas bondades de um capitalismo benigno, em que se atenuam ou dissipam, milagrosamente, os conflitos e as desigualdades sociais e os discurso crítico (BREILH, 1991, p. 42).

O modelo hegemônico das academias de estudos empírico-analítica e popperiana e de outras correntes pragmáticas de uso dos serviços de saúde é a investigação da saúde limitada sobre fatores de riscos. A compreensão está na visão aparente dos fenômenos, que limitam o conhecimento da realidade concreta, por conseguinte a conscientização sanitária.

A atuação científica dos pressupostos empírico-funcionalistas, para Breilh, é praticado, consciente e inconscientemente de forma a beneficiar os interesses de setores da sociedade. Os princípios de causalidade, distribuição e efeitos aparentes dos agravos à saúde, físicos e mentais são medidos e relacionados com o potencial funcional da população, implicando na sua produtividade para estabelecer o mínimo de proteção dos indivíduos ou dos grupos produtivos.

O desenvolvimento do pensamento positivista para análise do processo saúde-doença por alguns autores como MacMahon tem como fundamento as idéias de Hume, de fatores de diferentes sistemas que se conectam em formas, de cadeias e redes, onde suas relações ou associações são observadas empiricamente. Estabelece-se assim, a redução naturalista do social, com o princípio de relacionar os fenômenos em termos funcionais observados no esquadramento dos estratos sociais, limitando-se aos interesses do processo de produção hegemônico (GARCÍA, 1989).

As concepções de Augusto Comte, de Durkheim, de Parsons e de outros positivistas predominaram na reflexão e prática do processo saúde-doença em sua história. A visão da sociedade em equilíbrio e da livre circulação de mercadorias desenvolveram o conhecimento, onde os sujeitos numa sociedade de competidores têm igualdade de condições, sendo os excluídos, os próprios responsáveis por sua incapacidade de aproveitar a liberdade de competir e assimilar os benefícios do Estado que são regulados eqüitativamente como direitos e deveres. Pois, *“vemos más bien la perfección en el hombre competente que trata, no de ser completo, sino de producir, que tiene una area limitada y se conagra a ella, que realiza su función, que ocupa su lugar”* (DURKHEIM, 1967, p. 42)

O método sociológico positivista constitui em renunciar à penetração da essência das coisas, limitando-se ao aspecto externo dos fenômenos, reduzindo a

menor variação de vínculos exteriores, privilegiando a semelhança e sucessão. Para Comte a assimilação do social é natural e em equilíbrio. Já a compreensão do social se caracteriza no mundo às leis naturais, independentes da vontade humana. DURKHEIM afirma as idéias de COMTE, colocando os fatos sociais como coisas submetidas às leis naturais. A sociedade tem o caráter de um sistema de órgãos diferentes, exercendo uma função social especial, colocando como perspectiva para a universidade ou seja para a burguesia. Parece claro que, *“en una palabra, la división del trabajo, al mismo tiempo que es una ley de la naturaleza, es también una regla moral de la conducta humana, y si tiene este carácter,? [...] se vuelve cada vez más una de la bases fundamentales del orden social”* (DURKHEIM, 1967, p. 41).

A objetividade da ciência, fundamentada nas ciências naturais, supõe a neutralidade ideológica, sendo verdadeira apenas quando elimina totalmente a interferência externa de preconceitos ou prenoções. O método científico deve ser objetivo, bem como, estudar fatos que obedecem às leis sociais, às leis invariáveis que são as naturais. “A objetividade é uma coisa absolutamente certa. É determinada por observações e verificações, evidentemente concordantes” (MORIN, 1994, p. 33). Os estudos não podem ser misturados com as paixões, utopias, visões de mundo e preconceitos dos pesquisadores, porque podem perturbar a imparcialidade da ciência frente aos conflitos.

O estudo da linha crítica dos elementos técnicos-ideológicos que sustentam o modo de produção capitalista revelam que o mesmo é essencialmente patológico ao homem e por sua vez à sociedade.

A visão funcionalista da sociedade fundamenta-se nas premissas da organicidade de Darwin: de sobrevivência dos mais aptos na luta da vida. A hierarquização da sociedade é dada como natural, uma vez que o homem tem que cumprir a sua função na sociedade dividida pela própria natureza. Desta forma, condiciona o homem à situação de um animal mais evoluído na escala de sobrevivência.

Las especulaciones recientes de la filosofía biológica acabaron por hacernos ver en la división del trabajo un hecho de una generalidad que los economistas, que hablaron por primera vez de él, no pudieron sospechar. Se sabe, en efecto, desde los trabajos de Wolff, de von Baer, de Milne-Edwards, que la ley de la división del trabajo se aplica a los organismos así como a

las sociedades; incluso se pudo decir que un organismo ocupa no lugar tanto más elevado en la escala animal cuanto las funciones estén más especializadas en él (DURKHEIM, 1967, p. 40)

Por outro lado, a visão funcionalista da luta dos seres vivos pela sobrevivência, de Darwin, inspirou os estudos dos processos mentais, da consciência como um fenômeno dinâmico e do organismo como uma totalidade. Esse contexto inspirou métodos alternativos como a psiquiatria dinâmica e psicoterapia de Sigmund Freud. O dualismo do corpo máquina culminou na escola behaviorista dos fenômenos mentais, representando tipos de comportamento, processos fisiológicos dirigidos pelas leis da física e química. Os estudos experimentais em laboratório com animais desenvolveram aplicações no processo de aprendizagem. A adoção de princípios mecanicistas, de estímulos respostas como da física newtoniana, teve como objetivo a fundamentação dos métodos da psicologia animal e da integração do reflexo condicionado. Teve também, a articulação do conceito de aprendizagem como modificação do comportamento. O modelo biomédico da saúde “ ainda será extremamente útil em muitas áreas da ciência clássica, desde que suas limitações sejam reconhecidas [...] a análise reducionista corpo-máquina não pode fornecer-lhes uma compreensão completa e profunda dos problemas humanos” (CAPRA, 1999, p. 155).

Essa concepção, por sua vez, exclui a consciência do ser humano, com o seu caráter objetivo e natural. Este fundamento argumenta sobre a pouca necessidade da consciência na área da física e química, transcendendo a psicologia. Os fenômenos são explicados no mundo externo e do comportamento em respostas a estímulos externos.

Os estudos comportamentais desenvolveram especialmente as idéias de Skinner, referentes ao método de condicionamento operante, com sua preocupação diante de uma tecnologia revestida do poder de precisão sob a tecnologia da física e da biologia. Tomando o rumo da rejeição do homem subjetivo e direcionando suas idéias, o ser humano é condicionado a comportar-se de um modo melhor, para que ele possa adaptar-se à sociedade. Assim, definindo o homem como objeto, nas transformações da sociedade, este se torna passivo para ser adequado às demandas das ideologias dominantes.

Na realidade, a observação das coisas pela sua aparência externa coloca a ciência como neutra e não contaminada pelos efeitos do movimento social. O processo saúde-doença, em sua definição, desenvolve-se igualmente em outras concepções, sujeito às leis naturais e orientadas a modificações do exterior, mas sempre vinculadas por fatores da natureza, como agentes químicos, biológicos, físicos, ergonômicos e de coisas sociais. Por outras palavras, *es un fenómeno de biología general, cuvas condiciones es necesario buscar, parece, en las propiedades esenciales de la materia organizada. La división del trabajo social no aparece más que como una forma particular de este proceso general, y las sociedades, conformándose a esta ley, parecen ceder a una corriente que nació mucho antes que ellas y que arrastra en el sentido a todo el mundo viviente.* (DURKHEIM, 1967, p. 41).

Tal concepção destaca-se na existência da ciência asséptica para evidenciar transtornos físicos e mentais, medindo, hierarquizando e associando com fatores biológicos e sociais, na busca do bem-estar coletivo, operante no mundo ocidental promovido pelo capitalismo. Logo, ocorre a ocidentalização do mundo a partir de programas organizados para a adequação da acumulação do capital e de sua legitimação política. O funcionamento dos setores da sociedade fazem parte da lógica dominante, pois, *“el imperativo categórico de la conciencia moral está por tomar la siguiente forma: Ponte en condición de cumplir útilmente una función determinada”* (DURKHEIM, 1967, p. 42).

A ideologia torna o científico como natural social. O seu sentido pragmático e método relacionam doenças com: idade, sexo, raça, local e outros fatores. Ao adotar medidas de operacionalização de programas, campanhas, práticas assistenciais torna aparente a sua limitação perante as necessidades essenciais à humanidade.

O materialismo histórico critica o positivismo no pragmatismo de filiação política, como corrente de pensamento, mas, não nega absolutamente as suas contribuições do saber acumulado, as contribuições de Freud e de outros na arte de curar. As descobertas microbiológicas, os avanços da imunologia, o aperfeiçoamento das técnicas de análises quantitativas e de recursos de trabalho em campo, são propostas de prevenção do modelo ecológico-funcionalista. O

desenvolvimento das forças produtivas são importantes, mesmo conhecendo a sua parcialidade e as suas limitações, na busca de equilíbrio da produção capitalista.

A investigação da produção social da doença avança no conhecimento face a aplicação das leis do materialismo histórico no estudo dos princípios de determinação e distribuição dos agravos. O objetivo é de superar a visão pragmática e de racionalizar as esferas da estrutura social, que emergem da determinação dos processos. Pelo exposto, a desmistificação do fetichismo da igualdade aparente frente ao risco de adoecer está em exprimir a gênese da distribuição das classes sociais e de suas características de saúde-doença.

A objetividade do estudo do processo saúde doença tem o caráter do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, que limita e possibilita o conhecimento do trabalho, concebido na consciência de classe. É a apropriação concreta do sistema produtivo na necessidade de superação deste processo de produção, para a libertação das capacidades do homem em virtude da consciência social.

O conhecimento da realidade concreta e do desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade num determinado momento, demonstram a relação das ciências médicas com a consolidação do capitalismo.

A crítica se exprime na perspectiva histórica de uma classe em relação aos princípios e valores de outra que a explora e, não consegue a superação desta. Por outro lado, é o fundamento em sua condição de exploração, teórico-prático que constrói o conhecimento a partir das premissas, idéias corretas ou equivocadas anteriores, superando dialéticamente e negando suas limitações de classes (BREILH, 1999, p. 53).

O desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas movimenta-se como indica Breilh, às vezes pela estagnação e curvando para o lado conservador. Em certos momentos históricos, a perda da objetividade acontece em explicações extra-objetivas e reducionistas, ambas adequadas à compulsão do sujeito social dominante.

O conhecimento da origem e da essência de fatos históricos-naturais do processo saúde-doença implica na superação do mundo das aparências, e do desenvolvimento das possibilidades dos interesses históricos de classe, para o

avanço do homem. Neste sentido, o avanço depende dos progressos da história do proletariado, que contenha o avanço sociopolítico, produtivo e científico-tecnológico, no próprio processo de produção capitalista em suas estruturas e supraestruturas. O trabalho vigente está ajustado ao mercado, limitando a visão ao individual, no seu caráter visual ao prático e rentável. Parece claro, então, que o desenvolvimento do ser humano se faz na crítica da alienação do ser humano individual-mercantil, por necessidade histórica e no resgate do valor de uso para o bem comum. Assim, o sujeito torna-se capaz de analisar e sintetizar a realidade social, em sua diversidade dos fenômenos gerais e particulares, diferenciando o concreto e o abstrato, o lógico e o histórico, o estrutural e o supraestrutural.

Os modelos ecológicos de explicação do processo saúde-doença são um paradoxo capitalista, mas para superá-lo tem que se destruir a condição do ser individual, que é a ciência produzida a partir dessa exploração para o novo ser humano - onilateral.

O obscurecimento diante da falsidade da ideologia foi construído a partir das relações dos indivíduos. Isto ocorreu sem investigar a relação de existência com a natureza e com os outros homens. A mistificação do fetiche do mercado, com consequências por desigualdade de distribuição da riqueza, converte-se em representações mistificadas absolutizadas. Para demonstrar a falsidade dessas construções ideológicas tem que se resgatar as teorias liberais.

A transformação do homem transcendendo os valores individual-particulares se constrói na reflexão da fé e da ciência, rompendo as suas superstições, critérios mágicos e preconceitos, em que a sua crítica possibilita a sistematização científica, ética e política.

As necessidades sociais e o conhecimento dos determinantes da saúde são representados pelo materialismo histórico. É a ferramenta de reflexão crítica e ação emancipadora. As demandas científico-tecnológicas e políticas se produzem na ruptura da redução e idealização da ciência, para exercer uma ação transformadora, construindo a realidade num novo vínculo com a população.

A atuação contra-hegemônica para Breihl, é o compromisso com as classes operárias para a construção de uma cultura de transformação livre e não alienada em sua práxis. Isto baseia-se na consolidação do saber crítico e não contemplativo,

que busca transformar os objetos do conhecimento, superando as premissas hegemônicas, para a investigação do mundo em movimento, como também, compreender a diferença da relação entre o biológico e o social e entre o individual e o coletivo. A renovação do método científico deve caminhar, resgatando-o das posturas racionalistas e empíricas em virtude de nova formulação lógica. Esta renovação produz uma mudança metodológica para reestruturar a integração da base empírica e a construção teórica no processo de investigação, para formular uma relação adequada da análise qualitativa e quantitativa. A transformação da teoria do conhecimento *possibilita o estudo dos determinantes da formação e das características do saber enquanto problemas da formação e desenvolvimento do pensamento científico, do saber tecnológico e do saber popular. E, repercute na pedagogia e no processo de ensino-aprendizagem em saúde por meio do trabalho-estudo.*

O caminho da construção teórica do processo saúde-doença no contexto do trabalho se concretiza com o materialismo dialético. Pois, o método dialético permite interpretar o fenômeno saúde-doença no contexto da totalidade, com o poder explicativo dos princípios básicos de determinação e distribuição da saúde-doença em que diferencia e integra o social e natural e as relações da estrutura e superestrutura. A crítica e a reinterpretação dos elementos constitutivos do processo saúde-doença de cada classe social em um determinado momento histórico, estão relacionadas as suas contradições entre as condições de saúde e patológicas, determinadas pelo modo de produção na busca da hegemonia, ou seja, do ser unilateral.

A transformação das condições socioeconômicas em variáveis não contrapõem a fundamentação histórica e econômico-política, em que as mesmas estabelecem o significado em elementos lógico-formais. Este enfoque na explicação do processo saúde-doença demonstra que o diagnóstico com a patologia, a medicalização, ou os fatores de riscos ou danos com a doença se tornam numa associação empírica de variáveis, pois não há explicação da essência das relações com a esfera empírica.

A visão liberal-positivista identifica o seu objeto com as condições de normalidade e anormalidade psicobiológicas dos indivíduos, que são modificáveis

por causa dos fatores de risco distribuídos na sociedade. Por sua vez, classifica-os, enumera os casos e riscos e os correlaciona obtendo conclusões que servem de modelos de enunciação gerais de causalidade. É a racionalização naturalista das classificações de uma especulação da informação, ou seja, de uma abordagem do processo saúde-doença fixada na aparência dos fenômenos.

A concepção do processo saúde-doença como processo histórico assume a crítica do objeto, do método e da práxis vigente. Compreendendo a necessidade de incorporar tanto o método indutivo como o dedutivo em seus limites, num processo de conhecimento que ascende do concreto direto ou do fenômeno do processo saúde-doença para a construção histórica de suas determinações sociais. O estudo reconstrói a sua própria sistematização do saber e seu método, submetendo a interpretação do processo saúde-doença à lógica do materialismo histórico. Assim, o objeto adquire sua forma concreta de existência na determinação do processo, cujo movimento encontra-se conectado. A construção de cada fase do conhecimento do objeto se apresenta de 3 maneiras, segundo BREILH (1991): 1.) o processo saúde-doença, 2.) a realidade social da natureza, 3.) a realidade natural do objeto. Pois, é no processo prático-político e na conexão da teoria, que transcende enquanto teoria revolucionária, com a prática transformadora, que o conhecimento se torna a fonte da ciência.

A contribuição das forças produtivas no avanço das relações de produção, no alcance do conhecimento, incrementa o processo de enfrentamento com uma estrutura social que institucionalizou certas condições de reprodução social com seus perfis patológicos.

Se, por exemplo, os trabalhadores da saúde conseguissem interpretar cientificamente o perfil patológico da classe operária para um determinado período, sistematizar a explicação de sua gênese e conjuntura e plasmar esse conhecimento mais evoluído em ações de saúde integrais que operassem sinergicamente com a dinâmica do movimento social, estariam contribuindo para o desenvolvimento das forças produtivas, visto que, ao dirigir com eficácia crescente esse poder explicativo incrementado até os pontos álgidos do problema sanitário, atingiram efeitos de maior transcendência nas condições de vida das massas, diminuiriam o pólo doença da contradição alcançariam a formação de um novo conhecimento que transcenderia a falácia desse outro tipo de saber de profundo e especializado porque penetra no detalhe dos órgãos e funções somáticas para regular a máquina-mercadoria mais apreciada pelo capital: a força de trabalho (BREILH, 1991, p. 69).

1.2.2 Do modelo flexneriano ao holismo: o movimento idealista

O estudo dos processos gerais de uma formação social permite captar a essência dos fenômenos do processo saúde-doença nos momentos históricos. A periodização é um recurso analítico que deve objetivar a aproximação, de forma crítica, da situação dos fatos. Isto permite reconhecer os contornos mais gerais, reconstruir as tendências fundamentais e destacar os pontos-chaves da relação entre o processo saúde-doença e o desenvolvimento da sociedade-estado capitalista. A compreensão e qualificação do fenômeno só é possível com o conhecimento aproximado da totalidade a qual pertence, pois movimenta-se de acordo com o lugar que ocupa em uma determinada sociedade (LUZ, 1987; BREILH, 1991; LAURELL, 1989).

A capacidade humana de dominar a natureza e os próprios homens, com o caráter de acumulação de riquezas, impulsiona elementos materiais e intelectuais à produção de riquezas, inclusive na área da saúde dentro do contexto da ciência-tecnologia, colidindo o exercício do poder econômico e o exercício do poder político.

O período da industrialização corresponde à fase da história humana em que as transformações no modo de viver, adoecer e morrer mudam com uma velocidade nunca antes verificada.

A evolução da medicina ocidental, concebida pela racionalidade e pela objetividade da nova sociedade, é dominada pelos burgueses e modifica as práticas sanitárias. A busca das ciências da saúde é dos sinais da doença revelados pelo corpo, que até então estava proibido, ou era monopólio da igreja. A partir disso desenvolve-se o conhecimento do organismo humano em vários termos como: partes, funções, interdependências, funcionamento e transformações (em termos físicos-químicos).

As circunstâncias exigiam dos países o direcionamento na efetiva orientação das ações de saúde para a melhoria da produtividade. Em consequência disso ocorria a melhoria das condições de vida e do espaço urbano, não sendo exclusivamente de medidas institucionais.

Nunca a ciência terá estado tão infectada pela venalidade e corrupção mercantil. Após o assenso da fase inicial do capitalismo, torna-se mais falsa do que as instituições ingênuas dos modos de produção anteriores. Alguma vez se viu antes, aplicar-se a ciência à corrupção da alimentação? A louca caça “científica” à produtividade tomou os cereais praticamente impróprios e perigosos para consumo humano, e substitui-se muitas vezes o porco por soja nas latas de presunto que se vendem! Algumas medidas de autoridade muito simples fizeram mais do que todos os institutos de investigação médica do Ocidente desenvolvido, fazendo desaparecer, por exemplo, na China, as doenças venéreas, que se espalham cada vez mais nos países desenvolvidos, apesar dos antibióticos (MARX In DANGEVILLE, 1978, p. 45).

A formação da grande indústria com o uso de maquinaria decorre da transformação do processo fabril. O processo de trabalho fica cada vez mais complexo em virtude da diversificação das necessidades e do avanço tecnológico. Marx indica que a divisão do trabalho na manufatura era subjetivo. O processo tinha que se adaptar à maquinaria, ordenando o espaço e a conduta dos homens de acordo com o ritmo do modo de produção. O suporte estatal declinou para a consolidação da nova ordem de controle político, assegurando a livre circulação de mercadorias, legitimando a produção capitalista. Por outro lado, o movimento de trabalhadores, a menção jurídica de uma democracia e igualdade, por necessidade histórica, orientavam o reconhecimento dos problemas da população e periferias urbanas.

Neste sentido, o pensamento biológico moderno fragmenta o corpo humano até seus componentes mais ínfimos, utilizando os métodos cartesianos, negligenciando o homem integral e seu tratamento como uma pessoa total. A formação dos profissionais envolvidos com a saúde também se constitui do mesmo modo, consequentemente os profissionais se encontram com poucas possibilidades de curar as doenças do momento histórico. O pensamento científico, que se refere a síntese de Newton, foi estruturado por Descartes com o pensamento hegemônico do corpo humano semelhante a uma máquina.

Outros teóricos, místicos para a época, colocavam a medicina como arte e o processo saúde-doença no processo químico, sendo a doença um desequilíbrio na química do corpo.

A fisiologia do organismo estava dividida nos processos químicos e mecânicos. A hegemonia da ciência construída pela racionalidade mecânica foi considerada como pensamento científico. Os fisiologistas tentaram aplicar os métodos mecanicistas à descrição de funções corporais, no entanto, com as descobertas na

química, elas foram incorporadas na concepção do funcionamento do organismo. As descobertas na química impulsionaram a fisiologia no campo da neurofisiologia, respiração e eletrodinâmica. Assim, a imagem mecânica compreende às interações físicas e químicas na aceção cartesiana

O método cartesiano desenvolveu a imagem de organismos vivos como sistemas mecânicos que se estabeleceu na fisiologia. O funcionamento do organismo do homem é comparado com o do animal e a complexidade do corpo ao funcionamento de um complexo relógio. Este como uma montagem de molas que se engatam umas nas outras, com uma habilidade e engenho, girando no curso de sua vida. Neste sentido, Capra enfatiza que “os animais continuavam a ser considerados máquinas, embora muito mais complicados do que relógios mecânicos, dado que envolviam fenômenos químicos e elétricos”. (CAPRA, 1999, p. 101).

O impulso da ciência e dos equipamentos desenvolveu a compreensão da complexidade biológica do corpo, especialmente a descrição e funcionamento microscópico do organismo. Foi a partir do método da experimentação que se desencadearam vários estudos em direção à microbiologia, descobrindo vários germes que causavam as doenças. A relação era simplista e objetiva, pois o objeto bactéria causava doenças no objeto homem.

As ações de saúde assumem a sua importância econômica pela sua finalidade de manutenção e de reprodução da força de trabalho e pela sua condição de um objeto de consumo sob a forma de atenção (empresas prestadoras de serviços de saúde e de seguro saúde), medicamentos e tecnologia (saber, equipamentos, procedimentos etc). Pois, *“el círculo de sus investigaciones se restringe a un orden determinado de problemas, o incluso a um problema único. Simultáneamente, la función científica que, antano, se unía casi siempre a otra más lucrativa, como la e médico, de e sacerdote, de e magistrado, de e militar, se basta cada vez más a si misma”* (DURKHEIM, 1967, p. 40).

A concepção da doença redundou em estudos da relação do organismo com o ambiente, como um estado de equilíbrio entre um e outro. Porém, foi a teoria da evolução da biologia que mais contribuiu para a história do século XIX. O paradigma reducionista da biologia, de variação aleatória e de seleção natural através dos mais

aptos de Darwin, e seu desenvolvimento por Mendel, se coadunaram com a explicação dos mecanismos físicos e químicos. Pois, a genética de Mendel fortaleceu as explicações de Darwin, reforçando a abordagem cartesiana dos organismos vivos, especialmente do ser humano.

A microbiologia impulsionou a elevação dos serviços de saúde, como mercadoria de fácil e eficiente circulação e reduzindo as análises do processo saúde-doença a estudos estatísticos coletivos de enfoque naturalista.

A acepção da determinação do ser humano como produto da genética se fortaleceu, considerando-o como uma máquina controlada previamente - geneticamente por cadeias lineares de causa e efeito unilaterais. Essa interpretação explica a hereditariedade, as diferenças de raças e sexo, bem como, as diferenças de comportamento como a essência da abordagem científica. A diferença é explicada geneticamente em concordância com as idéias evolucionistas que explicavam a submissão dos menos aptos como os negros, mulheres e pobres. A visão da ciência é a existência da continuidade entre a matéria do mundo vivo e não vivo e dos fenômenos, expressando a concepção da física como da biologia.

O enfrentamento da saúde ficou no campo do contágio, da monocausalidade. A tendência policial dos serviços de saúde, normatizadora e centralista do estado, estava em concordância com a hegemonia liberal. Pois a idéia de único fator causador de doença coadunava-se com a visão cartesiana dos organismos vivos como máquinas, que, quando não funcionam bem, têm uma causa.

O controle capitalista sobre a produção se acentuou nas indústrias, quando os trabalhadores eram reunidos no mesmo local de trabalho. A manufatura dividiu o trabalho e sua organização se fundamentou em normas disciplinares.

A subsunção do trabalho ao capital, o controle das forças de trabalho viabilizaram o sentido normatizador que se desenvolveu na vida social e na saúde com a polícia médica. Estava baseada na adoção de um enfoque coletivo ou de dimensão social, “essa sábia resignação for compartilhada por todos e, particularmente, pelo proletariado, teremos solidamente consolidado a ordem pública” (LOWY, 1992, p. 40).

Por outro lado, o sistema de produção necessitava de trabalhadores livres, com condições mínimas de reprodução social como força de trabalho.

A exploração da vida se deu com caracterização cada vez mais minuciosa dos organismos, das bactérias e seres vivos, detalhando os seus cromossomos e a composição química, como um código. Para a maioria dos pesquisadores reducionistas, a interpretação da vida e a resolução de seus problemas estão nos detalhes moleculares, mesmo não tendo explicação para a especificidade do ser humano.

A concepção mecanicista como fundamento das ações de saúde configurou-se no modelo biomédico de explicação. A doença é considerada como uma avaria da máquina, no mal funcionamento, que se limita ao tratamento da fisiologia dos distúrbios. Pois, “o saber médico se refere às noções positivas da saúde e de normalidade” (FOUCAULT, 1998, p. 38).

No entanto, a fragmentação do corpo na perspectiva dos órgãos e suas funções, das células e dessas para as moléculas seguindo para o corpo com a mente, complexificou de tal maneira, que tornou muito mais difícil o seu tratamento.

O estudo médico das patologias, resultante dos avanços da anatomia e fisiologia incorporou os transtornos mentais, mas não em suas dimensões psicológicas, mas centrando os esforços apenas no âmbito de causas orgânicas e métodos terapêuticos. Os psiquiatras modernos utilizaram a terapia da doença física, pois a doença mental afeta mais um órgão, o cérebro, manifestando-se em sintomas mentais. Dispondo para o tratamento da doença mental de medicamentos que controlam os sintomas, mas não curam. A abordagem baseava-se nos distúrbios comportamentais pela psiquiatria.

A etiologia desenvolveu a medicina, na perspectiva da pesquisa do ser humano hospedeiro e do meio ambiente, estudando os microorganismos, alavancando a revolução das práticas cirúrgicas com a anti-sepsia e do avanço tecnológico, transformando, deste modo, os métodos de diagnósticos e intervenção na doença. “A ciência e a tecnologia médicas desenvolveram métodos altamente sofisticados, podem remover e consertar várias partes do corpo, e até para substituí-las por dispositivos artificiais” (CAPRA, 1999, p. 138). O desenvolvimento da saúde torna-a numa boa mercadoria para a produção da mais-valia se exarcebando nos dias atuais.

Estar de posse da sequência do genoma não resolverá todos os problemas de saúde do Homem imediatamente, mas é um passo enorme na compreensão dos mecanismos bioquímicos de várias doenças que atacam a humanidade, tendo por isso grande valor comercial, particularmente para a indústria farmacêutica. Para se ter uma idéia da importância do assunto, o Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton e o Primeiro Ministro Britânico, Tony Blair, foram levados a se posicionar sobre a questão [...] defendem a divulgação do mapeamento genético do ser humano, mas aceitam que os produtos (por exemplo, medicamentos) e processos de tratamento que sejam resultado desta descoberta possam a vir a ser patenteados por determinada empresa no futuro” (NASCIMENTO, 2000, p. 1)

O avanço da medicina científica desenvolveu tecnologias num grau muito sofisticado e complexo, mas foi em cima do modelo de acesso restrito, em comparação a inacessibilidade da grande maioria da população e de uma ciência e tecnologia que não tem apresentado melhoria na sua totalidade da saúde da população.

A monopolização dos recursos produtivos possibilitou o avanço do capital e da produtividade, “os EUA surgia como liderança industrial do mundo. Fortunas feitas com o petróleo, carvão mineral e a impiedosa exploração dos trabalhadores norte-americanos estavam se transformando em impérios financeiros [...] havia concentrações suficientes de riquezas para garantir a filantropia organizada e poderosa, isto é, a intervenção organizada das classes dominantes na vida social, cultural e política da nação” (EHRENREICH, 1973, p. 21).

A exploração da máquina corporal operária ousou em sua função social para a elevação da produtividade, aumentando o seu potencial físico e mental de suas funções e reparando danos. Neste momento, “Fundações foram criadas com instrumentos permanentes de intervenção - Rockefeller e Carnegie apareceram na primeira década do século 20. Um dos primeiros e mais importantes pontos em suas agendas foi a “reforma” médica, a criação de uma profissão médica norte-americana respeitável e científica” (EHRENREICH, 1973, p. 21).

Desencadeou na criação de institutos como o Laboratório de Fadiga da Universidade de Havard para a investigação médica, como o Círculo de Pareto, com recursos modernos em direção ao estudo do homem normal. É financiado com doações de instituições filantrópicas, como nesse caso, pela Fundação Rockefeller. Esta fundação tem finalidade de investigar os riscos ambientais. Os objetivos explícitos dos planos do laboratório dirigiram-se para o estudo dos riscos industriais e processos fisiológicos: bioquímica, fisiologia do trabalho e síndrome de fadiga,

como outros riscos de adaptação climática dos soldados. Desenvolvendo, por outro lado, conhecimento de fisiologia muscular e outros estudos com relação a fisiologia do trabalho (BREILH, 1991, p. 79).

Assim, o corpo incorpora novos valores, como o trabalho. A imagem do homem no processo de produção é do corpo como um instrumento de trabalho e o potencial de produção torna-se mercadoria passível de transação no mercado. Mas, para outros, constitui uma fonte de prazer e de ostentação de poder. O laboratório dentro da universidade estava fundamentado na teoria do pensamento sociológico, que sustentou a idéia do equilíbrio social.

As fundações com o objetivo de garantir a filantropia, como aparelhos ideológicos de intervenção na sociedade, patrocinaram a prática médica da elite científica, a qual era composta em sua maioria de homens das classes dominantes.

Reforçando assim, o paradigma biomédico que exclui toda a arte de cuidar das pessoas, como faziam as parteiras, curandeiros e outras pessoas que integram o físico e o social com as crenças, religião, etc. Por considerar que esses não são verdadeiros, porque não eram baseados na observação objetiva dos dados clínicos, métodos científicos ocidentais da era da modernidade.

Os princípios como os da Universidade de Havard estenderam-se para as instituições de saúde, expandindo as idéias da Reforma de Flexner, mediatizados pela quase completa redução da medicina para o clínico-individual. O relatório fixava rigorosas diretrizes que são usadas até hoje nas escolas médicas. O estudo se baseava nas doenças, no contexto da concepção biológica, dividindo o trabalho em especialidades, concentrando-se no tratamento hospitalar.

A reforma da medicina preconizada por Flexner era a condição básica para as escolas médicas receberem o dinheiro e portanto sobreviver. Pois, “as condições para o financiamento, no entanto eram claras: adotar o modelo John Hopkins ou outro semelhante [...] a Carnegie Corporation enviou funcionários, Abraham Flexner, para um giro nacional pelas escolas médicas - desde a própria Havard até escolas comerciais de terceira categoria” (EHRENREICH, 1973, p. 21).

As escolas maiores, como a Universidade de Havard, já detinham recursos doados para iniciar a reforma, enquanto as universidades menores e mais pobres que constituíam-se nas escolas faccionistas e nas escolas especiais para negros e

mulheres não foram consideradas como investimento para o capitalismo. Para a maioria da população era vedado o ensino da medicina, por seu custo ser extremamente alto, seguindo os valores da classe dominante de excluir os pobres, os negros e as mulheres. EHRENREICH enfatiza que “o Relatório Flexner, publicado em 1910, foi o ultimato das Fundações para a medicina norte-americana, e no seu rastro, as escolas médicas fecharam em grande número, incluindo seis das oito escolas para negros existentes na América do Norte e a maioria das escolas “irregulares” que haviam sido um refúgio para as estudantes mulheres (1973, p. 21).

A profissão médica tornou-se superior a qualquer grupo de praticantes da saúde, mesmo sem deter o conhecimento científico e habilidades técnicas. Mas, esse desenvolvimento se explica nas palavras de EHRENREICH (1973, p. 21) “eles se beneficiaram da mística da ciência”, com o apoio do cientificismo do capital. A profissão médica conferiu o direito exclusivo de determinar o que é doença. Os outros profissionais mesmo que altamente qualificados, na sociedade dos lugares anatômicos e funcional, foram considerados como auxiliares do médico clínico. A ideologia da dominação do saber por uma classe evidenciou o poder do médico, “o doutor tornou-se - graças a alguns cientistas estrangeiros e algumas fundações do leste norte-americano - o “homem de ciência”: para além da crítica, para além da regulamentação, e quase além da competição” (EHRENREICH, 1973, p. 21).

O trabalho da saúde se desenvolve sob o gerenciamento do médico e da atuação de outros profissionais de nível superior, que por sua vez controlam em sua área específica o trabalho dos técnicos e auxiliares. A organização do trabalho assistencial em saúde funciona de acordo com a gênese da gerência taylorista, expropriando parcialmente o saber e o controle do trabalho. Mesmo sob influência da gerência científica, os médicos interferem no trabalho dos outros profissionais, controlando o processo de trabalho e tornando os outros trabalhadores dependentes de suas decisões.

O saber e a prática da saúde, para CAMPOS (1992, p. 184), não é só dos médicos, como de todos os profissionais, o processo de diagnóstico e cura não pode ser reduzido a uma objetividade positiva, ele é uma relação entre dois sujeitos influenciados pela história social e características dos dois elementos envolvidos,

onde os mecanismos conscientes e inconscientes dos dois sujeitos, interferem na história da doença e no processo de atenção à saúde.

O pretexto do modelo biomédico é a busca da maior objetividade e do uso de uma série de técnicas para abordar a doença. Isto ocorre sempre no raciocínio de neutralização das interferências do social e da subjetividade do homem, no tratamento da doença e na organização dos serviços.

O estudo da doença se construía concretamente, caracterizando a arte da medicina, que “era ensinada na presença de seu objeto e os jovens aprendiam a ciência médica no leito do doente [...] o representante mais ambíguo desse equilíbrio foi Hipócrates: a medicina grega do século V nada mais seria do que a codificação desta clínica universal e imediata [...] uma medicina dominada pela metafísica torna-se possível: Depois de Hipócrates” (FOUCAULT, 1998, p. 61) .

Deste modo, consolidou-se essa nova prática com interesse do capital e encontrou na infra-estrutura hospitalar e nas inovações técnico-instrumental o seu meio de crescimento. Os hospitais substituem os consultórios, ambulatorios e as residências com o fundamento no ensino, a partir dos ensinamentos da instituição hospitalar, a qual o estudante utilizará quando tornar-se um profissional particular.

A hospitalização em seu surgimento era visto como desencadeadora do hábito de preguiça, dificultando a assistência por ter custo elevado para o tratamento da doença no hospital, pela dificuldade financeira e miséria moral das famílias. Com esse argumento o estado desejava o atendimento de saúde no domicílio. Mas, a validade do hospital foi se expandindo com o desenvolvimento das forças produtivas, diante da miséria da população, tornando-se uma instituição importante para o isolamento dos pobres na proteção dos ricos. Foi, então, “ preciso encontrar, para a manutenção dos hospitais, como também para os privilégios da medicina, uma estrutura compatível com os princípios do liberalismo e a necessidade da proteção social, entendida de modo ambíguo como a proteção da pobreza pela riqueza e a proteção dos ricos contra os pobres” (FOUCAULT, 1998, p. 93).

A observação clínica pressupõe os domínios hospitalar e pedagógico. A prática de ensino dentro das universidades centralizada nos hospitais afastava os

seus alunos da realidade concreta de saúde da maioria da população, de seus problemas de saúde enfrentados em sua vida cotidiana.

Por outro lado, a história dos hospitais acentuava a sua centralidade, pois os pobres atendidos serviam de objeto para o estudo clínico, com o livre consentimento, pois existia um sistema de obrigações e consentimentos entre os pobres e os ricos. O doente pobre no hospital se constituía em corpo, sendo um instrumento mais apropriado para a experimentação. O pobre não poderia recusar-se a ser objeto de instrução em virtude das vantagens de não pagar. Nesse contexto, a benevolência da assistência à saúde ao pobre, o transforma em conhecimento aplicável, para a conservação do rico. O hospital se encontra em liberdade econômica, de interesse para o rico e o pobre se coloca como interesse para a ciência (FOUCAULT, 1998). A saúde se torna uma mercadoria com potencial de valor, pois “o hospital se torna rentável para a iniciativa privada a partir do momento em que o sofrimento que nele vem procurar alívio é transformado em espetáculo. Ajudar acaba por pagar, graças as virtudes do olhar clínico” (FOUCAULT, 1998, p. 96).

A assistência à saúde condicionada pelo sistema de produção capitalista, se orientou para a assistência hospitalar, no uso da alta tecnologia, mesmo sem impactos positivos na saúde da população e em outra frente na medicalização influenciada pelas indústrias farmacêuticas que produzem uma informação pouco idônea dos seus produtos aos profissionais. A prática em saúde se centraliza e divide mais o trabalho em especialidades, que tem sua origem nas escolas de medicina e nos centros médicos.

Apesar da ênfase ao reducionismo, a ciência carregou uma série de benefícios no controle das doenças, mas causou danos. O método de observação, descrição e comparação dos fenômenos do todo, foi sendo substituído pela especialização. Desta forma, torna-se cada vez mais micro em seu conhecimento, sendo fragmentado e pulverizado, impossibilitando a síntese. A especialização da biologia e da saúde aumenta progressivamente o isolacionismo. Os profissionais não têm interesse em outras áreas, mesmo tendo consciência do doente como um todo e da relação da doença com as outras especialidades. A aceitação desse paradigma de especialidades, traz problemas, desde, o mau encaminhamento do tratamento, ao aumento do custo e do tempo necessário ao atendimento do doente.

A ciência da saúde incorporou a ideologia do individual-particular, enfatizando o biológico e cientificista, rompendo com o nexos social. A articulação dos serviços médico-hospitalares se faz em detrimento das necessidades da população de atenção preventiva e de promoção a saúde. Essa concepção científica foi de encontro com as necessidades de produção capitalista por meio de empresas de prestação de serviços médicos e hospitalares e de segurança social.

O declínio da mortalidade e morbidade historicamente não se deve somente ao avanço das ciências da saúde, mas ao desenvolvimento das forças produtivas como enfatiza GARCÍA(1989, p. 82). O reconhecimento da diminuição da mortalidade devido a uma série de doenças da população foi anterior à aplicação de medidas efetivas. O melhoramento das condições de vida permitem a mudança no perfil de morbimortalidade. No entanto, o capitalismo impede ao mesmo tempo um melhoramento homogêneo de saúde para todas as classes sociais. A luta de classes se obscurece na redução do processo econômico da visão mecanicista.

A contradição se resolverá “com a mudança das relações de produção, que permitirá uma distribuição segundo necessidades e, por conseguinte, uma homogeneização do estado de saúde no nível alcançado pelas classes dominantes no modo de produção superado” (GARCÍA, 1989, p.82).

As práticas sanitárias em sua destinação apresentavam diferenças significantes quanto ao objeto e níveis de qualidade. Os trabalhadores como objeto de atuação traduz-se na manutenção e reposição das capacidades físicas para a produção. Mas, nas classes dirigentes, a concepção de saúde visava a otimização das condições físicas, especialmente o gozo dos prazeres da vida e a ostentação corporal em termos estéticos.

A intencionalidade de conciliação, baseada na teoria do equilíbrio e do bem-estar, começou a absorver os operários, que reclamavam por melhores condições de saúde e as solicitações do capital, de reparo da força de trabalho lesada, foram direcionadas no caráter burocrático.

As formas deteriorantes do trabalho e das condições gerais de reprodução social desumanas foram destruidoras da força de trabalho, em decorrência da exploração irracional da natureza e da deterioração do espaço de consumo da população.

A solução do tratamento das doenças exigiam investigações das entidades infecciosas como soluções baratas e adequadas aos interesses do capitalismo. O desenvolvimento das ciências da saúde, coloca-se numa posição de naturalização do objeto e de suas relações, concebendo a agressão ao homem na explicação de causas naturais, retirando a responsabilidade social dominante.

Cientistas franceses e especialmente alemães elaboraram a teoria dos germes que forneceu pela primeira vez na história humana, uma base racional para a prevenção de doenças e para o seu tratamento. [...] os médicos treinados na Alemanha fundaram a primeira escola médica norte-americana no estilo alemão, a John Hopkins [...] a grande inovação na Hopkins foi integrar a prática de laboratório em ciência básica ao treinamento clínico intensivo (EHRENREICH, 1973, p. 21).

O movimento contraditório da sociedade capitalista em momentos históricos tem crises que aumentam os problemas de reprodução do capital. As crises capitalistas são fenômenos nacionais e internacionais, podendo se estender no espaço de tempo. A organização contraditória da economia capitalista determina que depois de períodos de auge para acumulação do capital, que absorvem força de trabalho qualificada disponível, se produza o incremento de demanda de mão-de-obra numa elevação dos salários, diminuindo assim as taxas de lucro. Produzindo, desta forma, a diminuição da acumulação do capital, em que a demanda da força de trabalho de reserva aumenta, mediante o movimento do capitalismo frente a recessão de desempregar os trabalhadores e de utilizar o trabalho por meio do emprego de máquinas. (MARX, 1996).

A repercussão da crise desencadeou no avanço das idéias progressistas que promoveu as mudanças na política sanitária com o reaparecimento das dimensões sociais nos conceitos médicos. Deixando de lado, em certos limites o cientificismo que excluía a visão do social e reduzindo sua atuação aos problemas de funcionamento somático e aos fenômenos psíquicos individuais ou de pequeno grupo.

O pensamento dos cientistas progressistas sustentados pelo liberalismo, era marcado pelo racionalismo, reformismo e iluminismo. A concepção do desenvolvimento da doença seria nas próprias condições econômicas e sociais locais e requer a participação democrática. Valoriza o idealismo hegeliano da Alemanha e dos reformadores médicos ingleses, no sentido de um pensamento

científico integral relacionando os processos epidemiológicos com as condições sociais e econômicas. Não alcançando assim, a hegemonia na área da saúde, pelo próprio movimento acelerado do capitalismo de retomar a produtividade com vista a acumulação do capital (BREILH, 1991).

O capitalismo da grande indústria impulsionou a consolidação da classificação moderna de doença, como um processo que pudesse sistematizar as perdas econômicas ocasionadas por danos pela força de trabalho. Estabelece a estratificação das doenças num esquema lógico, distribuindo as doenças em partes isoladas sem integração, segundo os fundamentos a localização anatômica e funcional dos transtornos reduzindo os processos biológicos singulares. Fundamentando-se na *“La única manera de llegar a apreciar objetivamente la división del trabajo es estudiarla primeramente en sí misma en forma totalmente especulativa [...] Hecho esto, estremos en condiciones de compararla con los otros fenómenos morales y de ver qué relaciones mantiene com ellos”* (DURKHEIM, 1967, p. 43).

A atuação dos profissionais de saúde, epidemiologistas, nos países pobres, por meio de fundações, facilitaram o avanço do capitalismo com a roupagem de ação humanitária e científica mas, com a mesma racionalidade utilitária. Pois, *“la división del trabajo es tal, debe tener un carácter moral, pues las necesidades de orden, de armonía, de solidaridad social pasan generalmente por ser morales”* (DURKHEIM, 1967, p. 60).

A organização capitalista dependente de um movimento popular atrelado ao populismo, impulsionou o desenvolvimento dos monopólios capitalistas nos países pobres como enfatiza BREILH: “Então, possibilitaram a penetração quase irrestrita dos generosos irmãos do norte com seu capitalismo plenamente consolidado” (1991, p. 99).

A expansão capitalista dos países centrais, países europeus e principalmente os Estados Unidos, impulsionaram o cientificismo da saúde para grande parte dos países subdesenvolvidos das regiões tropicais da Ásia, África e América Latina. A produção em massa necessitava de novos produtos, matérias primas e produtos agrícolas exportáveis. Estes eram desconhecidos em seus riscos à saúde e a construção de vias de acesso, destruiu desordenadamente a natureza, para garantir

a produtividade, propiciando, desta maneira, o aparecimento de novas doenças e o aumento das já existentes.

A lógica de expansão da acumulação dos países desenvolvidos promoveu o desenvolvimento do mercado mundial de acordo com as suas próprias necessidades, pelo desenvolvimento de suas forças produtivas. O capitalismo avançado não desencadeou a decomposição das formas agrícolas pré-capitalistas, mas, num movimento oposto aproveitou-se da mão-de-obra mais barata. As burguesias subalternas estabeleceram alianças com o capitalismo internacional, mantendo o atraso com a condição de barateamento da mão-de-obra.

O processo de industrialização dos países periféricos, constituiu na produção de bens de consumo para os setores de grande capacidade aquisitiva. Por outro lado, a organização produtiva acelerada, concentrada de capitais gerou o empobrecimento e acumulação de massas de desempregados ou subempregados. Estes eram mantidos na condição mínima de subsistência, repercutindo em ameaça para a hegemonia dos setores dominantes.

Diante dessa situação, as políticas de desenvolvimento do Estado e de grupos dirigentes da América Latina colocavam como alternativa propostas estabilizadoras e desenvolvimentistas. Essas ações previam a atenuação dos efeitos do monopólio e da acumulação interna do capital, além de solucionar os problemas ocasionados pela crise. A implementação das políticas de regulação que revestiram as heterogeneidades dos países centrais com os da periferia, reificaram a transferência de recursos dos setores mais produtivos. Observa-se que até os de menor capacidade produtiva, aumentavam a renda per capita e por decorrência a demanda. O marketing do pós-guerra era de progresso e da necessidade de regulação. O Estado assumiu uma posição intervencionista e corretiva, mas que não comprometem as forças da economia.

A preocupação para planificar, do Estado adentrou na área da saúde, introduzindo novas práticas sanitárias e na aplicação da concepção do processo saúde-doença para o social. A limitação de crédito exterior, em decorrência da crise, resultou na redução dos projetos e programas, racionalizando-os, aplicando o equilíbrio tecnocrático de custo-benefício. A ciência da saúde voltou-se para outros caminhos diante da problemática e da impossibilidade de dar conta com a

concepção unicausal. A “práxis epidemiológica e da própria dinâmica da ideologia socializante deste período, acabou estimulando uma série de investigações acerca de um marco alternativo para a interpretação do fenômeno epidemiológico” (BREILH 1991, p. 104). O enfoque unicausal se limitou à medicina privada e um pouco na medicina do trabalho, nos serviços militares e na assistência especializada de maior complexidade.

As idéias socializantes ampliando o enfoque unicausal culminou na teoria da multicausalidade como a de MacMahon, adotando a existência de associações estatísticas, diretas ou indiretas entre fatores de diferentes ordens e doença. Essa teoria ajustava-se ao tipo de desenvolvimento da época, enriquecendo o conhecimento na busca de associações para o combate do desenvolvimento das doenças. Neste sentido, incorporando as medidas medicalizantes, o uso da tecnologia e outras de cunho desenvolvimentistas de melhorias de condições de vida. A história Natural da doença de Leavell e Clark de prevenção de três níveis, incorporou princípios da ecologia que são usados como um dos principais instrumentos difundido nos serviços de saúde e educação do mundo ocidental.

A centralização do poder do Estado instrumentalizou a incorporação do desenvolvimento da ciência de erradicação das doenças transmissíveis. Contudo, com a dificuldade da eliminação das doenças a tendência dos serviços de saúde foi o de controlar as doenças em níveis razoáveis. O controle teve seu uso freqüente no pós-guerra por ter vinculação ideológica com a organização militar. O controle baseava-se no combate ao inimigo, que seria o agente etiológico, sendo a estratégia de ação as campanhas. A visão americana é uma visão absolutizada, unilateral do homem, de bem e mal, normal e anormal, patológico e não patológico e especialmente política do combate ao inimigo, “a forma como os dirigentes da defesa nacional norte-americana expressavam suas recomendações para manejar a agressão soviética e a maneira como se dava, nesses momentos, a estratégia de uma campanha epidemiológica” (BREILH, 1991, p. 107).

O desenvolvimento contraditório das necessidades hegemônicas de melhoramento técnico e, por outro lado, o movimento social na luta para flexibilização do Estado constituíram a transformação da ação de contenção e repressão para a persuasão e confiança na relação Estado e coletividade.

O modelo ecológico funcionalista introduziu a concepção de sistemas na perspectiva de ecossistema de que todo sistema exprime o complexo orgânico e o complexo dos fatores físicos constituindo o ambiente na forma como a física conceitua.

O conceito de ecologia significa a economia da natureza e o sistema como a conjugação de objetos justapostos, numa interação ou interdependência, ou seja, uma totalidade ordenada e ativa. Esta visão fundamenta-se na circulação de energia no ecossistema, apresentando a capacidade funcional. Essa possibilita o fluxo do sistema, funcionalidade do sistema, em termos econômicos, explicando assim, as características dos diferentes ecossistemas. Baseando-se na cadeia alimentar, enfatiza a representação de um ecossistema, onde as cadeias se articulam em redes, alimentares tendo como referência os objetos naturais, como ponto de partida de mais de uma cadeia. Portanto, os seres vivos são classificados de acordo com a posição nos níveis da cadeia alimentar. Transcende a explicação para a sociedade em termos funcionais, como os da economia e da classificação dos lugares, no sistema natural do processo humano.

Na teoria ecológica-funcional, é a de que os sistemas mais produtivos são os que têm melhor disponibilidade de nutrientes, de água, e de outras condições de sobrevivência. A interpretação do processo humano naturalista constitui-se na explicação mistificada da sociedade e sua relação com a natureza. A transformação desta concepção para a realidade social na esfera natural, ahistórica de todos os elementos da natureza, e pela sua aplicação neopositivista das teorias dos sistemas, reduziu o ser humano a sua dimensão animal, e a sua cultura da sociedade, num elemento do meio ambiente. Desta maneira, desencadeou o nascimento na medicina da trilogia ecológica homem-agente-meio de Cockburne e desenvolvida por Leavell e Clark na concepção da História Natural da Doença.

Os desvios naturalistas de Darwin da ecologia como método de interpretação dos problemas sociais encontravam apoio na base hegemônica do capital. A acumulação capitalista expansionista e mercantil de obtenção de mais-valia não tem como base as características natural-concretas, nem do ser humano pela sua capacidade de sujeito histórico, mas acontece por sua inserção mercantil. A

mercantilização da ordem produtiva e suas necessidades de funcionamento do capitalismo exige uma ideologização que se adequa à teoria ecológica-funcionalista.

A trilogia ecológica reduz o elemento homem a um hospedeiro, como animal, passivo da ação dos fatores ambientais (elementos naturais classificáveis como critérios naturais). A ideologização desta teoria implica na visão de homem de uma sociedade com diferenças naturais, como o fator humano em suas alterações ou potencialidades, erros e acertos, em que se estabelecem no nível biológico. Como podemos evidenciar nas explicações da ocorrência dos acidentes de trabalho e das doenças do trabalho que relaciona o ato inseguro e a condição insegura, o fator homem e o fator meio ambiente de trabalho são os causadores dos agravos de sua saúde. A homogeneidade do fator humano ou população humana se fez necessária para atuação na saúde por seu caráter biológico e sua funcionalidade, de redução ao homem animal. Assim se reduz, “o conjunto do saber médico a dois tipos de regularidade: o das percepções individuais e concretas, esquadrihando segundo o quadro nosológico das espécies mórbidas; e o do registro contínuo, global e quantitativo de uma medicina dos climas e dos lugares” (FOUCAULT, 1998, p. 57).

A aplicação ideológica pelo capitalismo é útil por velar as diferenças de classes que resulta numa organização produtiva que coloca no homem um valor de troca, e por permitir a restabelecer as condições biológicas necessárias da força de trabalho (valor de troca) para que este permaneça no mercado. A unilateralidade do capitalismo constitui-se na ruptura entre o sujeito social e sua produção (cultura, ambiente etc). Na realidade, a origem social da produção do homem e de sua condição de trabalho humana é estranha nos termos de Marx, cujo poder independe do produtor que possa ser um desgaste humano.

Da mesma forma, as idéias funcionalistas fundamentam que os agentes, o ambiente e o ser humano são fatores que podem sofrer intervenções de nível ecológico, sem necessidade de modificar a organização social. Por outras palavras, a estrutura social fica livre da responsabilidade ecológica e dos desequilíbrios do ecossistema.

A interpretação do uso das variáveis que empiricamente refletem as relações do processo saúde-doença, permite a explicação de eficiência dentro da ideologia capitalista de produção. A produção do conhecimento se desenvolveu na resolução

dos problemas em favor da expansão do capital diante da industrialização da proteção ecológica, segurança e saúde do trabalho.

A teoria neopositivista com sua maior sistematização do empírico, promovida pelo aperfeiçoamento da sistematização dos elementos, permite adequar-se nos momentos históricos, esclarecendo as etapas de prevenção. Isto propicia a operacionalização objetiva da técnica com eficiência capitalista. O Estado, por sua vez, ganha no uso do baixo custo operacional das medidas de prevenção para a saúde da população, mas não modifica integralmente o perfil epidemiológico de uma classe social.

A explicação ecológica-funcionalista situa-se no nível da aparência, da pseudo-concreticidade como indica Kosik, estabelecendo dentro dos limites as conexões dos fatos. O fenômeno é mistificado retirando-o da realidade para os domínios do técnico-científico, classificando-o como um elemento natural e biologizando-o nos princípios da seleção natural com sua análise reificada da ecologia. A crítica de Marx sobre o pensamento idealista se constitui na investigação da realidade aparente, obscurecendo a realidade objetiva. Já na fetichização mercantil se produz na relação entre os objetos de acordo com a utilidade e com suas características físicas, ou mesmos funcionais. A produção de valor do homem gerado pelo trabalho, é ocultado pela aparência do processo, no nível da circulação de mercadorias, ideologizado com sistematizações fetichistas pela ciência e de suas concepções técnicas.

A atuação exclusivamente técnica e administrativa se faz num processo regulador de institucionalização das funções e, portanto, de interesse dos processos de acumulação de capital. O poder da ciência e de sua técnica sobre os seres humanos aparece independente no aparato da burocracia.

O fetiche influencia os estudos epidemiológicos e fundamenta o método epidemiológico na determinação do processo saúde-doença colocando "a doença, as condições demográficas, a educação, etc. como causadores dos males econômicos" (BREILH, 1991, p. 122).

O processo saúde-doença opera no âmbito do ecossistema de equilíbrio relativo e ajuste dinâmico a forças exteriores, na absolutização da saúde, não permitindo as dimensões que compõe a contradição, finalizando nas ações da

clínica. Essa se esgota na relação médico-paciente, da hegemonia do médico na equipe de saúde e da epidemiologia clínica, desencadeando numa política do homem saudável para operacionalização das ações de saúde.

A clínica, o enfrentamento dos problemas de saúde, permeados pelo enfoque da unicausalidade pela sua limitação quanto às demandas da especialização da medicina com o social, permitiu o avanço do fetiche da história natural, incorporando a multicausalidade. Essa concepção, por sua vez, refletiu o viés da unidade e diversidade dialética do processo saúde-doença, criando uma aparência de integração quantitativa de suas dimensões, na falsa dinâmica de uma combinação homogênea de fatores. Na realidade essa associação é a cronologia e sucessão de eventos fisiológicos e fisiopatológicos fundamentada no empirismo lógico.

A multicausalidade acaba reduzindo a causação simples pelo fato da associação dos componentes se encontrarem na relação da unicausalidade do biológico-individual particular, ou seja do agente etiológico e da doença. No entanto, o sentido pragmático, colocando a classe social como um vínculo no sistema, converte-se em somatória estratificadas de características individuais, sem influência no processo. Essa é apresentada como agrupamentos hierarquizados num sistema de estratificação, possibilitando uma falsa mobilidade social. Existindo uma classificação em categorias nominais aplicáveis na totalidade, em que os seus efeitos como renda e nível educacional são utilizados como critérios inclusive de classificação.

Obtém-se um tipo ideal, mediante a acentuação **unilateral** de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discreto, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento (WEBER, 1967, p. 77).

A generalização dos critérios, descrevendo as classes sociais e não as analisando, impede o olhar das condições objetivas e inserção no processo produtivo, bem como, os interesses de classe e de satisfazer esses interesses. A concepção de condição sócioeconômica que compõe a ocupação, renda familiar, condições de vida como indicadores é o reflexo do pensamento de classe social de Weber. O investigador se apresenta no esquema lógico-formal estático, concebido

previamente para ordenar o levantamento indutivamente para compor um diagnóstico social.

Por outro lado, WEBER criticou o positivismo em especial no que concerne a neutralidade da ciência, por não existir ciência social sem valores e, portanto esses valores serem o ponto de partida da investigação científica. A modernidade desencanta o mundo, mas esse desencantamento não é a vitória da razão, pois é a reificação da ação entre o sujeito divino e uma ordem natural, sendo a separação do conhecimento objetivo e a ordem do sujeito. A modernidade separa muito mais o sujeito e os objetos, “a realidade histórica não em fórmulas gerais abstratas, mas em conjuntos genéticos de relações, que são inevitavelmente de caráter individual e especificamente único” (WEBER, 1967, p. 29).

Essa formulação de Weber, contrapõe-se com a influência do método biológico positivista e naturalista da ciência, porém coloca os pressupostos como subjetivos. Estes dependem de valores e são válidos ao investigador, por outro lado as respostas são inteiramente livres de juízos de valores. A análise causal tem que ser rigorosa e objetiva, sem vínculo entre a análise dos fenômenos e a análise político-moral. Portanto, as idéias de valor conferem uma significação ao fragmento da realidade e todo o conhecimento da realidade cultural é um conhecimento subordinado à visão especificamente particular. As premissas do conhecimento se constroem por elementos da realidade que apresentam alguma relação, ou seja, uma significação cultural.

A crítica de Weber da ciência sistêmica da psicologia social, se constituiu na base das ciências culturais e especialmente da economia social. O conhecimento de interpretação psicológica dos fenômenos econômicos encontra-se na psicologia do homem, caminhando à análise das instituições sociais. Porém, para Weber o esclarecimento das condições e efeitos psicológicos das instituições pressupõe o exato conhecimento destas e a análise científica das suas relações. O aprofundamento do conhecimento de análise psicológica está no condicionamento histórico e da sua significação cultural. Para WEBER, o que interessa na conduta do ser humano em suas relações é “especificamente particularizado segundo significação cultural específica da relação de causas psíquicas, extremamente heterogêneas entre si e extremamente concretas na sua composição” (1967, p. 30).

As deduções da teoria da psicologia social são construções abstratas que auxiliam na compreensão da investigação das instituições, mas não as explicam a partir das leis psicológicas, pois trata-se de construções dos conceitos das ciências da cultura humana. A teoria abstrata da economia apresenta um conjunto de determinadas relações e acontecimentos da vida histórica que formam o todo, não contraditório. Assim, forma pelo seu conteúdo uma utopia, que é construída a partir dos elementos mentais em determinada realidade.

Deste modo, os princípios de Weber se explicam no consenso de valores culturais, nacionais, sociais, os quais são opostos e na relativização da onipotência da ciência. A tentativa de Weber em resolver o conflito numa posição conciliatória na visão de Lowy, torna-a eclética na busca da verdade científica. Portanto, a relação lógica, de dedução matemática, entre a teoria e a prática e a atitude de valor têm consequências concretas das opções morais, ideológicas, políticas e sociais dos indivíduos e classes sociais, não impedindo a penetração de juízos de valores. Pois, “Não se pode construir uma teoria da ciência social ignorando os fatos de como se produz essa ciência” (LÖWY, 1992, p. 55).

A redução causalista de conteúdo e de forma, da determinação causalista e da descrição empírica que correlaciona os fatores exteriormente não transcende do mundo fenomênico. A forma desarticulada da visão de ciência da realidade decorre de uma prática desarticulada e aparente. Portanto, “o hipotético agora é o nosso fenômeno; porque o nosso contato imediato com o real só vale como um dado confuso, provisório, convencional e esse contato fenomenológico exige inventário e classificação[...]. O conhecimento científico é sempre a reforma da ilusão” (BACHELARD, 1968, p. 15).

A concepção do processo saúde-doença, definindo as necessidades de saúde no campo da psico-antropologia, se encontra de acordo com os interesses hegemônicos de progresso e bem-estar, advindos do incremento da produtividade, para satisfazer as necessidades sociais, entre elas, as de saúde. A relação que se estabelece entre as necessidades e a produtividade fundamenta-se na teoria liberal do aumento da produtividade que conseqüentemente aumenta a renda, possibilitando maior consumo, ou seja, melhores condições de vida e a satisfação das necessidades. No entanto, o desenvolvimento concentrador da acumulação do

capital, determina a exclusão de grande parte da população do usufruto da riqueza social produzida. Acrescenta-se nesse processo a deteriorização da reprodução social e da repercussão na saúde, em estudos em que foram evidenciados o recrudescimento de algumas doenças e não do estado de bem-estar.

Os elementos de satisfação fundamentais no campo da saúde, no discurso capitalista, são os serviços assistenciais e da crescente produção de medicamentos para o consumo. A necessidade de consumo na esfera da capacidade resolutiva dos recursos clínicos são limitados, pela sua concepção do ser humano unilateral.

As demandas do ser humano, bem como, suas necessidades são demandas biológicas e psicológicas que se medem no consumo adequados aos interesses do capital. As necessidades de saúde explicam-se na crença de que as aspirações e as motivações psicológicas, ou demandas psicofuncionais decorrem da regulação da cultura dos indivíduos livres e isolados.

As contribuições da psicanálise foram marcantes para o entendimento do processo saúde-doença, na crítica a concepção racionalista do corpo-objeto, que compreende o ser apenas em sua externalidade e nega a sua consciência e o seu inconsciente. No entanto, o capitalismo absorve estes pressupostos e, assim, expande a dominação dos indivíduos utilizando-se da subjetividade.

O capitalismo neoliberal em sua formação social subordinada se expandiu na forma de superexploração das forças produtivas, a qual é altamente destrutiva para a saúde. Somando a isso, a mudança do trabalho implementou a debilidade organizativa e ideológica de luta popular e de saúde, reafirmando o fortalecimento do neoconservadorismo e das idéias sociais democratas.

A entrada do neopositivismo nos Estados Unidos, por um lado, permitiu aos filósofos norte-americanos aguçarem analiticamente a sua orientação científica, concentrando-se em problemas metodológicos bem circunscritos, e, por outro lado, induziu os pensadores de origem européia a enriquecerem com considerações de caráter semântico-pragmático a sua perspectiva filosófica, atenuando-lhes a ênfase formalista inicial em matéria de linguagem. (REALE, 1991, p. 1002)

O ressurgimento da clínica como um produto do pós-modernismo, da lógica individualista presentes nas concepções positivistas e neopositivistas de estudos singulares para a generalização, como palavra de ordem, é criticado pelos pesquisadores das ciências da saúde de enfoque social. Isto compreende o fato

histórico como objeto histórico, complexo, multifacetado, concatenado e contraditório, na compreensão moderna da realidade concreta em suas totalidades.

Diante da discussão do processo de mudança da produção capitalista e das mudanças negativas no nível de saúde, as posições positivistas se apresentaram contraditas por concepções com um certo ecletismo teórico que passa a ser radical devido as suas proposições. A atenção à saúde, neste momento histórico, não melhorava a saúde das populações, a iatrogenia se tornava perigosa, no entanto a prática sanitária se ampliava e definiu várias condições humanas como a designação de medicamentos na doença.

O processo de cura está baseado em valores, para os fenomenólogos símbolos e sistemas de significados compartilhados decrescem quando a prática de saúde moderna se torna mais científica e se afasta da experiência de vida cotidiana. São os grupos pequenos (família, grupos religiosos, etc) que dão estabilidade à vida privada e ordenam o próprio sistema de significados do indivíduo e o integram em uma comunidade com uma visão compartilhada.

O conteúdo criador e construtivo de Kant determinam o delineamento científico dos fenomenólogos. Neste sentido, doença é vista como uma expressão em diferentes culturas e o conhecimento da mesma se origina na experiência humana do corpo, que pode modificar as unidades cognitivas que sustentam o indivíduo em seu mundo. O corpo em sua experiência física se altera pelas categorias sociais mediante as quais é conhecido. Já a percepção individual é concebida da mesma forma que a dos grupos próximos do indivíduo. Os estudos dos significados sobre o corpo esclarecem o que é culturalmente a doença e as noções inter-relacionadas da percepção do homem em sua relação com o ecossistema.

Os kantianos denominam a moralidade comum como um fundamento que substituí a religião. Contudo, não se pode negar o avanço para a humanização da ciência a partir desse corpo teórico pelos pressupostos da falsidade, da neutralidade da ciência e das experimentações do homem que podem ameaçar a sua dignidade humana, resultando na proposta do estabelecimento dos comitês de ética.

A fenomenologia criada por Edmund Husserl é uma filosofia neokantiana, entendendo o significado somente subjetivamente e coloca o observador e o observado sem separação. Ele considera a verdade sempre relativa e social, considerando o conhecimento científico como experiência subjetiva de uma comunidade de participantes, em uma cultura válida e verdadeira no campo da saúde.

O neokantismo coloca o campo ético da relação ciência-moral como absoluto. Por outro lado, o positivismo baseia-se na ciência, orientando o desenvolvimento da ética e da moral. A crítica marxista se concretiza na representação das duas formas de consciência da ciência e da ética, na qual a relação é complexa e contraditória, onde se nega a absolutização do cientificismo, bem como do moralismo.

O estabelecimento da relação da religião com as ciências da saúde foi uma forma de preencher o vazio ideológico do positivismo, numa visão holística da saúde. A interação da medicina tradicional ocidental(hipocrática) com a medicina chinesa clássica das tradições médicas do leste asiático(as terapias alternativas), do físico com o mental, enfim, da medicina em seu aspecto moral e espiritual. A capacidade de integração se relaciona com a flexibilização do organismo e com o conceito de equilíbrio dinâmico, em que se rejeita a concepção das determinações sociais da doença¹.

A educação para a saúde objetiva a conscientização dos indivíduos no sistema escolar e na divulgação de informações em massa, nos aspectos pertinentes ao estilo de vida pernicioso. O intuito é de atender os indivíduos e os empresários, obtendo uma homogeneização idealizada, para a formulação de uma política empresarial a respeito da vida saudável. A negação do poder dominante, da acumulação capitalista, coloca a responsabilidade da resolução do conflito da saúde da população em cima da educação.

¹ O pensamento holístico pressupõe o mundo e os sistemas de valores de nossa cultura, com fundamentos formulados no século XVI e XVII e na percepção do cosmo como a base do paradigma da civilização ocidental da era moderna. Os organismos vivos, desde as bactérias até os seres humanos são uma totalidade integrada, um sistema vivo para o holismo, mas os sistemas não se limitam ao indivíduo e suas partes, eles constituem uma totalidade que se expressa por sistemas sociais. É um processo de transação, uma interação simultânea e mutuamente interdependente entre os componentes múltiplos, sempre evoluindo. A interpretação do ser humano fixa-se na dimensão da evolução como animal e ser social, criando o mundo de cultura e de valores pertencente ao meio ambiente natural.

Neste contexto, o ser humano se encontra de acordo com as normas dominantes, pois, para essa visão a sociedade não se constitui em esferas ou classes. A busca da superação do homem-máquina, na cultura contemporânea, tende a valorizar o neonaturismo ecológico como fonte de saúde, divulgando padrões naturais de consumo, de beleza e de salubridade. Portanto, não há conflitos entre as esferas da sociedade e o cosmo funciona num sistema relacional.

As contradições do capitalismo produzidos na crise econômica são determinantes do surgimento de concepções e práticas adequadas à reestruturação produtiva e a uma revitalização da religiosidade na medicina.

Mesmo diante da contradição dos pensamentos da investigação causal da associação dos fatores no plano fenomênico, contribui com a sua experiência para o processo de reflexão da dinâmica do processo saúde-doença.

A maioria destas experiências, para Garcia, foi de adequação dos princípios sobre os quais se sustentam o Estado mínimo, especialmente na América Latina, cujos orçamentos estatais para a área da saúde foram reduzidos de forma relativa e absoluta. A crise fiscal do Estado do Bem-Estar em virtude do aumento dos gastos em relação às arrecadações, desencadeou a adoção de estratégias de redução dos gastos sociais, seguindo a cartilha neoliberal. Diante das necessidades da população o estado estimulou as alternativas baratas do ponto de vista da produção capitalista.

A outra alternativa encontrada pelo estado está em estimular grupos pequenos e informais do setor privado, como as ONGs, para atuar nas áreas sociais, transferindo a responsabilidade do estado. Desta forma a produção capitalista destina os custos da reprodução social para os próprios trabalhadores.

Por outro lado, como enfatiza Madel Luz, tudo isso possibilitou o reconhecimento positivo da existência de novas formas alternativas de expressão. O conhecimento e o tratamento da doença, parte dessas alternativas mediadoras na saúde para o seu desenvolvimento e crescimento.

A concepção fenomenológica está servindo de apoio à política de saúde de vários governos capitalistas, como os EUA, na tentativa de substituir o Estado do Bem-Estar e transferindo a saúde como bem de consumo à provedora de assistência médica. Com o apoio de instituições que serviram ao governo de

Reagan, o conhecimento da filosofia fenomenológica é propagado para toda sociedade.

Os conceitos no campo da saúde, como atenção primária, autocuidado, medicina tradicional e alternativa, serviço de saúde formal e informal, participação da população na atenção à saúde como outros, são incorporados ideologicamente pelos grupos dominantes para justificar a reorganização da economia capitalista e dos aparelhos do Estado.

Para TOURAINE(1994, p. 264), as idéias pós-modernas são uma interpretação sociologicamente superficial, pois mostram a decomposição do sujeito e das demandas da minorias em crescimento, tudo isso no mesmo tempo dos desenvolvimentos cibernéticos.

As contradições do capitalismo produzido na crise da acumulação fordista é determinante ao surgimento de concepções e práticas adequadas a reestruturação produtiva e a uma revitalização da religiosidade na medicina. García salienta historicamente os tempos de catástrofes físicas ou sociais, quando prevalece a filosofia mística, e religião e a feitiçaria em primeiro plano. Porém, as contradições são um terreno de possibilidades para a produção científica desalienante.

A produção e difusão dos conhecimentos de saúde, cuidados de saúde e a educação avançaram, tomando a hegemonia da produção de bens materiais. Touraine enfatiza os filósofos frankfurtianos na expressão de indústria cultural e portanto, da resistência que não deve ser mais apoiada na filosofia naturalista, mas na defesa do sujeito. Pois, “o hospital, em particular, deve ser uma organização regida por misturas de lógicas profissionais, financeiras, administrativas, corporativas ou deve estar centrado no doente, de modo que este não seja apenas um objeto de cuidados, mas também um sujeito informado, capaz de projetos de memória , participante das escolhas e da aplicação desses cuidados?” (TOURANE, 1994, p. 259).

Pelo exposto, Touraine coloca a questão da ação dos atores sociais está presente no espírito desses, mas não provocou a formação de atores organizados, mesmo quando os problemas da saúde são levados para a televisão e para a opinião pública, está fica transtornada.

A construção da sociedade moderna dual da razão e funcionalidade traduz o discurso do mundo das novas tecnologias e de consumo. O marxismo para Touraine, “foi a língua e a ideologia de uma intelligentsia de ruptura da sociedade”, explicitando que a vida social é construída a partir da realização social das orientações culturais organizadas ao redor de lutas e negociações. Desta maneira, a felicidade é o sentimento do indivíduo que o faz ser um sujeito capaz de ações, sociais sendo reconhecido pelos outros, com o objetivo de desenvolver a criatividade, liberdade a sua consciência, “o homem é antes de tudo um cidadão” (TOURAINÉ, 1994, p. 372).

A primazia das relações de produção sobre as forças produtivas de inspiração dos autores Lukács, Adorno, Habermas, Marcuse e outros da escola de Frankfurt, enfocada por eles manifesta-se na instância ideológica, na consciência, na legitimidade e no papel mediador das instituições e das idéias. A sociedade contemporânea, para esta escola, encontra-se superada em sua potencialidade revolucionária das forças produtivas. Todavia, as relações de produção ao ter alcançado a essência do processo em sua totalidade, domesticaram o desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, a ciência é uma função das relações sociais como instrumento de dominação de classe. Dessa forma, a neutralidade da ciência é falsa, pois há financiamento para que a ciência constitua um instrumento do capitalismo.

A saúde-doença está determinada pela totalidade social para alguns autores, como indica García, como as relações de produção, do elemento dinâmico e do essencial da totalidade. Observa-se que a saúde é determinada pela luta de classes. A força de trabalho é uma força produtiva fundamental, reduzida em energia proletária. Nesta concepção, a saúde no modo de produção capitalista fortalece a cura ao ato de consumo, na compra de produtos, concentrando-se na relação profissional de saúde - cliente, núcleo estrutural do intercâmbio terapêutico, mediado pelos cuidados e pelo dinheiro. O objetivo das ações de saúde é a manutenção da reprodução da classe trabalhadora.

Contrapondo à inexorabilidade do sistema de mercantilização da saúde, Berlinguer baseia-se nos princípios de Gramsci, que enfatizam a política de

prevenção na área da saúde. Tal fato é um dos elementos fundamentais para a luta contra a lei da produção capitalista.

A concepção crítica de contexto sociosanitária, de enfrentamento aos postulados institucionais da ciência da saúde hegemônica, não se reduz ao uso progressista de conceitos, de técnicas e de linhas de ação convencionais, tampouco à adaptação terceiro-mundista de modalidades simplificadas do saber dos centros hegemônicos. A visão se encontra em torno do pensamento científico emancipador como uma expressão da necessidade popular, de crescimento e aprofundamento especializados para a transformação da situação de saúde, numa ação integrada e reflexiva dos profissionais de saúde e da população.

Pois, a ciência da saúde é científica, ela define-se a serviço da humanidade e não se realiza no capitalismo.

No conceito de relação social pela noção de necessidades, a contradição encontra-se nestas, que não se restringem aos consumos mínimos toleráveis das necessidades, bem como, às reivindicações de consumo de certa organização, não atuam como classe, mas como demandas para transformar o processo nocivo em consequência das relações de produção, do consumo e da troca.

As necessidades alavancam as condições benéficas para o desenvolvimento das forças produtivas. Marx em a Contribuição à Crítica da Economia Política, em seu estudo das revoluções, determina que é preciso distinguir as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas. No entanto, nas formas ideológicas nas quais os homens e as mulheres adquirem consciência deste conflito, lutam por resolvê-lo. Assim, esclarece a consciência histórica, surge o desenvolvimento do conhecimento e da necessidade de resolver os conflitos.

1.2.3 A saúde coletiva e a individuação dos sujeitos

A partir do materialismo histórico é possível estudar os processos determinantes de reprodução social, identificar processos de reprodução qualitativamente distintos e da contradição que caracterizam as classes sociais. Define-se a base produtiva e se reconhece a subjetividade de classe dos sujeitos históricos que a compõe capazes de transformações (LAURELL, 1994).

A produção de condições gerais e particulares de reprodução social e de saúde-doença constituem um movimento de articulação da causa das doenças. Portanto, é o social que determina as condições históricas pessoais e o movimento biológico subsumido, como também, as condições naturais do ambiente. Os fenômenos do cotidiano e da biologia humana participam na determinação da saúde-doença, na experiência biológica acumulada (define as normas de reação do genótipo dos indivíduos) e nos processos fisiológicos (presentes nos fenótipos em circunstâncias históricas específicas como alimentação, imunidade etc.), *“Sobre los puntos de “unidad” y “jerarquía” valga una ampliación trascendente para el tema que nos ocupa y, sobre todo, para tratar los principios de la relación social biológico”* (BREILH, 1995, p. 39).

A relação dialética entre o geral e o particular/individual, o todo e a parte, determinam a parte ou o indivíduo, mas estes intermediam e especificam o todo. A dimensão mais ampla determinam os limites do cotidiano e do biológico, porém, esses também determina a especificidade do processo. A vida do homem é determinada estruturalmente, estendendo para as possibilidades de saúde, mas especificam-se em todas as mediações para concretizar os indivíduos.

Parece claro que é preciso retomar as idéias de Breilh, iniciando com o papel da genética no processo biológico do homem e a produção deste na sociedade. Este processo, dos genótipos, dos fenótipos e as classes e grupos sociais não são estáticos. Eles têm uma plasticidade, uma capacidade morfológica, fisiológica e genética para o enfrentamento de suas condições de vida.

As contradições entre a saúde (desfrutar dos valores de uso) e da doença (padecimento pelos processos deteriorantes dos contravalores), se referem aos

domínios gerais (instâncias estruturais como o trabalho e o consumo, instâncias políticas como a capacidade organizativa de cada grupo), e ideológicas como a consciência social (tanto da sociedade mais ampliada como do grupo). Já os pequenos grupos - grupos familiares, grupos de gênero e o singular - compreendem os processos de fenótipo e genótipo.

A relação dos seres humanos com a natureza supera a visão ecológico-funcionalista, pois na dialética o organismo funciona para manter relações de produção e reprodução e em relação ao ambiente, num processo de transformação permanente.

Os processos biológicos da saúde constituem uma parte do todo da vida social dos homens, cuja dimensão das relações sociais e naturais se dão no sentido da vida da coletividade. O avanço qualitativo está na visão da vida que surge do mundo biológico e com a nova forma de movimento

A história humana não se reduz à história natural, nem a história natural na humana, a relação é dialética. A natureza é dialética por produzir o homem como sujeito consciente, que se transforma e transforma a natureza. A relação do homem com a natureza constitui o fundamento para as relações com outros homens. O homem é um sujeito político, que em sua reprodução produz objetos para uma finalidade pela sua capacidade intelectual de identidade.

É preciso compreender, como enfatiza Breilh, o sentido das condições biológicas do homem, que, por suas características se diferencia dos outros organismos, pois permitiu-lhe um desenvolvimento histórico consciente que transforma os limites da natureza e amplia a liberdade.

A capacidade do ser humano de auto-produzir e auto-criar em seus projetos de elaboração, especifica a reprodução social de cada classe em sua determinação histórica. As mudanças históricas determinam qual é o momento produtivo hegemônico. A determinação social da doença tem como referencial as condições de saúde e doença que se expressam na categoria classe social, que se transforma historicamente.

A reprodução do sujeito capitalista, denominada acumulação capitalista, se compreende num processo competitivo e de exploração como forma de concentrar os meios de produção e de mais-valia. Esse processo de acumulação nega de forma

destruidora o próprio sujeito capitalista, da reprodução social ou reposição de uma vida racional. A transformação do perfil de saúde-doença de exploração é diretamente proporcional à penetração do processo acumulativo nos diferentes componentes da reprodução.

A força de trabalho refere-se ao trabalho concreto com valor de uso para um processo de consumo concreto, porém, sobre ele existe a mercadoria que tem um trabalho abstrato. No entanto, verifica-se uma objetivação social de energia com seu valor, atribuído na mercadoria, cujo valor de troca depende da quantidade de trabalho socialmente necessária. É no mercado que se estabelece quanto tempo de trabalho socialmente se necessita da força de trabalho.

A mercadoria força de trabalho compreende a contradição entre o valor concreto e valor abstrato desta. Se a força de trabalho se expressa no salário, essa contradição determina o processo saúde-doença. A implicação recai nas condições de vida do homem e de suas possibilidades de desenvolver as potencialidades humanas.

1.2.4 Do trabalho-doença ao trabalho-saúde

A apropriação da realidade humana é uma atividade humana, múltiplas como as determinações humanas e suas atividades, comporta o agir e ao mesmo tempo o sofrer, porque o sofrer, pois o sofrimento é no sentido humano um prazer próprio do homem, como uma das mais elevadas manifestações do homem, se não sofresse não conheceria a alegria na vida e na história (MARX citado por DANGEVILLE, 1978, p. 231).

As condições de trabalho são determinadas pelas pressões históricas dos interesses sociais em contradição, pela reprodução econômica que é a essência do controle de distribuição e do acesso ao bens de toda ordem, como os valores de uso e o domínio do poder. Pois, a força de trabalho, a saúde do trabalhador é uma mercadoria como outra qualquer no sistema capitalista. A condição de saúde humana no contexto do capital produz o desgaste físico e mental, implicando nas condições genéticas dos trabalhadores e de suas famílias que se deterioram com todas as suas repercussões negativas na produção da vida social, fora do espaço produtivo.

O sistema neoliberal reificou os fundamentos pragmáticos de propostas conservadoras, conciliadoras e possibilistas, dentro do limite dos interesses da acumulação capitalista. As tendências regressivas de explicação teórica são as do “fim da história”, sendo a opção neoliberal a que supera o liberalismo e o socialismo com o caráter de irreversibilidade da condição neoconservadora e pela capacidade de transcender a obsolescência do caminho socialista e do pensamento científico, em suas propostas de funcionamento pós-moderna do trabalho e de sua sociedade tecnológica.

A desigualdade social e o avanço tecnológico para o incremento da produtividade e competitividade para um mercado regido por oligopólios é a retomada do poder da classe dominante. Em decorrência desse processo, os países em desenvolvimento passam pelo empobrecimento e exclusão da maioria da população. O caráter destrutivo do modelo hegemônico corresponde às estratégias empresariais que resultam na deterioração das condições de trabalho e dos recursos para a sua defesa e possibilidade de libertar-se das ataduras do saber científico. Neste contexto se insere a concepção dominante dentro da saúde em relação ao

processo saúde-doença e o trabalho que é representada pela visão de determinados momentos históricos da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional.

A visão hegemônica da saúde para, GARCIA (1983), obscurece a análise da relação do processo de trabalho e a saúde, tanto na identificação da determinação como de seu desenvolvimento. Portanto, não é somente o aparecimento de doenças e acidentes, mas também o aparecimento dos conceitos médicos relacionados ao trabalho. A Medicina do Trabalho tem como concepção as relações entre o trabalho e saúde, considerando as condições materiais de produção. No limite destas condições do trabalho se constrói o fenômeno biológico individual e que ocorre no contexto do consumo. O trabalhador se torna um objeto de produção como qualquer outra máquina que necessita de manutenção para a continuidade e aumento da produtividade. Tendo como base estes conceitos, não se considera o trabalho enquanto relação social, segundo formas determinadas de organização das sociedades, que têm historicidade.

A correlação é expressa de maneira mais nítida quando a sociedade humana e a história são reduzidas a objetos seminaturais. Essa forma reducionista das ciências naturais de conceber no olhar da Medicina do Trabalho, só pode conhecer a relação do trabalho e saúde unilateralmente pois, concebe o homem de forma parcelar, como objeto. A sua aparente objetividade da racionalidade científica dissolve as relações sociais em fatores aparentes, físicos e biológicos.

A tendência reducionista dessa ciência é incapaz de apontar as soluções para os problemas, biologizando as relações sociais, a fim de acobertar as contradições sociais da modernidade, da luta de classes, fixando-se no mundo das necessidades naturais.

A interpretação biológica teve respaldo nas ideologias científicas, do século XIX, especialmente na Inglaterra, cuja nação capitaneava o processo de livre competição e de exploração do trabalho. A visão do trabalho e da saúde era de forma distinta e parcelar. A importância do tema saúde e segurança foi devido ao desenvolvimento das forças produtivas, que desencadeou os estudos sobre a saúde do trabalhador. Estes estudos permitiram sistematizar a perda econômica ocasionada por danos sofridos pelo capital humano ou força do trabalho. O fundamento científico se baseava no Darwinismo Social cuja teoria da evolução biológica, cuja sua teoria

de seleção natural na luta foi transportada à sociedade humana. O Darwinismo recriminava o movimento sindical, uma vez que suas exigências por solidariedade prejudicavam o processo de seleção natural, mantendo o vínculo com o mercado. Os operários especializados incorporavam os conceitos da higiene racial dos Darwinistas, da transmissão hereditária de qualidades sociais, fundamentando seu repúdio ao desleixado lupem proletariado.

Essas teorias perpassaram em nosso país, percorrendo a história no período campanhista e do populismo, quando a legislação trabalhista e de saúde do trabalhador assumem a visão biologicista universalista.

A política neoliberal de redução de custos utiliza-se também dos pressupostos dos lastros genéticos de destino social. A disciplina acadêmica da economia e da medicina fornece motivos para redução de custos, naturalizando a economia. Tudo isto ocorre com o irracionalismo do cientifismo do século XIX.

A explicação dos efeitos do trabalho sobre a saúde, dada pela Medicina do Trabalho, percebe a interação do trabalhador com o ambiente. Este delimita-se apenas na exposição a agentes externos de natureza química, física, mecânica, ergonômica e biológica, o risco social é incorporado como mais uma variável. As condições sociais têm sido questionadas quando se depara com problemas de saúde cada vez mais prevalentes nas populações trabalhadoras e para as quais a Medicina do Trabalho e a Saúde Ocupacional têm pouco a esclarecer e contribuir.

Neste sentido, cabe ressaltar o estudo dos acidentes de trabalho no Brasil e a relação destes com os fatores sócio-econômicos, no período de 1970 à 1995. A análise do estudo, de WÜNSCH FILHO(1999), destaca que o fenômeno do declínio dos acidentes do trabalho no Brasil nos anos avaliados, “não podem ser creditados a mudanças nas políticas de prevenção postas em prática pelas empresas ou por instâncias governamentais. Embora essas medidas de segurança possam ter influenciado marginalmente a tendência de ocorrência dos acidentes, o seu efeito não é detectável em razão da sensibilidade dos acidentes ocupacionais aos fatores sócio-econômicos” (1999, p. 49). A ocorrência dos acidentes de trabalho no país acompanham a evolução do PIB brasileiro e as taxas de emprego e desemprego.

Mesmo na tentativa da prevenção dos riscos do trabalho, a redução se faz no sentido da determinação causal seguindo o tipo linear, estático e absoluto. A

colocação das condições sociais pertencem a pontos periféricos ou mais afastados, com relação às variáveis, na gênese dos problemas.

A saúde do trabalho constitui-se em uma área de intervenção de forma desarticulada, de pouco impacto e interesse. A visão hegemônica da Saúde Ocupacional fundamenta os serviços de saúde, que tradicionalmente são de responsabilidade das empresas. A atuação destas se restringe ao controle dos acidentes de trabalho e na medição dos riscos para adequar-se à legislação trabalhista. O enfrentamento das doenças ocupacionais pelos serviços de saúde das empresas, legitimadas pela legislação, centra-se na relação de causalidade do processo saúde-doença de maneira simplista e unicausal. Cada agente agressor corresponde a uma doença, de repercussão natural da interação daquele agente com o corpo do trabalhador. Nos casos de acidente do trabalho, o trabalhador é o sujeito do acidente, partindo da explicação da falha humana como ato inseguro e do ambiente inseguro. O conhecimento da saúde ocupacional considera o trabalhador como indivíduo-particular, desconhecendo as mudanças no processo produtivo e das relações que se estabelecem entre o capital e o trabalho. A concepção hegemônica da saúde, não considera a força de trabalho como capital variável e a exploração deste para produzir mais-valia.

A redução naturalista na interpretação das relações sociais que o ser humano estabelece com a natureza e os outros indivíduos, na produção da vida material, é colocada no plano ahistórico e atemporal. As determinações sociais naturalizadas perdem o seu potencial de crítica. A racionalidade é coerente com a ideologia quando reduz o homem à condição de animal, transferindo para o meio-ambiente a sua condição de produtor, expressa em padrões de consumo. Desta forma, o sujeito é reduzido a um ser de categoria natural, que pode ser classificado segundo critérios naturais, tais como idade, raça, sexo e outros, produzindo uma ruptura entre o sujeito social e seus produtos.

Neste contexto, a Medicina do Trabalho adota uma estratégia de intervenção a nível de exposição dos agentes patogênicos, que para LACAZ (1992), o mesmo ocorre quando se conceitua o trabalho como fonte de recursos que permite ao trabalhador atender suas necessidades e expectativas. A relação social não aparece no cenário teórico. Os cidadãos são definidos como consumidores, mais do que

trabalhadores. Este autor referenda NAVARRO(1992, p. 1), que faz também a relação com a conceituação de saúde dos indivíduos “considerando a dieta, estilo de vida, utilização dos serviços de saúde, níveis de renda, parecendo que as pessoas não trabalham, na medida em que o trabalho como determinante da saúde e da doença não é jamais mencionado”. No mesmo caminho, as pesquisas e investigações sobre morbidade e mortalidade consideram os fatores causais, mas a ocupação não é uma causa determinante. Os marcos teórico-metodológicos que “orientam estes trabalhos incorporam a subjetividade operária como instrumento de detecção e descrição dos problemas [...]contrapondo-se com o materialismo histórico para explorar o contexto no qual se apresenta a doença” (LAURELL, 1994, p. 94)

Os estudos da Medicina dominante inspiram-se nos fatores de riscos relacionando com a doença. Este paradigma estabelece mecanismos de defesa do capital com estratégias de intervenção social, com a finalidade de diminuir a resistência dos trabalhadores, pois a compensação monetária dos danos causados pelo trabalho, pela seguridade social, a morte, a invalidez e a doença são indenizadas. Por outras palavras, o estado assume a responsabilidade do capital, pois está em função deste. Esta prática traz reflexos também nas práticas sindicais, na medida do senso comum (GRAMSCI), e, ao não atingirem um grau consciência sanitária amadurecida de intelectuais orgânicos representativos do sindicalismo, permanecem no estágio “economicista da luta pela monetarização do risco” (LACAZ, 1992, p. 2).

O modelo de monetarização do risco, incorporado como referencial de intervenção no processo saúde-doença do trabalhador é respaldado pelos serviços de seguridade social, na concepção do Estado do Bem Estar Social em que ajusta-se para o desenvolvimento do capital preconizado pelo fordismo. Na esfera política, o Fordismo caracteriza-se pela realização de um compromisso de classes, produzido a partir de políticas e legislações sociais, com a função da distribuição da renda. O equilíbrio deste modelo econômico está centrado na estrutura e funções do Estado do Bem Estar Social. Diante das políticas e legislações sociais, o Estado do Bem Estar Social exerce uma regulação social, no espaço político e econômico, em que participa da reprodução do capital e da força de trabalho, promovendo uma intensa

politização das relações entre o capital e trabalho. A administração do fundo público, essencial para esse sistema de produção, impõe negociações políticas entre representantes do capital e do trabalho no interior do Estado. Isso implica na força dos partidos ligados aos trabalhadores e dos sindicatos de trabalhadores, nas complexas relações entre o Estado e Sociedade.

As interpretações dos problemas revelam a instrumentalização do conhecimento dos profissionais da saúde. O conteúdo não é a questão, mas para que fins é utilizado e quem o controla. É a desmistificação da neutralidade da ciência quanto ao direcionamento de seu processo. A instrumentalização acontece na prática como no reconhecimento jurídico de novas doenças através da legislação, nas negociações dos representantes dos patrões e dos representantes do sindicatos nas tensões entre suas análises científicas para chegar a uma regulamentação sobre determinado risco à saúde.

O objeto de estudo da Saúde Ocupacional não considera como objeto de reflexão o desgaste do trabalhador no processo de trabalho, apenas concebe a doença. No entanto, o esgotamento, o *burn-out*, se produz quando o trabalho se prolonga e intensifica, quando existe controle da produtividade do trabalhador e ameaça permanente do desemprego.

A compreensão da saúde, neste modelo hegemônico naturalista, não tem nenhuma realidade prática para os profissionais e nem para os trabalhadores, esta análise é externa à questão da saúde. Neste tipo de enfoque explica os fatores de riscos distintos, somando-os, opondo-se à concepção histórica da existência das doenças. (LAURELL, 1994).

A crítica ao pensamento da Medicina do Trabalho foi construída na corrente de pensamento da Saúde Coletiva. O seu traço teórico é o de converter as ciências sociais em um elemento explicativo central, em que o materialismo histórico tende a dar, nesta corrente, um embasamento teórico comum às pesquisas realizadas. Forma um quadro explicativo que procura dar conta das complexas relações e determinações, utilizando categorias que permitem olhar o trabalho dentro das relações sociais que se estabelecem entre os homens, em sociedades organizadas conforme relações de poder. Ambas são dotadas de uma dinâmica histórica que devem ser consideradas quando se procura interferir nos seus efeitos. Pois, “o

objeto científico muda e não é mais a doença, mas o processo biológico humano (que se pode denominar processo de desgaste-reprodução, para evitar confusões semânticas) que tem como expressão particular momentos identificáveis como doença. Esse processo é verificável quando se pesquisa o grupo constituído a partir de suas características sociais essenciais, ou seja, sua inserção na produção” (LAURELL, 1994, p.34).

O estudo da relação saúde-trabalho deve considerar o processo de trabalho, o processo de produção, a categoria que organiza o conjunto da vida social pelo processo de valorização do capital e modos específicos concretos de trabalhar. Pois esta categoria permite estudar a realidade concreta, a lógica de acumulação e seu ambiente, como um modo específico de *trabalhar-desgastar-se*. As estratégias de exploração e de resistência se evidenciam no estudo das classes sociais. Estas determinam padrões específicos de reprodução e, ao relacionar com o desgaste, constituem o nexa biológico humano historicamente específico (LAURELL, 1994, p.46).

Este enfoque teórico, tem proporcionado propostas teóricas, na determinação de áreas problemáticas e no levantamento de omissões concretas de conhecimento.

A análise da relação trabalho-saúde na dimensão do desdobramento do trabalho abstrato (criador de valor) e do trabalho concreto (criador de valores de uso), possibilita visualizar as cargas de trabalho. Desta forma, é necessário relacionar a tecnologia e o ambiente, aos quais estão incorporados como estratégias concretas determinadas pelo uso do capital. Esta concepção de saúde se fundamenta no desenvolvimento do ser humano.

A relevância deste pensamento também está em situar o problema do não-trabalho coercitivo, a privação do trabalho e seu impacto sobre o consumo, na perspectiva de sua relação com a saúde. A psicopatologia do trabalho mostra que isso é verdadeiro. O objetivo das pessoas não é o de fazer nada e geralmente o sinal de inatividade total é de que estão doentes.

A criatividade é uma necessidade humana, fonte de prazer, pois o bem-estar “em matéria de carga psíquica, não advém só da ausência de funcionamento, mas, pelo contrário, de um livre funcionamento, articulado dialéticamente com o conteúdo da tarefa, expresso, por sua vez, na própria tarefa e revigorado por ela” (DEJOURS,

1994, p. 24). O prazer do trabalhador resulta da descarga da energia psíquica que o trabalho produz e ao mesmo tempo corresponde a diminuição da carga psíquica, um meio de relaxamento.

Para MARX (1996), o uso da maquinaria aumenta a divisão do trabalho manual e intelectual. A alienação é a rendição do controle do trabalhador sobre o seu próprio trabalho, estranhando a sua própria atividade, como não fosse pertencente a ela. A submissão do trabalho ao capital consolida o sistema capitalista no mundo ocidental, expandindo a outras partes do mundo. O trabalho do homem no processo de produção capitalista não é livre e encontra-se a serviço de e sob o domínio e coerção de outro homem, determinando assim o desgaste físico e mental do trabalhador.

As mudanças na organização do trabalho, diante do modo de acumulação capitalista, retira o conteúdo das tarefas e as relações humanas se colocam em contradição, de um lado a organização do trabalho e de outro o funcionamento mental, ou seja, o desejo do trabalhador. A divisão do trabalho, a separação da concepção e da execução subemprega as aptidões psíquicas. Pois, “quando se ataca o desejo do trabalhador, e há organizações que são terríveis porque atingem diretamente isso, provoca-se não somente perturbações, mas também sofrimentos e, eventualmente, doenças mentais e físicas [...] a liberdade que é deixada ao desejo de cada um na organização de sua vida” (DEJOURS, 1994, p.36).

As mudanças no padrão de acumulação do capital refletem em novos padrões de adoecer, portanto, é necessário estudar a reestruturação produtiva e a globalização da economia, porque é a partir destas novas bases materiais de produção que se estabelecem novas formas de relações sociais. As novas exigências de competitividade do mercado globalizado exige um trabalhador mais flexível (KUENZER, 1998).

A criação dos grupos de produtividade e qualidade com maior responsabilidade pela intensificação do trabalho se produz na superação da relação taylorista-fordista do trabalho que leva o trabalhador conhecer apenas uma parte do processo produtivo. O conhecimento do todo exige do trabalhador a polivalência e intervir nos pontos críticos com certa autonomia, intensificando o trabalho e em decorrência aumentando o sofrimento do trabalhador. Neste sentido,

“ao contrário do taylorismo que tem no corpo seu alvo maior, estas novas práticas gerenciais atingem de forma privilegiada a vida psíquica do trabalhador [...] privilegiar a sua vida psíquica, a busca desenfreada pela qualidade e competitividade e sua crescente intensificação do trabalho podem trazer conseqüências de uma nova forma, para a saúde dos trabalhadores” (OLIVEIRA, 1997, p.3).

A nova racionalização integra funções e eleva a complexidade das tarefas, por meio da microeletrônica, em que torna o trabalho mais transparente e controlável. Porém, no momento em que o trabalhador passa a ser responsável pela qualidade do que produz, com autonomia para intervir no processo, há a interiorização do controle. Essa interiorização necessita do envolvimento de cada trabalhador com a empresa, uma forte identificação com a empresa em seu projeto de dominação. Esta idealização de liberdade dentro da empresa reduz a capacidade de questioná-la e criticá-la, repercutindo na rivalidade entre os pares. O acirramento da competitividade no interior da empresa diminui a resistência coletiva do trabalhador e em conseqüência a luta por melhores condições de trabalho e pela saúde.

A mudança no perfil da qualificação do trabalhador implica na capacidade de operar mentalmente os modelos, compreensão do processo de produção, capacidade de comunicação verbal e oral, responsabilidade e multifuncionalidade com rapidez de adaptação aos novos maquinários.

A tensão provocada pela cobrança da qualidade e ritmo acelerado, práticas de gestão enxuta, no processo se expressa na fadiga mental, no stress. No Japão, berço do Toyotismo, o Instituto Nacional de Saúde Pública já admite o desgaste mental provocado pelo trabalho, o qual é definido como Karoshi como: “ as práticas de trabalho psicologicamente malsãs são toleradas de tal forma que interrompem o trabalho normal e ritmo de vida do trabalhador, levando a um acúmulo de fadiga no corpo e a uma condição crônica de excesso de trabalho, acompanhados do agravamento da hipertensão pré-existente e resultando, finalmente, num esgotamento fatal (KENNEY & FLORIDA in RIFKIN, 1995, p. 205).

Demonstra-se que há um crescimento dos acidentes de trabalho por excesso de trabalho e um número freqüente de trabalhadores com perturbações psíquicas.

A adoção da automação, no caso brasileiro, é seletiva nos setores estratégicos da produção, e estes desencadeiam a intensificação do ritmo nos segmentos ainda não automatizados.

Parece claro que, o ocultamento das contradições na relação do processo de trabalho com o processo saúde-doença se produzem na teoria objetiva da Medicina do Trabalho que reduz o binômio saúde-doença na relação biológico-individual, agente-doença. O mesmo acontece na simplificação da teoria de estratificação multidimensional de Weber, da teoria da Saúde Ocupacional que justapõe as categorias biológicas e sociais.

O enfoque da Saúde Ocupacional é o corpo, a mente e o ambiente, mas a sua finalidade social é do controle como a Medicina do Trabalho. O objetivo desta teoria se constitui na produtividade do capital, para tanto, se faz necessário a manutenção da força de trabalho com as medidas de controle dos risco ambientais para diminuir os acidentes e doenças do trabalho. Os fundamentos de suas ações advém da patologia do trabalho, fisiopatologia, ergonomia e toxicologia.

A qualidade deve ser concebida como enfatiza GRAMSCI (1984), "a qualidade deveria ser atribuída aos homens, e não às coisas, e a qualidade humana eleva-se e torna-se mais refinada na medida em que o homem satisfaz um número maior de necessidades, tornando-se independente". Portanto, está relacionada a ter saúde, liberdade, a ser sujeito da história. Ela não pode ser utilizada como uma forma de obscurecer os conceitos como lucro e produtividade, estabelecendo a idealização entre o capital e o trabalho.

Portanto, é importante: "penetrar os muros dos centros de trabalho e mostrar o que ali ocorre, para que deixem de ser experiências individuais e convertam-se em áreas socializadas e legítimas de ação e transformação [...]a existência de determinada problemática objetiva permite potencializar a ação dos protagonistas da mudança, isto é, as forças sociais nela empenhadas (LAURELL, 1994, p. 14-15)

A proposição teórica "é que o social não é externo ao biológico humano mas que o biológico está imerso no social e, portanto assume formas históricas específicas e diversas. O problema central, então passa a ser o estudo de um aspecto da produção social da natureza" (LAURELL, 1994, p. 14).

As tendências do novo empirismo, da saúde ocupacional, colocam problemas complexos, um ressurgimento do funcionalismo. Ao absolutizar a experiência e subjetividades operárias em relação ao processo de trabalho e saúde, estas não dão conta da realidade dos problemas e os simplificam em espaços de um empirismo circunscrito. Por outro lado, a experiência vivencial de qualquer grupo de trabalhadores é a expressão da visão de classe, enquanto sujeito social. Portanto, omite as relações entre experiências e consciências, que são complexas e não se expressam como cumulativas. A subjetividade não desvenda a essência sem a ciência, explicada como a teorização que permite encontrar o geral no particular (LAURELL, 1994, p.11).

Neste sentido, LAURELL aponta as seguintes questões em uma construção teórica mais precisa: a relação entre o processo de produção e as formas de reprodução da classe operária. Coloca a proposição de condições de vida, somando com as condições de trabalho, que é insatisfatória para a análise dos processos de desgaste-reprodução bio-psíquica dos operários, bem como, os processos de produção e reprodução não estão somente nas condições de saúde, mas basicamente nas *práticas de classe e nas formas de organização*. A segunda questão se refere às *formas históricas do processo biológico humano*. A solução da problematização levantada, que se vincula ao da produção social da natureza e à sujeição do biológico pelo social, que exige um repensar dos processos fisiológicos e patológicos em uma perspectiva distinta daquela já dada. Requer portanto, uma confluência das ciências sociais com as biomédicas no contexto interdisciplinar, para esclarecer de que forma, um marco biológico assume padrões distintos e específicos em decorrência de determinados processos sociais.

A terceira questão teórica é a do não-trabalho, o desemprego como fenômeno que está indissoluvelmente ligado à transformação da força de trabalho em mercadoria e, portanto, pertence a um determinado período histórico. O caráter negativo do trabalho no capitalismo tem seus efeitos negativos à integridade psicofísica do trabalhador. São inegáveis, porém ao mesmo tempo há provas de que o não-trabalho coercitivo também os integra.

A última questão refere-se ao processo de pesquisa e ao processo de mudança, entre o conhecimento e a transformação. Assim sendo, o papel da ciência

implica na construção de um novo projeto histórico e na constituição de uma nova prática social relacionada à saúde.

Cabe ressaltar, que para realizar uma pesquisa existem implicações epistemológicas, pois “o sujeito do conhecimento é individual e coletivo [...] logo indicará o diálogo, o engajamento, a reciprocidade, implícita ou explicitamente, do autor com este ou aquele grupo, instituição, classe, movimento, partido, corrente de opinião pública, sociedade” (IANNI, 1999, p. 99).

1.3 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO DE EDUCAÇÃO

1.3.1 O ser humano e a educação

“O trabalho intelectual precisa colocar-se com vigor, com propostas. Com utopias plausíveis ou sonhos possíveis. É uma forma vigorosa de pensar a realidade não apenas através dos modismos. Mas pensar a realidade através da ação humana” (SAVIANI, 1997, p. 58)

O ser humano tem necessidades como um animal, mas o animal está determinado pela estrutura de sua espécie e pelo ambiente. O indivíduo precisa não só de saciar as suas necessidades, depende além disso, de formas determinadas de resolver as suas necessidades. Ele dispõe de exigências para sua satisfação. Os desejos, os conhecimentos, a arte, são elementos que o elevam acima da existência biológica, do mundo animal, que o caracterizam como ser humano. No entanto, não se limita a reproduzir a si mesmo como o animal, ele produz de modo universal. O ser humano é um ser inteligente, que pensa praticando, produz na necessidade física, mas também livre dela, reproduzindo a natureza inteira (FERREIRA, 1992, p. 107-111).

O ser humano faz história, construindo a si mesmo, permitindo produzir a sua própria consciência e conhecimentos que possibilitarão desenvolver-se como ser social. A ação exercida por eles sobre a natureza se desenvolve em suas capacidades e na produção dos meios de sobrevivência. O homem em sua existência, em suas formas materiais e sociais reais, age sobre o mundo externo, se auto-produz e produz a sociedade e a cultura, modificando a sua própria natureza. O trabalho humano se diferencia de outras espécies, é que esse, por seu caráter inteligente e proposital apreende, adapta-se ao meio, produz o excedente, nas condições determinadas pelo capital, pela produção social e cultural para ampliar a produtividade. (BRAVERMAN, 1987, p. 40-59)

Neste contexto, FERREIRA (1992, p. 99) compreende que a educação “deverá consistir na formação de homens que, através de sua atividade ao longo de sua existência, construam a cultura e reestruturem a sociedade de acordo com os ditames do seu tempo, o desenvolvimento científico e tecnológico em função de

suas necessidades, aspirações, dignidade e felicidade, para toda a humanidade". A educação para a construção da vida concreta dos homens, de sua cultura, de seu trabalho, enfim, na produção da vida.

O processo de produção da vida, da existência do ser, encontra, no cotidiano das situações vivenciadas, necessidades que precisam ser satisfeitas para a continuidade de sua existência. Isto é, como SAVIANI denomina, "a essência do problema é a necessidade. Com isto é possível agora destruir a pseudoconcreticidade e captar a verdadeira concreticidade", não a necessidade como algo abstrato e somente individual, mas no sentido do conceito de problema relativo "tanto a conscientização de uma situação de necessidade (aspecto subjetivo) como uma situação conscientizadora da necessidade (aspecto objetivo)" (1996, p. 14-15).

Na realidade, esta concepção marxista da educação, se contrapõe à consciência social do mundo capitalista, naturalizado e individualista. A cultura é entendida como mediação histórica no mundo material e social como força de transformação. Os princípios do indivíduo particular se caracterizam como isolado e egoísta. No entanto, esses pressupostos idealistas são superados pela consciência do homem no coletivo da sociedade. O indivíduo então é entendido como sujeito nas relações sociais superando o ser abstrato, individualista e dominado, socializando-se somente a partir de suas relações de produção. Essas relações de produção no momento histórico capitalista concebem as relações humanas reduzidas na esfera econômica. Diante disso, a liberdade se constrói na propriedade dos bens materiais, superando a alienação. Pois, é neste espaço concreto do trabalho que existe possibilidades do avanço para o desenvolvimento das capacidades humanas. A consciência dos problemas concretos, quer dizer, a reflexão das condições objetivas desenvolve a nossa atividade educativa. Na realidade, "ao desafio da realidade, representado pelo problema, o homem responde com a reflexão" (SAVIANI, 1996, p. 16).

Assim, a busca da resolução do problema acarreta na reflexão, como um aprofundamento da consciência da problemática, que se eleva à superação do problema. O homem pode agir espontaneamente de acordo com as orientações, padrões e normas que a sociedade impõe. Muitas vezes, o homem faz escolhas,

que não são necessariamente reflexões, seguindo os princípios familiares, dos padrões do meio. Portanto, a reflexão dos problemas educacionais indicam a questão dos valores. Esse entendimento se norteia no ser humano é condicionado pelo meio cultural, marcado pela língua, costumes, crenças, em uma sociedade de instituições próprias, vida econômica e governo, num momento histórico. Assim, a condição possibilita a existência humana. A partir de um contexto determinado que a vida humana se sustenta e desenvolve. (SAVIANI, 1996, p. 20-36).

A cultura no enfoque naturalista é um depósito de conhecimentos de dados empíricos organizados como sistemas, mas, ela é a tomada de consciência compreendendo o processo histórico e de sua vida em seus direitos e deveres que torna os indivíduos em sujeitos históricos. Em sua essência produz, conserva e reproduz idéias, instrumentos e as técnicas.

O ser humano perante as situações age sobre o seu meio em suas escolhas ou mesmo transformando, desta forma, a cultura que é a transformação do seu meio e resultado de sua transformação. Diante das situações ele age, como um sujeito. Portanto, o ser humano em sua existência transforma a natureza.

A educação, como enfatiza SAVIANI, (1996, p. 38), “significa tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens”. Neste sentido, a percepção da função da valoração e dos valores humanos permitem definir os objetivos para a educação, diante do problema. Portanto, são as necessidades humanas que determinarão os objetivos educacionais.

A formação humana tem que estar centrada na concepção do indivíduo, homem e mulher, em suas necessidades como seres humanos e nas exigências da cultura. Tendo como base a unidade da teoria e ação, como KUENZER(1984, p. 6) afirma: “plena consciência teórica e cultural da própria ação; essa consciência torna a ação coerente, superando a imediatividade empírica”.

Na realidade, SAVIANI coloca a promoção do ser humano pela educação, capacitando-o para conhecer a sua situação de vida afim de intervir e transformá-la ampliando a liberdade, a comunicação e a colaboração entre eles. A ciência é um instrumento para o conhecimento da situação, de promoção do ser humano, e de

compreensão da realidade. A partir do conhecimento da realidade, se utiliza a técnica como uma forma de fazer uma ação, aplicando regras predeterminadas, e quando esta se deriva do conhecimento científico torna-se em tecnologia. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia decorrem da humanização da natureza e do próprio indivíduo. O modo como é produzido o desenvolvimento é determinado pela forma de produção da existência humana em suas etapas históricas. Porém, a lógica de produção do capitalismo é concentrador e por outro lado, precisa se expandir para aumentar a acumulação, que determina novas tecnologias e o desenvolvimento da ciência. O capitalismo subordina a mão-de-obra ao mesmo tempo que subordina o desenvolvimento da ciência e tecnologia para a produção de mais-valia.

Nesse processo, caracteriza-se como uma aparência de um desenvolvimento separado de seu produtor. O ser humano como um objeto de produção é dominado pelas próprias leis do desenvolvimento. A realidade aparece com os proprietários do capital e os produtores e reprodutores, numa sociedade heterogênea gerida pelo capital, que vigora a produção capitalista da existência humana. A dominação do ser privado e dos meios de produção não permitem que este tenha o direito de criar as suas idéias, pois exprimem a visão de si mesmo, da natureza e da sociedade. A classe dos trabalhadores fica privada do direito de pensar e de exprimir a sua cultura, as suas idéias. Pois, a organização social capitalista está marcada para a conservação das idéias dominantes e da ilusão da liberdade e poder dos trabalhadores; essa é a história do conhecimento ou a história da humanidade. A educação está articulada neste contexto e é determinada pela sociedade na qual está inserida. Temos que considerar, “quão precárias são as condições de liberdade do homem brasileiro, marcado por uma tradição de inexperiência democrática, marginalização econômica, política, cultural. Daí a necessidade de uma educação para a libertação: é preciso saber escolher e ampliar as possibilidades de opção” (SAVIANI, 1996, p. 40).

Tomando o sentido da realidade concreta de Kosik, do concreto como síntese de múltiplas determinações, Saviani considera que a educação no movimento histórico é a síntese das relações sociais de uma sociedade determinada. Sendo a educação um fenômeno concreto, é a partir da crítica do

senso comum, da forma de conceber a realidade, do modo de extrair sua validade, do bom senso para elevá-lo mediante a análise a uma síntese elaborada, que será coerente e orgânica. O ser humano só se “objetiva nos planos simultaneamente teórico e prático para tornar humanos os sentidos do homem para criar um sentido humano que corresponda a toda a riqueza da essência do homem e da natureza” (MARX in DANGEVILLE, 1978, p. 234)

1.3.2 O trabalho como princípio educativo

Quando se fala em educação para o trabalho, formação para o trabalho, educação em saúde, surgem vários questionamentos, quanto a concepção de educação, conhecimento e trabalho.

Portanto, é necessário iniciar com um aprofundamento teórico do trabalho e da relação educação e trabalho, tentando não expressar a aparência do concreto, pela homogeneização da realidade, para que não se invertam os valores da relação homem-trabalho.

O homem em seu trabalho age voluntariamente e conscientemente. Segundo o pressuposto de Marx, para que os homens façam história, estes devem estar em condições de viver, pois esta foi a sua primeira ação histórica, a criação de meios para satisfazer tais necessidades, a produção da própria vida material. Nesta concepção, eles começaram a distinguir-se dos animais quando começaram a produzir seus próprios meios de subsistência. Desta forma, indica que *o homem tem consciência e é um produto social* (grifo nosso), portanto, o trabalho é uma forma exclusivamente humana.

O ser humano em seu trabalho age com a natureza numa relação de troca, em que a universalidade dele se manifesta na universalidade da natureza. A oposição do domínio da naturalidade se explica pelo caráter voluntário, consciente, universal da atividade humana, a qual se distingue do animal. A naturalização de sua causalidade, o coloca como dominado, não um indivíduo onilateral, mas membro unilateral de uma determinada classe que vive no reino da necessidade e não da sua liberdade. Pois, “o trabalho é um processo de que participam o ser humano e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza... Atuando, assim, sobre a natureza externa modificando-a ao mesmo tempo em que modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX 1996, p. 202).

A socialização do homem é a condição essencial para a sua libertação. A riqueza social, por um lado, é representada no sistema capitalista por mercadorias

e, por outro lado, pelo valor do trabalho comandado. Este *trabalho é a dominação da natureza, num processo profundamente pedagógico em que se desenvolvem as faculdades humanas* (grifo nosso). MARX, salienta que o desenvolvimento das faculdades humanas para as classes privilegiadas acontece como resultado do material que é oferecido e, que dos trabalhadores são sufocados. A partir destas premissas, salienta a determinação do pensamento do indivíduo pela sua individualidade e pelas condições em que vive.

As faculdades humanas devem ser desenvolvidas em todos os domínios da vida social, isto é, no trabalho, na política, na economia, na cultura, em todos os momentos da vida, na práxis. Para MARX, o desenvolvimento da natureza humana é condicionada ao desenvolvimento das forças produtivas, refletindo a riqueza social. Assim, ele integra os conceitos de educação e de formação, criticando a divisão social do trabalho, que subjuga o homem à máquina, lançando bases para uma teoria que supere a fragmentação do conhecimento.

Na constatação de MARX, sobre a divisão do trabalho, é que ela “enfraquece a capacidade de cada homem individualmente” (1996, p. 414) e fundamenta a alienação humana como desencadeante do debilitamento e empobrecimento da atividade individual. Ele exemplifica a alienação citando Platão, quando este referencia a condição do ser humano se ajustar à obra e não o contrário. Neste sentido, se forma o homem dominado e embrutecido pela situação concreta de dominação do trabalho. KUENZER na crítica a SMITH, enfatiza a idéia da determinação da divisão do trabalho na diferenciação entre as capacidades naturais dos homens e como eles desenvolvem a idéia da diversificação dos talentos, deixando claro a característica humana de qualificação, mediante a educação inserida no trabalho, “talentos que se desenvolve através da educação, do costume e dos hábitos adquiridos no desempenho das diferentes ocupações” (1984, p.24).

O trabalho tem um caráter formativo, eliminando o intelectualismo, a apropriação do conhecimento através das idéias, teorias, da concepção idealista de naturalização do ser humano, numa relação abstrata e complexa entre a escola e a vida, entre o estudo e meio natural (MARX, s.d.).

Neste contexto, para conceber uma sociedade futura, a reflexão sobre o trabalho e o ensino, só é possível se unir o ensino ao trabalho produtivo (MANACORDA, 1996).

O trabalho é a alavanca para a investigação do mundo e para criar condições para superar a dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual, superando a partir daí a dicotomia burguesa entre a educação escolar e extra-escolar.

Tomando este rumo, podemos evidenciar a proposta de Marx em **O capital** (v. 1, 1996), das escolas politécnicas e agrônômicas e escolas profissionais que devem ter um ensino baseado na síntese, do estudo teórico e de um estudo prático na produção, a apropriação do conhecimento e das capacidades técnicas e científicas na luz da compreensão do processo de produção. O ensino deve colocar em evidência o caráter social do trabalho e dentro da perspectiva de uma sociedade sem classes. Deve conceber o ser humano não mais alienado, unindo ao ato produtivo com o educativo, integrando-o à educação e a produção material como meio de emancipação do ser humano.

Aprender uma profissão para MARX é compreender o processo de produção e a organização do trabalho. Para tanto, se faz necessário conhecer as técnicas e saber fundamentá-las para que possa superá-las para a melhoria das condições de trabalho. A partir de sua inserção na atividade de produção, o ensino tem a finalidade de fazer compreender e viver a estrutura econômica e social.

Os indivíduos, na produção social da sua existência, estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta com a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e que correspondem a determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência... (MARX, 1983, p. 24)

A crítica de Marx, sobre a educação para os trabalhadores se concretiza nas condições que os diferenciam da burguesia, pela falta de tempo livre para estudo e

pesquisa, enfim, para a reflexão. Pois, “ é na técnica que as relações fetichistas do capitalismo se manifestam mais clinicamente: os especialistas, que devem a sua vantagem à mais-valia extorquida aos operários e com a qual se constroem as universidades e institutos onde se concentra o ‘tempo livre’ criado pela produtividade crescente do trabalho para desenvolver a Ciência, esses proxenetas defendem, que o trabalho produtivo dos operários é cego e que só eles, com a sua técnica aprendida na escola, podem esclarecê-los e fazer deles o quiserem, “comandá-los” (MARX in DANGEVILLE, 1978, p. 45).

A educação é um fenômeno social, produto e produtora de várias determinações sociais. O social refere-se a sociedade concreta, com a divisão social do trabalho em classes antagônicas. Então, surge o homem dividido, alienado e unilateral. Nesta sociedade, o trabalhador é responsável pelo aumento da sua produção para a criação da mais-valia, não dispondo de tempo livre para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Nessas condições de trabalho não há condição para educação e, portanto, para o pleno desenvolvimento humano, privilégio de uma minoria que se beneficia da maioria.

Como demonstra MARX (v. 1, p. 456) em **O capital** as condições de trabalho nas fábricas despojam os trabalhadores de todas as suas forças físicas e intelectuais tornando-os propriedade do capitalista: a obliteração intelectual dos adolescentes, artificialmente produzida com a transformação deles em simples máquinas de fabricar mais-valia, é bem diversa daquela ignorância natural em que o espírito, embora sem cultura, não perde sua capacidade de desenvolvimento, sua fertilidade natural”.

Ao contrário da concepção idealista da educação, que se fundamenta na mudança por meio da consciência e da educação, a concepção dialética da educação é fundamentada na análise concreta das relações existente no trabalho. Neste sentido, o processo de emancipação do homem se concretiza na esfera econômica, histórica e não espiritual. A formação só será completa na sociedade que abolir a divisão social do trabalho, que não separa os que fazem dos que pensam. Pois, os trabalhadores são formados pelo ensino da especialização e profissionalização para produção de riqueza ao capital. Neste contexto, KUENZER salienta “a forma da exploração do ser humano como objeto qualquer de produção

[...] a fragmentação do trabalho à heterogestão, compreendidas ambas como processos de qualificação do trabalhador, que tem aumentada sua destreza, precisão e rapidez no desempenho da tarefa. E, evidentemente, sua capacidade de geração de trabalho excedente.” (1984, p. 27).

A omnilateralidade, para Marx não é o desenvolvimento de potencialidades humanas inatas, é a construção das potencialidades pelo próprio homem no trabalho. Assim sendo, a educação é como um fenômeno vinculado à produção social total. Em contraposição com a concepção idealista, que pressupõe o desenvolvimento dos indivíduos, se caracterizando pela competitividade no capitalismo (de desenvolvimento pessoal e competitivo de dons naturais individuais). A escola clássica liberal, cujo representante é Adam Smith, define a educação como um fator de produção, e nela acrescenta-se a teoria do capital humano. Esta teoria tem como princípio a quantidade de conhecimentos e qualificação para o fomento de determinado trabalho. Sendo o investimento em educação, no capital humano, como um dos mais rentáveis para o desenvolvimento dos países e da mobilidade social

Segundo o pensamento de SMITH (1983), o homem é um ser egoísta, portanto individualista, competitivo, adequado aos objetivos do capitalismo de aumento da produtividade para o bem estar particular. O desempenho do trabalhador para esse autor se concentra no trabalho dividido, que qualifica o trabalhador para certas tarefas, aumentando a sua habilidade, produzindo muito mais, gerando mais riqueza. A educação do trabalhador, para Smith, deve ser em doses homeopáticas, referindo-se que esse é embrutecido pelo trabalho parcellar, portanto, não tem necessidade de ser conhecedor de sua cidadania, ele somente precisa de uma educação para capacitá-lo em sua função. Pode-se evidenciar também, a influência das idéias darwinistas no contexto da valorização da educação para o capital, que pressupõe a funcionalidade da vida, regida pela natureza, inclusive discriminando as pessoas aptas e inaptas para uma sociedade produtiva. Neste sentido, as teorias sociológicas como de DURKHEIM (1967), que explicam a divisão dos homens na sociedade, naturalizam a separação dos que pensam com os dos que fazem, como também acreditam que a formação humana deve reproduzir esta funcionalidade, quer dizer, expressar os valores da sociedade dominante.

A educação consolida a divisão do trabalho a partir da intelectualização da classe dominante e os trabalhadores limitam-se ao trabalho parcelar, tornando-os mais dependentes da elite, restringindo a sua potencialidade de emancipação. O homem que trabalha não usa só a mão, como concebe TAYLOR (1990), quando compara o homem a um macaco, mas também o cérebro dominando o seu instrumento de trabalho. A base da ciência e da tecnologia no processo de trabalho taylorista/fordista exige operações diferenciadas pré-determinadas e de pouca variação. Para a execução dos movimentos somente é necessário memorizar e repeti-los por um tempo.

A formação dos indivíduos é centrada e organizada para propiciar o domínio das práticas sociais e produtivas, valorizando a memorização com tarefas repetitivas e a medição quantitativa do desempenho. Pois, “esta verdadeira degenerescência que atinge a classe operária dos países desenvolvidos tem um caráter nitidamente romântico e idealista, e macaqueia as inversões do “pensamento dominante” (MARX, in DANGEVILLE, 1978, p. 47). A elevação do nível intelectual do trabalhador realiza-se apenas para sua emancipação política, despojado da cultura, da ciência e das artes (MARX, 1999).

O desenvolvimento da organização do trabalho no capitalismo compreendeu a ampliação dos métodos de controle do trabalho por Taylor, estabelecendo o ritmo de trabalho, o qual o trabalhador deveria manter. Nesta perspectiva, se instituiu a hierarquia, a especialidade e o controle do trabalho, com um sistema de pagamento determinado pela produtividade do trabalhador e o engajamento deste com a produção do excedente. A teoria da gerência científica de Taylor pressupõe a divisão do trabalho em manual e intelectual, de execução e de concepção, a fragmentação do mesmo. Para tanto, a administração das empresas devem se responsabilizar pelo planejamento das tarefas e os trabalhadores exercendo a sua tarefa, conforme as ordens de sua gerência. Esses na divisão social do trabalho, representam um depósito de técnicas específicas para uma determinada função. O seu corpo e sua mente no fazer de sua tarefa aperfeiçoam a técnica, como também a sua habilidade física da especialidade. O corpo teórico se sustenta no conhecimento de todo o processo de produção por parte da administração, retirando do trabalhador a possibilidade de reflexão, criação e controle do seu trabalho.

A organização dos aparelhos de formação é rigidamente hierarquizada para o pré-disciplinamento necessário à vida social. Os conteúdos são selecionados na concepção positivista do conhecimento, o qual se origina na especialidade que se independiza das outras especialidades e das relações sociais concretas. (KUENZER, 1998).

Para a execução e o planejamento são utilizados instrumentos da metodologia da administração científica de Taylor e Fayol, como também os princípios psicossociais da administração comportamentalista. Estes são utilizados pelos supervisores, profissionais da administração de recursos humanos, desta forma incentivando e motivando os empregados. Assim, configura-se a reprodução das relações de produção no ganho de maiores salários e de outras premiações sociais, dando continuidade na mobilidade social, aderindo-os para a ampliação do capital.

O trabalho na manufatura é expressado por MARX (1996), de como o próprio empregado estabelece o ritmo com a sua ferramenta de trabalho. Já na indústria o seu ritmo é determinado pelo capital, através de seus movimentos, das suas funções físicas e mentais direcionadas para a ocupação, restringindo-as e confiscando a liberdade de criação, da atividade livre, da emancipação do ser humano. O trabalho dividido se converte em sofrimento pelo condicionamento do trabalhador à máquina, em sua determinação da produtividade e sua condição de excluído do conteúdo do trabalho para a máquina.

Com o desenvolvimento tecnológico surgiu o progresso das forças de produção, num desenvolvimento crescente da divisão do trabalho. Por isso, Marx previa a eliminação da especialização e os especialistas na indústria automatizada. Para esta, a não especialização é indispensável, o trabalhador precisa de uma formação geral suficiente e ampla para mobilizar-se na indústria. No entanto, nas indústrias não automatizadas o ser humano não compreende o processo de produção. Ele aliena-se executando milhares de vezes a mesma atividade, contribuindo para o seu embrutecimento físico, moral e mental, em relação à sua desumanização.

A formação de uma massa de trabalhadores excluídos do trabalho, os coloca num processo de barateamento e competitividade por um emprego, submetendo a

classe trabalhadora desde a sua infância à situação de parcialidade, bem como, a monotonia de todo de caráter da divisão do trabalho. Este se eleva em nível produtivo, enriquecendo uma minoria e, em outro extremo, a pobreza para a maioria da população trabalhadora. A polaridade social, com uma minoria beneficiando-se do excedente econômico produzido pela maioria dos trabalhadores, monopoliza o desenvolvimento humano. A reprodução do sistema parcial é individualizada em suas necessidades inclusive de educação, naturalizando as necessidades dos grupos e dos indivíduos em princípios iguais, mas na realidade, se concretiza de forma diferenciada, refinando-se de um lado, e, de outro brutalizando-a e simplicando-a. MARX (s.d.) atribui a divisão do trabalho quando à separação entre o trabalho físico e o intelectual. Considerando a partir do monopólio da classe dominante do trabalho intelectual e confinando a classe trabalhadora para o manual, a divisão se apresenta na dominação trabalhadora, pelas teorias, interpretações e a transmissão da ideologia dominante. A natureza do trabalho unilateral intelectual se transforma em razão para a vida da classe que vive do trabalho, distanciando-a do enfrentamento de seus problemas concretos e quando o faz é sempre dentro de limites do capital.

O desenvolvimento da indústria exigiu a mudança no trabalho, destruindo a competência dos trabalhadores, desenvolvendo a qualificação para a ocupação de certa função correspondente à necessidade do mercado. O conhecimento deve ser restrito ao trabalho e não de todo o processo de trabalho. A necessidade do conhecimento generalizado do processo produtivo se torna desnecessário para o capitalismo, e por outro lado um obstáculo para o funcionamento do seu modo de produção. A venda da força de trabalho como uma mercadoria, não mais satisfaz as necessidades e desejos, pois, em primeiro lugar amplia o valor do capital.

A separação da concepção e execução desumaniza o processo de trabalho, reduzindo o ser à forma animal, num indivíduo unilateral. DANGEVILLE aponta o pensamento de MARX quanto ao desenvolvimento do capitalismo na divisão do trabalho, “Assim que a separação entre saber e trabalho é efectiva, na sociedade, está lançada a base para um ascenso gigantesco das “trocas” que assentam no mercantilismo” (1978, p. 11).

A divisão do trabalho não pode ser concebida absolutamente como uma diferença do trabalho manual e mental, pois, mesmo o trabalho manual determinado pela produção capitalista exige reflexão; o agir humano é concebido mentalmente. O detrimento das funções mentais é importante pelo consumo do tempo da ação reflexiva e para a realização de tarefas, a reflexão não é compatível com a exigência de maior produtividade para competir no mercado.

O trabalho torna-se orientado pelo ritmo e eficiência capitalista, impondo ao trabalhador a execução seguindo as normas técnicas do planejamento e da gerência, a qual monopoliza o conhecimento, controla o processo de trabalho e seu modo de produção. (BRAVERMAN, 1987, p. 82-109).

O conhecimento do trabalhador é transferido para o capital KUENZER (1984, p. 29) refere que a posse do conhecimento possibilita o poder técnico-administrativo do capital e o “operário, cada vez mais expropriado do saber sobre o trabalho, desempenha funções cada vez menos qualificadas e sub-remuneradas [...] a heterogestão é a lógica de desqualificação do trabalho, e portanto, da alienação”.

A organização do trabalho contemporâneo mantém os princípios da gerência científica, ela se desenvolve engajando o trabalhador, não mais se restringindo ao trabalho manual, mas em sua totalidade de habilidades físicas e mentais para a acumulação capitalista. Portanto, é necessário como enfatiza KUENZER (1984, p. 31), “buscar no sistema produtivo a compreensão de como o capital educa o trabalhador’ cuja “história da formação do trabalhador no capitalismo é a história de sua desqualificação”

A propriedade do capitalista é o produto, o trabalhador o produz para o capital, vendendo a sua força de trabalho para sua reprodução e geração de mais-valia, constituindo-se como uma máquina humana dessa operação. No entanto, o sujeito da produção com a mecanização e automatização da produção é a máquina. A divisão do trabalho passa a ser de acordo com a especificidade de cada máquina.

A simplificação do trabalho com a inovação tecnológica, que desenvolveu a máquina para o trabalho complexo, desqualifica o homem. Porém, a divisão do trabalho permanece em condições de alienação do mesmo, mas com um conteúdo de maior exploração da força de trabalho. O trabalhador agora depende de um trabalho que concentra o conhecimento na tecnologia e no desenvolvimento da

ciência, pois a sua habilidade se encontra na máquina. O processo de produção modifica com a maior rapidez, em sua base técnica, transformando a divisão do trabalho. Desta forma, as mudanças, o simplificam e o tornam mais dinâmico, submetendo o trabalhador ao papel de supervisor das máquinas, regido pelo ritmo da própria.

A ciência que desenvolve toda a tecnologia serve para a produção da mais-valia, concentrando o conhecimento na elite que domina o processo de trabalho. A classe dominante é aquela que detém condições para explorar o desenvolvimento científico, que, por sua vez com os instrumentos materiais e conceituais reproduz e intensifica o capital. Portanto a ciência é propriedade do capital. O progresso revitaliza e dá inteligência às forças materiais, colocando o trabalhador como força especificamente física. A automatização do trabalho, enquanto trabalho morto, domina e intensifica o trabalho vivo.

Não é a sede de promover a ciência e a cultura que anima o capital; a sua tendência irreprimível para o lucro faz-lhe aplicar a ciência descoberta pelo trabalhador colectivo. “Com efeito, a ciência e a técnica, que são a força produtiva e a riqueza maior são gratuitas para o capitalista: A ciência não custa absolutamente nada ao capitalista, o que não impede de a explorar. A ciência de “outrem” está incorporada no capital pela mesma razão do que o trabalho de outrem (MARX in DANGEVILLE , 1978, p. 18)

A ciência é dada como verdadeira e universal segundo interesses do capital. O trabalhador em sua maioria se situa cada vez mais distante do conhecimento do processo de trabalho, contrapondo-se com uma minoria de profissionais altamente qualificados que dominam o saber do trabalho. A educação concretiza a divisão do trabalho KUENZER aponta que esta define o ensino do trabalho, preconizando às funções de planejamento e controle, níveis médios e superiores de escolaridade e o ensino prático e parcial para execução de uma tarefa, em instituições de formação profissional e na própria empresa. Constituindo a forma reproduzida e fragmentária “que não possibilita ao trabalhador a elaboração científica de sua prática, reproduzindo as condições de sua dominação pela ciência a serviço do capital” (1984, p. 48).

HOBBSAWM (1997) faz a analogia da ciência com os cientistas que proclamavam que o cérebro humano era um elaborado sistema de processamento de informação, da possibilidade da inteligência artificial ser programável à

semelhança da humana, surgindo debates na filosofia sobre o retorno das analogias, como na época da identificação dos nervos e músculos, do movimento humano, como um sistema de alavancas.

Para MARX, é necessário tornar o homem desenvolvido para enfrentar as mudanças que o trabalho lhe exige. Por isso, o homem unilateral, alienado e especializado deve ser substituído por homem omnilateral, não especializado e livre da exploração e da alienação do seu trabalho. Pois, “a passagem para um desenvolvimento universal do homem exige a apropriação por este das forças produtivas, e o próprio caráter desta apropriação, as condições em que se torna possível e necessária, exigem por sua vez que tenham um caráter total, universal, não limitado, nem parcial” (ENGUITA, 1993, p. 127).

O trabalho concreto é o trabalho alienado, que concebe a existência do homem separada de sua essência humana. MARX indica, que a essência humana se concebe no trabalho criador, quando o ser humano reconhece o seu produto em sua própria atividade e nas relações sociais com os outros. Assim, superando o modo de produção capitalista para a construção da humanização dos homens e das mulheres.

A socialização do trabalho não se define nas mudanças das condições de trabalho, mas da superação da forma de produção ao controle de todo o processo produtivo de qualquer unidade, mesmo as mais isoladas até as mais internacionalizadas. MARX aponta para

a socialização apropriação e usufruto, em harmonia com a socialização já atingida da produção, permitirá abolir as classes dominantes e o próprio proletariado. Tendo uma produção para assegurar o consumo de todos os membros da sociedade, proporcionando aos indivíduos tempo livre suficiente para a conservação da cultura, mas também para a arte, ciência e outras atividades de prazer, tornando como um bem comum de toda a sociedade. É isto que implica a eliminação de todos os entraves ao desenvolvimento físico e intelectual do homem, ou seja a abolição da divisão do trabalho suscita as classes, e as mutilações que tanto a especialização como a não-especialização dão aos indivíduos (MARX in DANGEVILLE, 1978, p. 49).

A expansão do indivíduo na condição do livre desenvolvimento é concebida como na terminologia de ENGUITA, “a reapropriação da riqueza e não a coletivização da pobreza” (1993, p. 128), se elevando acima da individuação que limita o seu caráter humano. A atividade humana consciente e sensível está

determinada pela limitação humana, em seu caráter unilateral externamente pela divisão do trabalho. A superação da limitação está no trabalho manual desprovido do intelectual, mas também do trabalho intelectual submetido à parcialidade da divisão do trabalho.

O desenvolvimento do ser humano histórico, em sua totalidade de capacidades de consumo e prazer, deve ser considerado também no usufruto dos bens espirituais, além dos materiais de que o trabalhador é excluído em consequência da divisão do trabalho (MARX, 1996).

MARX utiliza o conceito de politecnia ao lado da tecnologia para indicar o ensino na perspectiva do socialismo. Assim, o politecnicismo sublima o tema disponibilidade para as variações dos trabalhos ou para os vários trabalhos, enquanto a tecnologia sublinha, com a sua unidade, teoria e prática, o caráter de totalidade ou omnilateralidade do homem, não mais dividido ou limitado apenas ao aspecto manual ou apenas ao aspecto intelectual (prático-teórico) da atividade produtiva. O primeiro termo, ao propor uma preparação pluriprofissional, destaca a idéia da multiplicidade da atividade, contrapõe-se à divisão do trabalho específica da fábrica moderna; o segundo, ao prever uma formação unificadamente teórica e prática, opõe-se à divisão originária entre o trabalho intelectual e trabalho manual, que a fábrica moderna exacerba. (MANACORDA, 1996, p. 32).

A cultura e os conhecimentos apresentados na educação formal se apresentam de maneira unilateral, natural e acabada. Observa-se que acontece a mesma relação de produção social com o trabalhador. O sujeito aprende a ser um agente passivo, alienado ao processo de produção capitalista. Pois, a alienação é a alienação dos indivíduos, formando-os competitivos para o trabalho. A competição é para o mercado, e é destrutiva do ser humano, não sendo uma formação baseada na ação humana. Assim, o ser humano deixa de ser sujeito, para ser objeto.

A educação fomenta a responsabilidade individual particularizando o compromisso social e, por outro lado, implicando no rendimento individual do aprendiz, estimulando-o à competição. Os conhecimentos são tomados como uma propriedade privada, da mesma forma que qualquer outro objeto, ou seja, quantificável de acordo com a produtividade. A alienação em relação ao conteúdo se apresenta de acordo com os padrões do capital, recompensas e outras premiações

dos sujeitos, como a organização do trabalho - salário, estabilidade, posição social e outras.

As relações sociais têm uma vida independente. Desta forma, a educação se constrói na submissão aos padrões do modo de produção, limitando o desenvolvimento do ser humano, segundo as suas necessidades individuais e coletivas, mas em funções formalizadas a partir da divisão do trabalho. Pode-se evidenciar esta divisão nos escritos de ENGUITA (1993), quando demonstra a contradição com a polarização no mundo do trabalho entre a universalidade da produção social e a unilateralidade relegada ao trabalho parcial do operário, a educação formal do conhecimento humano e a limitação da especialização dos estudos, que organiza as diferentes parcelas do conhecimento.

Para MARX, a concepção idealista das relações entre a base econômica e a superestrutura intelectual da sociedade nunca considerou a realidade social dividida em áreas estanques espiritual e material, entre a teoria e prática. A produção intelectual de uma sociedade expressa o modo de como os homens produzem e reproduzem a sua existência. A apropriação individual só será integral “quando cada um der segundo as capacidades e receber segundo as suas necessidades” (MARX, in DANGEVILLE, 1978, p. 48).

1.3.3 A internacionalização e a reestruturação produtiva como base para a formação de um novo sujeito

A internacionalização da economia e a reestruturação produtiva, decorrente da transformação da acumulação capitalista, modificam o processo produtivo, incorporando a ciência e a tecnologia de forma inigualável a momentos históricos anteriores. A introdução de novas matérias, tecnologias e formas de produzir pelo desenvolvimento da ciência simplificam e aumentam a capacidade produtiva. A organização do trabalho rígida do fordismo é substituída pela flexível, utilizando a microeletrônica que favorece a integração do mundo da produção.

A base de controle do trabalhador na flexibilização realiza-se fundamentalmente pelo próprio auto controle do operário no trabalho em equipes. A forma hierarquizada de controle vertical desaparece em certos processos de produção pelo surgimento do controle de qualidade, com novos procedimentos de gerência para a maior competitividade em escala internacional.

O pensamento hegemônico é de um novo trabalhador “com capacidades intelectuais que lhe permita adaptar-se à produção flexível” (KUENZER, 1998, p. 4). Esse trabalhador deve ter capacidade intelectual para enfrentar os problemas inerentes da função e as situações novas de uma produção que utiliza os conhecimentos científicos. Pois, o contexto da produção está baseada no conhecimento de significados num processo internacionalizado. Por outras palavras, há necessidade de um homem que busca sempre a informação e aperfeiçoar perante as mudanças rápidas da produção e das relações sociais e engajado com o trabalho para atender os compromissos do capital. O paradigma é da formação do cidadão polivalente, competente, participativo, flexível se determina no novo padrão produtivo. Logo, a transformação deste se contrapõe à necessidade quantitativa sem conteúdo do trabalho vivo pela qualidade e pela integração do trabalho.

A qualidade buscada é necessária na área da educação, saúde, segurança quando a essência é o ser humano, mas tem um duplo sentido na produção, na eficiência e na ineficiência. GRAMSCI se contrapõe a qualidade para a produção da mais-valia, quando enfatiza a qualidade de vida das pessoas para as suas

satisfações e desejos. No entanto, os programas de controle de qualidade se constituem em comitês e círculos de qualidade objetivando a resolução de problemas e do defeito zero. O trabalhador se torna participante e responsável da produção, sendo controlado com processos estatístico de produção, pois a produção é de acordo com a demanda utilizando o sistema *kanban*. A premiação das empresas está organizada com as ISOs, requisito para participar do mercado internacionalizado de forma competitiva. É uma forma de legitimação uma forma de padronizar/legislar o próprio capital, retirando toda a interferência dos cidadãos na produção, mas, sempre dentro dos parâmetros da competitividade. Neste contexto, a cultura é considerada como a de mercado.

Esse modelo industrial japonês (*kanban, Just-in-time, Controle Estatístico de Qualidade*), aplicado nas empresas em todo o mundo, deixa a impressão de que a reengenharia exige uma alta qualificação dos trabalhadores, com uma preparação especializada para atuar neste momento histórico da acumulação flexível. No entanto, POMER, levanta o estudo do Mac Kinsey Global Institute, o qual revela “*que en Japón, paraíso de la reingeniería, los mayores índices de productividad devienen de utilizar mano de obra escasamente calificada, sobre todo en la parte fabril. Lo que se pide de un trabajador es: - capacidad para integrar-se en un “equipo productivo”*” (1998, p. 160), o uso de trabalhadores de baixa qualificação é explicada pela “*a menores salarios, robotización y tercerización. En los tercerizados, generalmente vinculados a gigantescas corporaciones, se reproduce lo mismo*” (1998, p. 160).

A automatização do trabalho permitiu que o trabalhador execute o seu trabalho com várias máquinas ao mesmo tempo, reintegrando a gestão de qualidade nas ações elementares do trabalho. O desenvolvimento foi a partir da incorporação do conhecimento do trabalhador pela máquina, viabilizando a linearização da produção e da organização do trabalho em torno de postos polivalentes, o qual inspirou uma nova divisão do trabalho diferente do taylorismo e do fordismo. E ao mesmo tempo, o modelo japonês de organização e de gestão, se auto afirma como explora CORIAT (1994, p. 53)., “seu traço central e distintivo, em relação à via taylorista norte-americana, é que em lugar de proceder através da destruição dos saberes complexos e da decomposição em gestos elementares, a via japonesa vai avançar pela *desespecialização dos profissionais* para transformá-los não em

operários parcelares, mas em plurioperadores, em profissionais polivalentes, em “trabalhadores multifuncionais”

O sentido da desespecialização é a racionalização do trabalho, como no sistema taylorista-fordista de “atacar o saber complexo do exercício dos operários qualificados, a fim de atingir o objetivo de diminuir os seus poderes sobre a produção, e de aumentar a intensidade do trabalho” (CORIAT, 1994, p. 53). No entanto, apesar da desespecialização, da polivalência do trabalhador, no sentido de retirar-lhe o saber, colocando-o o agregado na máquina, ele sempre apresenta um poder de resistência.

A desespecialização e a polivalência compreende a reintrodução da observação e da manutenção quotidiana das máquinas, bem como, da reintrodução das tarefas de controle de qualidade e das tarefas de programação de produção. A concepção é do trabalhador multifuncional como um *multifunctional-workers* (CORIAT, 1994, p. 61). A pluriespecialidade permite na execução do trabalho a programação, fabricação, reparo, controle de qualidade enriquecendo o saber do trabalhador, pois tem um efeito formador na organização do trabalho, entretanto, limita-se na busca de produtividade pela flexibilidade que se constitui como essência.

Os padrões de execução do trabalho são continuamente recalculados, para a maior racionalização, flexibilizando as tarefas alocadas em função da demanda. Desta forma, a multifuncionalidade compõe-se de tarefas que podem ser variáveis em relação a quantidade e natureza; a produção é de acordo com a demanda do mercado, acentuando a subordinação do ser humano.

O trabalhador é concebido como um indivíduo altamente engajado, que terá vantagens econômicas e sociais, e permite à empresa investir em qualificação sem muitos cuidados. A prática de mobilidade interna e de salários diferenciados asseguram a aceitação dos empregados das disciplinas múltiplas do trabalho *just-time*, diminuindo a resistência dos mesmos.

O novo tipo de trabalhador deve resolver os problemas previstos e imprevistos em equipes. Já a exigência é de um trabalhador mais capacitado teoricamente, e sempre preparado nos limites da produção para o capital. FRIGOTTO(1996, p. 55) assinala, que diante do descarte do saber do trabalhador e

do saber do trabalho, o capital é forçado a demandar de um trabalhador mais qualificado, com mais escolaridade e melhor qualidade, e é esse processo que evidencia os limites e as contradições do capitalismo, sobre o qual a sociedade socialista democrática deve lutar, a matéria é "o conhecimento, informação técnica e política".

Na realidade, segundo estudos de KUENZER, os trabalhos menos automatizados que exigem mais conhecimentos e habilidades está requisitando um trabalhador de baixa escolaridade, enquanto, os trabalhadores com mais escolaridade são alocados nos setores automatizados, supervisionando as máquinas, exigindo poucos conhecimentos técnicos e científicos. A contradição se encontra também em instrumentos como as ISOs que exigem uma escolaridade mínima para determinadas tarefas, sem "correspondência entre a exigência da escolaridade e a exigência de domínio de conteúdos, a não ser de maneira indireta, posto que o elevado custo dos processos intensivos em tecnologia exige trabalhadores responsáveis atentos, flexíveis com relação à necessidade de constantes mudanças" (1998, p. 9).

As novas determinações modificam a formação dos trabalhadores polarizando as competências e as oportunidades de educação, reforçando e intensificando o que já acontecia nos tempos do taylorismo/fordismo. Assim, se constitui um conjunto pequeno de trabalhadores altamente qualificados incluídos e, o outro com a maioria fora do processo produtivo - inseridos no mercado de trabalho de forma externa e temporária.

O ideário neoliberal do livre mercado, sem amarras dos estados nacionais, intensifica a redução das intervenções dos estados no mercado. A política de benefícios sociais se restringe a compensar com o mínimo incluindo a formação científica-tecnológica, fundamentalmente nos países periféricos. A prestação de serviços se consolida como produto de consumo, um filão de extração de mais-valia, como a educação e a saúde, dificultando ainda mais as condições de vida da classe que vive do trabalho frente a internacionalização e a reestruturação produtiva, fundamentalmente dos excluídos do sistema produtivo.

Segundo os organismos internacionais de financiamento, o investimento em educação deve priorizar a educação geral básica e da formação polivalente,

utilizando a estratégia empresarial, em razão das mudanças no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, fazem a crítica à educação pública, considerando-a como ineficiente nas mãos do Estado e defendendo a privatização dessa, em virtude dos objetivos de expansão do mercado de serviços, afim de potencializar a acumulação capitalista. A produção dos institutos de qualificação do trabalhador em conjunto com as entidades empresariais, devido o esgotamento do modo de produção rígido fordista, enfatizam as idéias da qualidade do setor de produção para a educação. A formação deve centrar-se no indivíduo para competir e no ensino com base técnica fundamentalmente a microeletrônica e a informática.

A educação reforça a formação geral e abstrata marcada pela exigência da polivalência dentro das necessidades do capital e de subordinação. A responsabilidade do Estado mínimo se destina à formação da força de trabalho com capacidade de abstração para tomar decisões complexas, rápidas e polivalentes, no contexto vinculado à produção de conhecimentos básicos. Por outro lado, impõe-se ao estado um alto investimento em tecnologia voltado ao setor privado e sem a contribuição deste em decorrência a elevada velocidade e intensidade de reconversão tecnológica, assegurando a competitividade das empresas no mercado.

Modelos de 'capital' humano não são novidade. Já foram criticados como visão ideológica do capital. Afinal, a distinção entre os que têm e os que não têm o controle dos meios de produção fica diluído na idéia aparentemente democrática de que basta estudar muito para virar capitalista. Mas a idéia é tentadora, agora que se fala de capital intelectual e economia do conhecimento. Só que a educação, na ótica conservadora, apresenta-se em abstrato. Desaparece a questão crucial da propriedade (privada ou não) do conhecimento. Veja o caso do jovem bilionário Jerry Yang, fundador do Yahoo!. Claro que há no seu caso uma acumulação de capital baseada em educação e conhecimento. Mas só enriqueceu porque o Estado norte americano, anos antes, investiu e organizou uma rede de informação para fins militares e de tecnologia avançada, a Arpanet, muitos esquecem isso. Preferem louvar o prodígio intelectual de um ou outro suposto "pai" da grande rede universal... A novidade da "nova" economia é essa importância das comunidades de conhecimento, de espaços públicos que viabilizam oportunidades privadas. E haveria o Yahoo! sem a cultura da Califórnia, turbinada por projetos empresariais e militares? **A inovação que promove a acumulação do capital não ocorre numa torre de marfim. Ela repousa sobre uma vigorosa infraestrutura pública.** (SHWARTZ, 2000)

A ideologia do capital humano pressupõe que a desigualdade social pode ser resolvida com a educação do povo. Demonstra assim, como o entendimento dos problemas sociais se encontram no nível abstrato, que naturaliza o controle dos meios de produção, a qual decorre em possibilidades de qualificação. A educação é

reduzida a mero fator de produção, os papas do neoliberalismo e do neoconservadorismo reificam esta teoria de dimensão positiva e da discriminação.

Se partimos do pressuposto de que as diferenças das diferenças entre as pessoas, nada mais natural do que procurar as características individuais dos que ganham muito e dos que ganham pouco. Langoni, estudando a repartição de renda no Brasil de acordo com estas características, verificou que são pobres não só os que têm pouca ou nenhuma escolaridade, mas também os que nasceram com sexo "errado" (as mulheres ganham bem menos que os homens) e os que nasceram no lugar "errado" (na zona rural e não urbana, no Nordeste e não no Centro-Sul). (SINGER, 1998, p. 87).

O produto do trabalho é dividido entre os trabalhadores em proporção ao valor e à quantidade dos fatores que se inserem na produção. A mesma racionalidade neoclássica é usada na produtividade informal do capital e da terra. Portanto, as diferenças de salário se explicam nas diferenças de produtividade, bem como, do resultado dos desníveis de capital humano acumulado. A escolaridade é considerada o capital humano. Já o investimento em educação permite o retorno no mercado de trabalho com um valor adicional.

O desenvolvimento de programas como os apresentados acima (de treinamento vocacional e profissional) tornaria o capital disponível de modo mais amplo e contribuiria, assim, para tornar real a igualdade de oportunidades, para diminuir a desigualdade de renda e de riqueza, e promover o uso completo dos novos recursos humanos. E isso seria feito sem impedir a competição, destruir o incentivo e cuidar só dos sintomas - que é o que acontece quando se trata somente da redistribuição de renda -, mas estimulando a competição, tomando os incentivos efetivos e eliminando as causas da desigualdade (FRIEDMAN, 1988, p. 98).

O desenvolvimento das forças produtivas permite o tempo livre e uma elevação na qualidade de vida para uma minoria, a qual poder ser socializada. A exigência no processo produtivo demanda o conhecimento científico e tecnológico, mas também um trabalhador com capacidade de resolver problemas diversos e consumidor de bens culturais mais amplos. O fundamento da nova base técnica de subordinação dos indivíduos exclui a maioria da população do acesso às condições mínimas de vida. O desenvolvimento tecnológico dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, se caracterizam pela dependência dos países centrais, incrementando a exclusão ao desenvolvimento técnico dos trabalhadores. (FRIGOTTO, 1996, p. 174).

Naturalmente, o processo de busca da onilateralidade é um esforço solidário dos homens entre si, como resultado de uma ação coletiva dos homens. Eles são os agentes que podem provocar mudanças, produzindo as condições materiais e intelectuais de sua existência.

As mudanças partem da tomada de consciência que não é espontânea como coloca GRAMSCI, isto é, a formação da consciência do indivíduo não é inata, exige esforço do indivíduo e também elementos externos e internos, como também, objetivos e subjetivos. Este processo, é contraditório, e é um processo que não é natural pela necessidade do processo de educação de se organizar e sistematizar.

Os trabalhadores não chegam à consciência de classe por si mesmos espontaneamente, para buscar a consciência de classe, como destaca GRAMSCI; significa uma educação política, domínio da teoria revolucionária que nasce da assimilação crítica das posições mais avançadas da cultura da burguesia e da sua conseqüente superação. Por isso, os trabalhadores precisam da escola que lhe é negada. Desta forma, cabe ressaltar o papel estratégico dos educadores e intelectuais nas sociedades, neste processo de conscientização da classe trabalhadora.

Na construção da conscientização, a contradição do trabalho manual e do intelectual pode ser superada somente com a direção dos trabalhadores. Pois para GRAMSCI, todos os homens são intelectuais, exercem uma certa atividade intelectual "... mas na sociedade nem todos têm uma função intelectual" (1995, p. 8). O entendimento é de que a transformação da sociedade deve ser mediante uma revolução moral e intelectual.

A sociedade burguesa impõe aos trabalhadores as suas concepções de mundo de forma contraditória, pois, não há como explicar a contradição a não ser pela via revolucionária. Para isso, utiliza-se da escola, da igreja, da imprensa, do serviço militar, elaborando e reelaborando a sua própria hegemonia política e cultural, os quais têm seus quadros de intelectuais orgânicos, seus técnicos e cientistas. Os intelectuais constroem a sua homogeneidade e consciência da sua função no campo econômico, social e político, para garantir a hegemonia da classe dominante e o consenso da sociedade (GRAMSCI, 1995).

A sociedade civil constitui com a sociedade política uma unidade dialética onde a coerção e o consenso se alternam. São como instrumentos da classe dominante para o exercício de sua hegemonia.

A hegemonia da classe dominante é exercida pela cultura e ideologia, representando como a mais preparada para responder os interesses da sociedade. O Estado assegura legalmente a hegemonia. Quando há crise política, não se obtém o consentimento da massa, então a elite utiliza-se dos aparelhos repressivos do Estado que conquistou.

Na política se estabelecem alianças da classe dominante com outros grupos para neutralizar os grupos hostis, dividindo, principalmente as classes subalternas, tornando-as inimigas. Além da difusão da visão de mundo inclui-se hábitos e costumes. Portanto, a burguesia necessita criar e ampliar o acesso da instrumentação básica para favorecer a seleção das mais altas qualificações intelectuais na elite do sistema produtivo. Quanto mais complexo e hierarquizado o modo de produção, mais numerosos os graus da escola.

Gramsci, propõe o desenvolvimento das capacidades do indivíduo, no trabalho manual como para o trabalho intelectual. A educação deve desenvolver a maturidade do aluno, sua autonomia, a consciência de seus direitos, deve ser ativa e criadora. A formação deve ser humanista ou de cultura geral. Esta, deve se propor a inserir os jovens na atividade social, com uma atitude criadora intelectualmente e prática e uma certa autonomia na orientação e na iniciativa.

Tomando esse rumo, o Estado é obrigado a assumir o compromisso da educação, ao invés da iniciativa privada, pois somente assim, assegura-se a educação e formação de todas as gerações, sem divisões de grupos ou de castas.

As academias ou os núcleos de cultura popular organizados a partir de pequenas comunidades deveriam estar articuladas com escolas e universidades. Assim, a aprendizagem ocorrerá pelo esforço espontâneo e autônomo do discente, nesta o professor é um guia, um orientador. No entanto, estas deveriam servir para o desenvolvimento das capacidades individuais da massa popular e flexíveis para este processo de ensino. Portanto, necessitaria de círculos de estudos de ciências morais e políticas e organizar secções para discutir os aspectos técnicos dos

problemas industriais, agrários, de organização e de nacionalização do trabalho, fortalecendo a organização dos movimentos populares.

O processo formativo é a formação de um novo tipo de homem, que seja capaz de participar ativamente na transformação da sociedade e da natureza. Neste sentido o desenvolvimento deve ser harmônico em todas as atitudes, sendo a formação histórica social determinante das opções dos indivíduos, sem pretender captar os dotes naturais.

Gramsci enfatiza que a libertação do ser humano decorre da apropriação individual e que a liberdade de cada um é o saber de cada indivíduo singular na incorporação ao corpo coletivo. O processo educativo capacitará os indivíduos para obter o consentimento e a colaboração do coletivo, transformando a liberdade individual em necessidade (MANACORDA, 1990).

A crítica de GRAMSCI, a esta concepção, se fundamenta no sentido de que a educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e criar o homem atual com relação a sua época. É a contraposição ao inatismo do liberalismo e a uma interpretação historicista da formação do homem.

Sem dúvida é necessário o entendimento da produção material em seu momento histórico para perceber as características da produção intelectual, que lhe corresponde e as suas relações recíprocas. Se não for assim, ficar-se-á no campo das banalidades.

Além disso, de uma forma determinada da produção material deriva, em primeiro lugar, uma organização determinada entre o homem e a natureza. O sistema político e as concepções intelectuais são determinados por esses dois fatores e, por conseguinte, também o gênero da produção intelectual. (MARX, 1971, p. 63)

O autoritarismo não é a coerção de Gramsci, pois para ele, a liberdade não é um princípio metafísico, mas um comportamento do indivíduo através de responsabilidades. Assim, o indivíduo livre não é aquele que age espontaneamente, mas aquele que age de maneira responsável, isto é, de acordo com uma direção consciente.

O Estado exerce sua coerção sobre a sociedade com as suas instituições, que se colocam para a sociedade na situação de pseudo-neutralidade, pois elas atuam de maneira distinta no plano teórico, pois na realidade a pedagogia e a política coincidem entre si.

Neste contexto, o processo educativo é contraditório em relação à liberdade e à necessidade, pois eliminando a liberdade, o processo se torna autoritário e a educação se afirma como domesticadora e adestradora. E quando se elimina a autoridade, não acontece a educação e em decorrência se exclui a necessidade do desenvolvimento das capacidades e a conscientização coletiva, cuja finalidade é de transformar a sociedade. GRAMSCI coloca que as virtudes da disciplina, sobriedade e coerência que preparam o homem para viver numa sociedade regulada, estão baseadas na justiça e na solidariedade.

A educação burguesa capacita a classe dominante para a direção e não tem como fim a formação de homens superiores de cunho social. Cabe ressaltar a utilização da escola, serviços e programas de educação do capital como aparelhos ideológicos para a formação de indivíduos unilaterais. Nesta perspectiva, não se concebe a qualificação do trabalhador manual para pensar, estudar, dirigir ou controlar o seu próprio trabalho, com o intuito de capacitá-lo para torná-lo cidadão com a possibilidade de um sujeito autônomo.

A possibilidade de transformação da realidade somente pode ser evidenciada na concepção dialética da educação. Esta visão, se contrapõe à ocultação das contradições da sociedade na educação burguesa em seu projeto idealista - conservação e legitimação dos privilégios de classe. A educação torna-se instrumento de luta da classe trabalhadora e o lugar de uma contra-hegemonia burguesa.

CAPÍTULO 2: AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO: DA ACUMULAÇÃO RÍGIDA À FLEXÍVEL

As mudanças na organização do trabalho e a inovação tecnológica decorrem da internacionalização do capitalismo, expressão do processo de reconversão para intensificar a acumulação do capital.

A internacionalização da economia capitalista é, na verdade, um processo antigo. A intensa industrialização e a comercialização de mercadorias se evidenciam historicamente desde a segunda metade do século XIX, superando os limites dos estados-nação (Europa e Estados Unidos), com a livre movimentação de mercadorias e de capital através das fronteiras. Mas, é na primeira guerra mundial e após a década de 30, que aquelas economias nacionais trataram de proteger suas indústrias e comandar a acumulação de capital dentro do seu território (SINGER, 1998, p. 19).

A retomada da liberdade de mercado, em nível internacional, aconteceu após a segunda guerra mundial, pelos Estados Unidos e vencedores, criando-se instituições por ocasião da Conferência de Bretton Woods, em 1944 (Plano Marshall), para apoiar a competição de mercado. HOBBSBAWN (1995) ressalta a importância da guerra fria como argumento dos EUA no sentido de impulsionar o avanço econômico dos países centrais, acompanhado de financiamento pelas instituições criadas com os acordos dessa Conferência: o Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e o FMI, ambos subordinados ao próprio EUA, apoiados e legitimados pelo “Grupo dos Sete”.

A partir daí, as mudanças nas relações de produção se intensificaram determinando a mercantilização e financeirização das relações econômicas e sociais. Desta forma, o modo de produção capitalista se fortaleceu e se expandiu demonstrando o quanto é dinâmico. Para tanto se utiliza do discurso da competitividade no campo ideológico, em que a teoria econômica advoga a soberania do livre mercado sobre perante todas as demais intervenções.

Essas transformações do capitalismo são explicadas pela crise do modelo anterior, ou seja, o modelo de desenvolvimento fordista, que obteve um avanço econômico histórico. No começo do século, Henri Ford suplantou a produção artesanal, característica da indústria automobilística, pela produção em massa. Assim, colocou as indústrias dos Estados Unidos no âmbito mundial, por consequência do aumento da produção. As transformações se deram com o mesmo objetivo da chamada organização científica do trabalho, de Frederik Taylor, adotando a eliminação dos tempos mortos no processo de trabalho a fim de alcançar um grande volume de produção com custos baixos. Para tanto, houve a necessidade de separar o trabalho intelectual do trabalho manual, reservando o primeiro para os gerentes e diretores e o segundo ficando na responsabilidade dos trabalhadores do chão de fábrica (BRAVERMAN, 1981; GORZ, 1980; LEITE, 1994).

O trabalho devia seguir uma **rígida** disciplina dos movimentos, visando a economia de tempo. As tarefas foram parceladas na esteira de montagem e ao mesmo tempo as peças, os componentes e o produto final foram padronizados. Esse tipo de produção teve a necessidade de contar com milhares de trabalhadores. Desta forma, o produto (automóvel) foi barateado pela produtividade massificada e qualidade padronizada.

O aumento da produção foi tão intensa que o mercado norte-americano se tornou insuficiente para o seu consumo, desencadeando-se, então, a crise econômica de 1929. Nesse período, o governo aplicou a doutrina de Keynes que se apresentou adequada, após a segunda guerra, aos objetivos do capitalismo. Na verdade, a intenção da regulamentação do salário indireto e dos benefícios sociais foi de assegurar a mão-de-obra barata para a grande indústria. Já a assistência aos desempregados e acidentados do trabalho implicou na manutenção do exército de reserva e a introdução da negociação coletiva do trabalho vinculou-se, de forma legal, à gestão da força de trabalho a acumulação do capital (LEITE, 1994, p. 77).

A indústria européia ainda permanecia produzindo de forma artesanal, com alta habilidade dos trabalhadores (com exceção da Fiat), operando nas fábricas de carros de luxo. No entanto, com a revolução dos anos 30, iniciou-se o processo de disseminação do fordismo, com sua efetiva aplicação massiva nos anos 50.

Nesse período, algumas medidas foram tomadas. Primeiramente foi o **Plano Marshall**, a americanização da Europa Ocidental e a criação de um mercado apto para suportar a produção de massa de automóveis e bens duráveis de consumo. Com estas medidas, tem início o processo de globalização, com a transferência de recursos dos Estados Unidos para a Europa e para o Japão. As grandes empresas norte-americanas começaram a implantar filiais e a comprar firmas na Europa Ocidental, retomando a internacionalização da economia. Assim, reconstruíram o processo de industrialização incorporando tecnologia e padrões de consumo dos EUA (GORENDER, 1994; SINGER, 1998).

Os Estados Unidos necessitavam de uma Europa forte para escoar capitais excedentes e mercadorias exportáveis e para tentar barrar a expansão do comunismo. Esta expansão do mercado norte-americano é reconhecida por HOBBSBAWN: “a economia do capitalismo da Era dos Impérios penetrou e transformou praticamente todas as partes do globo, mesmo tendo, após a Revolução de Outubro, parado nas fronteiras da URSS” (1997, p. 202).

O sistema de produção dos países de economias dependentes e metropolitanas baseava-se na economia das empresas familiares. Nelas, o processo de produção se caracteriza pelas longas jornadas de trabalho rotinizado, exigindo poucas habilidades dos trabalhadores. Elas utilizavam a mão de obra barata dos imigrantes, com o mínimo controle do ritmo e da organização do trabalho. Nesses países, deste modo, limitou-se o pleno desenvolvimento do fordismo e do taylorismo.

O fordismo, como forma de acumulação do capital, incrementou o desenvolvimento das mudanças tecnológicas, investindo no capital fixo e na forma de organização do trabalho, cristalizando a padronização dos produtos em escala mundial, o que se configurou num período de prosperidade para o modo capitalista de produção.

A técnica de produção em massa se aperfeiçou e as empresas viram nisso um novo mercado potencial: passar os ex-novos produtos para os consumidores da classe operária, com o apoio de uma estratégia de publicidade: “o refrigerador ou a televisão, que marcavam o consumo da elite, passam a serem produtos da cesta de consumo da classe operária” (SINGER, 1997, p. 99). Os trabalhadores integram-se socialmente adquirindo produtos como necessidade de consumo, fazendo parte da cultura capitalista, o que transforma igualmente a moral²

A renovação do consumo é uma das estratégias das grandes empresas industriais e de serviços, lançando novos produtos e novas modas com o mesmo objetivo da acumulação do capital monopolista. No capitalismo, SINGER (1997) destaca que o crescimento da produção se apresenta em duas vias: uma da produção dos mesmos produtos e outra de produtos novos. Portanto, o aumento de produção e da produtividade se constrói numa profusão de bens e serviços em relação a uma correlata expansão do custo de reprodução da força de trabalho. Em consequência, os trabalhadores necessitam de quantidades crescentes de dinheiro para satisfazer as suas necessidades, tendo que lutar incessantemente pelo aumento dos salários³.

O processo de desenvolvimento se dá de forma diferenciada nos países centrais e periféricos, com um padrão contrário à teoria do fordismo, pois esta

² No capitalismo o salário é a repartição do produto social entre o capital e trabalho, é um salário básico, depende de um mínimo vital, em um conjunto de bens e serviços necessários à capacidade de reprodução da capacidade de trabalho. Como a satisfação das necessidades básicas do trabalhador e de sua família ele se insere na sociedade, identificando-se num padrão de consumo. Os trabalhadores, seres humanos sociais, o seu consumo é uma atividade cultural, mediante a qual eles se relacionam e comunicam. Quando um trabalhador põe a comida no prato e uma roupa no corpo, ele está marcando um evento e os que dele participam como seus iguais numa comunhão. Os trabalhadores, como demais membros da sociedade, têm sua cultura, ou seja, atribuem significados aos bens e serviços, cujo uso exprime sua identidade social. Numa sociedade estratificada como a capitalista, os diversos grupos sociais - de sexo, idade, nível socioeconômico - se diferenciam precisamente pelo consumo, sobretudo pelos ritos de passagem (batizados, formaturas, casamentos e funerais) e as comemorações (aniversários, Natal, 1º de maio). Os grupos de maior poder aquisitivo usam formas caras de consumo para excluírem do seu meio os menos aquinhoados. Os excluídos ficam privados não só do convívio social com gente de prestígio, mas, também da participação em grupos informais em que se trocam informações, recomendações e outros serviços vitais para o acesso do poder e a altos ganhos. No fundo as decisões de cooptação para escalões elevados das diversas hierarquias políticas e administrativas são tomadas a partir do relacionamento informal em grupos sociais de consumo (SINGER, 1998, p. 97-98).

³ No Brasil, entre os anos 1964 e 1978, enquanto a população menos privilegiada aumentava o seu consumo de bens duráveis, o seu nível nutricional decaía e a mortalidade infantil aumentava. A concentração de renda, neste período, teve seu efeito deletério sobre as condições de vida dos trabalhadores (SINGER, 1998).

idealizava que em decorrência do avanço da industrialização a renda seria menos concentrada. Na América Latina (Brasil, México, Colômbia), segundo Singer (1998), o processo de industrialização foi acompanhado por concentração de renda, e nos países asiáticos, nos quais a reforma agrária desencadeou um desenvolvimento mais equânime, este processo produziu maior distribuição da renda. Nos países socialista, China, Cuba e Iugoslávia, ocorreram revoluções proletário-camponesas, cujas mudanças no Estado permitiram a redução das desigualdades de renda. Desta forma, como afirma HOBBSAWN, “é impossível pensar uma teoria geral de desenvolvimento industrial e concentração de renda aplicável em todos os países, independente do seu regime econômico, social e político” (1995, p. 211).

Nesta vertente, o avanço do capitalismo foi amparado pela doutrina de Keynes nos países capitalistas desenvolvidos, em consequência da lição deixada pela crise da grande depressão de 29. A adoção do *Welfare State*, o Estado do Bem Estar Social, permitiu a expansão e absorção da produção em massa do fordismo, elevou o padrão de vida dos trabalhadores e promoveu o consenso da política de tipo social-democrata. Nesse momento, para o seu avanço, o “capitalismo reformado”, expressão utilizada por HOBBSAWN, necessitava de ser amparado com a presença do governo para garantir o pleno emprego, a industrialização e modernização mediadas por um sistema de controle de governo de administração mista e a cooperação do movimento organizado de trabalhadores que não eram comunistas. Historicamente, no entanto, a mudança do papel do Estado e das relações capital-trabalho não se deram na direção unilateralmente favorável ao capital. Elas se deram como resultados da luta de classes sociais, onde também os trabalhadores conquistaram direitos. (LEITE, 1994; ANDERSON *apud* SADER, 1995)

O Estado, segundo HARVEY (1996, p. 125), “teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais, o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura” e o trabalho “teve de assumir novos papéis e funções relativas ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção”. O Estado teve, portanto, que ceder para a exploração do trabalho, em sintonia com a produção da mais-valia. “A Era de Ouro do capitalismo teria sido impossível sem

esse consenso de que a economia de empresa privada precisa ser salva [pelo Estado] de si mesma". HOBBSAWN, (1997, p. 268).

Keynes, para SINGER (1998, p. 77), não foi estruturalista coerente como Marx, mas rompeu com a tradição neoclássica de pleno emprego, partindo do pressuposto de que a economia de mercado tende a equilibrar-se em níveis baixos de emprego, o que desencadeia a exclusão e, portanto, a oferta de um exército de reserva de trabalhadores. Para tanto, se faz necessário um Estado que incremente políticas sociais com efetiva demanda por recursos públicos discricionários para atender o exército de trabalhadores e pela oferta de dinheiro com o fim de manipular as taxas de juros para estimular o investimento privado. Os keynesianos admitem que a relação de emprego pode ser mantida acima do equilíbrio individualista somente ao custo de uma constante e crescente inflação. Entretanto, concordam com a competição desenfreada do mercado. Porém, acreditam que o Estado deva intervir no mercado se a maioria do eleitorado decidir. A distribuição de renda não é uma proposta keynesiana, contudo, apoia o investimento público em regiões atrasadas. Na realidade, opõe-se à solução da exclusão social na base da promoção de rápido crescimento econômico, por meio da abertura da economia ao capital exterior, e adotando a desregulamentação dos mercados, predominantemente, o mercado de trabalho.

Na reflexão sobre a atuação do Estado, OFFE(1991) enfatiza que "sem a existência da construção habitacional maciçamente subvencionada pelo Estado, sem o ensino público e os serviços de saúde ou sem os amplos sistemas de seguros sociais obrigatórios, o funcionamento de um sistema econômico-industrial seria simplesmente impensável" (1991, p. 121).

O Estado de Bem-Estar não deixou de ser classista e se tornou em um instrumento poderoso de dominação de classe. Constituiu, um Estado que ofereceu intervenção em necessidades especiais, no qual nenhum capital o faz, como por exemplo, a educação, que formou e qualificou a força de trabalho e aumentou, desta forma, a produtividade. Da mesma maneira, foram desencadeadas mudanças para a participação da população em algumas instâncias do governo, no entanto, sempre objetivando resultados para o equilíbrio social da situação vigente. (OLIVEIRA, 1988, p. 24)

Durante os anos 60, a hegemonia dos EUA declinou, o desgaste começou aparecer e o sistema monetário com base no dólar desabou. Na década de setenta, o regime fordista-Keynesiano começou a dar sinais de crise por sua inflexibilidade para colocar produtos novos, pelo custo oneroso e por produzir uma quantidade considerável de produtos defeituosos, designando assim muitos supervisores de qualidade. O método exigia grandes estoques, reservas de insumos e gastos com armazenagem, implicando em gastos financeiros.

Destaca-se, nesse momento, o movimento de resistência dos trabalhadores, tornando clara a vulnerabilidade dos sistemas de controle taylorista, como o absenteísmo e o turnover.

O sindicalismo foi reconhecido legalmente nos Estados Unidos em contrapartida da aceitação do sistema de alta produtividade fordista, que elevou o padrão de vida dos trabalhadores com vistas à estabilidade da realização dos lucros.

A entrada dos países do terceiro mundo no ranking do mercado, com indústrias associadas ao movimento das transnacionais, gerou uma competição mais aguçada, caracterizada por condições de trabalho precárias e salários baixos. A competição internacional acirrou-se, pois os países da Europa Ocidental tornaram-se desafiantes da hegemonia dos Estados Unidos. Segundo HARVEY, “o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo na superfície, essas dificuldades podem ser apreendidas por uma palavra: rigidez” (1996, p. 135).

As deficiências aguçaram com o primeiro choque do petróleo (1973), a acumulação capitalista e o desenvolvimento das forças produtivas tocaram o limite cíclico da economia capitalista. Os programas políticos da maioria dos estados supunham que os problemas eram temporários. Os países centrais eram ocupados pelo poder de governos da social-democracia, que depois, foram sucedidos por conservadores que viriam com a suposta resolução da problemática econômica. No caso dos Estados, do Terceiro Mundo e Socialistas, estes, tentavam a aplicação da regulamentação rígida keynesiana.

A introdução dos microprocessadores na produção, na década de oitenta, evidenciou a inadequação do regime fordista frente às novas inovações tecnológicas como a automação eletrônica.

A resposta, no momento, à rigidez, que continha a expansão da base fiscal para gastos públicos, se concretizou na política monetária com vistas a manter a economia estável. Ao mesmo tempo, ocorreu a onda inflacionária.

Na Ásia, na América Latina e na África a produção diminuiu na década dos anos 80, o crescimento do PIB cessou, provocando uma séria recessão, aumentando a desigualdade social dos países em desenvolvimento⁴. Muitos países mais desenvolvidos se depararam com a contradição da exclusão, com o reaparecimento dos miseráveis, demonstrando a injusta desigualdade social de distribuição de renda interna⁵. Os extremos de pobreza e riqueza se acentuavam. Diante da diminuição do crescimento econômico os países ricos que protegiam sua população com um sistema de previdência e seguridade social da era do fordismo, se viam numa situação difícil entre o aumento do pagamento dos benefícios sociais e da diminuição da renda do Estado. Essa condução no momento onerava o capital distanciando da acumulação capitalista.

As alternativas eram propagandeadas pelos economistas ultraliberais (Friedrich von Hayek e Milton Friedman premiados com O Prêmio Nobel de economia nos anos de 1974 e 1976). Era o recrudescimento do livre mercado de Smith, a defesa do individualismo reforçado pela invisível impotência do Estado, frente à desaceleração da economia. Ao mesmo tempo, que repetem a doutrina de Smith e Ricardo referente ao mercado livre para a concorrência, contrapõem-se às doutrinas de mercados monopolizados. Os neoliberais defendiam o controle da inflação, o corte dos custos no governo e de gastos sociais das empresas privadas, permitindo, assim, o aumento dos lucros que seria o verdadeiro motor de crescimento da economia capitalista. A argumentação baseia-se na “mão oculta” smithiana de produzir a “Riqueza das Nações” para a melhor distribuição sustentável

⁴ Os países pobres e atrasados segundo SINGER (1998 p. 159) são desprovidos de capital. O crescimento, a produtividade e o consumo depende de capital originado de poupança. O país não tem poupança, não tem capital, sua renda é baixa, respondendo apenas ao consumo. Portanto necessitam de ajuda estrangeira para desencadear o processo de desenvolvimento. No entanto, são acusados de irracionais pelos especialistas da teoria marginalista, quando iniciam a industrialização promovida pelo Estado. Certos países liberaram a economia adotando a política de inspiração marginalista. O resultado desta política foi o desemprego e a concentração de renda consequentemente o empobrecimento da população

⁵ Como exemplo SINGER (1998, p.169) aponta o Brasil, a dependência do país em sua industrialização em relação aos equipamentos e componentes dos países desenvolvidos. Desde a colonização a dependência econômica vai mudando sem que ela deixe de existir.

de riqueza e de renda. HOBBSAWN (1997, p. 399) acentua a antipatia dos neoliberais em seu discurso de desenvolvimento econômico, quando eles negam a situação de sucesso econômico da Suécia, porque seu modelo de crescimento era com o suporte coletivista de igualdade e solidariedade (mesmo que no fim do séc XX a própria Suécia tenha batido em retirada, com o modelo bombardeado pela globalização). A tese dos neoliberais centra-se no paradigma de princípios individualistas que provocam a exclusão social, dada a característica da sociedade capitalista de classes sociais

Os defensores da liberdade individual não se abalaram com as injustiças sociais produzidas pelo capitalismo de mercado⁶. Os **liberais** clássicos lutaram contra os sistemas tradicionais de privilégios, os **neoliberais** voltam-se contra as políticas redistributivas mediante tributação progressiva de despesas sociais do estado do bem-estar social, “a única despesa social que eles apoiam é a da educação pública, vista como o principal instrumento para o desenvolvimento da qualificação e motivação e, portanto, o melhor meio de reduzir a exclusão social” (SINGER 1998, p.70).

Com a crise das indústrias americanas, os métodos japoneses evidenciaram o seu êxito e coadunavam com a perspectiva neoliberal. A economia japonesa teve como base para desenvolver-se o nível baixo dos salários, a intensidade do trabalho, bem como, a organização do trabalho. A concorrência e a crise econômica estimularam a expansão do “modelo japonês”. A teoria de regulação fordista-Keynesiana entrou em crise, alavancando mudanças do regime de desenvolvimento e acumulação. As transformações exigidas para aquele momento foi no âmbito do Estado, das inovações tecnológicas, das políticas financeiras e das industriais, do comércio mundial, das empresas transnacionais, das relações internacionais, da organização do trabalho, das formas de emprego e desemprego, dos estilos de vida e dos comportamentos individuais, com efeitos sobre a luta de classes. Os desafios à acumulação do capital se constituíam na diminuição dos ganhos de produtividade,

⁶ A concepção sociológica individualista tem como fundamento de que a sociedade é composta de indivíduos livres e distintos com objetivo de maximização de sua utilidade e bem-estar. Portanto se os indivíduos querem os benefícios com o menor custo, os relacionamentos se equilibram. A competição há quando o equilíbrio cessa, para aumentar os benefícios e/ou diminuir os custos partindo para outro equilíbrio. Nesta sociedade as instituições são criadas e mantidas em benefícios dos indivíduos, desde que não afetem a justeza da competição entre os indivíduos

redução do poder de compra dos mercados, elitização do consumo e a competição internacional. (GORENDER, 1996; LEITE, 1994; IANNI, 1998).

O modelo japonês originou-se na fábrica automobilística Toyota, nos anos cinquenta. Os administradores japoneses, após a segunda guerra, necessitavam de uma produção para um mercado estreito, com custos baixos, apropriados à obtenção de um produto acessível aos consumidores. A economia de escala deveria ser substituída pela economia de escopo. Para alguns autores, o toyotismo não seria mais do que acentuação da intensidade do trabalho.

A partir da entrada de automóveis japoneses no mercado, intensificou-se a concorrência, JIT representa um dos elementos concretos. Contudo, a adoção do toyotismo não foi integração de sistemas fordista e toyotista. A concorrência dos carros japoneses induziram nos EUA a introdução dos métodos da JIT e o *joint-ventures* - associação de empresas americanas com as japonesas, provocando neste momento grandes greves. O modelo alemão resistiu por mais tempo, em virtude do patamar tecnológico alcançado, regime de trabalho (jornada de trabalho de 35 horas, benefícios trabalhistas e salários mais elevados) e de produção resultante da correlação de forças de classe. Fatores estes, que permitiram à indústria alemã garantir boa parte do mercado mundial de automóveis (GORENDER, 1996).

A indústria européia começou a implantar os métodos japoneses bem mais tarde. As empresas alemãs, que prosperaram na década dos anos oitenta, precisaram reconsiderar o modelo germânico baseado na tecnologia de mais alto nível e de trabalhadores qualificados e num mecanismo de co-determinação entre administradores e empregados. Diante da recessão americana e da concorrência japonesa, a Alemanha aumentou o processo de terceirização, a formação de equipes de trabalho e a redução da jornada de trabalho.

Os princípios do sistema japonês são a *auto-ativação* e o *método just in time*. A auto-ativação é uma forma de evitar os desperdícios e de ordenar a produção, dotando as máquinas de certa autonomia, quer dizer, a auto-automatização.

Ao contrário do regime fordista, a organização japonesa do trabalho - JIT, visou a redução dos estoques de insumos de reserva para acompanhar as

oscilações da demanda. O fornecimento se escalona segundo hierarquia de fornecedores com relação direta com a fábrica terminal.

Ao compartilhar trabalho e responsabilidades com o fornecedor, a montagem reduz os custos e, pelo menos teoricamente, aumenta o nível de qualidade. Cada peça incorporada ao veículo é uma oportunidade de erro. No novo processo, o fornecedor se responsabiliza pela fiscalização da montagem. [...]A produção é feita de acordo com o que acontece na montadora, como fosse espelho da outra. Informações detalhadas são trocadas eletronicamente pelas empresas durante todo o dia. Isso permite que a produção do fornecedor seja adequada à demanda da montadora (ROSENBERG, 2000, p. 74)

O sistema JIT aplica o *quantum*, quantidade de peças trabalhadas em um espaço de tempo, utilizando o *kanban* (aviso por meio de cartaz dos números de peças). O sentido geral das instruções de fabricação se situa no fluxo de informação invertido, cada posto posterior emite instrução ao anterior, especificando o número e as peças necessárias para executar a sua própria encomenda. Encaminhando assim, à sofisticação de um sistema de minifábricas, descentralizando uma parte das tarefas (as equipes não dependem das outras que se encontram atrás na cadeia de montagem), apoiando-se no maior rendimento possível do trabalho vivo, resultando na diminuição dos estoques, de encargos financeiros, de despesas materiais e de força de trabalho.

Com o intuito de aumentar os ganhos de lucratividade, por meio da introdução de novas tecnologias e da flexibilização da organização do trabalho, foi substituído o controle taylorista por novos processos de controle social.

A lógica toyotista caminha alheia e estranha ao produtor, preservando todos os aspectos do fetichismo da mercadoria. A integração do *pensar* e *agir* é simplesmente aparência aos olhos dos trabalhadores, pois, conforme ANTUNES(1997, p. 34), “a decisão do *que* e de *como* produzir não pertence aos trabalhadores”. Para este autor, a diminuição entre a elaboração e execução, entre a concepção e produção só é possível no sistema produtor de mercadorias de criação de valor. No entanto, a atividade autodeterminada não é possível em todas as fases do toyotismo e o controle, bem como, o disciplinamento continua na lógica do sistema produtor de mercadorias.

É importante salientar que a flexibilização do setor produtivo é em decorrência da “redução dos mercados e o conseqüente acirramento da concorrência entre as empresas constituíram-se os fatores da obsolescência da automação rígida com

base técnica na eletrônica, que se desenvolveu sob égide do fordismo” (LEITE, 1994, p. 83).

No período entre guerras em 1939-46, demonstrou que a experiência da pesquisa poderia ser rapidamente absorvida para resolver problemas tecnológicos, como também, num período provavelmente curto⁷. Com a informatização e novos avanços tecnológicos os espaços de tempo diminuíram cada vez mais. O idealizado era programar a tecnologia para dispensar a intervenção humana. A ideologia identificava a “ciência” como conquista do mundo pela razão e experimentação. Por outro lado, existiam os temores e esperança dos leigos sobre a desconhecida ciência, pois os próprios especialistas se diferenciavam em suas concepções e detinham algum critério de julgar. Pois, “nenhum período da história foi mais penetrado pelas ciências sociais naturais nem mais dependente dela do que o século XX. Contudo, nenhum período, desde a retração de Galileu, se sentiu menos à vontade com elas” (HOBSBAWN, 1997, p. 504)⁸.

A globalização teve como base material a revolução informacional, a qual permitiu que os produtos sejam resultado de operações efetivadas em diferentes países, desta forma, incrementou a expansão das empresas em escala mundial.

O desenvolvimento tecnológico-científico se tornou em tecnologias práticas: na microeletrônica, na física, na química fina, na biotecnologia e na genética.

A gigantesca cadeia de desconto Wal-Mart deve boa parte de seu sucesso ao seu papel pioneiro de tirar partido dessas novas tecnologias de informação [...] utiliza as informações coletadas por scanners no ponto de venda e as transmite pelo intercâmbio eletrônico dos dados diretamente aos seus fornecedores [...] o processo elimina pedidos de compra, conhecimentos de embarque, grandes estoques e reduz custos administrativos com a eliminação de mão-de-obra em cada etapa do processo tradicional (RIFKIN, 1995, p. 111)

⁷ LEITE (1994, p. 105) levanta a contradição entre as alternativas neotayloristas e as de engajamento e de qualificação dos trabalhadores, comprovando a inexistência de qualquer forma de determinismo tecnológico sobre as condições de trabalho. As alternativas são tão distintas, que provam a importância da concorrência internacional, os compromissos políticos, as tradições culturais e, ressaltando o resultado da luta de classes, na definição das relações de trabalho ou seja, dos efeitos das novas tecnologias sobre o trabalho

⁸ O medo espalhado pela sociedade hipocondríaca americana submersa pela tecnologia, incluindo a tecnologia médica, permitiu os questionamentos permanente sobre os riscos. Como por exemplo: o uso do espermaticida causa efeitos colaterais, as linhas de transmissão eletromagnéticas fazem mal as pessoas que moram próximas delas? HOBSBAWN (1997, p. 513)

As novas tecnologias simplificaram as operações e a complexificação da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico alavacaram o aumento na acumulação, pela externalização das operações sob a forma de serviços de terceiros (barateamento dos custos para a empresa contratante).

As máquinas com base na técnica microeletrônica permitem ajustes rápidos às exigências do mercado e podem ser adaptadas tanto às produções de pequenos como de médios lotes. A introdução dos novos equipamentos, significa aumento de produtividade, bem como, o ritmo alcançado dessas máquinas é muito mais elevado do que os obtidos com as máquinas eletro-mecânicas. Além do que, a base microeletrônica consiste numa mudança das técnicas e dos modos de organização, introduzindo uma maior integração do conjunto no processo produtivo, permitindo uma redução significativa do tempo de produção das mercadorias. Ressalta-se, ainda, a automação desenvolvida em direção dos sistemas que integram a esfera da produção à esfera da concepção, como o sistema *Computer Aided Design (CAD)/Computer Aided Manufacturing (CAM)*, garantindo o ritmo do trabalho e a redução dos tempos improdutivos. Permite a independização em relação ao ritmo de trabalho dos produtores, facilitando, desta forma, o controle do capital sobre o processo de produção. (LEITE, 1994, p. 86-89)

O trabalho tem que ser com máquinas de ajuste flexível e rápido, a produção por equipes de trabalho, que se responsabilizam por um conjunto de tarefas, com margem decisória para estabelecer seu plano, fixado pela gerência. A equipe se encarrega da qualidade com o objetivo de defeito zero, com isto elimina a manutenção, portanto, elimina os tempos mortos do fordismo, diminuindo os custos e acentuando o enxugamento de setores. A produção é de lotes pequenos, a custos competitivos, com a vantagem da diversificação, escapando da padronização rígida do fordismo, portanto mais atraente à variação de preferências dos consumidores. O novo modelo deve se apoiar, não mais na relação verticalizada da produção das empresas dos anos do fordismo, mas pela proliferação de pequenas e médias empresas. Estas empresas, embora, produzindo em bases materiais, podem reduzir os custos e trabalhar com um alto grau de flexibilidade na automação flexível, conforme exigências do mercado. Pois, “o método de gestão pelos estoques e a administração pelos olhos, termina por se constituir um novo tipo de fábrica: a

fábrica “magra” transparente e flexível, onde a “magreza” é garantida pela transparência; e a flexibilização garante a manutenção da magreza” (CORIAT, 1994, p. 35).

A partir da racionalização do trabalho se desenvolve a polivalência e pluriespecialização dos operadores, contrapondo-se à parcialização, a repetitividade e a hiperespecialização do Fordismo. Nesse sentido, insere-se nas funções dos operadores diretos as tarefas de diagnóstico, reparo e manutenção. A automação coloca o encargo da observação e manutenção diária aos operadores. A desespecialização do trabalhador e a reegração é constituída pela reintrodução de tarefas de controle de qualidade nos próprios postos de trabalho. Ao contrário do operador das máquinas e das ferramentas convencionais, que necessitava de um longo treinamento para aprender o processo de trabalho, com o desenvolvimento da microeletrônica o operador limita-se a fazer ajustes a máquina.

A dificuldade de controlar o trabalho dos operários qualificados da organização taylorista que detinham as decisões da produção, foi transferido para o programador, na fita da Máquina - Ferramenta a Comando Numérico (MFCN). Isso por sua vez, concentra a decisão do chão da fábrica nos escritórios, incrementando ao mesmo tempo o controle do processo de trabalho. Observa-se algo diferente, em que não se precisa de um trabalhador para direcioná-la, pois ela é controlada por informação pré-codificada.

Por outro lado, o trabalhador é responsável por sua qualificação. Ele deve ser um profissional engajado com pequenas prestações de serviços em empresas para acompanhar a mudança do mundo do trabalho.

A produção da riqueza com o desenvolvimento da indústria, torna-se cada vez menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregados. Porém, estes dependem da ciência e do progresso da tecnologia. O tempo de trabalho deixa de ser medida de valor de troca. ANTUNES (1997, p. 49) referenciando KURZ em relação ao desenvolvimento, “ o sobretrabalho da massa e o não-trabalho de uns poucos deixa de ser a condição para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano” (1992, p. 227-229). E portanto, o capitalismo é contraditório no seu processo, pois na concepção de Marx, a produção se fundamenta no valor de troca, diminuindo o tempo de trabalho e convertendo-o em

medida de riqueza. Assim, o decréscimo do tempo de trabalho necessário será para aumentá-lo em forma de excedente e este em medida suficiente do necessário. Nesse sentido, coloca a ciência e a tecnologia, bem como, a cooperação e o intercâmbio social com o intuito de criação de riqueza independente do tempo de trabalho empregado por ela. Assim sendo, as forças produtivas são reduzidas aos limites para a conservação e a ampliação da mais-valia. (ANTUNES, 1992, p. 49; KURZ, 1993, p. 226-227).

A automação, a robótica, a microeletrônica, enfim, a inovação tecnológica tem um significado emancipador em termos marxianos, desde que não seja regido pela lógica do capital, *para criação de mais-valia, mas em busca da omnilateralidade humana*. O potencial das novas tecnologias tem proporcionado a sociedade do tempo disponível, da emancipação humana, frente à opressão do capitalismo.

Como alternativa à arbitragem entre o capital e o trabalho se introduz um sistema misto, contratos rígidos para trabalhadores qualificados e flexíveis para os menos qualificados, constituindo um dualismo do mercado de trabalho e na sociedade. Por outro lado, se constróem sistemas de engajamento dos trabalhadores,” a partir de um processo de reintegração da concepção e execução. Procurando assegurar que o *savoir-faire* dos trabalhadores seja passível de ser assimilado pelos setores de O&M “(LEITE, 1994, p. 103).

No sistema Toyota foi implantado o Círculo de Controle de Qualidade - CCQ, colocando o papel estratégico de controle da produção dos engenheiros do chão de fábrica nas mãos dos grupos de trabalhadores. Para tanto, a empresa investe muito em treinamento, participação e sugestões para melhorar a qualidade e a produtividade. A eliminação autonomia dos trabalhadores está incluída na atribuição do C.C.Q. Pois, os grupos do sistema Toyota são compostos de oito trabalhadores, se alguns deles falha ou falta, o grupo perde as gratificações. Na verdade, eles assumem o papel que era da chefia.

O trabalho em equipes, a polivalência com a rotação dos trabalhadores, o manejo de máquinas de controle numérico computadorizado, o controle estatístico de processo exigem um trabalhador mais qualificado e participativo do que no modelo fordista. Portanto, um trabalhador participativo, envolvido com os objetivos

da empresa, são características da evolução técnica que é vantajosa para as empresas capitalistas.

Sejamos bastante claros. Este movimento de desespecialização dos operários profissionais e qualificados, para transformá-los em trabalhadores multifuncionais, é de fato um movimento de racionalização do trabalho no sentido clássico do termo [...] como na via taylorista norte-americana, de atacar o saber complexo de exercício dos trabalhadores qualificados, a fim de atingir o objetivo de diminuir os seus poderes sobre a produção, e de aumentar a intensidade do trabalho (CORIAT, 1994, p. 53)

Com a introdução da microeletrônica, LEITE (1994, p. 92) aponta o fato do uso do conceito de “**conhecimento tácito**” que se refere ao conhecimento que não pode ser expresso em linguagem escrita e formal - adquirido através da experiência individual. Este é utilizado para aquisição de qualificações e desempenho de ações qualificadas. Portanto, para o capital, esse tipo de conhecimento é de fundamental importância no processo de introdução das máquinas automatizadas. A preocupação das empresas com a qualificação e a habilidade emergem como importantes capacidades produtivas a serem utilizadas.

A crise que atinge o mundo do trabalho para ANTUNES “atingiu a materialidade e a subjetividade do ser-que-vive-do-trabalho” (1997, p. 147).

A flexibilização do trabalho, a desconcentração da produção, a desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão (Círculos de Controle de Qualidade) apropriando-se do saber e o fazer do trabalho sob o controle do capital acabou afetando a forma-de-ser do proletário fabril tradicional (ANTUNES, 1997, p. 148).

No Japão, o investimento no treinamento se restringe aos trabalhadores permanentes com certa estabilidade (até vitalícia), que constituem coeficiente de cerca de 30% do total, já nas montadoras de automóveis oscila de 90%. Quanto aos salários, os trabalhadores recebem um salário básico e outros acréscimos como: bônus de desempenho individual, tempo de serviço e porcentagem pelos lucros, dependendo sempre da avaliação individual pela gerência. Os trabalhadores temporários são contratados com menor remuneração salarial e qualificação inferior, abrangendo principalmente mulheres, com preferência acima de 40 anos (fora da idade fértil) (GORENDER, 1996; HARVEY, 1996).

A organização japonesa também desenvolveu o regime de sindicato que coopera com a empresa, sindicalismo de empresa, sindicato-casa. O engajamento se dá no campo da luta pela produtividade e alto padrão de qualidade, em troca os trabalhadores poderão negociar algum controle sobre as condições de trabalho, as demissões e a distribuição dos ganhos de produtividade. Criando o sindicalismo de envolvimento manipulado e cooptado pelo capital. O enquadramento sindical se fortalece com a implantação de empresas japonesas nos EUA, que se localizaram justamente em cidades desprovidas de sindicatos. (GORENDER, 1996; LEITE, 1994, p. 104).

As perspectivas do sindicalismo de ações mais globais que visam a emancipação do homem e do trabalho, de luta política e ideológica, foram abandonadas pela aceitação acrítica da social-democracia na concepção neoliberal. O ideário socialista da esquerda com a derrocada do Leste europeu, do stalinismo e da esquerda tradicional tiveram forte repercussão no movimento sindical em sentido da defensiva. O desmoronamento do Leste europeu para o movimento dos trabalhadores significou o esgotamento de uma tentativa de construção de sociedade, que não conseguiu ir além do capital. (ANTUNES, 1997, p. 35).

A crise sindical defronta-se com as seguintes tendências segundo ANTUNES:

1. Uma crescente individualização das relações de trabalho e deslocamento das relações capital e trabalho da esfera nacional para o universo do micro, local de trabalho, acrescentando a uma individualização da relação do tipo "sindicato-casa que se originou na Toyota e se expande mundialmente;
2. Uma fortíssima corrente de desregulamentação e de flexibilização ao limite do mercado, atingindo as conquistas históricas do movimento social;
3. O esgotamento dos modelos sindicais dos países avançados, sindicalismo de participação com resultados débeis e negativos, para o conjunto da classe-que-vive-do-trabalho;
4. Uma tendência crescente de burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos; optando pelo viés da legitimação e da moderação, consolidando-se em ações anticapitalistas e perdendo a radicalidade social, resignando-se socialmente e perante o capital;
5. A ação ampliada enormemente do capital de isolar e coibir os movimentos de esquerda, com os métodos mais ideológicos e manipulatórios, dificultando a luta coletiva pela

segurança e saúde, produzindo a hostilidade e adversidade contra a esquerda, contra o sindicalismo e os movimentos sociais de inspiração socialista (1997, p. 665-66).

O traço marcante das transformações é a participação da mulher, mas em novos ramos como a microeletrônica e no setor de serviços. Aumentando a exploração da força de trabalho da mulher em ocupação de tempo parcial e em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital. A presença feminina permite apresentar a situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe, e também quanto a relação entre classe e gênero. A crítica ao capital recaí sobre a relação social presente nas relações capital/trabalho e de gênero pelo seu caráter afim de impossibilitar a emancipação do gênero mulher. (ANTUNES, 1997, p. 41-46). Parece claro que, “os novos paraísos da industrialização utilizam-se de formas nefastas de precarização da classe trabalhadora[...]. Em Bangladesh, as empresas Wal-Mart, K-Mart e Sears utilizam-se do trabalho feminino, na confecção de roupas, com jornadas de trabalho de cerca de 60 horas por semana com salário menor que US\$ 30 por mês” (ANTUNES, 1998).

SINGER (1998) enfatiza que: “a *Terceira Revolução Industrial*” provocou as transformações na organização das empresas, desempregando trabalhadores tanto na gerência como em nível intermediário, obrigando-os a voltar para qualificação ou a mudança de carreira. Outra mudança é a substituição de trabalhadores assalariados por fornecedores de serviços contratados, terciarizando os serviços. Caracteriza-se por uma “gestão internacionalizada da qualidade e da diferencialização. Por outro lado, em relação ao grau e ao nível da contratualização (“explícita”) das relações de trabalho que caracterizam o fordismo, a relação salarial japonesa se apresenta como especialmente arcaica” (CORIAT, 1994, p. 109).

Os resultados da subcontratação, apontados por CORIAT (1994, p. 118), são determinados pelo ciclo de vida dos produtos que são: uma relação institucionalizada e hierarquizada, uma relação contratualizada, objeto de processos particulares e uma relação que favorece e internaliza a inovação. O processo se institui na cooperação e competição, numa relação dual que estão presentes na contratação desde a seleção, execução até a avaliação das empresas.

O trabalho subordinado e autônomo transformam-se cada vez mais em pseudo-autônomos na forma da “*auto-sourcing*” sem liberdade empresarial, pois dependem de uma única empresa que muitas vezes era a antiga empregadora. Assim sendo, a empresa poupou a contribuição previdenciária e paga, em lugar de piso salarial os honorários do produzido que é sempre menos que o salário (KURZ, 1999, p. 7).

A classe trabalhadora fica segmentada, como coloca HARVEY, (1992, p. 144), em trabalhadores do centro do processo produtivo, que permanecem em tempo integral dentro das empresas e cada vez mais em menor em contingente. Eles são altamente qualificados, têm certas vantagens em relação aos outros como a segurança no trabalho, altos salários e benefícios de saúde e sociais, sendo o grupo mais adaptável, flexível e geograficamente móvel. E de outro lado, os trabalhadores de periferia, grupo de empregados em tempo integral com habilidades disponíveis no mercado de trabalho (trabalhadores manuais e menos especializados que exercem tarefas rotineiras). Outros subgrupos são os trabalhadores com maior flexibilidade que inclui os de tempo parcial, empregados casuais, contratados por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público com a menor segurança de que os demais.

O emprego torna-se informal mediante contratos, dispensando o empregado e o empregador das obrigações trabalhistas e da previdência social. A responsabilidade das empresas frente a segurança e saúde do trabalhador é transferida para o trabalhador, diminuindo assim os custos da produção do capital. Além disso, condena o trabalhador a exercer atividades com contrato temporário. A exclusão de uma parte intensifica a exploração da outra que para SINGER (1998, p. 73) é sobreoferta de trabalho desqualificado ou escassamente qualificado. As longas jornadas de trabalhadores informais e as demissões aumentam o desemprego. A pressão do grande número de excluídos conserva o nível de renda baixo. Porém, a informatização das relações de trabalho atingem também os trabalhadores mais qualificados. O pressuposto liberal dos mercados competitivos sobre os salários pagos ao trabalho marginal é de que estes devem se igualar à produtividade, portanto têm de ser decrescente também. O avanço da economia informal é tanto

que o contingente de trabalhadores chegam até a faixa de 50% da população economicamente ativa dos países avançados (ANTUNES, 1997, p. 52).

Como o nível salarial diminui continuamente e o padrão de vida de moradia, carro, seguro saúde não são financiados com o salário oficial, é preciso, assim, buscar relações de emprego complementares. KURZ, aponta que:

Dois, ou três empregos por pessoa são quase a regra. O operário de uma fábrica, após o expediente dá um pulo em casa para um rápido jantar e em seguida entra de serviço como vigilante noturno em outra empresa; de sono restam poucas horas. No fim-de-semana ele trabalha ainda de garçom num restaurante sem salário fixo, contando apenas com as gorjetas. Com esforço sempre maior e à custa da ruína da saúde, mantém a fachada da normalidade(KURZ,1999).

Nesse processo de mercado livre, muitos cargos qualificados foram extintos e por outro lado, modificam-se as qualificações de forma muito rápida, perdendo o seu valor. O ciclo acelerado das conjunturas, inovações, dos produtos e da moda modifica a técnica, a cultura e também as ciências humanas e a prestação de serviços. KURZ (1999) considera que:

Em todo o mundo ocidental, o taxista graduado em filosofia tornou-se o emblema de uma carreira social negativa. Formou-se um novo círculo, bem mais abrangente do que a antiga boêmia. Historiadores diplomados trabalham em fábricas de pão de mel, professoras desempregadas tentam a vida como 'babysitter', juristas supérfluos vendem produtos culturais indianos [...]não se encontra apenas uma inteligência acadêmica, excluída e supérflua, nesses meios de emprego flexibilizado. Antigos carpinteiros, desenhistas técnicos, cabeleireiros, costureiras [...]também se transformaram em subempregados de função múltipla e sem emprego fixo (KURZ,1999).

A flexibilização do trabalho talvez pudesse ser um processo emancipatório, superando a divisão rígida do trabalho em novas possibilidades de criação no trabalho e novos modos de vida. Poderia ser a condição da conquista do tempo livre à ação independente autônoma e de definição livre de objetivos. A opressão da divisão do trabalho se configura na cisão entre os interesses particulares/individuais e os comuns da ação do ser humano.

O capitalismo neoliberal impôs a flexibilização do trabalho, não no interesse dos trabalhadores, suprimindo as jornadas de trabalho, porém exigindo a mobilidade espacial da força de trabalho atingindo desde os países subdesenvolvidos até os centros ocidentais. Transfere os riscos aos empregados autônomos e delega responsabilidade. E o risco aos empregados significa para

KURZ(1999), “mais produção e mais estresse por menos dinheiro”. A responsabilidade do risco não é desafiador, é aterrador para os trabalhadores.

A qualificação e o aprendizado do trabalhador transforma-se em consumo de conhecimentos, numa estrutura de dados. Isso acontece porque a qualificação exige tempo que o mercado não dispõe mais. O trabalhador aprende à custa de esforço que perdeu nesse momento histórico, tomando superficial e curto, e provocando o desalento. Tornando-o assim, mais superficial em sua qualificação, pois as exigências mudam rapidamente. Para KURZ, “Com total flexibilização o capitalismo não soluciona a crise, antes conduz ao absurdo e demonstra que só é capaz de suscitar forças autodestrutivas” (1999, p. 7).

A globalização se fortalece no âmbito da produção material no mercado financeiro, por sua característica de valores simbólicos, os quais se transferem com velocidade instantânea, resultando na supremacia adquirida das finanças. No entanto, a predominância do capital financeiro se dá com os interesses das empresas.

Com a potencialização do mercado financeiro as empresas já seriam transnacionais. Mas, as empresas, segundo GORENDER (1994), não se desgarram dos Estados Nacionais onde têm origem e sofrem contingências das economias nacionais desses Estados. A necessidade pelas empresas é de legitimação do seu Estado e do abrigo político e portanto, de salvaguardas jurídicas no mercado interno e no mercado mundial, constituindo-se uma questão de política internacional onde tenha sua matriz. Entretanto, não é por acaso, que os melhores recursos em matéria de quadros científicos e de infra-estrutura estão em certos Estados matrizes, dotados de um amplo mercado interno e de apoio para a expansão globalizante das empresas. O gasto dos Estados nacionais mais ricos permanece elevado e o poder de influência dos países em desenvolvimento aumentaram⁹. No entanto, os Estados em desenvolvimento continuam com políticas econômicas intervencionistas e dirigistas em grau variado. Observa-se que nesse sistema globalizante existe a ascendência de alguns países e por consequência crises de outros em certos

⁹ HOSBSBAWM (1997) O patrocínio dos governos e das grandes empresas em políticas de desenvolvimento das ciências naturais, que apareciam ideologicamente neutras estimularam os pesquisadores não necessariamente o que lhes interessavam, mas o que é socialmente útil ou economicamente lucrativo, mesmo que fosse para fins militares de enfrentar o desafio soviético.

momentos, e a competitividade dos países é acirrada no mercado mundial, não permitindo um ascenso de todos no mesmo tempo.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como em regiões geográficas. O emprego modifica-se, engrossando o setor de serviços, bem como novas formas industriais, integrando o fordismo a toda uma rede de subcontratação e de deslocamento. Existindo dessa maneira, a combinação de processos produtivos, articulando o fordismo com processos flexíveis, artesanais, tradicionais. Com intuito de dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos. Pode-se evidenciar a utilização de certos produtos químicos e de maquinários nas empresas localizadas em países periféricos, os quais já foram abolidos nos países de origem destas.

A concorrência das empresas faz com que estas se interessem por acordos sindicais da jornada flexível (banco de horas) que permite a redução de horas extras. As relações de trabalho sofrem instabilidade pela intensificação do trabalho, potencializadas pelo alto grau de desemprego e pelo acirramento das concorrências das empresas.

O desemprego estrutural, para alguns pesquisadores, é proveniente da revolução tecnológica e da organização do trabalho em certos períodos do capitalismo. GORENDER (1996) afirma o contrário, e, para exemplificar, utiliza-se da economia japonesa que avançou na economia e, mesmo com a recessão econômica, tem baixos índices de desemprego. Mesmo assim, não há como duvidar que a inovação tecnológica e a organização do trabalho em uma economia enxuta venha a produzir o desemprego.

Nos EUA, por exemplo, a carga horária de 1996 é maior do que a de 1983. O motivo é o uso intensivo das horas extras, o trabalho autônomo e a terceirização. No caso oposto está a Holanda, que continua registrar queda na carga horária e apresenta uma taxa de desemprego de apenas 3,6%. Esse desempenho se deve à redução da jornada de trabalho nas duas últimas décadas e também à maior presença dos trabalhadores com emprego parcial. A diferença entre os EUA e Holanda, demonstra a heterogeneidade da jornada de trabalho. (POCHMANN, 1999).

A questão é mais esclarecedora a partir do reconhecimento de algumas empresas automobilísticas de que a produção automatizada tem sido muito cara e com várias interrupções. Neste sentido, o pressuposto da eliminação do trabalho vivo é limitado, reforçando-se a presença indispensável do operador humano ao processo de produção; por mais que este seja automatizado.

A opção dos países em desenvolvimento do sistema capitalista de combater a inflação com políticas fiscal, monetária e cambial responsáveis pela queda de crescimento do PIB, possibilitou o aumento de produtividade, a acumulação capitalista mediante a revolução tecnológica em detrimento das necessidades humanas.

As mudanças no mundo do trabalho impactou de forma concreta na precarização da vida dos trabalhadores. Pois, a vigilância coletiva constante das falhas individuais, ou seja, do objetivo do defeito zero, impõe a concentração mental constante, provocando o stress - **karoschi**. O **kaizen** - a norma que incentiva a inquietação da busca incessante e o **Andon** - uma ferramenta da administração pelos olhos, dispositivo visual que normatiza o ritmo de trabalho quando conveniente, são determinantes da morbidade dos trabalhadores. Além das condições de trabalho em instalações reestruturadas e automatizadas, a mudança da natureza do trabalho aumenta a insegurança econômica, também desencadeando o estresse e comprometendo a saúde dos trabalhadores. A revolução dos anos 90 foi do emprego *just-in-time*, ou seja, das empresas utilizando a mão de obra somente quando precisam, do desemprego estrutural e do ritmo frenético de trabalho, salários achatados e a retirada dos benefícios sociais dos inseridos no emprego. Esse processo determina as doenças, e “a morte psicológica muitas vezes é seguida de morte efetiva” (RIFKIN, 1995, p. 217).

2.2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE NO BRASIL

A economia mundial resultou do séc. XVI ao XVIII na Revolução Industrial que se iniciou na Inglaterra, com a descoberta da máquina a vapor. A indústria moderna nasce e rapidamente se expande pela Europa e América do Norte. A concentração da industrialização nos países do hemisfério norte e a conseqüente

desindustrialização das colônias, implicou na obrigação destas em fornecer matérias-primas para os grandes centros com um decorrente empobrecimento.

Assim sendo, definiu-se para SINGER (1998 p. 116), a *Divisão Internacional do Trabalho-DIT* com a industrialização centrada nos países do hemisfério norte. O mundo se dividiu a partir da especialização produtiva, em países desenvolvidos, exportadores de produtos industriais, e países não-desenvolvidos, exportadores de produtos primários¹⁰. A indústria determinava o plantio, certas matérias primas e a extração de certos minérios. O governo brasileiro obedece a política internacional aplicando a política de *laissez-faire* que obstaculiza qualquer propósito industrializante (LAURELL, 1997, p.15). No Brasil durante um longo tempo, desde a Independência até os anos 60 deste século, seu mercado externo se caracterizou como monoprodutor, representado pela exportação de café, açúcar e algodão ou borracha¹¹

O desenvolvimento dependia de uma ruptura com a divisão internacional do trabalho, o que pressupunha, como salienta SINGER, uma mudança básica, de caráter revolucionária. No entanto, o país fomentava apenas as mudanças que permitiram a novos setores burgueses subirem ao poder.

As indústrias de tecidos e alimentos começam a crescer nos países como Rússia, Índia, China, México e Brasil por efeito da crise mundial dos anos 30, que perdura até o começo da Segunda Guerra Mundial. A industrialização substitutiva implicou na consolidação e o trunfo definitivo do capitalismo da região. A indústria não só se expande, como também, se diversifica com o surgimento da metalurgia, da mecânica e outras. O país restabelece a indústria nacional num sistema

¹⁰ SINGER (1998, p. 116) O livre-câmbio, a livre circulação de mercadorias pelas fronteiras nacionais garantia a superioridade dos países que se industrializaram mais cedo. A Alemanha e os Estados Unidos adotaram medidas protecionistas de suas indústrias e desta maneira puderam resistir à competição inglesa. O Brasil, por décadas, dependia da Grã-Bretanha no fornecimentos de produtos importados que eram de melhor qualidade e mais baratos (o tratado comercial entre Portugal e Grã-Bretanha limitava a cobrança de tarifas aduaneiras de 15% do valor dos produtos importados). Eliminando dessa forma a nascente da industrialização brasileira, que elevou a tarifa aduaneira após os conflitos com os ingleses ao redor do tráfico negreiro.

¹¹ SINGER (1998, p. 117) A esse respeito um exemplo é a extração da borracha, o surgimento de sua utilização na indústria pela descoberta da vulcanização. A borracha como matéria prima adequada para utilização na fabricação de pneus. O crescimento da indústria automobilística, a demanda por borracha aumentou sem que a produção extrativa pudesse acompanhar esse ritmo. Dessa maneira, os países industrializados, como a Grã-Bretanha, procurassem fontes alternativas de abastecimento, desenvolvendo plantações em suas colônias. E assim, dominando o mercado mundial entra a Primeira e Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos e

protecionista acompanhando o comércio internacional de acumulação capitalista monopolista, de restabelecimento após a Segunda Grande Guerra. Os mercados dos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, fecharam a importação para certos produtos industriais dos países de centro, mas não aos seus capitais, dependendo sempre do financiamento estrangeiro. A substituição das importações exige do mercado nacional uma rede de transporte, de correio nacional, de telecomunicações, de energia elétrica e de outras. O Estado se incumbiu de fazer os investimentos necessários ao capital, implantando e estatizando serviços e empresas para dar suporte ao desenvolvimento.

A substituição das importações com o processo de industrialização alimentou por muito tempo a ilusão da independência, produzindo o que importava. Mas, na verdade, o processo de substituição exige um volume e um valor de importação quase tão grande como quem não se industrializou. A importação dos produtos passa a ser por máquinas de produção e assistência técnica para as instalar e operar nas indústrias. A acumulação capitalista é dificultada, no limite impossibilitada. Por outro lado, o padrão de acumulação dos países latino-americanos pode ser caracterizado, primeiramente, com o investimento da produção de bens de capital que o processo de acumulação demanda, numa industrialização pesada. E em segundo, pela dinamização das exportações do país em relação aos produtos manufaturados. Os dois elementos ampliam a disponibilidade de bens de capital acrescentando a base material de acumulação. A intervenção do estado tornou-se ativa e imprescindível para o capitalismo, em experiências de países como: Brasil, sudeste asiático e Japão.

O estado deve regular a presença do capital estrangeiro e a penetração de importações, estimular os investimentos privados nas tecnologias de ponta, impulsionar o progresso técnico, favorecendo o capital industrial e evitar a hegemonia do capital de empréstimo e especulativo. Isso não ocorre, o investimento possível foi a passagem ao estágio da industrialização mais pesado e complexo. Desencadeou-se, um processo de dessubstituição das importações, enfraquecendo a industrialização das exportações, somando-se a um desempenho do processo de acumulação extremamente baixo. Tais fatores, corroboraram à trilha neoliberal,

Alemanha desenvolveram a borracha sintética após a Segunda Guerra Mundial, suscitando o controle dos países

pressionada pelo capital financeiro internacional, capital de empréstimo nacional e do capital localizado nos setores exportadores, que gozam de vantagens comparativas. (LAURELL, 1997, p. 23)

A posição do Brasil, comparada a outros países, é de que a revolução burguesa foi das menos completas, não houve reforma agrária, e a antiga oligarquia latifundiária continuou no poder. O processo brasileiro subsidiou as grandes empresas que expropriaram posseiros e pequenos camponeses, transformando-os em assalariados.

As empresas estrangeiras se estabelecem no Brasil para produzir e vender produtos que antes exportava do seu país de origem. A proteção e os subsídios que o Estado passava à indústria nacional são expandidos a multinacionais, tornando-as altamente lucrativas.

Assim, a partir dos meados da década de 60, as empresas do primeiro mundo continuaram a dominar os mercados, constituindo filiais, associando-se com indústrias nacionais, ou mesmo, comprando-as em ramos que os capitais nacionais já tinham desenvolvido antes. A superioridade tecnológica e financeira permitiu esse avanço, por existir no país uma considerável infra-estrutura industrial: extensa rede de transporte, suprimento de energia elétrica, formação de técnicos e de trabalhadores qualificados. O custo de produção no Brasil se tornou sensivelmente menor que nos países industrializados pela existência de infra-estrutura e o baixo nível de salários.

A nova política das empresas transnacionais implicou uma mudança na DIT, em que países como o Brasil do Terceiro Mundo, que exportavam apenas produtos primários surgem agora como importantes exportadores de artigos industriais. Essa recolocação desencadeada pela maximização dos lucros das empresas no comércio internacional eleva o nível de desemprego, reduz o poder de enfrentamento do movimento sindical dos países do centro provocando uma baixa de salários em nível mundial. Mantém-se assim, as diferenças de grau de desenvolvimento dos países. As empresas transnacionais produzem artigos tecnologicamente mais sofisticados nos países de primeiro mundo e produtos rotineiros nos outros, com a vantagem completa da liberdade de mercado. Dispondo

periféricos como recursos a serem explorados tanto, na extração vegetal, agrícola ou extrativa mineral.

de linhas de produção, essas empresas carregam menores custos e preços, aguçando a concorrência. A especialização de produção dos países (Alemanha produtos químicos, Suíça relógios, EUA indústria automobilística e o Japão microeletrônica) adquirido pela superioridade tecnológica produziu a dependência e exploração dos países fornecedores de produtos agrícolas e mineirais.

O processo de industrialização do país foi marcado no pós-guerra com a montagem do parque industrial, acelerando a produção de bens de produção e de consumo. Esse processo se deu a partir da industrialização pesada integrada aos objetivos de importação dos EUA, especialmente para a expansão do poder militar com o intuito de enfrentar a URSS.

As políticas financeiras sob a autoridade dos organismos financeiros internacionais, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial impuseram políticas aos países pobres pelos ricos. O pressuposto básico do sistema *Bretton Woods* é de que não haveria inflação nos países capitalistas e que as relações econômicas entre eles seriam equilibradas. A interferência se aplicou também na política, obrigando os países em troca, se ajustarem à expansão do capitalismo para deter a força do comunismo, fazendo parte da guerra fria. O sistema preconizado jamais funcionou a contento. Os países do Terceiro Mundo não conseguiram evitar a inflação nem manter em equilíbrio suas contas externas. Com várias tentativas de desvalorização da moeda, as suas importações se tornam mais caras, o que dá um novo impulso a inflação. O FMI envia a estes países suas famosas missões, com fim de aconselhar os respectivos governos na formulação de políticas econômicas.

O colapso das economias do bloco soviético tomaram um número cada vez maior de países dependentes da disposição. A partir da década de 1970 adquiriram uma crescente autoridade durante décadas de crise, à medida que as incontroláveis incertezas das trocas globais, a crise do Terceiro Mundo e, após 1989, o dos países ricos de conceder-lhes empréstimos. Esses empréstimos eram cada vez mais condicionados à busca locais de políticas agradáveis às autoridades bancárias globais (HOBBSAWN, 1997, p. 420).

No Brasil, as empresas introduziram aplicações de mudança na organização do trabalho e a introdução de tecnologias superficiais por um tempo. Segundo alguns pesquisadores, o aspecto mandonista e paternalista das administrações empresariais brasileiras coadunavam com o estilo de gerência de controle dos operários. O protecionismo do mercado protegido não estimulou as empresas para

modificar o processo de produção, mas somam com a inflação que induzia a formação de estoques.

O fordismo periférico se apoiava na nova divisão internacional do trabalho, que se abriu para os países do Terceiro Mundo. A produção qualificada se manteve no exterior, ofertando produtos e engenharia avançada que exigem um certo nível de qualificação dos países desenvolvidos, em troca de produtos que não exigem qualificação especializada produzidos nos países subdesenvolvidos (LEITE, 1994, p. 128).

Nesse contexto, a ação do sindicatos em relação aos direitos dos trabalhadores passava por dificuldades, submetendo a classe trabalhadora numa redução dos seus ganhos, apesar da elevação da produtividade.

As altas taxas de crescimento econômico do país pela expansão do mercado, marcado por uma situação de fraca concorrência intercapitalista, se assentava na estratégia das empresas de intensificação do trabalho. Os efeitos da redução salarial, intensificação do trabalho e a instabilidade eram na época facilmente absorvidos pelo capital.

A base tecnológica eletromecânica mais sofisticada e utilizada nas empresas favoreceu uma característica de uso da mão-de-obra de uma maior confiabilidade destas no desempenho dos seus empregados. Assim, tornou o trabalhador mais cooperativo e envolvido com o trabalho e com a empresa, como qualidades fundamentais dos trabalhadores. No entanto, o desenvolvimento é marcado pela exploração da mão-de-obra, somando-se com as condições políticas de um estado autoritário, reprimindo os movimentos sociais.

O sistema de racionalização do trabalho proposto por Taylor, empregado pelas indústrias, apresentava a característica como aponta LEITE (1994, p. 133), de uma organização de produção variável de tarefas, que permitia uma estruturação de cargos, afim de possibilitar a inserção da mão-de-obra desprovida de conhecimento sobre o processo e o produto. O planejamento do trabalho garantia que a tarefa pudesse ser entregue a um trabalhador desqualificado, dispensando o treinamento específico. O estabelecimento de tarefas simples e individualizadas permitiam a substituição temporária ou permanente do operário. A criação de um sistema hierárquico para a supervisão das tarefas eliminava a necessidade de contato entre

os operários para a coordenação do fluxo produtivo. Evitando desta forma, o agrupamento dos operários que favorecia a organização coletiva, mantendo assim, os baixos salários e induzindo a rotatividade da mão-de-obra.

O quadro recessivo dos anos 70, frente ao desaquecimento da economia e a intensificação no mercado internacional, impuseram as mudanças nas empresas. Elas deveriam se tornar mais eficientes e competitivas no enfrentamento da retração do mercado e adequar a qualidade de seus produtos aos padrões internacionais. Por outro lado, com a abertura política ressurgia o movimento sindical que reivindicava a transformação da relação capital trabalho.

A introdução da microeletrônica no Brasil ocorreu com duas décadas de atraso em relação aos países desenvolvidos. A transformação das relações industriais foram desencadeadas também pela diminuição das taxas de produtividade e de crescimento econômico, mediante a retomada do movimento social no país.

As tendências da globalização e a revolução tecnológica no contexto mundial ocorrem no Brasil com a política de substituição das importações, que possibilitou a economia brasileira avançar na segunda revolução industrial. Porém, esta não se estendeu à terceira revolução informacional, face ao fechamento do mercado. O Brasil individualizou a sua industrialização como os outros países e em decorrência sofreu com o impacto do aumento da dívida externa.

O modelo japonês se insere de maneira informal nas empresas, com pequenas adaptações de racionalização do trabalho, caracterizando-se em sistemas de participação do trabalhador a empresa. Mas, as mudanças ocorreram com o incentivo das exportações, estratégia de pagamento das dívidas junto aos fundos internacionais e de retração do mercado interno. Por sua vez, isso alavanca a indústria brasileira para assumir a competitividade internacional e assegurar a qualidade dos produtos; compatível com as exigências do mercado externo.

O processo de internacionalização e a revolução tecnológica provocaram alterações nas organizações das empresas, num momento de redemocratização do país e do recrudescimento do movimento sindical.

LEITE destaca, que o modo da introdução tecnológica no país foi de baixa propensão ao investimento em tecnologia, voltando-se especialmente para o

planejamento de curto prazo. Neste momento, houve resistência ao comportamento associativo para capacitação tecnológica com tendência ao comportamento imitativo e dependente, apoiado no modelo estatal de difusão desigual entre os diversos setores (1994, p. 146).

O desempenho de algumas empresas brasileiras aproximam-se dos países desenvolvidos, em virtude dos baixos salários, intensificação do trabalho, rigidez e disciplina, controle da gerência sobre o processo de trabalho, utilizando-se da flexibilidade da mão-de-obra e de sua menor resistência ao trabalho (LEITE, 1994: 154, MARX, 1996, P.117). A comparação dos dados das horas de trabalho no Brasil com de outros países, para POCHMANN, “afasta o *mito de Macunaíma*, de que o brasileiro é preguiçoso. Na verdade, a média de horas trabalhadas no país é maior do que a de países europeus, Japão e Estados Unidos” (1999).

A produção enxuta abriu caminho ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Contudo, as características tecnológicas que estimularam a sua formação dependiam do interesse das grandes empresas. “O movimento dos capitais se dá no sentido do incremento do grau de oligopólio e não de sua diminuição” (GORENDER, 1996, p. 13).

Os anos noventa, se caracterizou pela abertura econômica, tornou-se determinante a inovação com vistas ao incremento da produtividade. Processando assim, a horizontalização da produção e do modelo sistemista (internalização de serviços). A terceirização se expande e as montadoras se converteram em simples donas do signo que se responsabilizam pelo *desing*, do *marketing* e das operações financeiras (GORENDER, 1996, p. 11).

A forma de organização do trabalho correspondeu à desqualificação do trabalhador, na medida em que promoveu a rotinização e a padronização do trabalho. O trabalho facilitou o rodízio dos trabalhadores que recém-saídos do SENAI, passaram a operar as máquinas e desencadeando assim, a possibilidade da flexibilização da contratação do trabalho.

O sistema *just-in-time* vem favorecendo o controle do trabalhador por parte do capital com o estoque baixo, sendo que, o fluxo não pode apresentar interrupções. Já a produção é rigorosamente controlada, aumentando a pressão sobre os trabalhadores. Os Círculos de Controle de Qualidade fazem parte desse sistema de

produção, com uma campanha ideológica de qualidade, buscando envolver os trabalhadores com as metas das empresas criando uma identidade entre os diretores e os operários das empresas. O engajamento dos trabalhadores se faz com um cunho político, a partir da introdução das novas tecnologias em muitas empresas e do renascimento do movimento operário e sindical.

Há reflexões de vários autores, da utilização por parte das empresas de mão-de-obra mais confiável, mais estável, e mais qualificada e outra tendência da desqualificação da utilização de uma força de trabalho substituível e da precarização da contratação com um maior controle do capital sobre o trabalho (GORENDER, 1994; LEITE, 1994; SINGER, 1998).

A alta do desemprego no Brasil está ligada à estagnação econômica das duas décadas, e a abertura econômica, no início da década dos noventa, expôs as indústrias à concorrência internacional¹². As empresas diante dessa situação entraram num processo de modernização e reestruturação, aumentando o desemprego, que foi ainda mais acentuado com a política deflacionária. Os discursos dos empresários junto ao governo foram de baixar dos juros e da revisão da taxa cambial para fomentar a exportação. Como estas reivindicações dependem de modificações da política econômica do governo federal o empresariado focalizou o *custo do trabalho* brasileiro, fundamentalmente nos encargos sociais. (SINGER, 1998, POCHMANN, 1999).

A relação da influência do *custo do trabalho* e a competitividade não é verdadeira, como explicita GORENDER referenciando CASTELLS, a concorrência é determinada pela receptividade da estrutura econômica às inovações tecnológicas, proteção do mercado interno e o acesso a outros mercados com dimensão ampla, diferencial entre o custo de produção in loco e o preço nos mercados de destino; política favorável do Estado nacional e de organismos internacionais. Para alguns

¹² POCHMANN, Márcio. Tempo de trabalho cai, mas não para todos. Folha de São Paulo. 30 de maio de 1999. O Jornalista José Roberto de Toledo apresenta o estudo, do referido autor, sobre jornada de trabalho a partir da Pesquisa por Amostra de Domicílios. A carga do trabalho do brasileiro está em queda. Em 1913, o brasileiro trabalhava em média 3.016 horas por ano caminhando com a queda das horas como em outros países nas décadas seguintes. Ressalta-se a instituição da jornada de 8 horas/diária, embora prevista na Constituição de 1934, ela só foi disciplinada em 1943, com a Constituição das Leis do Trabalho. O aumento das pessoas em jornada de trabalho parcial reflete a precarização do mercado trabalho, emprego sem registro, e por outro lado, o aquecimento das horas extras dos já contratados. O Brasil a média de horas trabalhadas é maior que de outros países desenvolvidos. A Tendência de queda foi até os anos de 80, quando estancou para alguns países e aumentou para outros

pesquisadores brasileiros a relação *custo trabalho* e a política de desvalorização cambial resultam de uma "competividade espúria". Esses autores esclarecem com a economia alemã, que é produtiva e competitiva com um custo alto da força de trabalho, em que este é irrelevante perante fatores sistêmicos, abrangendo fatores: monetário, infra-estrutura, regulatório, político-institucional, social e outros (1996, p. 17).

O *custo trabalho* não se explica por si só como atrativo na implantação de empresas transnacionais, como as montadoras e fábricas de autopeças. A expansão dos investimentos das empresas teve influência de fatores determinantes tais como: o mercado interno, a cessação do processo inflacionário e a implementação de acordos com o Mercosul¹³.

A situação do complexo automobilístico brasileiro segue as tendências internacionais com relação aos fornecedores de autopeças de *glocalização*, ou seja, centros locais geograficamente próximos e da *global sourcing*. Ambas consistem em obter o fornecimento de peças sem considerações geográficas, sendo que, a forma mais utilizada coloca em risco a sobrevivência da indústria nacional.

[...] a instância local do aparelho de Estado, uma simples reprodução, em tamanho menor, da esfera nacional [...]. Todavia, não se deve esquecer que a reprodução da força de trabalho é a condição indispensável de reprodução do capital com relação ao social. Como os dominados estão mais distantes dos verdadeiros centros do poder em escala nacional e suas questões de sobrevivência imediata são mais identificáveis na relação com a esfera, por exemplo, municipal (ALMEIDA, 1997, p. 185).

A redefinição da territorialidade econômica, por determinação do fluxo transnacional dos grandes negócios, traz dificuldades, como aponta RESENDE, "na identificação política da sociedade, dinamizando não apenas os circuitos econômicos, como também, os novos circuitos sociais, culturais e políticos" (1998, p. 35).

¹³ A Ford para se instalar no Brasil exigiu incentivos fiscais por meio de benefícios que são em bilhões de dólares 0,38, sendo que, o faturamento mundial diário da Ford em 1998 foi de 0,39 e o faturamento mundial em 1998 chegou a 143 em contrapartida do orçamento da União em 1999 100,6. Destacamos como o país que tem um orçamento menor que o faturamento da empresa, vai beneficiar a instalação desta.

2.3 A REFORMA DO ESTADO E A POLÍTICA NEOLIBERAL

2.3.1 O Estado neoliberal

Na América Latina, as características do Estado neoliberal foram a adoção de medidas de redução das despesas e do déficit público, por meio do congelamento de salários nominais e a queda do salário real, liberação de preços, restrições no crédito elevação das taxas de juros, desvalorização da moeda e liberalização do comércio, exterior. (LAURELL, 1997, p. 12). Essas medidas foram aplicadas, como ANDERSON (1995) aponta, nos países durante as crises: Inglaterra de Thatcher, EUA de Reagan, Alemanha de Kohl, Argentina de Menem como de Péron, Guatemala de Arbenz, México de Salinas, Venezuela de Carlos Andrés, Peru de Fujimori. Tomando a social-democracia como política da transformação do capitalismo, baseando-se nos argumentos dos limites do avanço dos meios de produção, do modo de produção rígida. Desta forma, preconiza o fim do Keynesiano, do Estado do Bem-Estar e da economia mista.

A maneira de promover o novo estado é a privatização, mediante diminuição de oferta de serviços públicos e da implantação de políticas deflacionárias na economia. A reconstrução do Estado deve seguir o pressuposto de que o pagamento do Estado (Welfare State) é generoso e esta generosidade destrói a moralidade básica do trabalho e o sentido de responsabilidade individual. Por isso, os países ocidentais e pós-comunistas que adotaram as teorias neoliberais de Hayek e Friedman tomaram o rumo do saneamento das economias, aceitaram quedas drásticas de produção, decorrendo no empobrecimento da maior parte da população, concentrando ainda mais a renda num pequeno grupo e, portanto, aumentando a desigualdade social. Pois, “o trunfo da teologia neoliberal na década de 1980 na verdade se traduziu em políticas de privatização sistemática e capitalismo de livre mercado imposta a governos demasiados falidos para resistir-lhes, fossem elas imediatamente relevantes para seus problemas econômicos ou não (como na Rússia pós-soviética) (HOBBSBAWN, 1997, p. 420).

A fetichização do mercado e dos preços relativos é um mecanismo de alocação de recursos econômicos. A regulação do estado deve evitar conflitos, como

por exemplo, o que apresenta o setor mais forte da economia baseada na agricultura. Esta não pode passar sem subsídios, pois depende de determinantes que não são econômicos. Acrescentando a isso, a exacerbação da especulação financeira promovida pelo capital, solapando empresas que também não possuem condições de acompanhar o ritmo de inovações tecnológicas exigido na competição internacional. Pois, a valorização financeira coloca uma instabilidade política e social permanente. Os espaços supra-estatais têm sido polarizados pelos organismos multilaterais como: o FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e outras entidades empresariais e instituições financeiras. O supranacionalismo gerado pelo capital financeiro mina a capacidade do Estado-Nação de controlar seu próprio destino econômico, tornando-o condicionado por equilíbrios macroeconômicos.

A África morre e o Banco Mundial se enriquece. A Ásia e a Europa Oriental vêem suas riquezas saqueadas e o Banco Mundial apoia as iniciativas do FMI e GATT que autorizam este saque de riquezas materiais e intelectuais. A América Latina, como outros continentes, vê com horror suas crianças sendo usadas como força de trabalho e, o que é ainda mais horrível, como doadoras de órgãos para o próspero mercado de transplantes da América do Norte. Nas suas argumentações, o Banco Mundial fala dos inevitáveis sacrifícios que a estabilização estrutural exige para que as nações participem do mercado mundial globalizado, como se tratasse de atravessar o duro deserto para chegar à terra prometida do desenvolvimento (GALLAND, 1999, p. 4).

O estado se vê obrigado a poder administrar a pluralidade de interesses do capital que atravessa a sociedade civil, confinando a gestão do estado, para melhor controlá-la, criando a falsa ilusão da sociedade frente a coisa pública. Tudo isso, mediante a queda dos salários pagos à classe trabalhadora, o sistema de seguridade social esfacelado pelas despesas do crescimento do desemprego e por conta da informalização do trabalho (OLIVEIRA, 1988).

É importante ressaltar o conflito do estado socialista, numa sociedade que desenvolveu suas forças produtivas de economias agrárias atrasadas em economias industriais avançadas. Isto resultou no primeiro momento na era da revolução social, em que se destruiu o velho, cuja economia de planejamento centralizada reformou-se em socialismo de mercado.

A fome e a escassez estão por trás de tudo o que aconteceu nos últimos dois anos da URSS. Reformistas em desespero, sobretudo entre os acadêmicos que tinham sido os tão óbvios

beneficiários da glanost, foram empurrados para um extremismo apocalíptico: nada se podia fazer enquanto o velho sistema, e tudo nele, não fossem absolutamente destruídos. Os discípulos de Friedrich Hayek e Milton Friedman condenavam a própria idéia de uma tal economia mista. Não tinham conselho a oferecer sobre como ela devia ser operada (HOBBSAWN, 1997, p. 47).

O lucro capitalista é insuficiente para concretizar as novas possibilidades de progresso técnico, que somente se torna possível apropriando-se de parcelas crescentes de riqueza pública. A massa de valor nas mãos dos capitalistas, sob forma de lucro, com abundância da circulação monetária, de enorme liquidez, é insuficiente para consolidar as novas possibilidades abertas em acumulação de capital concreta. O resultado deste processo se constrói na flexibilização do fundo público, escapando às regulações nacionalmente territorializadas. Assim, o fundo torna-se inócuo perante as políticas econômicas cedendo à soberania das políticas monetárias. (OLIVEIRA, 1988, p. 16).

A ordem jurídica do Estado-nação atualmente enfrenta uma enorme limitação estrutural. As normas organizadas no sistema lógico-formal hierarquizado não comportam as ações complexas. Diante da pluralidade de situações sociais, econômicas, políticas e culturais a ordem não dá conta, segundo os interesses do capital. Assim, revela-se incapaz de regulação e disciplinamento. Desta forma, o direito é desafiado por regras e procedimentos normativos forjados nos sistemas econômicos. Os corpos autônomos de regras, lógicas e processos próprios de natureza infra-estatal ou supra-estatal é constituído pela comunidade empresarial transnacional para disciplinar suas relações. Como é “o caso do direito da produção, o conjunto de normas técnicas formuladas, entre outros objetivos, para atender às exigências de padrões mínimos de qualidade e segurança dos bens e serviços em circulação no mercado transnacionalizado, de especificação de seus componentes, da ordem de suas matérias primas etc” (FARIA, 1997, p. 45).

Para FARIA, o resultado deste pluralismo jurídico aponta no *plano infra-estatal*, ao advento de justiças profissionais (especializadas em conciliação e arbitragem) e não profissionais (as comunitárias) para soluções de conflitos intragrupos, intracomunidade, enfim, intraclasse (por exemplo as normas de grupos marginais da sociedade). Em outro sentido, o *supra-estatal* foros descentralizados de negociação como por exemplo *Chambre International du Commerce* e a *Camera*

di Commercio, Industria, Artigianato e Agricoltura di Milano e os órgãos técnico-normativos como a *International Organization for Standardization* e o *Accounting Standards Committee*. A criação destes órgãos surge para parâmetros de qualidade, estabelecer padrões de segurança, homologar pesquisas e dar pareceres oferecendo processos de resolução dos conflitos mais ágeis e eficientes do que os judiciais (1997, p. 45).

Pois, “a soberania será substituída, de um lado, pelo império dos cartéis transnacionais, pelos fundos de capital financeiro e por rudimentos de uma polícia global, e, de outro, pelo império da máfia, dos *warlords* e dos grupos terroristas armados” (KURZ, 1999).

A consequência desse processo de desregulamentação, deslegalização e desconstitucionalização abre o caminho para uma intrincada articulação de sistemas e subsistemas sócio-econômicos internos e externos. O ordenamento do *Welfare State* com interesses gerais e universais não consegue diante da acumulação flexível, exercer o papel de princípio totalizador do estado constitucional, da democracia representativa e das declarações de direitos.

O processo histórico de reconhecimento dos direitos humanos requer do Estado, para FARIA, a regulação do mercado, a implementação de políticas redistributivas e na promoção e transferência de renda, garantia de liberdade individual e das liberdades públicas e do fortalecimento dos poderes das instituições de assegurar a proteção material. Constituindo formas organizacionais e institucionais dotadas de um mínimo de legitimidade jurídica e equilíbrio social que é incompatível com a razão produtiva (1997, p. 49).

Com a internacionalização econômica, os excluídos do mercado de trabalho e consumo perdem as condições materiais para exercer os direitos humanos, a liberdade individual e a exigência por parte do estado dos direitos; passam a viver sem leis protetoras. Diante da marginalidade sócio-econômica, eles não aparecem como portadores de direitos públicos, porém, não são dispensados das obrigações e deveres estabelecidos pela legislação. Por outro lado, se utilizam do direito marginal com normas e procedimentos próprios do grupo, como objetivo de contestação à sociedade.

No primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, quando se discute as reformas de governo, estas têm como base as diretrizes do Banco Mundial, adotando-as com os princípios de que os governos precisam criar alternativas econômicas para que as famílias melhorem suas condições de vida. Os gastos governamentais com saúde para este banco, deveriam ser redirecionados para programas mais eficazes e os governos precisam propiciar mais diversificação e concorrência no financiamento e na prestação de serviços de saúde. As recomendações do órgão financiador aos países como o Brasil, se constituí na reforma a partir da eliminação gradual dos subsídios públicos aos grupos mais abastados. Já a ampliação da cobertura do seguro saúde, a opção de seguro aos consumidores e o estímulo de métodos de pagamentos permitem controlar os custos.

Os gastos sociais devem ser progressivos, isto é, maiores para quem ganha menos. É o que acontece em países como o Chile, Colômbia ou Malásia. No Brasil ocorre o oposto para os financiadores; portanto, se faz necessário uma reforma. No entanto, a distribuição dos gastos não é proporcional à população pobre. Os que ganhavam até meio salário mínimo somavam 28% da população em 1990, e recebiam apenas 19% dos gastos sociais.

O trabalho encomendado pela Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) ao Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) contabilizou todos os programas sociais custeados com recursos públicos nas áreas de alimentação, nutrição, saúde, saneamento, educação e cultura, trabalho e assistência social. O gasto social aumentou de US\$ 44,0 bilhões em 86 para 52,3 US\$ bilhões em 90. Dois anos depois, no governo Fernando Collor, caiu para US\$ 43,1 bilhões, o menor investimento do período.

Programas sociais foram desativados entre 91 e 92, como é o caso da distribuição de leite e outros, que foram reduzidos como a da merenda escolar nas escolas de primeiro grau. O início do governo Itamar Franco marca a retomada de programas sociais. Em 93, os gastos chegaram a US\$ 54,9 bilhões.

O investimento do FHC foi menor, apesar de em relação a 93, as verbas para a educação terem crescido do 24% e as da saúde 17,3%, sendo duas prioridades declaradas do seu governo.

Os investimentos nessas duas áreas estão longe ainda dos gastos sociais de 88, quando foram direcionados para a educação 7,7 US\$ bilhões, enquanto a área da saúde recebeu US\$ 12,7 bilhões. A realidade dos serviços de educação e saúde é o reflexo desta política perversa que atravessa os estados e os municípios.

O Estado funciona na perspectiva de GRAMSCI (1968) segundo os interesses capitalistas, na forma de empresa investindo na atividade privada. A linha do estado hegemônico tende a formar um sistema e um equilíbrio dos interesses dominantes. A sua função reguladora está para o desenvolvimento econômico e paralelamente para as necessidades da população. Percebe-se que a sociedade política manifesta-se, no momento atual, fortalecendo a coerção nas resistências contra a conservação do estado privado. No mesmo momento, há como suscitar paixões dos homens e das mulheres e orientá-los para ação revolucionária no sentido da emancipação humana.

2.3.2 O Estado Neoliberal e as políticas de saúde

O fim da Nova República se instala com o governo Collor de Mello que de forma sutil, pouco perceptível, até mesmo nos núcleos acadêmicos, bem como, através das políticas públicas praticadas no período, consolidou o projeto neoliberal.

A burguesia da saúde, proprietários das empresas, de grandes hospitais, empresas multinacionais de produtos farmacêuticas, médicos liberais e defensores de uma ideologia privatista fazem uma dura oposição ao Sistema Único de Saúde - SUS, um Sistema de Proteção Social. Essa oposição ao sistema de saúde pública é em decorrência da orientação privatizante e internacionalizante.

Entretanto, a proposta da reforma sanitária que se consolidou no SUS, encontrou obstáculo na estrutura da rede privada de atenção médica, pois esta chegara a ser financiada em mais de 80% pelo Estado. A realidade dos serviços de saúde é o reflexo desta política perversa que atravessa os estados e os municípios, a base do Sistema de Saúde, que em suas diretrizes coloca a assistência universal, integral e equânime.

O processo de construção do SUS nos municípios se constitui no desafio diante da política neoliberal. Pois o governo federal se agrega ao neoliberalismo se

caracterizando num estado descompromissado para as condições de vida e de saúde de mais de 80% da população brasileira, ignorando a deteriorização dos serviços e degradando a imagem do funcionalismo público.

A reforma sanitária proposta pelo Estado é articulada com as reformas macroeconômicas com o objetivo de estabilidade e equilíbrio monetário. A redução da pobreza é um fator poderoso a favor dos investimentos em saúde. Os efeitos da precariedade da saúde atingem principalmente os pobres, não só porque adoecem, mas também por sua renda depender do trabalho físico e por não disporem de meios para enfrentar emergências.

Para o professor Nilson Rosário da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, “o maior desafio para se equacionar a crise no setor saúde está na captação de introduzir inovações no sistema, de forma a torná-lo mais eficiente, preservando o direito à saúde [...]” a restrição de cardápios” [...]que visa selecionar aos pobres as políticas sociais do governo que favorecem o estabelecimento de uma cesta básica voltada a estes [...]para este público, as chamadas ações básicas não resolvem a crise [...]representando a seleção dos pobres” (1997, p.5).

O corte nos gastos governamentais é essencial nos programas de ajuste, e, desta forma, a saúde seria beneficiada. Para adequar o Estado, segundo o Banco Mundial, os governos devem: intervir menos em várias áreas, evitar intervenções nos mercados de produtos alimentícios, cortar os subsídios gerais ao abastecimento de água e ao saneamento, eliminar a maioria das restrições aos métodos contraceptivos e abolir os subsídios aos combustíveis. O corte nos gastos com saneamento e em outras áreas se traduz na política pontual, que se restringe a grupos, desconsiderando os determinantes do processo saúde-doença e descompromissando do governo do quadro sanitário do país.

A recomendação do Banco Mundial para melhorar enormemente o estado de saúde de suas populações, em especial dos pobres, está centrado no controle dos gastos com assistência médica. No entanto, os cortes indiscriminados em gastos, produz um agravamento da desigualdade.

O financiamento do Ministério da Saúde para o ano de 1998 foi de R\$ 20 bilhões, ou seja, US\$ 125 per capita. Isto comparado aos gastos com outros países demonstra a discrepância que existe. Segundo dados do próprio Banco Mundial, os

Estados Unidos gastaram US\$ 2,763 per capita, o Canadá US\$ 1.945, a França US\$ 1.860; a Espanha US\$ 831; Grécia US\$383; o mais barato dos planos de saúde não sai por menos de US\$ 300 por ano. Segundo José Noronha da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, “ou se excluem do atendimento parcelas importantes da população, ou limita-se, por alguma forma de racionamento, o elenco de benefícios prestados, ou põe em prática alguma combinação dos dois” (1997, p.13).

Os países de baixa renda da África do Sul e do Sul da Ásia, os de renda média da América Latina e do Leste asiático, os excomunistas socialistas europeus e da Ásia Central precisam fazer reformas no setor de saúde pública que são comuns a todos. São, apresentadas no documento do Banco Mundial, buscando introduzir maior competitividade e de promover a diversificação de instituições públicas e privadas. Os novos métodos de financiamento estabelecem orçamentos fixos para cada paciente ou cada caso, combinado com o seguro social obrigatório.

Para o Banco Mundial, a cobertura universal só pode ser operacionalizada se o governo limitar o pacote essencial de serviços segurados, priorizando os altamente eficazes do ponto de vista de custo.

Os serviços de saúde que constam no pacote de cada país, devem exercer influência nas informações quanto ao quadro de incidência das doenças e a eficácia em termos de custos das intervenções clínicas. Devem constar: serviços de assistência à gestante (atendimento pré-natal, parto e pós-parto), serviços de planejamento familiar, controle da tuberculose, controle das DST e atendimento das doenças graves comuns em crianças.

O relatório critica o uso de taxas de mortalidade, porque esse indicador não registra as perdas causadas por deficiência física, dor, ou por outro tipo de incapacidade física dos indivíduos. Nesta perspectiva, foi elaborado um estudo em colaboração com a Organização Mundial de Saúde, para medir o impacto global da doença-IGD, somando as perdas por morte prematura (definida como a diferença entre a idade em que realmente ocorreu o óbito e a expectativa de vida nessa mesma idade em população de baixo índice de mortalidade) e a perda de vida saudável causada por incapacidade.

Esse indicador é usado para orientar a racionalidade econômica das opções de políticas sociais de investimento em saúde pública e serviços médicos essenciais.

O objetivo é a redução do impacto da doença e do financiamento de serviço mínimo para todos. O atendimento essencial é a concentração na garantia do atendimento clínico eficaz em termos de custos para os carentes. Desse modo, as reformas impõem, que se reorientem os novos gastos governamentais com saúde dos sistemas sanitários com pessoal, equipamentos e instalações especializadas para os serviços de alta complexidade e a assistência médica de amplo acesso em instalações comunitárias e centros de saúde. Verifica-se que são pouquíssimas intervenções especializadas que podem ser prestadas em centros de saúde e hospitais distritais.

O relatório questiona também a função do setor público e do setor privado na prestação de serviços clínicos, colocando a facilitação da prestação de serviços pela iniciativa privada (ONG ou entidades com fins lucrativos) e também a necessidade de subsídio público para as ONG prestarem os serviços do pacote essencial. A redução dos custos deve ser pelo corte dos novos investimentos em hospitais públicos terciários. Outro método, que pode ser utilizado para melhorar a qualidade do serviço é a permissão dos hospitais públicos de concorrerem entre si, como empresas semi-autônomas, semelhante ao Reino Unido. A explicação se baseia na concorrência com os seguros sociais privados, cobrindo serviços prestados por hospitais do governo e contribuindo para melhorar o seu desempenho.

Quanto ao controle do custo, o Banco Mundial preconiza em limitar os pagamentos efetuados a prestadores de serviço de saúde, incentivando o pagamento prévio de uma quantia fixa por pessoa, como vem fazendo o serviço britânico, ou mesmo, a possibilidade de concorrência controlada; testada nos Estados Unidos.

A reforma é um esforço contínuo e complexo como diz o documento:

Os funcionários da saúde irão objetar contra mudanças que ameacem sua estabilidade no emprego, seus níveis de renda e grau de autonomia profissional. As companhias farmacêuticas, os fabricantes de equipamento médico e outros fornecedores tentarão bloquear medidas que, para eles, exerçam efeito adverso sobre os mercados, receitas, e lucros. As elites políticas e econômicas, bem como, as organizações trabalhistas, procurarão preservar os subsídios públicos existentes nas áreas de seguro e serviços médicos dos quais se beneficiam e mantêm o seu acesso privilegiado ao atendimento clínico. (BANCO MUNDIAL, 1993, p. 182).

As mudanças no perfil demográfico do mundo em desenvolvimento, está recrudescendo doenças já existentes pela exclusão social. Nota-se que o envelhecimento vem criando novos quadros de doença e mudanças microbiológicas, tais como: a AIDS, tipos de tuberculose e malária (resistentes à medicação), a imunização no caso do sarampo. Estas mudanças exigem novas maneiras eficazes de prestar serviços e não mudanças estruturais preconizadas no documento. O Banco Mundial encerra seu relatório colocando que se os governos dos países em desenvolvimento aceitarem os desafios e adotarem as importantes reformas da política de saúde delineadas, haverá enorme melhora de bem-estar humano nos próximos anos.

Para LAURELL, o relatório expõe três premissas básicas: 1.) a saúde pertence ao âmbito do setor privado e o governo só deve ocupar-se dos problemas de saúde quando os privados não querem resolvê-los; 2.) o setor público é ineficiente e freqüentemente inequitativo - devido ao poder de pressão sobre o governo dos diferentes grupos, enquanto o setor privado é eficiente e mais equitativo; 3.) os recursos públicos para a saúde continuaram escassos; e, ainda quanto às responsabilidades: 1.) a produção de bens públicos é restrito, 2.) algumas ações direcionadas aos indivíduos com grandes externalidades, implicam grandes benefícios coletivos; 3.) medidas regulatórias e de informação para se contrapor às imperfeições do mercado; 4.) algumas ações com alto rendimento custo-benefício para aliviar a pobreza crítica. Portanto, para o Banco Mundial a saúde é incumbência dos agentes privados (1996, p. 39).

O papel das entidades privadas não lucrativas é atender as populações de baixa renda, devendo o Estado repassar algumas de suas ações de saúde para estas, apoiando-as financeiramente. O argumento utilizado se fundamenta na maior eficiência das instituições privadas frente às instituições públicas. Retirando, assim, a responsabilidade do estado com a saúde.

A assistência clínica deve ficar com o setor privado sob a lógica do mercado. Esta premissa centra-se nos argumentos de que o estado é pobre, além de apresentar ineficiência do setor público e inequidade no processo.

O gasto em saúde é crescente na diagnose e terapia, principalmente nos países desenvolvidos, mas por outro lado, percebe-se que o aumento do gasto não é

equivalente à mudança do padrão da morbidade e mortalidade da população. Os serviços de saúde diante da situação de saúde, usando toda a parafernália da tecnologia têm uma baixa resolutividade dos problemas de saúde. Pois, “o lucro médio dos fabricantes de medicamentos é de 45%, sendo maior que o das cervejarias (33%) e dos fabricantes de cigarros (23%)”(MACIEL, 2000, p. 5).

O modelo assistencial do governo e dos grupos dos planos privados de saúde (Amil, Golden Cross e outros) se baseiam na racionalidade médica derivado do conhecimento e principalmente de técnicas da ciência moderna e da proposta de intervenção na realidade, centrada somente na *doença* (grifo nosso).

O retardamento da descentralização do sistema e a omissão do Governo Federal na fiscalização das ações de saúde em geral, inclusive e principalmente dos serviços privados contratados pelo SUS e de outros serviços privados como planos e seguros de saúde advém da concepção do incentivo e liberalização do mercado na área saúde.

A quantificação com maior precisão permitido com o avanço da tecnologia modifica a prática sanitária. Tal enfoque é apresentado por FOUCAULT (1998), o tempo do profissional da saúde gasto com a história da doença, com as circunstâncias em que ela ocorreu e o exame clínico, se torna perda de tempo para os tempos modernos, da gerência científica taylorizada. A ação de saúde qualitativa se caracteriza como obsoleta, sendo substituída pelos exames laboratoriais e a utilização de máquinas e, os próprios doentes se sentem beneficiados com esta prática. Pois, “o olhar do médico é de uma parcimônia bastante rigorosa nas trocas contábeis de um mundo liberal ” (1998, p. 97).

A saúde é considerada como objeto de consumo ou mercadoria, aceitando eticamente a morte ou danos físicos ou mentais como condições aceitáveis de desenvolvimento das capacidades e fundamentalmente de desenvolvimento econômico e social. Analisando as premissas do documento do Banco Mundial denota-se como a sua concepção se coaduna com os documentos de certificação internacional das empresas (as ISOs e as normas), do capital, no que se refere ao risco do trabalho e acidente do trabalho.

A outra premissa de racionalidade dos serviços está baseada no cálculo custo-benefício, indicando a otimização dos serviços, mas além de sua capacidade

técnica, tem uma grave limitação de resolutividade de problemas éticos fundamentais. Como diz LAURELL, *“talvez seja possível responder quem deve viver e quem não e na saúde de quem é rentável investir”* (1996, p. 37).

O argumento que a pobreza de um país impede o desenvolvimento econômico e social, deve ser acompanhado da análise da distribuição da renda. LAURELL se contrapõe, criticando: “em países de renda média (como Brasil e México) não é a falta absoluta de recursos nacionais, que explica a não satisfação das necessidades de Saúde, senão a sua concentração em um grupo muito reduzido, situação que agrava no quadro de ajustes e mudanças estruturais” (1996, p. 40). A análise do Banco Mundial é de que o quadro de reformas, implica a desmontagem, o desaparecimento ou desarticulação do sistema de saúde pública.

Por fim, é importante ressaltar um dos documentos do Governo Fernando Henrique Cardoso. O referido documento é o plano, “ANO DA SAÚDE NO BRASIL AÇÕES E METAS PRIORITÁRIAS”, de 1997. O documento contém as premissas do relatório do Banco Mundial, em conteúdo e forma. Tal é a incorporação das propostas dos organismos internacionais que as metas contidas não atendem a legislação atual e nem muito menos a reforma sanitária. O plano de ação restringe-se aos problemas conjunturais, com repostas imediatas, com uma certa incoerência entre as medidas anunciadas e os objetivos de eficácia, eficiência e equidade, num movimento espasmódico e discriminatório. Cabe ressaltar que este plano vem de um governo que precisa se reeleger, para tanto contém medidas clientelísticas como – “O Projeto de Redução da Mortalidade na Infância será ampliada para os 1.356 municípios da Comunidade Solidária, mediante ações de assistência integral à saúde da criança, saneamento” (1997, p.26). Apresentando assim, claramente a tendência de submeter as políticas sociais aos ditames do capital com o seu complexo arco de interesses.

O processo de globalização da economia desencadeia juntamente o processo de globalização da doença gerado pela exclusão e desinteresse dos países ricos para com os pobres. O modelo de estado se focaliza nas ações compensatórias e iniciativas espontâneas de caridades privadas nacionais e internacionais como uma moderna forma de proteção social.

A conjuntura política de redemocratização do país permitiu a formulação constitucional do Sistema Único de Saúde, universalizando a saúde, regulamentando e descentralizando as ações de saúde e regulamentando o sistema privado, porém, as políticas internacionais diante da crise econômica e fiscal têm colocado limites a sua implantação. (IBAÑEZ, 1997, p. 229). O retorno às premissas de desenvolvimento econômico põe a perder as conquistas históricas com o SUS, quer dizer, a concepção da cidadania.

CAPÍTULO III: ESTUDO DE CASO

A pesquisa buscou compreender a relação trabalho, saúde e educação diante da incorporação de novas tecnologias e da organização do trabalho no processo de reconversão do capital. Analisou-se a concepção de educação e saúde, tomando como referência os projetos desenvolvidos nesta área, pela empresa e pelos níveis de adesão e resistência dos trabalhadores.

A fábrica pesquisada se constitui numa empresa transnacional, que produz equipamentos e aparelhos de telecomunicação, importante neste setor. Os produtos são de alta precisão e a produção é em lote.

As atividades da empresa se iniciaram em Curitiba em meados de 1973, quando o país incentivou a industrialização através da política de crescer para depois repartir. Esta empresa foi a primeira a se instalar na Cidade Industrial, espaço este indicado pelo governo do estado na época, pela sua localização estratégica em relação a estrutura viária e geográfica, em virtude da proximidade da capital e de outras cidades, como de outros estados. A criação do parque industrial na região de Curitiba, concentrou-se numa só área, dificultando o crescimento econômico mais homogêneo das regiões do estado.

O complexo industrial da empresa compreende a fábrica e a unidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, o qual investe no aperfeiçoamento de sua linha de produtos. A empresa tem um Centro de Treinamento, na área central de Curitiba, que se dedica ao treinamento de engenheiros e técnicos da própria empresa, ou de concessionárias de serviços telefônicos e de clientes em geral. Ela se compõe também numa rede de filiais e de empresas contratadas distribuídas em regiões estratégicas em todo país.

Os produtos fabricados são bastante diversificados, incluindo desde centrais telefônicas, sistemas digitais, solução óptica para a rede de assinante até aparelhos telefônicos para as telecomunicações públicas e particulares. Além de atender o mercado interno, a empresa exporta equipamentos, sistemas e serviços de telecomunicação para países da América Latina, África, Ásia e Europa. A prestação

de serviços constituí-se em manutenção preventiva e corretiva, suporte ao cliente e o centro de treinamento de pessoal.

A empresa conta com 1954 trabalhadores, sendo 1321 do sexo masculino e 633 do sexo feminino, trabalhando em horário normal durante o dia e em turnos classificados em três horários: turno I - 06 às 14h de segunda a sexta-feira e 06h às 12h no sábado; turno II - 14h às 22 h de segunda a sexta-feira e 12h às 18h no sábado; turno III - 22h às 06 h de terça a sábado e 00h a 06h na segunda feira.

A análise do impacto da inovação tecnológica e das transformações na organização do trabalho da empresa se restringiu a seus efeitos sobre os trabalhadores do chão de fábrica, mais que as modificações que vêm ocorrendo em outros departamentos da empresa. A análise centrou-se na conjugação do binômio adesão e resistência destes sobre as propostas de saúde e segurança da empresa, como: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, a implantação da ISO 9001, programa de qualidade e a preparação à 14000 e a norma BS 8800 em relação às mudanças no mundo do trabalho.

O estudo relacionar as dimensões pedagógicas contidas nestes programas/processos de trabalho e de saúde do trabalhador com as formas de apreensão desenvolvidas pelos trabalhadores. A tentativa é de compreender “como as relações de produção educam o trabalhador para o trabalho”, referindo-se ao processo de conhecimento com relação à saúde dos trabalhadores, diante de programas que a empresa implantou para se adequar regulamentação legal (Constituição Federal, Normas Regulamentadoras - Consolidação das Leis Trabalhistas e Lei Orgânica da Saúde) e a normatização para competir no mercado (ISOs e Programa de Qualidade).

A construção do processo de investigação sobre os processos de produção, educação e saúde baseou-se no conhecimento científico, delineado no campo do confronto de classes sociais. O conhecimento da saúde do trabalhador se expressa na corrente da medicina ocupacional, que se utiliza da metodologia da transmissão de conhecimentos, da educação do capital humano, que permeia o discurso das instituições estatais que regulam os efeitos da relação do capital e do trabalho. Essas práticas desenvolvidas de interpretação idealistas e racionalizadoras

empobrecem a própria área de conhecimento, deterioram a força de trabalho, naturalizando o desgaste do trabalhador no processo de produção. O processo de produção capitalista impede a formação do homem para atuar intelectualmente e pensar praticamente. É um processo de formação do trabalhador unilateral, numa sociedade heterogênea, legitimado pela legislação de segurança, higiene do trabalho, bem como, pelas normas internacionais de mercado. Por sua vez, constituí-se também em terreno para uma “metodologia que gere conhecimentos tanto para avançar na nova compreensão e prática de saúde do trabalhador como para sua defesa imediata” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 120).

A partir da análise das relações entre o processo de valorização, do processo de trabalho e das cargas de trabalho e do contexto da correlação de forças entre o capital e trabalho, que se compreende o desgaste do coletivo de trabalhadores e de como aparece em seu nexos biopsíquico. O processo compreende o movimento permanente da totalidade ao fragmento e de seu caminho de volta, de recompor o global e compor com base na concepção teórica da relação dos elementos.

A investigação se constituiu primeiramente nas visitas aos locais de trabalho, análise preliminar dos programas de saúde e segurança da empresa (PCMSO e PPRA) e reuniões com os dirigentes e supervisores da empresa para a definição dos locais e dos trabalhadores a serem entrevistados. As reuniões foram além do intuito de delimitar as entrevistas. Conheceu-se a partir delas a organização da empresa, a política de marketing e de vendas, a inserção no mercado nacional e internacional, a política de recursos humanos, como também, ambiental, segurança e saúde.

O roteiro de investigação foi construído pelo grupo de pesquisadores da UFPR em conjunto com os profissionais de saúde, segurança, representantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CIPA da empresa, tendo o princípio de que “as discussões e formas de atuação coletivas potencializam o espírito crítico. Realizam-se também condições possibilitando uma melhor interação entre os participantes de camadas populares e participantes da universidade” (THIOLLENT, 1999, p. 5)

Foram entrevistados 78 trabalhadores dos setores da área de produção e manutenção. Os trabalhadores investigados foram entrevistados na própria empresa

e as entrevistas foram sempre gravadas. A amostra foi definida com base no número de trabalhadores de cada setor, representando todos os processos de trabalho do chão de fábrica dos seguintes setores: comutação, transmissão, terminais de comunicação, transporte, acesso, telefones públicos, administração de estoques, suprimentos, manutenção, controle de qualidade e medicina do trabalho

O conhecimento operário a respeito de seu trabalho e do impacto à saúde fornece uma compreensão da problemática na visão dos trabalhadores. A investigação prescinde desse conhecimento para extrair os elementos de conhecimento geral que superam o cotidiano da situação concreta. Para tanto, foi necessário um processo de teorização a partir do conhecimento operário e das discussões teóricas sobre a relação do processo de produção e saúde com base na formação do homem histórico-social.

Diante da concepção da relação de conhecer e transformar que se expressa na prática social dos trabalhadores, indivíduos históricos apreendendo a partir de sua própria experiência, determinada pelo modo de produção, a qual se constrói a experiência particular e de condições de classe.

As entrevistas com os trabalhadores permitiram ter uma idéia mais precisa a respeito tanto das relações de trabalho, educação e saúde, como de conhecer os problemas no trabalho que acarretam doenças e acidentes e as dimensões pedagógicas de adesão dos trabalhadores. Os elementos apontados pelos trabalhadores compuseram a idéia do funcionamento das articulações das áreas internas e externas, das transformações e movimentos do objeto de trabalho, dos instrumentos de trabalho, das tarefas e das relações entre elas. Foi a partir deste instrumento de pesquisa, que se reconstruiu a dinâmica real do processo de trabalho impactado pela introdução de novas tecnologias e de organização do trabalho e, em decorrência, suas formas de disciplinamento e de formação do trabalhador para o trabalho.

O estudo de análise do processo de trabalho ressalta a interação do corpo e do intelecto dos trabalhadores, caracterizando as cargas de trabalho (como a intensificação do trabalho), a influência da organização e divisão do trabalho, os riscos químicos, físicos, ergonômicos, mecânicos e biológicos segundo os riscos existentes e especialmente com referência aos novos materiais, equipamentos e

técnicas de trabalho, da aceitação e rejeição das medidas de prevenção e controle destes riscos da empresa.

Outro instrumento de pesquisa, foi a enquete coletiva com os supervisores da produção. Pela inserção destes no interior do segmento, que se encontra entre os trabalhadores do chão de fábrica e da direção da empresa, foi possível chegar mais perto da forma de controle da resistência e do engajamento dos trabalhadores no processo de produção. Assim, evidenciando as contradições entre o discurso de qualidade de produção e a qualidade de vida no trabalho. Portanto, a enquete possibilitou a análise da expropriação do saber no interior do trabalho, acentuando a subordinação do operário, enfim, a construção dos processos de extração da mais-valia da empresa.

A investigação com os trabalhadores possibilitou a aproximação da problemática da realidade concreta de saúde, que em conjunto com as informações geradas a partir do levantamento epidemiológico do Serviço de Saúde, PCMSO, PPRA e da CIPA possibilitou a análise das entrevistas dos trabalhadores e da observação na empresa.

3.1 A VIVÊNCIA DOS TRABALHADORES

O estudo contribuiu para o entendimento do desenvolvimento do desgaste físico e mental e de como os trabalhadores tomam consciência do desgaste do trabalho. O tempo de trabalho dos entrevistados na empresa é em sua maioria, de mais de 10 anos, contando com os trabalhadores que saíram e retornaram à empresa. A volta à empresa se configurou pela dificuldade econômica que encontraram na tentativa de um trabalho próprio. Já no caso das mulheres, o afastamento foi em virtude da dificuldade de conciliar o trabalho com a maternidade, retornando também por necessidade financeira.

Os entrevistados, antes de ser admitidos na empresa, que exerciam trabalhos de ajudante e atividades de serviços de pouca qualificação não fizeram cursos profissionalizantes. Os trabalhadores que ocupavam funções mais qualificadas são os que realizaram cursos, ou apreenderam na prática as tarefas

especializadas e exerciam funções com maior remuneração, porém manifestavam mágoa pela falta de valorização e pelas péssimas condições de trabalho:

Comecei de baixo, lavando peças. Daí fui aprendendo, conversa com um e com outro e aí passei a pintar peças[...] não gostei muito [...] pedi para mudar. Trabalhar com solda é gostoso e fui fazer um curso de soldador no SENAI. Trabalhei mais um pouco, mas também não é bem isso, daí olhei na retífica, os caras me chamaram. O espaço de trabalho era muito pequeno, trabalhavam um grande número de pessoas [...] os funcionários ficavam empilhados, não tinha espaço, você saía e batia numa máquina. Eu como trabalhava com uma máquina - CNC, cada visita que chegava e olhava, eu estava trabalhando bem visível. Eu ficava a amostra para chamar atenção, mas o resto do pessoal todo empilhado, batia um no outro. Eles davam um par de botina por funcionário e uma roupa, então você ia trocar (a botina) quando estava aparecendo os teus dedos [...] Veio este Plano Real [...] começou as demissões, nesta firma tinha 300 funcionários, mandou 200 embora, foi uma das primeiras a fazer isso, [...] daí nesta fui demitido”(trabalhador do setor de manutenção).

3.1.1 A educação

Os entrevistados em sua maioria têm o primeiro grau e muitos estão cursando o segundo grau, pois a empresa tem um convênio para possibilitar o estudo dos trabalhadores. O investimento na educação vem da exigência da ISO, tendo como princípio a melhoria da qualidade do trabalho. E, concomitantemente a procura para a escolarização acontece, pela oferta de mão-de-obra mais qualificada no mercado, decorrendo em uma maior exigência para obter um emprego.

Os trabalhadores vêem esse investimento em educação como uma valorização profissional, uma forma de desencadear uma mudança de função na empresa e na vida social. No entanto, muitos colocam que se exige a escolarização e há uma pressão para um bom rendimento no curso, mas não há mudança de atividade na empresa:

Eu comecei agora fazer na empresa (segundo grau), deu oportunidade tem que aproveitar... eu gostaria de achar um curso, para um trabalho que pudesse ir e voltar a tarde [...] sem se importar com o horário e não esse negócio de ir viajar (na empresa os técnicos de manutenção de equipamentos têm que viajar para vários locais do país), hoje em dia está tão difícil de encontrar uma profissão que se encaixe e que renda um pouco também (trabalhador do setor de manutenção).

Dor na coluna, dor de cabeça bastante, sempre reclamam. Acho que a maioria tem dor de cabeça, porque, pode se dizer, preocupação por alguma coisa talvez deixa a pessoa tensa, é que nem essas provas que agente está fazendo na escola. Tem pessoas aqui que ficam num estado de nervo [...] quer dizer, a pessoa fica muito tensa, ela está ficando doente (trabalhador do setor de manutenção).

3.1.2 A saúde

Os entrevistados não referiram antecedentes importantes de problemas de saúde. A maioria dos trabalhadores relataram gripes, rinite alérgica e outras doenças respiratórias. Os problemas mais significativos foram as dores na coluna, as lesões por esforços repetitivos aparecem como problema de saúde no momento do questionamento do processo de trabalho e das condições de trabalho. Quanto aos transtornos mentais, alguns referiram a depressão em consequência de problemas familiares e financeiros. Houve referência sobre o cansaço e a irritação devido as cargas e organização do trabalho. Em relação ao ruído, um trabalhador colocou sobre a sua perda auditiva no emprego anterior.

Quando os trabalhadores sentem que estão com problemas de saúde primeiramente tomam chá caseiro. Posteriormente procuram o médico, quando percebem que não têm mais condições para suprimir o problema, mesmo assim, a maioria busca o médico da empresa. No entanto, antes de procurar um médico, tomam um medicamento na tentativa de aliviar a dor e muitas vezes é o próprio ambulatório da empresa que distribui.

Se tô com uma gripe muito forte não venho trabalhar, procuro um médico. Mas, quando eu estou muito ruim, aí eu tomo remédio. Quando tenho dor, vou à enfermeira e tomo um comprimido (trabalhador montador, setor de telefone público).

Tomo buscopan para cólica e para dor de cabeça neosaldina (trabalhadora montadora, setor de comutação - C222)

A maior parte dos trabalhadores colocaram que tentam sanar os problemas de saúde sem procurar o serviço de saúde da empresa ou mesmo o plano oferecido pela empresa. A procura de medicamento de modo geral é para aliviar a dor de cabeça e antigripal, seguido pelos relaxantes musculares.

Alguns entrevistados enfatizam como uma alternativa o descanso e os conselhos dos amigos.

3.1.3 Determinantes do processo saúde-doença

Tripla jornada

A categorização de tripla jornada se fundamenta em Breilh, compreendendo a carga de trabalho, o trabalho doméstico e a vida reprodutiva, “*que afecta y agrava las estrategias de supervivencia inhumanas a las que se ven exouestas la mayoría de mujeres de países como el nuestro*”(BREILH, 1994, p. 19).

Em vários casos foram relatadas as preocupações com os filhos e com o trabalho em casa. A empresa emprega muitas mulheres no setor da produção pela especificidade da tarefa. A montagem de placas, solda e resolda, bem como outras funções exigem habilidade manual, responsabilidade, conhecimento e concentração que são virtudes femininas historicamente construídas pela sociedade. A força de trabalho feminina, segundo Bourdieu, tem como característica historicamente difundida pela sociedade por toda a sua significação cultural de sexo dócil, por todo o seu disciplinamento, submissão às normas sociais.

A condição feminina na sociedade da responsabilidade de cuidar dos filhos e do trabalho de casa se perpetua ainda, mesmo com a inserção da mulher no

mercado de trabalho. A representação de liberdade da mulher difundida no discurso é, portanto, um avanço face a possibilidade de desenvolvimento de suas capacidades no trabalho e observa-se que era há um tempo atrás exclusivamente masculino, mas por outro é mais uma forma de exploração da mão-de-obra. O barateamento pelo aumento da força de trabalho, a espera de um emprego, também foi em decorrência da exigência da inserção da mulher e da criança no trabalho, no contexto das normas sociais. Assim, houve o aumento do consumo de produtos e de serviços domésticos, se transformando em mais uma forma de acumulação capitalista.

A referência das entrevistadas aponta para o espaço de tempo de descanso e de lazer, o qual não acontece na empresa, porém no tempo livre, em que faz todo o trabalho de casa e prestam os cuidados aos filhos. Restando assim, para a mulher, muito pouco tempo para si própria. Além de que, é nesse período que estuda, na tentativa de se qualificar para o trabalho, que é para muitas uma possibilidade de uma vida melhor.

“Eu vou dizer bem a verdade, faz tempo que não tenho hobby. Eu tenho dois filhos, então chego é casa, é janta, é banho, é lição [...]. O final de semana passo arrumando a casa, eu trabalho o dia inteiro na empresa, a roupa vai acumulando, agora não tenho muito tempo. Eu adoro viajar, só que no momento eu não estou tendo tempo para isso. (trabalhadora estanhadora de terminais, setor de bobinagem)

As mulheres relatam que se sentem muito cansadas em virtude da carga de trabalho na empresa e da casa, demonstrado também pela preocupação com filhos durante o trabalho.

“Se eu tivesse bastante tempo, era eu pegar meus caderninhos - agora estou estudando, era ler e fazer as lições, a gente trabalha a semana inteira, chega final de semana é lavar roupa, é passar, é arrumar e limpar a casa. Ainda nesses dias, no serviço eu queria estar em casa descansando, queria estar em casa deitada” (trabalhadora montadora, setor de transmissão).

Problemas financeiros

Os trabalhadores, em sua maioria, referiram como determinante da doença a falta de dinheiro para a sua sobrevivência e de sua família. As dificuldades referem-se a alimentação, vestuário e ao lazer. A situação desencadeia nas pessoas insônia, depressão, tensão, stress e o nervosismo por falta de condições de resolver os problemas financeiros.

“Contas [...] me deixam nervosa preocupada, está difícil, dormir não consigo, agente fica preocupada, agente não gosta de dever para ninguém. Tipo agora eu estou morando num lugar melhor, meus filhos estão tendo mais... como eu falo [...] eu estou tendo condições para comprar uma roupa, uma alimentação para eles no colégio, porque agora tenho apoio financeiro(do pai das crianças)”(trabalhadora montadora de placas, setor de transmissão - T222).

Os problemas financeiros afetam a possibilidade da recuperação do cansaço. O descanso durante o tempo livre, folgas e férias, se compreende na procura de alternativas para a sua satisfação de acordo com sua situação financeira e a negação da possibilidade do lazer, para não sofrer mais.

“Tudo por falta de condições (falando a respeito do lazer), se você tem condições faz uma porção de coisas. Ontem mesmo eu estava conversando, fui no aeroporto (passear no domingo), lá tem lugar para você estacionar um carrinho velho? Não tem, se você quiser estacionar, você tem que pagar o estacionamento lá, então fizeram uma máfia, tão grande que impediram de qualquer pessoa de dar um olhada, de passar algum tempo. Então se você pode, tem condições de ir num lugar como o Parque Barigüi, ver a exposição de cães, é 5 reais por pessoa, a minha se compõe em quatro pessoas, são 20 reais. Você tem que procurar aonde você pode ir, sem grandes despesas, senão você quebra pela falta de dinheiro, é difícil, sei lá você fica assistindo televisão, pois eu adoro corrida até de cachorro. Eu gostaria de levar minha família para passear, ao menos uma vez por mês, ir a uma chácara, eu

gostaria de fazer isso, mas não tem condições, tem que se adaptar com aquilo que você tem e agente vai levando”(trabalhador mecânico, do setor de manutenção).

Destaca-se nesta fala, um conjunto de conteúdos que mostra bem a dificuldade do indivíduo perante a divisão do trabalho que impõe um determinado lazer decorrente da sua inserção econômica. O trabalhador concebe-se como um “qualquer um”, demonstra a desconstrução de sua identidade. A liberdade desejada se contrapõe com a dominação por não ter condições de sustentar suas necessidades de lazer e da alienação frente à alternativa possibilitada pela televisão, que tem um duplo sentido de diversão e ao mesmo tempo de engajamento com o sistema de consumo capitalista.

Muitos trabalhadores procuram fazer horas extras para compensar o salário, no entanto, têm consciência do desgaste pelo excesso de trabalho.

“[...] só trabalhar não tem condições, vamos dizer assim, um trocadinho a mais no bolso dá um alívio até na saúde. Você não fica com aquele stress, aquela preocupação toda”(trabalhadora montadora, setor de transmissão - F301)

O salário é fundamental para uma qualidade de vida capaz de neutralizar os efeitos psicossociais negativos do trabalho, especialmente na satisfação das necessidades inclusive do lazer, que podem ser atividades prazerosas.

Relações interpessoais

As relações com os companheiros

Dentro dos problemas apresentados, emerge uma questão fundamental colocada pelos trabalhadores, a “*falta de coleguismo*” ou “*falta de cooperação*”, em virtude da filosofia da qualidade da empresa para o aumento de produtividade e do

defeito zero. Esta filosofia, incentiva a competitividade entre os trabalhadores, educando para a individualização mediante a intensificação do trabalho e a premiação destes por suas sugestões para a qualidade. Assim, ocorre *o interesse de absorver o saber tácito dos funcionários para melhorar a produtividade*. A busca permanente do defeito zero pelos grupos de trabalho são instrumentos para o incremento da produtividade, se caracterizando na administração por conflito. Essa metodologia estimula a competição entre as equipes de trabalho.

Os trabalhadores relatam que diante da sobrecarga de trabalho, os colegas não cooperam para facilitar o trabalho, cada um cuida de sua tarefa, reafirmando a preocupação com o rendimento das equipes. Existe, para muitos operários, colegas que são falsos e mentirosos, os quais não são confiáveis para conversar sobre seus problemas, pois entregam tudo para a chefia.

O controle do defeito zero carrega a ideologia da competição entre os trabalhadores ao ponto de ser prazeroso o momento que não há anotação de defeitos no término de um turno de trabalho.

Relações com as chefias imediatas

Os trabalhadores relatam em sua maioria que existe conflito com as chefias, em relação a valorização do trabalho. A existência de mágoas com a chefia se manifesta pela falta de reconhecimento do trabalho. O controle do trabalho se aplica ao ritmo, disciplina e desempenho do trabalhador.

No relato dos problemas de saúde, há referência quanto ao medo de expressar à chefia a dificuldade de trabalhar por consequência das dores nos braços devido ao trabalho repetitivo. Por isso, os trabalhadores escondem a doença para não sofrer sanções ou a perda do emprego. No entanto, essa situação vem mudando há algum tempo, pois a empresa está encaminhando os casos para o tratamento. A atuação de fiscalização da Vigilância Sanitária do SUS do município e as medidas jurídicas do Ministério Público têm provocado mudanças na postura das empresas em relação ao atendimento dos doentes e acidentados no trabalho.

Apenas um dos casos queixou-se da substituição do chefe, o qual era como um amigo para este, porque ele escutava os problemas das pessoas e procurava

ajudar. A mudança de chefia também afeta a produção pelo desconhecimento do padrão de controle da próxima chefia pelos trabalhadores.

Por outro lado, os supervisores dos setores relataram na entrevista coletiva a situação que eles se encontram em virtude dos cortes de pessoal na empresa. Muitas vezes, eles analisam quais são os “*bons trabalhadores*”, os trabalhadores disciplinados pela ideologia da empresa. No entanto, os trabalhadores com problemas mais graves, especialmente em relação à situação financeira, são os que mais necessitam de emprego. Estes são os critérios que permitem indicar quais os funcionários que podem ser demitidos. A forma de julgamento do trabalhador se baseia na legislação, mas não se encontram tais critérios explicitados nas normas da empresa, todo o processo é subjetivo.

Medo da demissão

A preocupação com o desemprego afeta a saúde dos trabalhadores. A tensão se verifica pela temida demissão. Os processos de demissão são muitas vezes obscuros para a maioria, o que eleva ainda mais o medo.

A relação da produtividade e do volume de trabalho são os indicadores mais referenciados pelos trabalhadores. Neste sentido, a maior parte justifica que a diminuição da produção pode acarretar demissões por parte da empresa. A pesquisa de campo, aconteceu justamente no período de transição, ou seja, da espera de novas encomendas de produtos pelas novas empresas de telecomunicações, em virtude do processo de privatização da Embratel, empresa estatal de Telecomunicação que é a maior cliente da empresa. O reflexo disso é a explicação dos entrevistados sobre a baixa produção da empresa pela falta de demanda por parte do governo, caracterizando este como causador dos problemas econômicos do país.

A pedagogia da empresa a respeito do ato não falho e da responsabilidade de não deixar cair a produção, se mantém nas entrevistas. Os trabalhadores se comprometem a trabalhar, quando tem um grande volume de pedidos e ao mesmo tempo, manter vigilância na qualidade dos produtos. Para tanto, é necessário o autocontrole e compromisso com a empresa acima das necessidades pessoais, em função das exigências de disciplina da empresa, valorizando ou castigando o

trabalhador, caracterizando a sua permanência ou não no emprego. Por outro lado, a justificativa de demissão da empresa recai sob a responsabilidade do governo, por sua função de apoiar o desenvolvimento industrial, desencadeando a demanda de produção.

A vivência de casos de desemprego na família e na empresa reifica o medo, especialmente neste momento pela percepção da baixa demanda de produção e da alta taxa de desemprego do país. A situação aumenta a ansiedade com a insegurança do emprego constituindo no sofrimento mental.

Seis anos sem emprego (o marido) e só eu sustentando a casa com salário daqui, aí comecei a fazer salgadinhos para vender e trazia aqui um pouco para vender para as meninas, teve uns tempos que fiquei numa situação muito ruim (montadora, setor de transmissão).

Problemas familiares

Em vários casos foram relatados o desgaste com os problemas de saúde, pela situação de deixar os filhos sozinhos. Esses problemas aumentam a preocupação no cotidiano, especialmente quando é um filho. Muitas trabalhadoras referenciaram o período que trabalhavam angustiadas, em virtude dos problemas de saúde dos filhos.

A tristeza e a depressão

O desânimo foi caracterizado como tristeza. Muitos trabalhadores manifestaram o desgaste principalmente no caso das mulheres pela tripla jornada de trabalho, como o cansaço decorrente da sobrecarga de trabalho. A falta de disposição para o trabalho inibe as iniciativas e retira o estímulo do trabalho.

A maioria dos entrevistados descreveram que os problemas familiares e financeiros corporificam a tristeza pela preocupação e pelo nervosismo, porém, muitas vezes não tem possibilidades de solução.

“Depressão conseqüente de meu filho ser muito doente [...] engordei, estava com 42 a 43 quilos de peso, a situação financeira também ajudou, a

medicação era muito cara, para comprar retira o dinheiro de outras coisas, da alimentação, na hora você sofre, mas você vai levando até chegar num ponto que você estoura.(estanhadora de terminais, setor de bobinagem)

Desqualificação

A ocorrência da preocupação, pelos trabalhadores, se centraliza ao assumir a responsabilidade de certas tarefas, para a qual não têm qualificação. A exigência da empresa de um trabalhador polivalente, conduz a problemas que podem ser somatizados em doenças. O sofrimento pela desqualificação é devido ao conteúdo de certas tarefas que o empregado não tem domínio e cujo trabalho requer a mesma performance de desempenho em relação a qualidade e produtividade.

*“Preocupada com o serviço, estava sozinha, com medo de fazer uma coisa errada. Depende da atividade que estou exercendo. Eu trabalho no laboratório (de controle de qualidade). Só que tem uma menina que está em licença maternidade. Então eu ajudo ele (o outro químico), porque é muita coisa para ele, sozinho. Quando ele não está é muita gente pedindo material, muita gente pedindo coisas (material e peças que foram aprovadas). É um serviço gostoso, um depende do outro, mas é muito ativo, muito rápido”
(Trabalhadora química, laboratório de físico-químico).*

As decisões e raciocínios rápidos e com movimentos físicos determinam a fadiga mental e física pelo conteúdo do trabalho e a intensificação deste. A correlação da responsabilidade de atenção e de atuação prática num trabalho concebido de qualidade e da exigência da demanda por um ritmo acelerado, acentua o desgaste mental num período de tempo bem menor.

As inovações tecnológicas e a organização do trabalho exigem um trabalhador polivalente, operando várias máquinas, para garantir a maior competitividade no mercado, intensificando o trabalho vivo e abstrato. A desqualificação pela complexidade do trabalho realizado pelas máquinas, retira o saber do operário na realização de sua tarefa, determinando um trabalhador que se responsabilize por várias tarefas técnicas e burocráticas, o qual não tem formação.

Esse processo de desqualificação provoca insegurança no trabalhador e a ansiedade perante o compromisso de qualidade do produto por parte do trabalhador.

O trabalho repetitivo

A maior parte dos trabalhadores referiram o trabalho repetitivo como determinante das lesões por esforços repetitivos. A existência de pessoas com problemas relacionados com o trabalho repetitivo provoca medo de ficar doente.

O medo de adoecer é de ficar sem condições para trabalhar, ou continuar no trabalho com dores, diminuindo o rendimento no trabalho e a insegurança do emprego.

“O pessoal está mais consciente da doença [...] Tinha problemas, mas guardava e segurava para não falar com o chefe [...] empresa mudou de mentalidade” (Trabalhador do setor de estoque e almoxarifado - AIM).

A mudança ocorreu pelo fato de haver casos de pedido na justiça de indenização pelo estabelecimento do nexo de causa de doença de um empregado da empresa e em decorrência da fiscalização do SUS e da DRT, mas não é mencionado nas entrevistas com os trabalhadores.

“As pessoas não gostam de mudar de função, às vezes o chefe até tenta mas, quando ele tenta as pessoas acham que ele não está gostando do serviço dela” (Trabalhadora do setor de corte de componentes, T 302).

Muitos dos trabalhadores relatam que há uma preocupação para prevenir as doenças como fazer ginástica, dar uma parada para descansar e andar no local de trabalho. O medo da doença é percebido quando a maioria referencia a ginástica durante a jornada de trabalho e fora do horário de trabalho, como uma prática para uma vida saudável.

O crédito ao programa de ginástica laboral da empresa, as mudanças das cadeiras da empresa têm um efeito positivo na diminuição da ansiedade. Alguns trabalhadores apontam que as doenças são desencadeadas pela somatização dos

fatores psicológicos. O discurso da empresa fundamentado na continuidade do ritmo e forma de trabalho para o aumento da produtividade e fator de permanência no emprego, perpassa nas referências dos trabalhadores, no entanto, sem questionamento dos interesses da empresa por estes.

“[...] é psicológico, ficam doentes porque colocam na cabeça, a principal doença na Siemens é a tendinite pelo fato do serviço ser muito repetitivo e pelas pessoas ficarem muito tempo sentadas em cadeiras desconfortáveis [...] por muito tempo” (Trabalhadora do setor de preparação de cabos, T 259).

Diferença de temperatura

Grande parte dos trabalhadores referiram que a diferença de temperatura entre a fábrica e o ambiente externo é importante no desencadeamento dos problemas respiratórios, principalmente no inverno quando a diferença é mais expressiva. O interior da fábrica foi climatizado para o melhor funcionamento do maquinário e por causa da densidade de trabalhadores. A modificação se restringiu à área de produção e abrange também boa parte da área administrativa. Quando a diferença de temperatura é grande, o impacto da mudança de temperatura é maior, pela característica física da empresa, pois os trabalhadores saem para o ambiente externo para realizar as refeições e outras atividades.

Um dos entrevistados acentuou a mudança de temperatura no setor de estanhamento de peças, a diferença chega até 600 graus, o seu impacto com a temperatura do meio ambiente é muito grande. Por isso, traz problemas de saúde, dificultando atividades diárias, como por exemplo lavar as mãos.

“O meu trabalho é o cadinho, você recebe aquele calor, o dia mais frio, você sai para almoçar ou para ir embora, o teu corpo está com uma temperatura e lá fora está frio” (Trabalhadora estanhadora, setor de bobinagem)

“Às vezes você vai ao banheiro a tua mão está quente e vai lavar a água está fria ... eu lido com estanho que é quente” (Trabalhadora estanhadora, setor de bobinagem)

O ruído no local de trabalho

A ênfase do ruído assume importância pela ocupação e o local de trabalho. A função de manutenção especificamente de serralheiro utiliza equipamentos que produzem bastante ruído. Os relatos dos trabalhadores da manutenção enfatizam o problema do ruído.

O esforço físico

Em certas atividades nos setores de manutenção, montagem do telefone público, almoxarifado e embalagem é preciso usar a força física para armazenar equipamentos, puxar carrinhos e fazer a manutenção. Tal fato provoca um desgaste físico constante no trabalho causando a irritabilidade pelo cansaço. A divisão sexista do trabalho impõe o trabalho de maior esforço físico para o homem. Pois, socialmente se compreende como virtude do homem a coragem e a força. Por outro lado, tarefas como de montadora de placas, corte de cabos e outras menos pesadas, exigem habilidade e concentração. Culturalmente estas funções devem ser preenchidas por mulheres, que perante os valores da sociedade são o sexo frágil. No entanto, apesar destas funções serem qualificadas como leves no âmbito do esforço físico, elas exigem muito fisicamente das trabalhadoras especificamente pelo esforço físico repetitivo.

Pode-se evidenciar o entrecruzamento da divisão sexista do trabalho.

O trabalho sentado e em pé

Muitos trabalhadores relataram dores por estar muito tempo trabalhando sentadas e muitas vezes em cadeiras desconfortáveis. No entanto, para um melhor rendimento a posição de ficar sentada aumenta o desempenho, algumas das trabalhadoras fazem pausas e caminham ao banco, à praça para tomar um café e para fumar um cigarro, ou mesmo, fazem um rodízio entre o trabalho sentado e em pé. Quando estão concentradas no trabalho elas relatam que esquecem de fazer a pausa.

O trabalho em pé acarreta varizes e dores nas pernas, pela única posição de trabalho nas atividades que exercem.

3.2 PEDAGOGIA DA SAÚDE OU PEDAGOGIA DO CAPITAL?

A partir das afirmações dos trabalhadores e dos supervisores, da análise dos programas e normas de saúde e segurança da empresa, do levantamento epidemiológico do serviço de saúde e das condições de trabalho e concomitantemente da análise da organização da empresa foi possível compreender o processo de desgaste do trabalhador, frente às situações de trabalho. A construção do conhecimento foi mediante a metodologia utilizada pela empresa, de engajamento, sistematizada nos programas e no cotidiano, com ações dos serviços de saúde e segurança, bem como, de instrumentos do programa de qualidade para a conscientização dos trabalhadores.

3.2.1 Serviço de saúde da empresa

A Política de Saúde da empresa compõe a Política Social de Benefícios e Serviços. Tal política “um nível satisfatório de bem estar, segurança e proteção aos colaboradores e seus dependentes, colocando como direito os benefícios aos empregados da Assistência Médica, Programas complementares de saúde, Assistência Social, Convênio com a farmácia, Seguro de vida e Previdência privada, Serviço de alimentação interno, Auxílio creche e natalidade, Auxílio à Previdência Social e Auxílios financeiros em várias áreas da economia particular” (PCMSO, 1997, p.5).

Cabe à empresa a responsabilidade “de preservar a capacidade laborativa dos seus colaboradores e por consequência, a produtividade e qualidade de seus produtos, além de adquirir o respeito e a consideração dos seus clientes internos e externos” (PCMSO, 1997, p.5). Os trabalhadores são considerados como colaboradores, indivíduos responsáveis pelo desempenho das políticas da empresa.

Esta política de auxílio, com assistência social privada aos empregados e seus dependentes, tem por finalidade o engajamento do trabalhador aos princípios

da empresa, de forma integral, coerente com a reorganização do trabalho visando competir no mercado internacional.

Os princípios da área de saúde da empresa contidos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional(1997,p.5) são:

1. exercer seu papel nas relações com seus colaboradores e terceiros no sentido de assegurar condições de trabalho saudáveis, produtivas e seguras. Todas as áreas deverão basear-se nesse princípio, mediante gerenciamento efetivo e da contribuição de seus colaboradores.
2. Reconhecer, no meio ambiente, os riscos de dano à saúde de seus colaboradores, e buscar a eliminação desses riscos, de forma a promover o bem estar físico, psíquico e mental do seu cliente interno.
3. "Todos os acidentes e doenças podem ser evitados"; portanto, há de se promover sempre medidas eficazes nesse sentido, mantendo um padrão de consciência em saúde e segurança ocupacional
4. Desenvolver programas médicos no sentido de garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro, procurando eliminar os agentes agressivos encontrados, que porventura, possam existir nos locais de trabalho.
5. Idealizar a valorização humana.

O serviço de saúde da empresa presta atendimento conforme a legislação prevista nas Normas Regulamentadoras. Para tanto, foi elaborado o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, em 1997, com poucas mudanças para o ano de 1999, seguindo a NR 7 e as especificidades do Mapa de Riscos, elaborado pelos cipeiros da empresa. O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA da empresa foi concebido por uma empresa de prestação de serviços da área de Segurança do Trabalho, uma terceirizada, a qual não tem vínculo com a realidade da organização do trabalho da empresa pesquisada, dificultando uma análise concreta dos problemas de segurança e saúde. No entanto, foi estabelecido como documento para subsidiar o planejamento dos programas de saúde, em conformidade com a legislação.

O serviço de saúde da empresa conta com diversos profissionais da área da saúde sendo eles: um fisioterapeuta, uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem,

três médicos clínicos geral, um deles é médico do trabalho da empresa, um médico ginecologista, quatro dentistas e uma auxiliar de odontologia.

Os médicos são contratados por quatro horas pela empresa Paraná Clínicas, que tem convênio com a indústria para prestar atendimento médico aos funcionários e seus familiares, tendo apenas um médico do trabalho, o qual não é terceirizado, com uma jornada de trabalho de 6 horas.

A normatização das atividades do setor estão elencadas no PCMSO, adequadas para a certificação da ISO 9001 e tendo em vista a ISO 14.000, seguindo muitos dos princípios da norma BS 8800. Os profissionais do setor conhecem a política de saúde da empresa, com os seus objetivos e as normas das ações em saúde dos programas pelo PCMSO, considerado documento base para as suas atividades.

Os problemas de saúde dos trabalhadores são identificadas conforme os riscos dos postos de trabalho especificados pela legislação; desta forma, são estabelecidas ações de prevenção e intervenção no PCMSO. Sendo assim, o setor de saúde tem os seus programas para o atendimento imediato das queixas dos trabalhadores e de algumas doenças do trabalho. A definição de doença do trabalho se restringe ao médico do trabalho, que faz o tratamento no setor de saúde e, quando necessário, encaminha para o Plano de Saúde conveniado da empresa.

A organização do trabalho da empresa dificulta a integração dos setores para uma avaliação concreta dos problemas que afetam a saúde dos trabalhadores e, mais ainda, a sua prevenção. Os setores têm como princípio o trabalho em equipe, mais com o caráter sub-empresa, que precisa resolver os seus problemas no seu âmbito e garantindo uma produtividade sempre maior, mesmo na situação de organização mais horizontalizada. A integração não acontece pela estímulo da competitividade das equipes, o qual a empresa fomenta dentro do ambiente de trabalho.

O objetivo do setor é o controle da saúde dos trabalhadores e a prevenção de acidentes e doenças do trabalho, assegurando o retorno do trabalhador para as suas atividades com maior rapidez e diminuição dos acidentes de trabalho. O acompanhamento dos riscos do trabalho com o serviço de segurança é restrito e a distância de ação se amplia com o setor de recursos humanos, da produção bem

como, com os outros setores. Em relação à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CIPA não há formalmente um vínculo com o serviço, sempre que há reunião é assegurada a participação da auxiliar de enfermagem. O serviço de saúde é considerado como referência para os cipeiros na busca de informações, mas as atividades são distintas, sem articulação entre os setores envolvidos. Portanto, não existe integração entre os diferentes setores da empresa para efetivação da política de saúde, obstaculizando o desenvolvimento do trabalho pela falta de informação e limitação da ação de cada serviço. O trabalhador é visto parceladamente segundo os objetivos do serviço respectivo, no sentido capitalista de maior competitividade.

O serviço de saúde realiza os exames médicos de admissão, periódicos, eventuais e demissionais. Os exames periódicos são realizados anualmente e semestralmente em casos previstos pela legislação. No entanto, a participação dos trabalhadores é de 84%. O exame de admissão é relacionado aos critérios de exercício da função, utilizando o Serviço de Saúde Ocupacional do Serviço Social da Indústria - SESI, para a realização dos exames laboratoriais, tanto na admissão como na demissão do empregado e, desta forma externalizada, há um barateamento dos custos. Nos casos de transferência de postos de trabalho, progressão funcional e readaptação dos trabalhadores, o setor de recursos humanos não consulta e nem encaminha para o serviço de saúde.

A concepção da consulta é clínica e enfatiza as queixas clínicas dos trabalhadores. Porém, a relação da doença com o posto de trabalho é realizada somente pelo médico do trabalho, mas sob o ponto de vista corporal do indivíduo. Os exames são categorizados em exames periódicos - acompanhamento médico e preenchimento do Atestado de Saúde Ocupacional - ASO conforme o critério da legislação. O outro exame é o complementar e compreende: a medicina convencional, normatizada pelo convênio de saúde e a medicina preventiva, para detecção precoce de agravos à saúde e medicina do trabalhador, definida pelo PCMSO.

O afastamento dos trabalhadores por problemas de saúde é controlado pelo serviço de saúde da empresa, quando excede os 15 dias, é encaminhado ao Instituto de Previdência de Seguro Social - INSS. Os atestados médicos de menos

de 15 dias, emitidos pelo Plano de Saúde da Paraná Clínicas e outros profissionais não são repassados para o setor de saúde para compor a história de saúde dos trabalhadores. A avaliação do afastamento fica sob a responsabilidade do supervisor, que abona a falta ou não, e encaminha ao setor de recursos humanos. O acompanhamento do afastamento é realizado pela assistente social quando o setor de saúde solicita.

A falta de notificação dos atestados para o Serviço de Saúde se reflete na assistência integral à saúde dos trabalhadores, na programação das ações do serviço articulada a realidade concreta de saúde e nas informações epidemiológicas dos problemas de saúde enfrentados pelos trabalhadores.

As informações da saúde dos trabalhadores se limitam aos registros mensais dos diagnósticos médicos e dos exames periódicos e eventuais. As doenças identificadas, os atendimentos de enfermagem como curativos, injeções e outros procedimentos, atendimento de fisioterapia, caracterizam-se em dados de atendimento no perfil epidemiológico. Os afastamentos que não passaram pelo serviço de saúde e as queixas dos trabalhadores para a enfermagem, fisioterapia e assistência social não são computados no diagnóstico de saúde da empresa, caracterizando uma vigilância epidemiológica estritamente clínica, limitando-se aos casos atendidos no serviço de saúde.

O critério de aviamento de receita centra-se na indicação clínica, mas na realidade o trabalhador apresenta a sua queixa e solicita medicação para as auxiliares de enfermagem. A empresa tem convênio com uma farmácia, localizada ao lado do setor de saúde para a compra de medicamentos, facilitando o acesso aos medicamentos. Assim, o trabalhador e o serviço de saúde se satisfazem com a política social, aderindo à política da empresa, corporificando a medicalização da doença, concebendo o corpo como objeto de ação de algum procedimento biomédico, para fazer parte da máquina de produção.

Os programas de saúde da empresa foram elaborados segundo as informações epidemiológicas do setor e dos programas previstos em lei. A elaboração dos programas são de responsabilidade do médico que repassa para toda a equipe do setor. São eles: 1. Follow-up, o médico identifica e acompanha os trabalhadores com algumas doenças crônicas, como a diabetes, doença de chagas

e outras existentes; 2. Programa de Prevenção do Alcoolismo e Dependências Químicas, com o intuito de detectar precocemente e reabilitar mais brevemente o abuso excessivo no uso de produtos de dependência química; 3. Projeto Ergonomia e Prevenção de Lesões por Esforços Repetitivo - L.E.R., elaborado para melhorar as condições de trabalho e prevenir o desencadeamento de doenças reconhecidas como L.E.R., com o acompanhamento da equipe, programa de ginástica laboral e mudanças nos postos de trabalho; realizado em setores de maior incidência de casos de LER; 4. Projeto Qualidade de Vida, programado para estimular os colaboradores a obterem bons hábitos de vida, diminuindo a morbimortalidade e aumentando a longevidade. Através do preenchimento de uma ficha pelo colaborador, o médico evidencia os hábitos e cuidados de vida que devem ser corrigidos; 5. Painel Informativo, com informações acima descritas; 6. Saúde no Setor, com o acompanhamento de saúde do setor. Os programas estão voltados para estas enfermidades e o acompanhamento médico na prevenção, tratamento e reabilitação. Os programas são avaliados utilizando os indicadores epidemiológicos do serviço que, no entanto, estão baseados tão somente em casos de agravos de mais de 15 dias de licença.

O atendimento de emergência e urgência é realizado por uma empresa terceirizada, quando o caso não é acidente de trabalho, pois o acidente de trabalho é assistido no serviço da empresa e encaminhado se for necessário. Os profissionais do setor são treinados para prestar os primeiros socorros, bem como, os cipeiros passam por um treinamento específico.

O setor de saúde da Siemens não interfere na prestação dos serviços do Plano de Saúde da Paraná Clínicas conveniado da empresa para os empregados e seus dependentes. A vigilância da qualidade da assistência recai sobre o próprio empregado.

A concepção do processo saúde doença se fundamenta na multicausalidade de causação linear e positiva da doença, tendo como fatores de riscos o trabalho em si e o meio do trabalho ou ambientais. O homem é concebido como hospedeiro numa interação de fatores em que a doença é resultante. O trabalho, bem como, as suas condições e reações biológicas são as causas das doenças, sem relação histórica e social da produção, trabalho e trabalhador.

Os elementos essenciais do Sistema de Gestão do Serviço de Saúde segue as normas para a certificação da ISO. A análise crítica da situação é definida de forma descritiva no que é estabelecido pela empresa, baseada na legislação nos seus aspectos quantitativos de medição dos riscos, utilizando da probabilística para a implementação, mesmo nos riscos subjetivos, para a implementação das medidas com ações programáticas. A Política de Saúde está comprometida com o custo-benefício da empresa, envolvendo os profissionais do serviço de saúde, gerentes e supervisores de outros setores no cumprimento das normas, e fundamenta-se na responsabilidade do trabalhador como um colaborador. Os recursos para a operacionalização das atividades são ajustados em medidas programadas e aprovadas pela direção da empresa.

As atividades do serviço são identificadas de acordo com a função estabelecida e inclusive incumbindo de autoridade os profissionais para o cumprimento de suas responsabilidades. O planejamento das atividades está enfocado na identificação e avaliação de riscos elencados de acordo com o que é previsto na legislação. A implementação de muitas das modificações no ambiente de trabalho decorre da ocorrência de acidentes e doença do trabalho, reivindicadas pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CIPA.

A adesão do trabalhador é prevista em todos os programas, pois o empregado é considerado como o ator em relação aos acidentes do trabalho, no mesmo nível que o ambiente de trabalho. Por outro lado, como o empregado é inserido como um *colaborador*, se faz necessário o consenso deste para o desenvolvimento da política da empresa, responsabilizando-o pela participação. O consenso dos trabalhadores implica no perfil do desempenho da empresa para a certificação da ISO e na adequação à legislação. Portanto, a política é de engajamento do trabalhador nos programas de prevenção dos acidentes e doenças do trabalho que são divulgados nos informativos da empresa, pela CIPA. A atuação desta se realiza por meio de visitas dos cipeiros nos setores e na Semana de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT.

O setor de saúde colocou uma caixa de sugestões para estabelecer um vínculo com os trabalhadores, uma das estratégias do Programa de Qualidade para

avaliar o serviço e possibilitar a sensação de sua participação na planejamento das atividades curativas e preventivas.

O planejamento do serviço de saúde dificilmente poderá atender a política de saúde do setor, pois os objetivos são concebidos de forma idealizada sem a relação concreta com a situação de trabalho da empresa, não somente no PCMSO, mas também no PPRA. No entanto, seguindo a norma para a certificação da ISO 9001, para operar a norma internacional de Sistemas de Gestão da Qualidade, a atuação do serviço está adequado, pois incorpora as necessidades da empresa para a sua integração no sistema global de gestão.

A incorporação das novas tecnologias e as mudanças da organização do trabalho têm repercussões sociais sobre a saúde dos trabalhadores, no entanto os conflitos entre os interesses do capital e dos trabalhadores não são preocupações para o estabelecimento de nexos de causa dos acidentes e doenças do trabalho.

3.2.2 A percepção dos trabalhadores

Plano de saúde

A maioria dos trabalhadores tem o Plano de Saúde conveniado da empresa na modalidade standart e estão satisfeitos com o atendimento. A utilização do Plano é na maioria das vezes para consultas por causa de gripe, dores de cabeça, dores de estômago, acidentes com ferimentos e fraturas. Muitos procuram o Plano para fazer exames preventivos, especificamente as mulheres, para realizar o exame colpo-citológico.

O descontentamento com o plano se encontra na demora do atendimento e na relação médico e paciente, pois o profissional não valoriza a queixa do paciente. Não foi mencionada a importância da avaliação da qualidade da assistência, mesmo nos relatos de negligência no tratamento. A integração com o serviço de saúde também não apareceu como importante na assistência integral à saúde.

“Eu não fiquei satisfeita com o oftalmologista, porque eu tenho uma pele no olho e ele disse que não é nada. Só recomendou um colírio. Acho que ele não

deu muita atenção para o meu problema” (Trabalhadora montadora, setor de composição e ressolda - T 301).

A política de adesão do empregado com benefícios como o convênio de Plano de Saúde se evidencia nos relatos dos casos:

“Eu voltei (para a empresa) porque aqui tem o convênio, para quem tem filho isso é muito importante, a gente vai, mas com criança, você está correndo no médico” (Trabalhadora do setor de bobinagem, T 304).

“Eu acho que muito bom eles atenderem os filhos, o marido da gente” (Trabalhadora do setor de preparação de cabos, T 259).

Apenas um dos entrevistados fez referência sobre pagamento do Plano e a existência do Sistema de Saúde público, o qual procura em casos de emergência.

“O plano de saúde ganha dinheiro às minhas custas. Muitas vezes vou direto aos SUS, no Hospital Pequeno Príncipe, e levo 10 minutos para ser atendido” (Trabalhador mecânico, setor de manutenção).

O Plano de Saúde é considerado uma benesse, gerando um sentimento de culpa na crítica sobre o atendimento, bem como, da reivindicação de um atendimento de qualidade. Um dos entrevistados criticou o Plano de Saúde, mas para não se expor com a empresa resolveu pagar conjuntamente mais um Plano de Saúde.

Serviço de Saúde da empresa

Os entrevistados apontaram as seguintes ações executadas pelo Serviço de Saúde: o programa de prevenção à osteoporose - a ação mais divulgada recentemente na empresa, o programa de vacinação - obrigatória a todos, o atendimento ambulatorial como as consultas médicas periódicas e eventuais, atendimento de enfermagem e odontológico, as palestras realizadas na SIPAT, o

programa de ginástica, a execução de exames ginecológicos preventivos, atendimento de primeiros socorros; a distribuição de medicamentos e o convênio com a farmácia. Os Programas de Esportes, Dependentes Químicos, Follow-up, Qualidade de Vida e de Saúde foram indicados somente uma vez.

É importante ressaltar o desconhecimento dos programas por parte dos trabalhadores entrevistados que se apresentou significativamente. O programa de ginástica laboral foi enfocado como importante pela maioria e somente uma trabalhadora, assinalou em direção da integração deste com a adequação das condições de trabalho.

“só que em nosso setor não tem, porque precisa de cadeiras, enquanto não vierem essas cadeiras, não podemos fazer (ginástica). Já faz um ano mais ou menos que tem este programa” (Trabalhadora do setor de bobinagem, T304).

A maioria dos entrevistados procura o serviço de saúde da empresa, quando não se sente bem. A preocupação de procurar o serviço foi evidenciada predominantemente na situação da impossibilidade de condições físicas para trabalhar, característica do medo da falta no trabalho.

O serviço odontológico é o mais procurado pelos trabalhadores, sendo muito elogiado em seu atendimento e pela facilidade de resolução dos problemas dentro da empresa. O mesmo acontece com o atendimento de enfermagem e os exames preventivos em ginecologia. Por outro lado, o serviço de saúde tem provocado uma preocupação com prevenção de alguns problemas de saúde, como a prevenção das Lesões por esforços repetitivos, programa de prevenção do alcoolismo e drogadição e de algumas doenças .

O exame periódico foi um dos motivos da procura ao serviço de saúde, pois na empresa os empregados são obrigados a realizar os exames periódicos devido à exigência legal. A exigência é percebida na frequência relatada para o atendimento do serviço, que é mais evidente no intervalo de um ano e de seis meses.

As queixas dos trabalhadores são várias sendo a dor de cabeça a mais presente dentro das queixas por dor. Muitas queixas são: a gastrite, as dores no

corpo, indicando o desgaste físico e mental dos trabalhadores. O relato dos trabalhadores se diferencia das informações dos diagnósticos médicos de maior incidência que são os respiratórios, seguidos dos gastroenterológicos e psicossomáticos.

A medicalização está presente nas respostas dos entrevistados, sendo um motivo importante para a procura do serviço.

Os benefícios da empresa proporcionam alívio do stress, mediante a resolução de problemas e aquisição de bens necessários. Verifica-se que esses benefícios revertem em gratidão para a empresa, como se ela fosse uma mãe, fortalecendo a resignação e o controle do trabalhador.

Percebe-se a discriminação dos que estão doentes, assim somente um dos entrevistados relatou a sua doença. Muitos trabalhadores têm medo de ser rotulado de fraco, culpado de produzir pouco junto à equipe de trabalho. Destaca-se a afirmação da procura significativa por medicamentos para a manter-se no trabalho.

Muitos trabalhadores também relataram a discriminação no atendimento do serviço de saúde, inclusive na abordagem dos problemas de saúde e na relação profissional de saúde e paciente, reflexo da hierarquia da empresa. Os trabalhadores do chão de fábrica usam jalecos, distribuídos em cores diferentes para identificar o setor e o sapato de segurança, já os da administração não têm essa exigência. O uniforme significa para os trabalhadores a representação da escala de valores hierárquicos da empresa, ou seja, a divisão do trabalho, dos que fazem e dos que concebem, quer dizer, planejam e administram. A característica do modelo de saúde do setor baseado nas evidências clínicas, concebida na divisão do trabalho, referenda a abordagem do processo saúde-doença como domínio somente dos especialistas e como um bem de consumo. Ao mesmo tempo, pressupõe a participação do trabalhador como mais um objeto de intervenção na somatória de fatores causais da doença. Portanto, o serviço de saúde da empresa também efetiva a mesma valoração hierárquica do capital. A relação do processo de trabalho e dos problemas de saúde e a visão do trabalhador protagonista do processo, passam à margem das teorias e práticas de saúde.

“Acho que existe discriminação entre o atendimento prestado aos funcionários da fábrica e os da administração, quando está com o guarda-pó é uma coisa, sem é outra coisa” (Trabalhadora química, laboratório, FQG).

Os trabalhadores apontam como relevante na assistência à saúde, a relação do médico com paciente, centralizando a insatisfação com um profissional que tem contrato terceirizado. No entanto, a existência de profissionais que estabelecem um vínculo com trabalhador, mediados com o tratamento da homeopatia e florais, reafirma a importância do serviço e a satisfação com o mesmo.

“Geralmente não venho, procuro quando estou com dor no braço, quando estou com gripe e dor de cabeça. Não gosto de vir, porque as pessoas comentam que o médico não dá muito atenção” (Trabalhadora montadora de placas, setor de composição e ressolda, T 301).

“Gosto do atendimento da enfermagem e da Dr. Rita, pelo vínculo que ela consegue estabelecer” (Trabalhadora química, laboratório, FQG).

A dificuldade de marcação de consultas, a demora de acesso ao atendimento da fisioterapia para as pessoas portadoras de LER, a restrição do acesso ao serviço de saúde pela falta de pessoas que possam substituir na ausência do trabalho, obstaculiza a demanda ao serviço. Quando o trabalhador é encaminhado a fazer consultas externas, este provoca um sentimento de rejeição do serviço de saúde. A racionalidade da empresa se constitui na dominação sutil dos trabalhadores com o paternalismo, manipulando assim os seus sentimentos e cristalizando a desinformação dos trabalhadores quanto aos seus direitos. Por outro lado, existe a repressão da ausência no trabalho, regras e normas de disciplina do trabalho para a utilização dos serviços. A empresa oferece benefícios dentro de um nível desejado, possibilitando a maximização da exploração do trabalhador.

“Para mim sempre foi bom, então não tenho problema. Só uma coisa é ruim, quando a gente chega aqui e não tem consulta” (Trabalhadora montadora de placas, setor de composição e ressolda, T 221).

A garantia da subvenção dos medicamentos, o acesso ao Plano de Saúde, a programas de saúde e de lazer, escola e cursos com a participação até de sua família fortalecem o sentimento da empresa como mãe. O envolvimento é integral transformando a vida do indivíduo e de sua família, utilizando a pedagogia da sedução e da manipulação, quer dizer; de alienação dos trabalhadores.

O desgaste físico e mental

O desgaste se apresenta tanto na alta produção como em baixa produção. Em alta produção existe muita pressão no cumprimento da produtividade, a tensão aumenta. A garantia do emprego se coloca na alta produção, bem como, as horas extras, que são a possibilidades de melhorar os salários. Já em baixa produção aumenta a ansiedade e o desânimo, pelo medo de perder o emprego. No entanto, para alguns não existe diferença. A procura para o serviço médico se acentua com a alta produção.

“A gente fica rezando que venha alguma coisa, para poder trabalhar [...] se ocupar em alguma coisa. Pegar uma vassourinha, limpar material, você tem que ir atrás, porque se você ficar parado ali, na mesa tomando um café, passa um diretor, você tá parado. Passa lá de volta e você tá parado lá de novo. ‘Ué, que vocês estão fazendo aqui?’(FIM)

As manifestações de desgaste se apresentam nos relatos de dores e problemas de saúde, devido aos movimentos repetitivos exercidos no trabalho. As mudanças ergonômicas ocorridas em certos postos de trabalho têm melhorado a condição de trabalho, mas os movimentos continuam de forma repetitiva. Muitos trabalhadores colocam a LER como um fenômeno coletivo de desgaste dos trabalhadores na empresa. O medo da doença se apresenta nos relatos dos doentes, referenciando a importância obsessiva de fazer ginástica no trabalho, a qual se estende até nos horários de lazer. Ocorre, no entanto, casos de trabalhadores que referenciam não ter problemas com o trabalho repetitivo, por sentirem-se bem na função que exercem. Estes sentem-se sempre **saudáveis** (grifo nosso), como se isso fosse uma virtude e a doença como um processo de culpa, de fraqueza do indivíduo.

O cansaço se constata no excesso de trabalho na mesma posição, como sentado ou em pé e muitas vezes fazendo um trabalho repetitivo. Uma das formas constatadas para controlar o cansaço é cessar o trabalho para tomar um café, ir ao Banco, ou mesmo ajudar o trabalho do colega, para relaxar o corpo e a mente um pouco.

O ritmo acelerado da produção, agitação e a tensão provocam a enxaqueca e o stress com o trabalho, pela preocupação com a qualidade do serviço e produtividade. O cansaço é percebido até no final de semana, quando os entrevistados têm a necessidade de descansar, de relaxar e dormir. O desânimo se manifesta como a falta de disposição para as atividades de lazer.

As horas extras significam a oportunidade de melhorar os rendimentos. Os trabalhadores ressaltam a reforma da casa, o carro e os estudos dos filhos devido às horas extras. A execução das horas extras se dá a partir da solicitação da empresa, porém não é obrigatório. Neste sentido, um dos entrevistados ressaltou que faz horas extras quando não tem atividade em casa e outro mediante a exigência da chefia, pois para ele essas provocam o desemprego. O setor de manutenção trabalha muito com esta possibilidade, porque é na parada da fábrica que podem fazer as mudanças e a manutenção nos equipamentos sem prejuízo da produção. Além, da irritação com o ruído das máquinas e equipamentos no trabalho, apontados como processos desgastantes.

A sobrecarga de trabalho leva no decorrer do tempo a problemas de estabilidade emocional. As mudanças no trabalho aceleram o volume de trabalho, o ritmo e o fluxo de informação, originando níveis excessivamente altos de stress, o **estresse high-tech**, segundo o Instituto Nacional de Segurança e Saúde Ocupacional dos EUA - *NIOSCH* e para a Organização Internacional do Trabalho – OIT o “stress tornou-se um dos problemas de saúde mais sérios do século XX”. O efeito da produção enxuta sob a gerência por estresse, tornando o trabalhador um executante das tarefas repetitivas e em ritmo acelerado, que requer alerta constante e atenção ao detalhe, em que o supervisor é um vigilante capataz computadorizado, compromete a saúde física e mental, ocorrendo o **burnout** (significa o apagar-se por falta de combustível; desgastar-se ou tornar-se inoperante como resultado de calor ou fricção; exaustão, principalmente como resultado de excesso de trabalho).

O trabalho suga as potencialidades para a realização como ser humano, evidenciado nos relatos do desgaste físico e mental. A imagem da empresa é de uma máquina que extraí todas as energias do trabalhador. A realização de viver com a família, livre do cansaço físico e da preocupação com o emprego, de estudar,

passar, viajar e a realização de planejar as suas atividades são retiradas do trabalhador pela exploração física e mental da empresa.

“[...] não tenho tempo, e quando tenho só quero sofá ou eu trabalho. Eu gostaria muito de entrar numa academia, mas no momento eu não posso financeiramente” (Trabalhadora montadora, setor de transmissão).

A perda da liberdade no trabalho e o sobretrabalho refletem na dignidade do ser humano, através do trabalho repetitivo, rotineiro e do cumprimento de metas exigida pela autoridade da chefia. A determinação das tarefas não permite planejamento, submetendo o empregado fisicamente e psiquicamente ao que foi prescrito para a sua função. Portanto, o controle do trabalhador despersonaliza-o e por consequência resalta o seu sentimento de rejeição do mesmo.

O trabalho com produtos químicos e poeiras, como tintas, colas, solda e produtos inflamáveis desperta também o medo de sofrer um acidente e doença do trabalho, pois a maioria dos entrevistados trabalha com produtos químicos. A solda é um dos produtos mais apontados como problema para a saúde, mas os trabalhadores não têm informação de que tipo de agravo que pode ocorrer. A referência da solda consiste predominantemente sobre o cheiro que é irritante ou na história de acidente de um colega. As mudanças no ambiente de trabalho, a climatização e o uso de ventilador produziram uma diminuição dos vapores, mas ainda continua essa situação.

A indicação de problemas respiratórios pela mudança da temperatura repercute como um problema na maioria dos trabalhadores, especialmente no período de frio. Um dos problemas de saúde do trabalhador decorrentes da transformação do trabalho evidenciados pelos institutos de segurança e saúde dos EUA, Japão e outros é a síndrome dos edifícios doentes, síndrome *indoor*.

A permanente luta com atitudes defensivas e de oposição à despersonalização como ser humano se exprimem na luta pela sua sobrevivência e de sua família, no sentido econômico, por meio da manutenção do emprego, na prevenção de acidentes do trabalho, para não sofrer lesões ou doenças e na luta de manter a personalidade com potencialidades físicas e psíquicas.

O medo de acidente se expressa nos relatos do trabalho em alturas, pois já houve um acidente com morte. A empresa comprou um equipamento para melhorar o trabalho, mas, na percepção dos trabalhadores, o risco de quedas continua. Outro risco é o trabalho com as empilhadeiras por seu caráter extremamente inseguro, tendo em vista, a intensidade do trabalho e os procedimentos adotados. Já os ferimentos e queimaduras mais comuns são com os equipamentos elétricos, estanhagem das bobinas, solda e ressolda provocando receio dos mesmos.

A divisão de tarefas da empresa torna o trabalho repetitivo e monótono, acrescido de um ambiente que não estimula. Muitos trabalhadores colocam que fazem há muitos anos a mesma atividade e sentem poucas perspectivas de ascensão na empresa.

A pressão de produzir o que foi estipulado, e ainda, sem defeitos, provoca ansiedade, intensificada por parte do trabalhador, com a rotina de verificação diária do caderno de anotação da produção e especificamente dos defeitos individuais e coletivos. O nervosismo relatado pelos entrevistados é no cumprimento das metas da empresa. A política de competitividade e de qualidade torna-se um processo de alerta, como também, de preocupação permanente com a *procura do trabalho perfeito* (.grifo nosso).

O horário de trabalho é rígido, mesmo com a implantação do banco de horas, o trabalhador tem um horário fixo, tornando a função que exerce desgastante.

A organização do trabalho se torna desgastante em relação à chefia e a divisão do trabalho e da falta de valorização do mesmo. O sentimento de medo se origina na autoridade, com o poder de decidir o destino do trabalhador em relação ao emprego, especificamente no período de baixa produtividade.

A sensação de injustiça foi constatada pela falta de reconhecimento do desempenho, por parte da chefia. A discriminação desta com os funcionários provoca ciúmes entre os mesmos, discussões e muita conversa. A relação é de poder, humilhando os trabalhadores, afetando a dignidade e a autonomia, não passando-lhes as informações. A raiva das agressões é reprimida em suas reações contra as chefias pelo medo de perder o emprego. Em outras situações a relação é do tipo familiar, de fidelidade da chefia, gerando no trabalhador sentimento de

culpa. Isto ocorre quando o empregado não desempenha conforme o estipulado pela metas da empresa, pelo acidente ou mesmo de gratidão aos benefícios da empresa.

A percepção dos supervisores sobre a sua responsabilidade centra-se no controle dos trabalhadores, para atingir a produtividade determinada no contexto da qualidade. A relação com os seus subordinados se apresenta de forma familiar, procurando escutar na tentativa de resolver os problemas, tanto profissionais como familiares. A exploração dos sentimentos se constitui nas formas de uma integração da equipe e de coleguismo, mas é incorporada para a maximização da produção e a garantia de submissão ao poder patronal.

A relação com os colegas da equipe irrita, quando há falta de colaboração para realizar o trabalho. Outro processo desencadeante do nervosismo, é quando se refaz o trabalho por documentação ou informação incorreta. A competitividade dos membros da equipe se caracteriza como um fator também de irritação, quando interferem nas atividades e quando são expostos os problemas individuais para a chefia, caracterizados como “fofoca” e falsidade das pessoas.

“Fofoca, quando se metem no meu trabalho” (Trabalhadora montadora, setor de composição e ressolda, T 225).

O uso do jaleco e do sapato de segurança modifica as relações entre os empregados, como símbolos de hierarquia dentro da empresa. Portanto, a discriminação dos trabalhadores do piso de fábrica com os da administração, independe do tipo e grau de formação e se tornou como um dos sentimentos desagradáveis dentro da empresa.

Outra problemática evidenciada nesta pesquisa é a desqualificação do trabalhador para assumir novas tarefas, pois produz-lhe certa “irritação” devido a responsabilidade de uma atividade nova. A submissão a determinação de novas tarefas é acompanhada de resistência à chefia.

Trabalhar em serviços sujos, com muita graxa e poeira provoca irritação para os trabalhadores. Um dos entrevistados relatou que o serviço desta empresa é mais limpo que a anterior; compara que sai limpo tanto quanto os engenheiros. No entanto, permanece o trabalho sujo, que para os trabalhadores representa a tarefa

de menor escalão. A discriminação aparece também no serviço desqualificado, o qual é menos reconhecido.

As sugestões dos funcionários não são levadas em consideração pela empresa. O programa de qualidade prevê o engajamento dos colaboradores com sugestões, porém somente aquelas que interessam à empresa. O empregado vivência o discurso de participação para a melhoria da produtividade, mas ao mesmo tempo, há o cerceamento da participação, confinando-o à realização das tarefas estabelecidas nos regulamentos da empresa.

O aprisionamento é vivenciado no que diz respeito à imobilização dentro da própria carreira. A estagnação profissional provoca revolta. O estímulo a escolarização tem provocado expectativas quanto à ascensão profissional, especialmente a possibilidade de transferência ao setor administrativo, que parece ser hierarquicamente o mais valorizado. A sensação do trabalhador é de uma máquina de produzir seguindo as exigências da empresa como um robô.

O ambiente é colocado também como desagradável para alguns trabalhadores quando referenciam os postos de trabalho em relação à disposição dos móveis, a densidade de equipamentos, a presença dos produtos na frente dos vidros que dão acesso aos corredores, à falta de organização de colegas de trabalho e à falta de música. A imagem é de viver num galpão, numa sensação de aprisionamento no seu aspecto físico e no controle do trabalho. O confinamento limita o empregado, por anos na mesma atividade e local. Portanto, as exigências disciplinares, interiorizam a repressão e a perda da liberdade, o que resulta em desânimo.

“Você sai prá fora e já é outro clima [...]preso num presído, não pode sair pra nada (no ambiente do trabalho). Quer dizer, tem a liberdade no mundo lá fora [...]. Parece que o ar aqui é mais carregado, você se cansa mais” (Trabalhadora montadora, setor de composição e ressolda, T 301).

Esta vivência de confinamento termina quando o trabalhador sai da empresa com o sentimento de alívio marcado pela pressão do trabalho e pelo desejo de distância com a empresa.

O empregado também sente-se aliviado, quando sai da empresa com a *imagem de missão cumprida* (grifo nosso), pois trabalhou segundo os interesses da empresa, proporcionando satisfação pela contrapartida desta em relação à segurança do emprego.

O sofrimento se acentua, quando diminui a segurança à medida que baixa a produção. Nestes períodos o clima entre os trabalhadores é de ansiedade. As circunstâncias mais marcantes são nos setores com pouco serviço. Além do mais, a empresa não deixa transparente a situação econômica da empresa para os trabalhadores. O discurso desta decorre do processo de privatização das empresas de telecomunicações, em que houve diminuição de solicitação de equipamentos. Neste momento, levantam-se expectativas de um futuro incerto para os trabalhadores, já que o aumento do desemprego no país e a situação da empresa determinam ansiedade.

Os supervisores dos setores sentem-se pressionados com o problema da baixa produção, pois têm a responsabilidade de dispensa dos trabalhadores. O julgamento para a demissão se baseia principalmente na disciplina do trabalhador em cumprir as tarefas e as regras da empresa, o tempo de trabalho e a situação familiar (a sobrevivência da família). O trabalhador considera a punição e a ameaça de desemprego como infidelidade da chefia.

A hegemonia e o prazer

O trabalho é fonte de prazer e é nele que o ser humano coloca todas as suas habilidades transformando a natureza.

O reconhecimento da chefia e dos colegas de trabalho com elogios valorizando o trabalho do indivíduo têm um efeito positivo. Pois, a valorização do produto do trabalho identifica o trabalhador, enaltecendo-o como um ser humano criador e de pontecialidades físicas e psíquicas. Então, o relacionamento entre as pessoas, o trabalho coletivo de socialização das responsabilidades, torna o ambiente mais agradável. As ligações das pessoas se fundamentam na responsabilidade ao exercer o trabalho e respeito ao contrato social.

A coesão dos membros das equipes se caracteriza na empresa num ambiente familiar, pois esta é marcada com pequenos grupos com uma certa fidelidade e apego entre os integrantes. Consideram-se como uma família, na qual se estabelece relações que são estáveis e seguras, pois há incentivo neste sentido, mediante a participação do empregado e de seus familiares nas atividades de lazer. A dominação do trabalhador vai além da atividade laboral, caracterizada nas relações com os colegas de trabalho, com as chefias, na relação da empresa com a família, no estilo do paternalismo, da obediência, da autoridade, da relação fiel e comprometida com os colegas de trabalho. A opressão e a injustiça presente no trabalho acaba sendo camuflada nos sentimentos familiares.

A relação de dominação do trabalhador se intensifica quando aprofunda a dependência do ser humano na hierarquização do trabalho, no cumprimento das atividades estipuladas pela chefia, bem como, na repetição das atividades, despersonalizando o trabalhador.

A realização da tarefa bem feita, sem erros, tornou-se prazeroso como um estímulo para o trabalho. Incutiu-se a culpa do erro relativo ao ser humano. O engajamento do trabalhador se produz com a gratificação financeira e os prêmios por sugestões que venham de encontro com a melhoria da produtividade. O Programa de Qualidade tem reforçado a produtividade com qualidade, da produção sem erros, disciplinando o trabalhador.

“o que me dá prazer é ser bem avaliada, receber gratificação”(Trabalhadora de cortes, preparação de cabos, T 259)

A maioria dos trabalhadores se sentem bem e tranquilos, quando saem da empresa, caracterizando a tarefa como cumprida,. no entanto, o sentimento de bem estar e de culpa são concomitantes, quando se coloca para o indivíduo a responsabilidade do trabalho.

A maioria dos trabalhadores participam dos programas de lazer da empresa, como também, organizam campeonatos e outras atividades oferecidos por esta. A falta de tempo e o não gostar são motivos da não participação nos programas de lazer.

Existe um grupo de trabalhadores considerado seletos, que se reúne mensalmente. Para integrar-se a este grupo existem alguns critérios que são subjetivos, mas são os exigidos. As exigências são o do bom trabalhador, aquele que se sujeita à dominação da empresa. Os membros são alguns diretores, chefes de serviços, trabalhadores do chão de fábrica como do setor administrativo, todos homens. A regra para participar do grupo é o convite de um dos membros. Os participantes sentem prazer de integrar-se no grupo, pois em sua percepção não há hierarquia da empresa em suas atividades no grupo, dando a sensação de igualdade de direitos e valorização do ser humano. A participação se apresenta no homem viril e macho, que se considera virtuoso em relação aos riscos e a intensidade do trabalho. A restrição da participação das mulheres e de suas famílias representa a significação social da dominação masculina.

Os benefícios que a empresa oferece ao empregado é considerado como um dos motivos de prazer. A imagem é da empresa familiar e maternal, atendendo as necessidades de sobrevivência e as sociais. A idealização da provedora se contradiz com o desgaste do trabalhador; mesmo assim, aparece com imagem de empresa muito boa.

3.2.3 Luta contra-hegemônica e adesão do trabalhador

O medo de sofrer uma doença e acidente do trabalho é representado pela negação da maioria dos riscos do trabalho. A preocupação dos empregados com as lesões por esforços repetitivos não é evidenciada pelos trabalhadores que ainda não têm sintomas da doença. Os esforços da empresa com o programa de ginástica e de fisioterapia, organização de atividades esportivas e culturais enfatizam constantemente o trabalhador da responsabilidade sobre a LER. A repressão do medo do acidente e da doença do trabalho se centraliza no relato de ser saudável e da imagem do autocontrole emocional.

“O pessoal está mais consciente da doença dos movimentos repetitivos. Tinha problemas, mas guardava e segurava para não falar com o chefe” (Trabalhadora montadora, setor de composição e ressolda, T301).

“Se apegar aos problemas demais. Se eu tenho um problema, eu não vou trazer ele prá cá, ou se trago, fica só prá mim” (Trabalhadora montadora, setor de transmissão, T224).

O medo da punição e do desemprego desencadeia o processo de negação dos riscos do trabalho, sujeitando o trabalhador as condições oferecidas.

“Toca o telefone. Todo mundo fica... Será que é o homem chamando? Normalmente chamam um. O cara volta de cabeça baixa. Você fica só esperando a sua vez” (Trabalhador eletricitista, setor de manutenção, T173).

O trabalho monótono e repetitivo é quebrado pelas brincadeiras e o coleguismo dos funcionários como um processo de defesa contra o tédio, a tristeza e o cansaço.

As maneiras de quebrar a tensão com as brincadeiras, as conversas com os colegas são caracterizadas como um ambiente familiar. A empresa inclusive fortalece as práticas coletivas para agrupar os trabalhadores. Utilizam-se atividades de lazer e esportes com os trabalhadores e, às vezes, com seus familiares, institucionalizando-se as formas de relaxamento físico e mental dos trabalhadores. Consiste no lazer mais econômico para o trabalhador, dentro dos limites do orçamento financeiro familiar.

Eu tenho muito prazer da amizade, ser companheira dos colegas de todos, no trabalho não ter inimizade dá prazer” (Trabalhadora estanhadora, setor de bobinagem, T 304).

Faz parte do grupo de veteranos, que promove baile de chop, churrascada e peixadas (“aquela cervejinha, aquele bate-papo é gostoso”)(Trabalhador eletricitista, setor de manutenção, FIM).

A maioria dos entrevistados gosta do trabalho, especificamente por fornecer a alimentação, o plano de saúde, o serviço médico, bem como, outras benesses. O programa de qualidade incentiva o envolvimento dos funcionários com o aumento da produtividade da mesma, denominando o trabalhador como colaborador, em todos os escritos e pelas chefias.

Os trabalhadores sentem orgulho da empresa pela sua organização, tecnologia e relevância nacional comparando com o emprego anterior. O sentimento é de identificação do empregado com a empresa pela participação na produtividade, percebido pela obrigação de fazer horas extras em momentos de alta produção e de desânimo, quando sente que tem pouco trabalho.

A instalação de uma praça dentro da área de produção para as pausas dos trabalhadores para tomar café, conversar e fazer brincadeiras para descontrair são formas de enfrentamento contra o desgaste do trabalho.

“Acho que uma boa alimentação, exercício para relaxar, poder descansar de vez em quando, acho que é o essencial para ter saúde” (Trabalhadora estanhadora, setor de bobinagem, T 304)

A idealização da realidade pelo empregado passa pelo suporte da religião em conjunto com os conhecimentos aprendidos na vivência do trabalho, para justificar a responsabilidade do indivíduo sobre seu corpo e mente, frente ao sofrimento. A exploração da empresa introduz e reifica os valores individuais e morais aos trabalhadores, os quais são buscados por esses como um mecanismo de defesa.

“Mente sadia, ter fé em Deus, boa alimentação. Você tem um problema lá fora e você traz para dentro da empresa, a sua cabeça vai ficando tão cheia de tanta coisa, que não sabe nem ajudar alguém. Ter fé em Deus, no coração,

boa alimentação, saber se alimentar sem exagero, para mim saúde é física e mental” (Trabalhadora montadora, setor de composição e ressolda, T 301).

O controle instituído pelo banco de horas desempenha uma defesa para o cansaço e a exaustão do trabalho. Existe a possibilidade de planejar as atividades de consumo e de descanso, aumentando uma noite de sono ou mesmo um final de semana. A importância de algumas horas de descanso, mesmo com a responsabilidade do trabalho intenso em outro momento, se caracteriza como uma defesa contra o cansaço.

O disciplinamento se faz com a repressão dos sentimentos de raiva, da irritação, do que não gosta e em relação ao medo. Os trabalhadores evidenciaram a irritação com as chefias e com os colegas, em relação à tensão da produção, mas são auto-reprimidos.

A defesa contra a repressão, ansiedade e a pressão do trabalho pode ser evidenciada pela via do alcoolismo. O uso de bebidas alcoólicas foi um dos problemas levantados pelos entrevistados, juntamente com o medo de revelar a doença à empresa pela ameaça da demissão.

“Houve um caso de alcoolismo, mas o funcionário foi demitido” (Trabalhador do setor de comunicações particulares, FCP).

“ [...] as pessoas têm medo de se abrir e achar que algo vai se virar contra elas. Às vezes as SIPATs tratam o alcoolismo, mas cada caso precisaria de uma ajuda particular. A assistente social poderia talvez fazer algo, mas as pessoas têm medo de se expor” (Trabalhador do setor de composição e ressolda, F 253).

“Tem um rapaz que disse que parou de beber, o chefe deu uma chacoalhada nele e disse que se viesse mais uma vez bêbado seria mandado embora sem direito a nada” (Trabalhador do setor de composição e ressolda, F 253).

Outro problema observado foi a rejeição do uso dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. A negação do risco do trabalho é caracterizada na dificuldade do desempenho correto do trabalho com os equipamentos. Por outro lado, a repressão para o aumento da produtividade e o desconforto dos EPIs fortalecem o mecanismo de negação como uma estratégia de defesa do sofrimento mental.

“Tem alguns problemas de segurança. Isso sempre tem. Atualmente eu estou preocupado [...] vai acontecer um acidente com a empilhadeira [...].o pessoal não tem mais aquele medo de empilhadeira como antigamente [...] hoje o pessoal fica muito perto. Uma menina foi me ajudar, colocou o pé embaixo da empilhadeira, embaixo da roda. Eu não vi. Acelerei. A empilhadeira subiu no pé dela e voltou. [...]a manutenção das empilhadeiras não é boa”(Trabalhador do setor do almoxarifado, CFD, T 860).

“Não é que eu ache feio. Eu não gosto mesmo. Eu coloco e me dá hum... Tenho que tirar aquela coisa. Me irrita. Parece que atrapalha.” (Trabalhadora montadora, setor de composição e ressolda, SB 221)

“Tenho que usar óculos, só que eu não consigo usar óculos” (Trabalhador serralheiro, setor de manutenção, T 172)

A ausência dos equipamentos de proteção na empresa é apresentada como um dos problemas de segurança do trabalho, inclusive fortalece a negação do risco deste. No entanto, não houve referência do direito a reivindicação dos equipamentos de proteção individual e coletiva, nem da responsabilidade da empresa em fornecê-los. Contraditoriamente, existe a preocupação desta com a proteção do maquinário, exigindo do funcionário o uso de botas ou calcanheira por causa do campo magnético e de luvas especiais para manusear certos equipamentos.

“A empresa fornecia os equipamentos de proteção. Agora não tem mais (com referência ao óculos). A alicate de corte de terminais agora é mais segura.

Deveria usar máscara para defesa contra os gases, mas não é fornecida” (Trabalhador operador de máquinas, setor de serigrafia, FT 260)

“Tem exaustor para a máquina auto-park, luva de elanka, mas a luva de elanka é mais para proteger as peças” (Trabalhador operador de máquinas, setor de embalagem, T 260)

A resistência coletiva organizada mais conhecida pelos entrevistados é a CIPA, por seu caráter de proteção da saúde, especificamente na prevenção de acidentes do trabalho e o desenvolvimento de palestras de conscientização dos trabalhadores, organizada por esta durante a SIPAT. A CIPA é considerada como uma organização da empresa que tem por obrigação, sem a citação legal, de vigiar os funcionários quanto a sua responsabilidade individual de prevenção de acidentes e a empresa para controlar as situações de riscos existentes. A atuação da CIPA é uma forma de resistência às condições de trabalho, mas de uma forma bem limitada por sua organização e concepção na legislação. O espaço de discussão dos acidentes são usados como uma garantia da preocupação da empresa em relação a saúde e segurança dos trabalhadores. Além disso, existe uma sensação aparente de intervenção dos cipeiros nos condicionantes do desgaste dos mesmos, neste sentido, a empresa transfere para estes a responsabilidade da segurança do trabalho. E, os trabalhadores se sentem protegidos em relação aos riscos do trabalho com atuação dos cipeiros. A ideologia da empresa é de aumentar a adesão do trabalhador aos seus interesses, no limite das condições de trabalho existentes e da falsa aparência de participação dos trabalhadores. Por outro lado, a CIPA pode provocar o esclarecimento da articulação do processo de trabalho e saúde, mas no momento têm atuado na aparência do fenômeno saúde-doença-trabalho.

O serviço de segurança é desconhecido pelos trabalhadores, que colocam toda a responsabilidade do ambiente e do maquinário de trabalho sobre os cipeiros, mas não é função legal deles.

“[...] pois eles interferiram na organização do ambiente, se eu estivesse errado em alguma coisa, eles teriam me punido. Mas não, eles fizeram uma corretiva do problema” (Trabalhador do setor de comutação, FC).

“[...] porque tem o pessoal da CIPA, que está ali na área, direto” (Trabalhador eletricitista, setor de manutenção, T 173).

“A gente vê o pessoal da CIPA [...]. tá sempre verificando, de vez em quando eles chegam no setor e perguntam: o que você está achando aí? Precisa melhorar alguma coisa prá vocês? Sabe, o pessoal é direitinho [...] talvez mudar um tipo de ferramenta, equipamento, ou um óculos diferente [...] se bem que eu gostava do outro (óculos)” (Trabalhador do setor de acesso, FAP).

“Ela faz a prevenção do acidente. Se você tiver algum problema, você leva prá eles e eles tentam resolver da melhor maneira possível” (Trabalhador do setor de composição e ressolda, FT).

3.2.4 A alienação pela hegemonia do capital

A dominação do trabalhador passa pelo uso da desinformação afim de garantir o controle do trabalhador. Muitas vezes, a informação é confusa, para justamente dificultar a sistematização do conhecimento do trabalho em sua totalidade. A transformação do trabalho desgastante é determinada pelas condições concretas. Assim sendo, a informação enfoca as medidas de prevenção apenas sobre o indivíduo, omitindo as condições da exploração do trabalho; não permite o desenvolvimento do homem onilateral no trabalho.

As informações dos riscos do trabalho são repassadas na forma de palestras com profissionais convidados, vídeos e outras apresentações organizados pela CIPA com apoio do Serviço de Saúde durante a SIPAT. O programa educativo centra-se

em problemas evidenciados pela administração da empresa, serviço de saúde e da CIPA.

A concepção da empresa sobre os riscos preconiza a prevenção como responsabilidade do empregado, do sujeito no acidente e da doença no trabalho. O ambiente de trabalho se expressa de forma saudável, não esclarecendo o processo de alcance desta idealização. A certificação com a ISO 9001 e o prêmio de qualidade, constróem a imagem de empresa que produz produtos de qualidade, com responsabilidade perante os trabalhadores e estes com a empresa.

A normatização internacional de certificação em relação à saúde e segurança se encontra na norma BS 8800, e na ISO 14000, a qual a empresa pretende certificar-se. A norma BS 8800 concebe o risco como inerente do trabalho. Isso quer dizer que aceita o risco, e a empresa deve estabelecer normas que seriam medidas para a sua prevenção. O conceito de risco de acidente de trabalho pressupõe inúmeros fatores de riscos que podem ser medidos, segundo a legislação vigente. A empresa tem que se adequar com o que está na lei. A responsabilidade é dos trabalhadores, do chão de fábrica, dos gerentes, enfim de toda a empresa. Já a adesão às normas está relacionada à política da empresa.

“[...] mas um colega cortou o dedo no estilete (corte profundo) [...] estava com o corte ruim. Aconteceu, porque ele não prestou atenção, fez o negócio rápido” (Trabalhador mecânico, setor de manutenção T 173).

A omissão das informações sobre os riscos do local de trabalho é evidenciado pela maioria dos trabalhadores. A falta de orientação para utilização dos produtos químicos dá a falsa sensação de segurança no trabalho. A percepção é do local de trabalho organizado, com poucos relatos da relação da organização do trabalho e a intensificação do trabalho. Por outro lado, a grande maioria que trabalha com solda relatou como um produto irritante, que pode causar danos à saúde. A informação a respeito dos produtos químicos se centraliza na utilização à produção e como manuseá-los corretamente para não sofrer acidente, como por exemplo: ligar o ventilador quando soldar.

As informações das medidas de prevenção são a respeito da proteção individual e da responsabilidade do indivíduo. As medidas implantadas na empresa como o uso do ventilador para soldar é percebido como relativamente seguro, pois este não aspira a fumaça e não há informação clara sobre a sua função no espaço da produção. As informações sobre a utilização dos produtos químicos e equipamentos são apresentados no treinamento, se restringindo aos dados dos fornecedores dos equipamentos e produtos.

A preocupação com os produtos químicos se relacionam a partir da sua utilização. O interessante é o relato de um trabalhador, do setor de testagem de qualidade, sobre o manuseio de um produto que a empresa fornecedora não expõe quais são as substâncias e os riscos que o produto contém. A omissão de informação não é somente da empresa, como também, das empresas fornecedoras e de prestação de serviços. A falta de conhecimento da legislação quanto à obrigatoriedade destas informações, dá a sensação de medo e concomitante reforça a negação dos riscos.

O funcionamento da CIPA é importante para a maioria dos entrevistados, mas o conhecimento de sua atuação é exígua, pois a participação dos trabalhadores tornaria a comissão mais atuante pelo seu apoio e com uma intervenção mais próxima da realidade do processo de produção.

O acidente de trabalho é explicado como uma falha humano, de responsabilidade do trabalhador. O indivíduo é responsável pelos acidentes e doenças do trabalho, portanto, o respeito às normas de prevenção é obrigação do empregado, da chefia e dos cipeiros que devem supervisionar o cumprimento destas, como o uso dos EPIs, sancionando o trabalhador se for o caso.

A responsabilidade da empresa não se evidencia nos relatos dos entrevistados, mesmo quando se exprimem sobre o ambiente inseguro. A percepção de que o ambiente inseguro é a condição de trabalho que existe, como se fosse natural, revela um sentimento de fatalidade, o destino predispõe em trabalhar nestas condições.

O trabalho em alturas, com empilhadeira, cortes com equipamentos provocam a construção da crença da inevitabilidade do acidente de trabalho. A desinformação fortalece o apoio da visão da fatalidade das ocorrências de acidentes e doenças do

trabalho, explicada pelo destino. Muitos trabalhadores referenciam forças superiores sobre a definição da possibilidade dos acidentes e doenças.

A crença em forças superiores leva-o a conceber os Equipamentos de Proteção Individual - EPI e os Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC, como supérfluos pela existência de proteção divina.

A falta de conhecimento concreto dos riscos do trabalho e do desgaste acentuam a acomodação do trabalhador na proteção divina, dificultando o uso dos EPIs e EPCs, bem como, a sua reivindicação.

A omissão das informações fortalece a crença da fatalidade, que é explorada pela empresa submetendo os trabalhadores às condições precárias de trabalho.

A falta de espaço para o trabalho e a falta de ventilação foram consideradas como questões importantes a respeito da segurança do ambiente de trabalho. Mas, as informações para a resolução destes problemas não foram relatadas pelos trabalhadores.

Em relação às informações sobre os riscos do trabalho, estas foram repassadas pela chefia, quando os trabalhadores foram admitidos na empresa, no entanto, os mesmos durante a entrevista, apontaram que não receberam informações. Somente uma minoria relatou ter recebido informações através das orientações dos profissionais e da CIPA. A vivência fora da empresa, em cursos e na escola, auxilia no conhecimento dos riscos do trabalho, na visão de dois empregados. A informação sobre os riscos é de responsabilidade da autoridade de cada setor, para o bom andamento do trabalho, com o interesse de aderir e reprimir o trabalhador. As informações são repassadas pelo critério da sedução do trabalhador para a sua adesão ao trabalho explorado.

Contraditoriamente à idéia de engajamento do trabalhador, a política de saúde, as sugestões dos trabalhadores para beneficiar o trabalho e a prevenção de acidentes não são levadas em consideração pela empresa. Mudanças poderiam ser feitas, mas não há mobilização das chefias e consequentemente frustra as iniciativas dos empregados, os quais não recebem explicação do porquê da negação de tais modificações. Esse tipo de relação, distancia mais ainda o envolvimento do trabalhador na prevenção dos acidentes do trabalho.

As informações sobre os direitos legais são muito confusas. A atuação da CIPA dentro da empresa é conhecida pela maioria dos entrevistados, mas pouco se conhece sobre a sua atuação dentro da empresa a não ser a SIPAT. Por outro lado, as atividades dos cipeiros contribuem para a segurança do trabalho. A CIPA está vinculada à imagem de autoridade sobre os demais trabalhadores, que chama atenção do mesmo em situação adversa, estabelecida pela empresa.

A falta da comunicação dos acidentes e das doenças do trabalho pelo serviço de saúde prejudica a reivindicação dos direitos legais dos trabalhadores. Do mesmo modo, prejudica o desenvolvimento da formação da consciência destes para os problemas reais do processo de trabalho. A omissão das informações acontece quando não notifica os pequenos acidentes, que não inviabilizam a continuidade das atividades do empregado. Durante o período de pesquisa foi observado alguns casos de omissão de acidentes e doenças do trabalho, de afastamento temporário, mesmo aqueles previstos em lei; com danos à saúde do trabalhador.

O levantamento epidemiológico do Setor de Saúde centraliza-se no diagnóstico clínico do indivíduo. O modelo biomédico adotado pela empresa dificulta o estabelecimento do nexo de causa dos acidentes e doenças do trabalho até mesmo para os profissionais da própria área de saúde e segurança, intensificando o desconhecimento dos trabalhadores sobre a determinação do processo saúde-doença. A indicação dos acidentes de trabalho a partir dos relatos de corte de membros, acidentes de trajeto, queimaduras, contusões musculares e cabelo preso no ventilador para exaustão na solda, evidencia o modelo biomédico baseado na legislação vigente, adotado pela empresa.

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional estabelece que em caso de acidente de trabalho deve ser preenchida a Ficha de Análise de Acidente de Trabalho da CIPA (guia EQT-F-571), com os dados referentes ao Serviço Médico e encaminhada ao Setor de Relações Industriais de Curitiba. Cabendo ao médico encaminhar à perícia da Previdência Social o caso para estabelecimento de nexo causal, a avaliação da incapacidade para o trabalho e definição da conduta previdenciária em relação ao trabalho. A orientação é de responsabilidade também do médico, concomitantemente da necessidade de adoção de medidas de controle no ambiente de trabalho. A análise do acidente será realizada na CIPA para

indicação de medidas de prevenção e controle de outros acidentes. A decisão do encaminhamento da Comunicação do Acidente de Trabalho - CAT é de responsabilidade do setor de recursos humanos da empresa RIC.

A comunicação dos acidentes com afastamento inferior a 15 dias dependerá da avaliação do médico e depois do setor de recursos humanos. O encaminhamento e a comunicação dos acidentes para a previdência, na realidade, ocorre, quando o afastamento é maior que este período, pelo fato, de que a previdência social assume o salário e a reabilitação do acidentado, sem ônus para empresa.

Os afastamentos por doenças são encaminhados ao serviço de saúde por meio do RIC, mas no momento não estão sendo encaminhados, dificultando a análise integral dos problemas de saúde dos empregados.

A dependência da comunicação no setor de recursos humanos dos acidentes de trabalho restringe o enfrentamento do desgaste do trabalho dominado por parte dos trabalhadores da empresa e, por sua vez, a atuação do sindicato.

A admissão dos riscos do trabalho pela empresa implica em aceitar o pagamento da insalubridade, segundo a legislação atual. O PCMSO da empresa aponta duas alternativas à diretoria com as vantagens e as desvantagens em admitir os riscos, assim passa-se a imagem da pseudo-neutralidade dos técnicos do serviço de saúde.

A empresa passa por um momento de estudo dos riscos apontados no Mapa de Risco e do PPRA. Desse modo, mesmo com a participação da CIPA na elaboração do Mapa de Risco, cabe a empresa a decisão de admitir os riscos e suas conseqüências. A falta de informação, neste processo, retira do trabalhador até a ação mais paternalista e capitalista de aceitar o risco por meio de um acréscimo salarial simbólico, previsto em lei.

Os trabalhadores não citaram o conhecimento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e do Programa Médico de Saúde Ocupacional que estabelecem os riscos e as medidas de prevenção previstas na empresa. As medidas de prevenção das doenças e acidentes do trabalho apresentadas são desconhecidas inclusive pelos supervisores. Estes têm a incumbência de orientar os seus subordinados, como por exemplo, o caso do auxiliar de produção com atividades que se constituem em movimentos repetitivos dos membros inferiores; e que deve-

se evitar as horas extras. No entanto, as orientações dos programas estão previstas no PCMSO durante o exame médico periódico. O programa se torna uma idealização do processo de produção da empresa, somente para a normatização do serviço em respeito às exigências legais e das certificações do mercado.

A iluminação da empresa é adequada para a maioria dos trabalhadores, mesmo tendo vários relatos do uso de óculos para a correção de problemas visuais. Nota-se a necessidade de lâmpadas nas bancadas e a reflexão da luz na solda, que atrapalham, a visualização dos diodos.

O uso de equipamentos elétricos está presente na maioria das atividades da empresa, mas os relatos não estabelecem relação com acidentes de trabalho, pois muitos dos acidentes não são caracterizados como acidente de trabalho. *epi sapatos desconfortáveis*

O uso dos equipamentos de segurança é de responsabilidade do trabalhador e supervisionado pelos cipeiros quando fazem visitas aos locais de trabalho. O sapato de segurança é obrigatório, por causa do campo magnético, pois podem afetar os equipamentos da empresa. Os trabalhadores colocam que os sapatos são desconfortáveis, mas usam pela obrigatoriedade. Os óculos são considerados como desconfortáveis e feios justificando-se o não uso. A máscara não é usada porque não resolve o problema. A informação da prevenção do risco e a prevenção com o equipamento de segurança não foi relatado pelos trabalhadores, gerando várias considerações quanto ao seu uso. Desta forma, cabe a responsabilidade da execução das medidas de prevenção ao trabalhador, mesmo no caso da definição de fazer horas extras e de equipamentos de proteção coletiva, que não dependem dele.

As medidas de prevenção das LER relacionadas ao trabalho, que são mais citadas no PCMSO são as do rodízio, porém os trabalhadores relacionaram em sua maioria que este não existe. A execução de atividades variadas, durante a jornada de trabalho caracterizada na citação de rodízio, compreende atividades que utilizam os mesmos esforços para serem realizadas. As pausas determinadas a cada hora-trabalho, se traduzem num relaxamento da rigidez na vigilância das paradas por parte da chefia, ou seja, a permissão das saídas dentro da empresa para descansar.

Portanto, as paradas obrigatórias por lei, previstas no PCMSO são encaradas como um ato paternalista da chefia.

No que se refere às informações dos problemas de organização do trabalho advém da chefia que obstaculiza o conhecimento dos direitos e deveres estabelecidos pela lei e, mais ainda, a sua reivindicação.

Verificou-se que os programas mais conhecidos da empresa são as palestras da SIPAT e o treinamento de combate contra incêndio. Por outro lado, o desconhecimento dos programas foi significativo, demonstrando a pouca incorporação do programa de educação em saúde da empresa. Constata-se que os espaços para capacitar os trabalhadores restringe-se ao estabelecido pela lei. A capacitação do trabalhador se constitui em transmissão de informações nas palestras organizadas pela CIPA e Serviço de Saúde, mas o trabalhador não participa do planejamento e execução e sua presença nas palestras dependerá do seu interesse.

“Que eles programem palestras mais acessíveis para que as pessoas possam se informar sobre as inovações da saúde” (Trabalhadora montadora, setor de composição e ressolda, T 301).

“Se interessem em dar mais palestras interessantes para gente e não só quando a CIPA está aqui” (Trabalhadora que corta cabos, setor de preparação de cabos, T259).

Os trabalhadores colocam que para garantir uma vida saudável é necessário ter uma boa higiene pessoal, boa alimentação, esporte, uso do equipamento de segurança, a prevenção da AIDS e outros. Estas informações foram obtidas nas práticas do cotidiano, na família e mediante as informações nos meios de comunicação. O uso do equipamento de segurança da empresa foi relato por apenas um trabalhador. O programa de educação reforça a idéia da vida saudável como responsabilidade do indivíduo, da causalidade da doença por fatores do ambiente e em relação a natureza do ser humano. Por outro lado, existe a

preocupação da empresa quanto a higiene do trabalhador, a sua apresentação estética.

A alimentação é considerada como causadora de doenças sem relação ao desgaste do trabalho. Por outro lado, a alimentação fornecida pela empresa é tida como saudável e adequada, com poucos relatos de problemas com a higiene da alimentação. Como o tempo para as refeições é curto, a existência do refeitório facilita a vida dos trabalhadores.

Os esportes e as caminhadas são preocupações dos trabalhadores para a prevenção dos problemas de saúde, mas não são percebidos como a reposição da força de trabalho no lazer.

“é difícil, as vezes eu estou torta, relaxar é meio difícil, ficar retinha eu não fico. Você ali parece um robozinho, eu saio as vezes para dar uma andandinha” (Trabalhadora do setor de transmissão, FAP, T301).

O programa mais citado foi a ginástica laboral. No PCMSO é previsto a ginástica laboral compensatória para algumas atividades de riscos de problemas osteomusculares. Os trabalhadores consideram a ginástica como uma ação que relaxa os nervos, os músculos e a cabeça. A maioria dos trabalhadores participa e relata que “que faz bem a saúde”. Observa-se que apenas dois entrevistados não percebem a diferença em seu estado de saúde por sentirem dor no braço. O Programa de Ginástica foi implantado somente em alguns setores, no entanto, a maior parte dos entrevistados não relata o porquê de não ter sido implantado em seu setor. Existe uma contradição no que é colocado nos programas e o que é implementado na empresa.

O PCMSO normatiza que o acesso às informações dos procedimentos e condutas dos programas deverão ser divulgados no Quadro do Ambulatório Médico. A participação nestes programas é definido pelo médico da empresa, subsidiado pelo levantamento dos diagnósticos clínicos, mas não há referência de discussão com a CIPA e trabalhadores. As medidas programáticas prevêm ao profissional a orientação à empresa da necessidade de adoção de medidas de controle no ambiente de trabalho. Dessa forma, restringe a participação dos profissionais

envolvidos com a saúde, segurança, CIPA e trabalhadores. É estabelecido, portanto, o caminho da visão teórico-prática dos especialistas, empobrecendo a abordagem concreta dos problemas de saúde. A ausência da participação do trabalhador dificulta o enfrentamento dos problemas, mesmo aqueles evidenciados no diagnóstico médico.

As doenças determinadas pelo trabalho para os empregados foram, em sua maioria, as Lesões por Esforços Repetitivos, dores lombares, úlcera de estômago, varizes, alergia, problema visual e perda da audição. Os entrevistados afirmaram conhecer porque adoeceram por estas doenças. A vivência da doença possibilitou o estabelecimento e a relação desta com o processo de trabalho.

A posição, postura e movimentos que trazem problemas de saúde para os trabalhadores foram em relação aos movimentos repetitivos com os braços, provocando dores no ombro e braço. A permanência na mesma posição provoca varizes, dores nas pernas, no pescoço e dores lombares. O PCMSO (1997, p. 22) da empresa referencia a importância de educar o trabalhador para “manter a postura correta e evitar vícios posturais, portanto deve-se estimular a ginástica laboral de compensação e evitar freqüentes horas-extras”. O protagonista dos problemas osteomusculares é o trabalhador quando relaciona os vícios posturais para exercer certa atividade. Mas, contraditoriamente, não é questionada a postura, a posição, os movimentos para manter a produtividade da empresa.

Verificando o Mapa de Risco elaborado pela CIPA, os riscos ergonômicos foram os problemas mais evidenciados pelos trabalhadores. No entanto, existe desinformação das doenças determinados pelo trabalho, pois o conhecimento é confuso e limitado.

As medidas de segurança adotadas na vida pessoal são os cuidados com o trânsito, evidenciando a preocupação abordada nas palestras da SIPAT e na mudança da legislação brasileira do trânsito. O cuidado com as crianças e a casa se demonstra principalmente por parte das mulheres. A imagem do trabalhador considerado equilibrado, pela empresa, ou seja, disciplinado, se expressa na fala de um caso:

“Não fazer nada correndo. Só sair de casa quando o ônibus estiver vindo”(Técnico em eletrônica, setor de comutação, FCP).

As condições de trabalho na empresa obstaculizam a execução de procedimentos de prevenção. A maioria dos trabalhadores não receberam orientação para tomar banho antes de sair da empresa e aqueles que foram orientados colocaram que as condições são ruins. No que se refere às condições de prevenção de acidentes do trabalho, a precariedade favorece o descrédito nas informações, reforçando o caráter idealista e inatingível, sendo oneroso para a empresa.

A ameaça de desemprego submete o trabalhador à superexploração, intensificando a produção em condições precárias de trabalho. As informações de dispensa são transmitidas em forma de boatos e confusas, configurando-se num problema de difícil entendimento pela maioria dos trabalhadores.

O autoritarismo das chefias a respeito do ritmo e qualidade da produção provoca o stress e a sujeição do trabalhador, face as condições de trabalho que lhe são dadas. A ameaça do desemprego, derivando em sanção ao não respeito aos regulamentos e normas da empresa, limita a informação e o tempo livre para o seu desenvolvimento, alienando o trabalhador tornando-o mais suscetível em sua exploração.

A adoção da sedução do trabalhador para a sua dominação no sentido da desinformação se realiza no paternalismo da empresa. Pois, os programas educativos como as palestras da SIPAT para a maioria dos trabalhadores são as informações dos cuidados com a saúde e segurança e em segundo plano as informações da família, escola e meios de comunicação. Tal é a importância das palestras para os entrevistados que eles levam as informações para a sua família.

“Minha mãe era da roça, então nunca falava com a gente. Então quase não tenho e o pouco que sei tenho que aplicar com meus filhos e comigo mesma”
(Trabalhadora do setor de preparação de cabos, T259).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em outras palavras, o direito de saber é um direito básico e irrenunciável e um elemento necessário, até, para se iniciar a formulação de uma estratégia capaz de colocar a saúde dos trabalhadores como tema de discussão e cenário de luta (LAURELL, 1989, p. 317)

O presente trabalho analisa a relação pedagógica presente nos processos de trabalho, mediada por programas de saúde do trabalhador, desenvolvida pela empresa capitalista, no âmbito da reestruturação produtiva. Evidenciou o processo de trabalho, o processo de valorização, e as cargas de trabalho no contexto da correlação de forças entre o capital e trabalho, que se compreende o desgaste do coletivo e de como aparece em seu nexos biopsíquico dos trabalhadores situados no “chão de fábrica” de uma empresa de capital transnacional, do ramo das telecomunicações. A reestruturação produtiva que a referida empresa adotou conjuga práticas decorrentes do paradigma taylorista-fordista com orientações relacionadas aos modelos referenciados pela chamada *qualidade total* e *flexibilização do trabalho*.

O estudo permitiu abordar a educação em saúde do trabalhador em suas relações internas e externas, em sua totalidade e sua especificidade, construindo a compreensão da saúde a partir de suas determinações sociais mais amplas, ou seja, com trabalho, tanto no que diz respeito às relações sociais na produção quanto às relações sociais de produção, com o processo de desgaste físico e mental da coletividade de trabalhadores. O estudo pôde demonstrar que a dominação do capital se exerce na exploração do trabalhador por meio da pedagogia do disciplinamento e do controle do mesmo. Na realidade, negando o trabalho como possibilidade de desenvolvimento do ser *omnilateral* e afirmando a relação de um ser humano alienado, objeto de construção do capital. A pesquisa se baseou na pedagogia da práxis, de libertação do homem, integrando o saber e o fazer, através da qual se analisou as dimensões prescritas na pedagogia voltada para a reprodução das relações sociais e produtivas capitalistas.

A visão do trabalho se situou na análise de processos de extração de *mais-valia* operados na reestruturação produtiva e diante dos mecanismos de defesa e resistência dos trabalhadores.

A análise do processo de valorização como fundamento e o estudo do processo de trabalho possibilitou a construção das dimensões do desgaste, especificando as suas formas física e mental. Integra-se, desta forma, a estratégia pedagógica do capital que resulta na dominação do trabalhador para a sua exploração.

O conhecimento dos instrumentos de controle sobre o processo de trabalho e das formas de desgaste permitiu compreender o processo de produção no âmbito do conflito do capital e trabalho. O estudo utilizou o método qualitativo, analisando fontes qualitativas e quantitativas.. A geração das informações do conhecimento produzido dos trabalhadores permitiu apreender o processo de trabalho e suas cargas de desgaste, as estratégias de controle da empresa e as formas de adesão, bem e de resistências dos trabalhadores, tanto na sua forma individual quanto na sua forma coletiva

A investigação do serviço de saúde e da segurança da empresa forneceu dados para edificar a experiência dos trabalhadores. O estudo buscou aprofundar os elementos do processo saúde-doença dentro da empresa.

O estudo na empresa caracterizou o momento de transformações da acumulação capitalista, fordista à acumulação flexível. O processo de trabalho tem característica fordista-taylorista como as tarefas repetitivas, de fabricação de produtos em lotes e toyotista como o ritmo de produção muito mais acelerado, com controle sobre os resultados por programadores especializados, produção sem erros entre outras. As estratégias de acumulação da empresa, de reestruturação produtiva frente à competitividade nacional e internacional, se baseiam na intensificação do trabalho, na diminuição do quadro de pessoal, no achatamento salarial, na reorganização do trabalho e na introdução de novas tecnologias. A certificação da **ISO 9001** e o **Prêmio de Qualidade**, como também, a busca de mais certificações (**ISO 14.000**) definem a manutenção no mercado, isto é, mais condições favoráveis e essenciais para a competitividade. A sustentação da produção de *mais-valia* na empresa se fundamenta na utilização da força de trabalho e o seu contexto social

desta utilização, principalmente em relação ao desemprego estrutural no âmbito de país periférico, cujas relações de trabalho são marcadas historicamente pela sua precarização.

O processo de valorização da empresa, de capital internacional no ramo de telecomunicação, se evidencia em todo o processo de produção, utilizando desde a administração taylorista-fordista até a flexibilização do trabalho. A diferenciação técnica se reproduz na automação de alguns processos de produção altamente modernizados e nos processos de trabalho fragmentados e repetitivos com ferramentas manuais. Os processos de trabalho se apresentam de forma altamente mecanizados, conjuntamente com processos de trabalho de ritmo contínuo, baseados em lotes que poderiam ser superados tecnologicamente. A utilização dessas diversas formas de trabalho tem implicações econômicas para a empresa, pois a determinação das opções tecnológicas é o contexto do preço da força de trabalho para a cristalização do valor. O programa de qualidade visa garantir a qualidade dos produtos no processo de produção automatizado além do menos mecanizado. O controle da empresa exercido sobre os trabalhadores no processo de trabalho, não se define somente no ritmo do maquinário. Define-se também na divisão complexa de tarefas, responsabilização individual perante a equipe de sua tarefa, supervisão direta, das normas de trabalho exigidas por sua certificação, produção sem defeitos, política de salários e benefícios sociais que determinam as cargas de trabalho e a relação com o desgaste do trabalhador. Vale ressaltar a discussão do modelo de trabalho brasileiro de Coriat (1994, p. 12), que na tentativa de melhora da produtividade e qualidade das empresas, se constituem na incorporação dos métodos japoneses, sem mudar a lógica de racionalização já existentes, tayloristas e fordistas.

A intensificação do trabalho se destaca pelos mecanismos de controle dos trabalhadores, reduzindo a possibilidade de sua emancipação. No entanto, a intervenção dos trabalhadores em seu trabalho surge nas tarefas com pouca utilização de tecnologia e na interdenpendencia dos setores, como é o caso da manutenção. A qualificação dos trabalhadores engloba tanto os trabalhadores do chão de fábrica como os empregados da manutenção, cujas tarefas exigem o saber-fazer em seus aspectos de planejamento e de execução.

O desgaste é provocado pela jornada de trabalho, horas-extras, a implantação do banco de horas intensificando o trabalho. Os processos de trabalho se diferenciam sobre a intensidade de carga física e mental, sendo explicado pela estratégia de valorização do capital. A diferenciação é percebida como por exemplo, pelo processo de montagem de placas automatizado, pela montagem do telefone e pela manutenção, variando a utilização de tecnologia, que repercute em formas de desgaste. Ao mesmo tempo, a organização do trabalho intensifica a carga mental, incrementando a carga física por sua condição de interação.

O interesse da empresa de solicitar idéias aos trabalhadores sobre como melhorar o desempenho tem a finalidade de aumentar o ritmo quanto a produtividade da fábrica e explorar de forma mais completa o potencial físico e mental dos empregados. Esta decisão da empresa é de envolver seus trabalhadores, utilizando técnicas motivacionais, de coação e de identificação com a empresa como o seu lar

A exigência de participação permanente como colaboradores na construção da competitividade da empresa reflete nas relações sociais de trabalho. Acentua-se o individualismo e a solidão prejudica a ação coletiva sindical, bem como, as resistências dos sujeitos sociais com direito a uma vida digna e feliz.

A responsabilidade de diversas tarefas intensifica o trabalho, mas amplia o conhecimento e a experiência dos trabalhadores. O aumento da carga de trabalho e o desafio do trabalho novo e mais complexo gera o desgaste, o *burnout*. Por outro lado, a flexibilização do trabalho repercute positivamente na saúde pela possibilidade de ausentar-se do trabalho, facilitando a resolução de problemas pessoais e melhorando a convivência familiar.

A possibilidade de decidir, mesmo dentro de limites, as pausas no trabalho e as folgas tem efeitos positivos no auto-reconhecimento e na saúde. A valorização das chefias do trabalho sem defeitos, das sugestões para aumentar a produtividade, melhoria da qualidade dos produtos e a redução dos custos, também foi demonstrado como positivo para o trabalhador. No entanto, o controle por estresse, é um modo mais sofisticado de exploração do trabalho. A identificação por parte dos empregados dos pontos fracos na linha de produção e recomendação de ações corretivas aumenta mais o ritmo de produção e pressiona mais o sistema. As

inovações na organização do trabalho e a incorporação de novas tecnologias, provoca o desgaste, o estresse denominado *high-tech*.

A exigência de qualidade solicita do trabalhador maior adesão na proposta de parceria com possibilidades de comunicação e de negociação, interessando à empresa e aos trabalhadores na manutenção do emprego e na sobrevivência da empresa. Os programas de interação são os círculos de qualidade, eventos sociais e programas de assistência social. Assim, a empresa se torna como uma instituição total, exercendo influência sobre muitos aspectos da vida social dos trabalhadores.

O processo de dominação do trabalhador pela imagem de liberdade de decisão do mesmo sobre o seu trabalho, o envolve fisicamente e os seus sentimentos para alcançar os objetivos da empresa.

O incentivo à participação dos programas de lazer, culturais e esportivos possibilitam a descontração e o prazer, diminuindo o desgaste com o trabalho e melhorando as condições de vida. Assim, a empresa consegue dos trabalhadores maior disposição para executar as suas tarefas, engajando-os com a produção de mais-valia.

A utilização da força de trabalho de forma intensiva diminui os custos com equipamentos de segurança individual e coletiva, expondo o trabalhador a riscos. As condições de trabalho e os equipamentos utilizados estão em conformidade aos previstos pela legislação trabalhista prevista na Consolidação das Leis Trabalhista e a Portaria 3.214, de 8 de junho de 1978, os quais são mínimos em relação aos países desenvolvidos (OSHA e NIOSH) e, especificamente, ao país de origem da empresa. As situações de risco e a falta de equipamento para as tarefas, mesmos aqueles exigidos por lei, são explicadas pela empresa como de responsabilidade dos indivíduos-trabalhadores. A racionalização do trabalho diminuindo os custos são estratégias de valorização.

A implantação da flexibilização do trabalho não acontece apenas internamente, mas externamente de forma predatória. A adesão do modelo do estoque *just-in-time*, se coloca concomitantemente com o emprego *just-in-time* (as empresas utilizam as pessoas somente quando precisam delas). O desemprego crescente submete o trabalhador a aceitar qualquer condição de trabalho e enfraquece a resistência coletiva, em virtude da exploração do trabalho. Observa-se

que o medo da demissão gera a competitividade nas relações humanas do trabalho numa convivência stressante. A tendência do sistema de produção é de que as condições já precárias sejam mais agravadas com a redução de custos com pessoal, segurança, saúde, qualificação e os benefícios sociais. Os serviços de saúde das empresas estão sendo terceirizados em favor de grupos que ofereçam menores preços, em detrimento da qualidade do serviço prestado, ou colocando para o setor público a responsabilidade da saúde dos trabalhadores.

A análise do serviço de saúde se baseia no modelo biomédico, que não correlaciona a dimensão do desgaste, expressa pela morbidade e acidentalidade, face à inserção específica dos trabalhadores no processo de trabalho. No entanto, o serviço de saúde está organizado para produzir saúde, como um produto de qualidade, medindo a sua eficiência de acordo com o paradigma da organização empresarial de qualidade. Essa visão reducionista subordina as ações de saúde à rentabilidade para competir, como pré-requisito básico de definição de atuação que produz a dualização social, negando o direito à cidadania aos trabalhadores.

A análise da concepção de saúde do serviço de saúde e da concepção de segurança, baseada na medição de risco seguindo a legislação trabalhista nos pressupostos da administração taylorista-fordista e da qualidade total da empresa, possibilitou o enriquecimento teórico na compreensão da relação do processo de trabalho, com a saúde e com a educação do trabalhador.

As transformações do trabalho com a flexibilização, a intensificação e a desqualificação para as tarefas, bem como, as exigências de qualidade e a introdução de novas tecnologias modificam as cargas de trabalho e intensificam as existentes. Assim, as implicações dos riscos já existentes e os novos riscos e agravos em relação às novas formas de organizar o trabalho têm reflexo no perfil verificável nas pesquisas nacionais de morbi-mortalidade (Centro Nacional de Epidemiologia - CENEPI), aumentando as doenças cardiovasculares, as crônico-degenerativas, as causas externas e as doenças mentais. As empresas para GORZ(1997, p.94) praticam uma estratégia de flexibilização funcional que se apresenta na mobilidade de atuar na variedade de tarefas para manter a produção. Esta se situa no plano do núcleo estável de pessoal com qualificação. Já a flexibilização numérica se constitui no aumento e diminuição dos trabalhadores

temporários no quadro de pessoal da produção, de acordo com as flutuações do mercado.

O PCMSO recoloca os pressupostos da empresa de individuação do processo saúde-doença e da responsabilidade social do trabalhador frente a sua saúde e segurança, dificultando o acesso de informação concreta aos trabalhadores sobre os riscos e o desgaste.

A legislação trabalhista exige das empresas o estabelecimento da relação da carga de trabalho com os danos à saúde, mas baseando-se na medição dos riscos, distanciando-se da realidade concreta do trabalho. Neste sentido, a empresa se ajusta na medição dos riscos na elaboração do Mapa de Risco e sobre a definição de medidas de segurança no PPRA, bem como, nos programas de saúde. Os programas adotados e coerentes com a legislação estabelecem as normas, as quais são exigidas pelo programa de qualidade e a Certificação de Qualidade Internacional da ISO 9001 e antecipadamente a 14.000, com vistas a competitividade da empresa no mercado nacional e internacional.

A investigação demonstra como os trabalhadores perdem a sua saúde e pouco exigem da empresa, pois o acesso às informações é escasso e, portanto, é delineado no dever do funcionário sobre a sua saúde e segurança. A saúde é deslocada numa estratégia patronal e do poder público na atenção médica e de seguridade social em caso de invalidez ou morte por doença e/ou acidente de trabalho. O controle do processo de trabalho e da organização do trabalho, enfim, a produção da mais-valia é exclusiva da empresa. O ocultamento dos problemas diante de uma ideologia que absolutiza a saúde como um domínio dos iluminados, ou seja, nas mãos de especialistas da doença, obstaculizam a atuação dos trabalhadores para o enfrentamento do trabalho desgastante.

A ideologia patronal de individualização no processo educativo articula a estratégia sistemática de adesão e engajamento dos trabalhadores aos objetivos de produtividade da empresa, dificultando a transformação de uma nova realidade de trabalho. A experiência coletiva no trabalho é construída em sua produção, sobrepondo as iniciativas de resistências dos trabalhadores coletivamente às condições de trabalho. A CIPA é um dos poucos grupos de reflexão das cargas de trabalho e do desgaste do trabalhador, porém, o modelo biomédico patronal se

enraizou em sua atuação, difundindo os pressupostos da empresa em relação a saúde e segurança para os trabalhadores e assumindo a responsabilidade de segurança do trabalho da empresa. A negação dos impactos da organização do trabalho e das novas tecnologias por parte dos trabalhadores surgem a partir da utilização do capital do potencial positivo das transformações na empresa para aumentar a produtividade.

A perda de capacidade criativa do trabalhador, em face da intensificação do trabalho monótono e repetitivo, controla o indivíduo na forma de produção para agregação de valor, se convertendo em desgaste. É a forma do capital obstaculizar a resistência dos trabalhadores. A perda da capacidade coletiva de desenvolver a luta de controle do uso da força de trabalho através do desgaste é construído sutilmente em todo o processo educativo mediante a atuação do serviço de saúde, na difusão das medidas corretivas de segurança, nos benefícios com o plano de saúde, programas culturais, lazer e sociais.

A possibilidade cada vez maior do capital em recompor a força de trabalho, frente ao desemprego gerado por sua transformação, tem expulsado os trabalhadores que foram incapacitados pelo trabalho, transferindo-os para a seguridade social como responsabilidade do estado. A desresponsabilização do desgaste sofrido pelo processo de trabalho produz uma disciplina social estabelecida através do capital com o aparato estatal. O estado assumindo o ônus do desgaste do trabalhador formal, em relação às empresas, reifica a intenção da diminuição dos custos das empresas e, na continuidade, dos processos destrutivos presentes no processo de trabalho. Essas estratégias das empresas são repassadas aos trabalhadores como único caminho de sobrevivência da empresa e, em consequência, de seus empregos no contexto da competitividade da modernidade.

As transformações do capitalismo exigem um ambiente, uma estrutura social e um determinado estado. As mudanças do modo de ser e viver se desenvolvem mediante a coerção brutal de domínio de um grupo social sobre as forças produtivas da sociedade. Tal modificação se utiliza da educação do ser humano para novas formas de produção e de trabalho. A pressão coercitiva é exercida sobre o tecido social, estabelecendo ideologias conservadoras com a maquiagem de persuasão do consentimento ao uso da coerção. O princípio da coerção se define na organização

da produção e do trabalho. Para tanto, concebe um tipo de trabalhador e de ser humano.

O ser humano para a produção se exprime em “desenvolver o máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal” (GRAMSCI, 1968, p. 397).

As iniciativas da produção se concentram na continuidade da exploração do trabalho vivo e abstrato. O trabalho vivo eficiente, ou seja, o trabalhador eficiente fisicamente e mentalmente fazem parte do complexo humano (trabalho coletivo). O mercado lança a ideologia da qualidade, que significa intensificar o trabalho em pouca matéria, aperfeiçoando o produto ao máximo, para um mercado especializado. Assim, a produção é quantitativa e qualitativa. No entanto, a qualidade não foi atribuída ao homem, tornando em qualidade humana para satisfazer o ser em suas necessidades, quer dizer, para sua independência.

Os efeitos do desenvolvimento histórico - mudanças no mundo do trabalho, com a incorporação de novas tecnologias e de flexibilização do trabalho não podem ser concebidos na noção de quantificação e objetividade da ciência de modo geral, pois é impossível medir a carga psíquica do trabalho. A vivência individual e coletiva é subjetiva. Existem efeitos concretos da subjetividade da relação homem-trabalho marcados no engajamento do trabalhador, mesmo em situação de máxima exploração e na resistência com a negação do risco, naturalização do destino e a ausência no trabalho. Portanto, “O trabalhador não chega a seu local de trabalho como uma máquina nova. Ele possui uma história pessoal que se concretiza por uma certa qualidade de suas aspirações, de seus desejos, de suas motivações, de suas necessidades psicológicas, que integram sua história passada. Isso confere a cada indivíduo características únicas e pessoais” (DEJOURS, 1994, p. 24).

O trabalho se torna perigoso quando se utiliza o emprego excessivo de aptidões e, especificamente se tratando em carga psíquica e o efeito do desemprego. Para compreender este processo, cabe ressaltar quando referencia MARX, sobre a produção industrial capitalista, nesta o capital fixo, essencialmente o trabalho morto atua sobre o trabalho vivo, multiplica-se sua eficácia e impõe a sua

atuação. O ser humano é concebido como um acessório consciente das máquinas. A dominação da natureza pelo homem e mulher se “*convierte em dominación del hombre por esse proceso de dominación*”(GORZ,1997, p.79). Este processo de trabalho desencadeia altos níveis de estresse elevam os problemas de saúde como úlceras, hipertensão, infartos, acidentes vasculares cerebrais, homicídios, suicídios, alcoolismo, violência entre as pessoas e inclusive os já existentes como as LER, os acidentes e doenças do trabalho.

A organização do trabalho se transforma em sofrimento mental quando a descarga psíquica não acontece no exercício do mesmo, ocasionando o desprazer, a tensão, ou mesmo a fadiga que caracteriza somatização da carga psíquica e pode desencadear uma doença. O autoritarismo na organização do trabalho aumenta a carga psíquica, pois não dá chance para a saída da energia pulsional.

A finalidade principal da divisão de tarefas é a dominação dos trabalhadores. Assim, favorece a especialização progressiva, mecanização e automação da produção. A divisão, a fragmentação do trabalho é proporcional a quantidade incorporada ao produto social, superando não a capacidade de um indivíduo, mas de vários indivíduos. A riqueza das sociedades industrializadas segundo GORZ(1997, p.80), se apoiam na sua capacidade precedente de combinar, mediante procedimentos organizativos, os saberes parciais que detêm muito a incapacidade de coordenar um entendimento mútuo e uma cooperação consciente, voluntária e autoregulada.

A exploração do trabalho alicerçada na sociedade dos que detêm os meios de produção destitui dos indivíduos o tempo livre, ameaça o emprego e obstaculiza as fantasias, desejos e o acesso à cultura. O lazer consentido do processo de produção capitalista objetiva o alívio de tensões para não colocar em risco a estabilidade das relações produtivas. O não trabalho é a possibilidade do enriquecimento cultural e espiritual do ser humano. Pois é a formação política do trabalhador que permite avançar para a mudança da situação de nocividade do trabalho imposto. Entretanto, esta possibilidade está inviabilizada, pelo menos enquanto se viver numa sociedade caracterizada pelo reino das necessidades.

O sofrimento, a alienação e a doença aparecem quando o sujeito é incapaz de resistir à repressão ao desejo. A organização do trabalho que determina as

relações de desejo e motivação. A alienação está articulada com as relações sociais de trabalho, ao sofrimento e às ideologias defensivas, quer dizer, a uma reapreensão do espaço social. Portanto, a vivência do trabalho e a sua regulação pelos sujeitos é o caminho para ter acesso à realidade, e o trabalho “aparece definitivamente como um operador fundamental na própria construção do sujeito” (DEJOURS, 1994, p. 143). Assim, este se revela como mediador único entre inconsciente e campo social e entre ordem singular e ordem social” (idem). O espaço do trabalho é o da conquista da identidade e de sua transformação do homem como ser humano, enfim do ser histórico.

A possibilidade de redução do tempo continuada de trabalho mediante a distribuição de empregos, inclusive dos mais qualificados tem a finalidade de tempo liberado e tempo para o aprofundamento e ampliação dos conhecimentos. A transformação do trabalho deveria ser direcionada para a emancipação humana, não para a acumulação do capital, mas para deixar maior liberdade ao trabalhador para operar e encontrar condições capazes de fornecer prazer.

O desemprego promove medo, incerteza e sofrimento para empregado. O aumento do desemprego estrutural corporifica o desgaste e precariza o trabalho. Este mecanismo do capital objetiva enfraquecer o movimento sindical. Porém, o momento se conforma como uma possibilidade histórica para o sindicalismo, de se libertar da forma corporativa e reivindicativa, desenvolvendo a solidariedade. A possibilidade do trabalho como o projeto do cooperativismo, da produção de acordo com as capacidades de cada um dos indivíduos e conforme as suas necessidades.

A responsabilização do trabalhador pelo acidente e doença pela ciência da Medicina Ocupacional apenas limita a análise da relação entre aparelho psíquico e a organização do trabalho. O trabalho manual pode ser menos patogênico e vice-versa que o trabalho intelectual. Pois não existe uma organização de trabalho homogênea boa a todos os trabalhadores. Então, o aumento da carga psíquica não é da estrutura da personalidade do trabalhador, como a ciência racionalista e idealista imputa.

A pedagogia do capital procura obter a adesão do trabalhador, em relação a produção da *mais-valia*. No entanto, há que se ressaltar que o engajamento deste não é total. Ela é efetiva para a valorização capitalista, pois é hegemônica. As

medidas de prevenção dos acidentes do trabalho e a assistência à saúde do trabalhador na consciência coletiva se constrói como uma benevolência do capital, dominação do trabalhador, banalizando os problemas existentes, pois o capital utiliza os indivíduos segundo as suas próprias necessidades, controlando-os e disciplinando-os para o seu domínio e inviabilizando a interferência, ou seja, as formas de resistência.

A educação do trabalhador é parcial e fragmentada não permitindo a apreensão da realidade concreta do processo de trabalho e suas cargas físicas e psíquicas em sua totalidade. O controle se dá por especialistas planejando e controlando, reduzindo as formas de participação do trabalhador. Mesmo com uma tarefa parcial, os trabalhadores controlam o saber sobre o trabalho, que permite criar, propor modificações e resistir a funções mais desgastantes. A cidadania do ser humano se estabelece no capitalismo no respeito à produtividade da empresa, qualificando-o tecnicamente e não como cidadão capaz de refletir a sua totalidade histórica e de transformá-la. A racionalidade se fundamenta no individualismo que determina a ordem moral, social e política.

A compreensão do trabalho deve tomar o concreto, articulando a prática reflexiva e o saber efetivo da prática, numa formação que supere os obstáculos da divisão do trabalho que impede a dominação do trabalho e a compreensão da existência humana. A formação com o entendimento de ser humano como um sujeito, protagonista nas relações sociais.

A educação para a saúde, em sua natureza, se reveste da ideologia hegemônica, do individualismo burguês. Para tanto, se faz necessário tomar o processo de trabalho, as relações sociais e a relação com a saúde para que se concretize o movimento de apropriação do trabalho, do processo saúde-doença e trabalho, da história e da cidadania. Isso por sua vez, se fundamenta na formação humana segundo os seus desejos, prazeres e construção histórica para que se supere a concepção hegemônica.

O processo de educação para a saúde deve recuperar a sua condição de cidadania, o conhecimento por parte do trabalhador de sua atividade produtiva, enquanto força de trabalho, o ambiente de trabalho e o ambiente externo. Isto para que o trabalhador possa coletivamente exercer a fiscalização e o controle do

trabalho, denunciando publicamente os seus efeitos nocivos. Sabe-se, que a lei trabalhista(Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Portaria 3.214) permite que o trabalhador mediante riscos iminentes a sua saúde ou a sua vida interrompa o trabalho e retorne apenas quando estes riscos forem suprimidos.

Este processo educativo deve incorporar os trabalhadores, à CIPA (na concepção de comissão de fábrica de BERLINGUER, 1983) e os intelectuais (GRAMSCI, 1995) ao movimento sindical no planejamento e execução de suas ações. O conhecimento por parte do trabalhador de sua atividade produtiva sobre ele mesmo, do ambiente de trabalho e do ambiente externo, enquanto força de trabalho, compõe a estratégia coletiva para a transformação do trabalho.

Os profissionais do setor de saúde e segurança são os intelectuais, que em seu trabalho, encontram dificuldades para que a educação do trabalhador se constitua como um direito do trabalhador. Tais dificuldades decorrem da sua formação acadêmica e da situação de conflito entre capital e trabalho. É esta a situação que possibilita o enfrentamento concreto da exploração do trabalhador, rompendo a alienação deste, como uma tarefa política coletiva dos trabalhadores e intelectuais.

A educação para a saúde deve se submeter às exigências da ética e do rigor científico e intelectual. Os profissionais por sua capacidade intelectual e prestígio moral têm a possibilidade de difundir os valores aceitos universalmente de paz, justiça, liberdade igualdade e solidariedade. Da mesma forma, estes intelectuais podem ampliar a crítica e prospectiva mediante análise permanente das novas tendências sociais, econômicas, culturais e políticas, atuando assim como uma referência para a previsão, alerta, e prevenção. Portanto, o levantamento por estes dos problemas de saúde, éticos, culturais e sociais devem ser críticos e com consciência das responsabilidades que a sociedade necessita, para ajudá-la a refletir, compreender e agir. Para tanto, é necessário que as instituições de formação dos profissionais da saúde ofereçam uma educação para a cidadania e a participação plena da sociedade, visando construir capacidades endógenas e consolidar os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a democracia e a paz em um contexto de justiça(Carta de Paris – Conferência Mundial sobre a Educação Superior, 1998, p16-18).

A retomada da CIPA torna-se um espaço de enfrentamento da dominação do trabalho a proposta do modelo italiano de comissões de fábrica, para a discussão e reflexão do processo de trabalho e as formas de desgaste físico e mental para a sua superação. A luta por um trabalho humano se inscreve na construção ativa de uma sociedade para eliminar as contradições da produção capitalista, fonte de infelicidade, doença, loucura, e perda da identidade.

A proposição do SUS, foi uma das vitórias do movimento da Reforma Sanitária. No entanto, foi ameaçada pelas investidas do setor privado, que se intensificou no contexto neoliberal. A saúde universalizada e a integralidade da atenção pública coloca o setor privado apenas como complementar ao serviço público, retirando-lhe controle sobre a gestão da produção e consumo da saúde. A participação dos movimentos sindicais, dos trabalhadores nas conferências e conselhos de saúde do SUS é uma estratégia de defesa destes diante da violência do processo produtivo.

Já o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), sustentado direta e indiretamente pelo trabalhador, tem sido uma instituição pública que atende somente aos interesses do capital. A subnotificação dos acidentes, doença e morte no trabalho pelo INSS, se caracteriza pela restrição do estabelecimento do nexo de causa e de sua comunicação especialmente em casos de doenças crônico-degenerativas, mentais e outras de acometimento lento e gradual da saúde. Por esta situação, é importante o controle dos trabalhadores dos postos do INSS contra as tentativas de privatização da Previdência. A luta deve dimensionar-se pela inclusão dos trabalhadores do setor informal no seguro, na defesa de uma legislação providenciária que responsabilize o capital pela promoção dos acidentes e doenças e reconheçam o nexo entre o desgaste físico e mental e relação ao trabalho.

O movimento sindical deve ser incorporado aos Programas de Saúde do Trabalhador do SUS, para estabelecer o seu poder de intervenção sobre o ambiente de trabalho pelos trabalhadores e pelo serviço público. A retomada da luta pela defesa da saúde, contra a precarização do trabalho, torna o trabalhador sujeito dessas ações. Diante desta atuação ele compreende concretamente a determinação do processo saúde/doença, educando-se e educando a sociedade e ao mesmo tempo exigindo mais competência dos órgãos oficiais e públicos de fiscalização do

trabalho. A participação sindical no processo refletirá na discussão da prática histórica assistencialista do sindicalismo, assumindo uma posição de vanguarda na atuação da saúde do trabalhador. A reflexão da realidade para a sua ação exigirá do movimento a compreensão da razão de sua existência e de suas limitações, na luta para emancipação política, e transformação do modo de produção.

Portanto, a luta dos trabalhadores e seus intelectuais pode significar a libertação do ser humano da alienação, tornando-o muito mais feliz. Como diz DEJOURS(1986,P.9), "saúde é quando ter esperança é permitido".

Enfim, pode-se referendar a contribuição do pensamento de Milton Santos (2000, p.3), quando ele afirma " o que distingue o homem dos animais é que ele é portador de utopia e sem ela não vale a pena viver".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Lúcio Flávio. Entre o local e o global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capitalismo. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; PAULO-EDGAR (Org.). **Desafios da globalização**. Resende : Vozes, 1997. p.175-186.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2 ed. São Paulo : Cortez / Unicamp, 1997.
- _____. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 out, 1998.
- _____. **Os sentidos do trabalho : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2 ed. São Paulo : Bomtempo, 2000.
- AROUCA, A.S. Quanto vale a saúde dos trabalhadores. **Saúde em Debate**, Revista do CEBES, Londrina, n. 49/50, p.33, dez/jul.1995/96.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1993**: Investindo em saúde. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1993, p. 23-31.
- BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1968.
- BARONA, I. N; ALVAREZ, L. **Sociedad y salud**. Cali : Formas Precisas, 1991.
- BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo : Cortez, 1999.
- BERLINGUER, Giovanni. **A saúde nas fábricas**. São Paulo : CEBES-HUCITEC, 1983.
- BINDER, Maria Cecília P; ALMEIDA, Ildeberto Muniz; MONTEAU, Michel. **Árvore de causas: método de investigação de acidentes de trabalho**. São Paulo : Publisher Brasil, 1995
- BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro : Graal, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999.
- _____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo : EDUSP, 1996.
- BRAVERMANN, Harry. **Trabalho e capital monopolista : a degradação do trabalho no século XX**. 3 ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
- BREILH, Jaime. **Epidemiologia : economia, política e saúde**. São Paulo : UNESP-HUCITEC, 1991.

- _____. **Mujer, trabajo y salud**. V. Quito : Ceas - CIID, 1994.
- _____. **Nuevos conceptos y técnicas de investigación** : guía pedagógica para un taller de metodología. 2 ed. Quito : Ediciones CEAS, 1995.
- BRITO, Jussara. **Saúde, trabalho e modos sexuais de viver**. Rio de Janeiro : FIOCRUZ, 1999.
- CANESQUI, Ana Maria. **Dilemas e desafios das ciências sociais na saúde coletiva**. São Paulo : Hucitec-Abrasco, 1995.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. **Reforma da reforma** : repensando a saúde. São Paulo : Hucitec, 1992.
- _____. **A saúde e a defesa da vida**. 2 ed. São Paulo : Hucitec, 1994.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo : Cultrix, 1997.
- CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo : Hucitec-Abet, 1997.
- CARVALHO, R.Q. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRETI, C.J. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação** : um debate multidisciplinar. Petrópolis : Vozes, 1994, p. 93-123
- COHEN, G. A. Resposta ao artigo : "marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos" de Jon Elster. **Lua Nova**, São Paulo, n.20, p.179-195, mai.1990.
- COMTE, Augusto. **Curso de filosofia positiva e outros escritos**. São Paulo : Victor Civita. 1983. Coleção Os Pensadores.
- CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso** : o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro : Revan: UFRJ, 1994.
- COSTA, N. R. **Lutas urbanas e controle sanitário** : origens das políticas de saúde no Brasil. Petrópolis: ABRASCO,1986.
- COSTA, Ediná Alves. **Vigilância sanitária** : proteção e defesa da saúde. São Paulo : HUCITEC. 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Do ângulo do marxismo: comentários ao ensaio "o novo movimento teórico" de Jeffrey C. Alexander. **RBCS**, v.2, n.4, p. 39-42,jun.1987.
- COUTO, Hudson Araújo. **Ergonomia aplicada ao trabalho**: manual técnico da máquina humana. V. I, II. Belo Horizonte : ERGO, 1995.
- CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. 4 ed. São Paulo : Cortez, 1988.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getulio Vargas, 1999.

_____. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. Cortez-Oboré, 1992.

_____. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 14, n. 54, mai/jun. 1986.

_____. **O fator humano**. Rio de Janeiro : FGV, 1997, p.137-146.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Christian Jayet; BETIOL, Irene S. (Coord.). **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo : Atlas, 1994.

DELEUSE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DOWBOR, I; IANNI, O; RESENDE, P. E. A. **Desafios da globalização**. Petrópolis : Vozes, 1997.

DURKHEIM, E. **De la división del trabajo social**. Buenos Aires : Shapie, 1967.

ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos: argumento a favor do individualismo metodológico. **Lua Nova**, São Paulo, n.17, p.163-204, jun.1989.

ENGUITA, F. E. **Trabalho, escola e ideologia**. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 1993.

EHRENREICH, Barbar; ENGLISH, Deidre. **Bruxas, parteiras e enfermeiras**: uma história de mulheres curandeiras. New York : The Feminist Press/The City University of de New York, 1973.

ETTINGER, Elzbieta. **Rosa Luxemburgo** : uma vida. Rio de Janeiro : Zahar, 1986.

FARIA, José Eduardo. **Estudos Avançados**, v.11, n. 30. São Paulo, p.43-53, 1997

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 5. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1998.

_____. **A arqueologia do saber**. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1986.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Indivíduo e emancipação humana** : contribuição à discussão da base comum da formação do educador. São Paulo, 1992.147 p. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de São Paulo.

WÜNSH FILHO, Victor. Reestruturação produtiva e acidentes de trabalho no Brasil: estrutura e tendências. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.15, p.41-51, jan/mar. 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO, À espera dos escravos globais, 13 jun. 1999. Caderno 8 mais!, p.5.

_____, O tempo de trabalho cai, mas não para todos. Ano 2000 trabalho, 30 mai. 1999. Suplemento Especial. p. 4.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA - Programa Radis **Ano saúde no Brasil** : ações e metas prioritárias. Rio de Janeiro, 1997.

GALAND, Pieffe. **Peço demissão**: não quero ser cúmplice. Carta aberta de Pieffe Galand, Secretário-Geral da OXFAM - Bélgica, apresentando sua demissão do Grupo de Trabalho dos Organismos Não Governamentais do Banco Mundial e de seu Conselho de Iniciativas, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação** : um estudo introdutório. 8. ed. São Paulo : Cortez, 1992.

GARCIA, Juan César. La categoria trabajo en la medicina. **Cuadernos Medico Sociales**, Rosário, n. 23, p. 5-17, mar. 1983.

GARCIA, Juan César. Medicina e sociedade: as correntes do pensamento no campo da saúde. In: NUNES, Everardo Duarte (Org.). **Medicina Social** : aspectos históricos e teóricos. São Paulo : Global, 1983. p. 97-132.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis : Vozes, 1995

GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão** : o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis : Vozes, 1995.

GERCHMAN, Silvia (Org.). **A miragem da pós-modernidade** : democracia e políticas sociais no contexto da globalização. Rio de Janeiro : Fiocruz, 1997.

GERGES, Samir N. Y. **Ruído** : fundamentos e controle. Florianópolis : S. N. Y. Gerges, 1992.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

GORENDER, Jacob. Globalização, revolução tecnológica e relações de trabalho. In: **Estudos avançados**. Coleção Documentos. Série Assuntos Internacionais. São Paulo : IEA-USP, 1996, v. 47, n. 23.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo : Martins Fontes, 1980.

- GORZ, André. **Metamorfosis del trabajo**. Madrid : Editorial Sistema, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9 ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.
- _____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **Concepção dialética da história**. 9. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1991.
- _____. **Consejos de fabrica y estado de la clase obrera**. México : Ediciones Roca, 1973.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica : cartografias do desejo**. Petrópolis : Vozes, 1986.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 8 ed. Campinas : Papirus, 1990
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo : Edições Loyola, 1996
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4 ed. São Paulo : Paz e Terra, [s.d.]
- HOSBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo : Companhia de Letras, 1997.
- IANNI, Octavio. A crise dos paradigmas na sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.15, ano 5, p.90-99, jun. 1990.
- _____. **A sociedade global**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1992.
- IBAÑEZ, Nelson. Globalização e saúde. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; PAULO-EDGAR (Org.). **Desafios da Globalização**. Resende : Vozes, 1997.
- JORGE, M. L. Subsídios para uma análise histórica do setor de saúde no Brasil. **Cadernos de Estudos**, São Paulo : UNIMEP, 1981.
- DAÚD JUNIOR, Nacile. **Saúde mental e trabalho : para uma ação estratégica em saúde mental do trabalhador**. São Paulo : Programa de Saúde do Trabalhador da Prefeitura de São Paulo, 1992.
- KARVONEN, M; MIKHEEV, M. I. **Epidmiology of occupational health**. Copenhagen : World Health Organization Regional Office for Europe, 1986.
- KURZ, Robert Descartável e degradado: critica ao sociólogo alemão Ulrich Beck e a flexibilização do trabalho. **Folha de São Paulo**, 11 jul. 1999. Caderno 5 mais!, p.7.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995

KURZ, Robert. **O colapso da modernização** : da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 3.ed. São Paulo : Paz e Terra, 1993

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino médio e profissional** : as políticas do Estado neoliberal. São Paulo : Cortez, 1997.

KUENZER, Acacia Zeneida. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão**. Palestra apresentada no IX ENDIPE. (4-8 mai.1998, Águas de Lindóia). Texto mimeo: p. 1-21.

_____. **Pedagogia da fábrica**. 4 ed. São Paulo : Cortez, 1995.

LACAZ, F. A.C. **Saúde no trabalho**. São Paulo, 1983. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo.

LACAZ, F.A.C. **Vigilância em saúde do trabalhador**. São Paulo,1992. 7 p. Mimeo.

LAURELL, Asa. Cristina. Processo de trabalho e saúde. **Saúde em Debate**, Londrina, n.11, p.8-22, 1981.

_____. Saúde e trabalho : enfoques teóricos. In: NUNES, Everardo Duarte (Org.). **As ciências sociais em saúde na América Latina**: tendências e perspectivas. Brasília : OPAS,1985.

_____. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 2 ed. São Paulo : Cortez, 1977.

LAURELL, A C. et al. **Nuevas tendencias y alternativas en el sector salud**. México : UAM, 1994.

LAURELL, A.C; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde** : trabalho e desgaste operário. São Paulo : Hucitec, 1989.

LEITE, Márcia de Paula. **O futuro de trabalho** : novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo : Página Aberta, 1994.

LIMA, C. R. M. Reforma do estado e política de saúde: discussão da agenda do Banco Mundial e da crítica de Laurell. **Saúde em Debate**, Londrina, n. 49-50, p. 34-43, dez/mar. 1996

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social** : elementos para uma análise marxista. São Paulo : Cortez, 1999.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe** : estudos de dialética marxista. 2 ed. Rio de Janeiro : Elfos, 1989.

LUZ, Madel T. **As instituições médicas no Brasil**. Rio de Janeiro : Graal, 1979.

_____. **Natural, racional e social** : razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro : Campus, 1988.

_____. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil "Transição Democrática"-Anos 80. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 77-94, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo : CUT, 1999.

OLIVEIRA, Maria Helena B; VASCONCELLOS, Luiz Carlos. Política de saúde do trabalhador no Brasil: muitas questões sem respostas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 150-156, abr/jun, 1992.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Educação e divisão do trabalho** : contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. 2 ed. São Paulo : Cortez, 1989.

MACHADO, Antonio Carlos. Indústrias : divisão do trabalho e saúde mental. **Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 96-100, ago. 1997.

MACIEL, Everardo. Superfaturar não é crime. **Súmula**, Rio de Janeiro, n.77, abr-mai. 2000.

MANACORDA, Mário. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1990.

MANACORDA, Máriio. **Marx e a pedagogia moderna**. 2.ed. São Paulo : Cortez, 1996.

MARQUES, M. B. **Ciência, tecnologia, saúde e desenvolvimento sustentado**. Rio de Janeiro : Fundação Oswaldo Cruz, 1991.

MARX Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 4 ed. Portugal : Presença/ Livraria Martins fontes, [s.d.] Coleção Síntese, v.1.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. 3. ed. Lisboa : Estampa. 1974.

_____. **Elementos fundamentais para crítica de la economia política** (Grundrisse) 1857-1858. V.1, 14. Ed. México: Siglo Veintiuno. 1986.

- _____. **O capital**. 15. ed. Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1996.v.1-6.
- _____. **Sociedade e mudanças sociais**. Lisboa: Lisboa Edições 70, 1976. p. 69-77.
- MENDES, Eugênio. Vilaça. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo. HUCITEC: 1996
- _____.et al. **Distrito sanitário** : o processo social de mudanças das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. São Paulo : Hucitec/Abrasco,1993.
- MENDES, René. **Patologia do trabalho**. Rio de Janeiro : Atheneu, 1995.
- MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento** : pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo : Hucitec/Abrasco, 1992.
- MONTEIRO, Maria Silvia; GOMES, Jorge da Rocha. Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador: um estudo de caso. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 14, p. 345-353, abr/jun, 1998.
- MORIN, Edgar. **Ciências com consciência**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1996.
- NASCIMENTO, Álvaro. Genoma para todos. **Súmula**, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, nº 77, p.1, abr/mai. 2000.
- NUNES, Everardo Duarte. **Sobre a sociologia da saúde**. São Paulo : Hucitec, 1999.
- _____. **As ciências sociais em saúde na América Latina** : tendências e perspectivas. Brasília : OPAS, 1985.
- O ANO DA SAÚDE: entre o Estado mínimo e o Estado necessário. **Tema**.Rio de Janeiro, n. 14, jul. 1997.
- OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade** : problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1991. v.1.
- _____.**Os direitos do antivalor** : a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis : Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco. O surgimento do antivalor In: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 22, São Paulo, 1988.
- OLIVEIRA, S. A qualidade da qualidade : uma perspectiva em saúde do trabalhador. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 625-634, out-dez, 1997.
- PINOTTI, José Aristodemo. Saúde : a pedagogia da tragédia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 mai.1996. Caderno 2 - Codiano, p.3.

- PIRES, Denise. **Reestruturação produtiva e trabalho em saúde no Brasil**. São Paulo : Annablume, 1998.
- POCHMANN, Marcio. Por que o desemprego está crescendo tão rápido no Brasil? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 maio, 1998. O colapso do trabalho, Suplemento Especial. Entrevista.
- POMER, L. Hacia donde vamos? In: DOWBOR, I; IANNI, O; RESENDE, P. E. **Desafios da globalização**. Petrópolis : Vozes, 1997.
- POPPER, Karl R. **A lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1978.
- POSSAS, Cristina. **Epidemiologia e sociedade** : heterogeneidade estrutural e saúde no Brasil. São Paulo : Hucitec. 1989.
- _____. **Saúde e trabalho**: a crise da Previdência Social. 2.ed. São Paulo : HUCITEC, 1989.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930. 2 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987
- RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores**. São Paulo : FUNDACENTRO, 1988.
- REALE, Giovanni; ANTISERRI, Dario. **História da filosofia** : do romantismo até nossos dias. São Paulo : Edições Paulinas, 1991.
- RIBEIRO, Herval Pina. **A violência oculta do trabalho** : as lesões por esforços repetitivos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.
- RIFKIN, J. **O fim dos empregos** : o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo : Makron Books, 1995.
- RIGOTTO, Raquel. Saúde dos trabalhadores e meio ambiente em tempos de globalização e reestruturação produtiva. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, v. 25, n.93/94, 1999.
- ROSENBURG, Cyntia. Mão na roda: a parceria entre a DaimlerChrysler e a Dana no Brasil indica qual poderá ser o futuro da indústria mundial de autopeças. **Revista Exame**, São Paulo, 19 abr. 2000.
- RUTENFRANZ, Joseph; KNAUTAH, Peter; FISCHER, Frida M. **Trabalho em turnos e noturno**. São Paulo : HUCITEC, 1999.
- SADER, Emir , GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós neoliberalismo** : as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.

SALIBA, Tuffi Messias et al. **Higiene e programa de prevenção de riscos ambientais**. 2.ed. São Paulo : LTr, 1998.

SANTOS, Milton. I Seminário Nacional Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. **Documento Síntese**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ., p.3, 11-14, jul, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas : Autores associados, 1995.

_____. **Educação** : do senso comum à consciência filosófica. 12.ed. Campinas : Autores associados, 1996.

_____. **Pedagogia histórico-crítica** : primeiras aproximações. 2.ed. São Paulo : Cortez, 1994.

SAVIANI, D.; NOGUEIRA, A.; FREIRE, P. A educação no século XXI. **Caderno pedagógico**. Publicação Comemorativa aos 50 anos da APP- Sindicato. Curitiba, 1997. p.44-62.

SHAWARTZ, Gilson. Educação não basta para superar o atraso. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 mar. 2000. Caderno 2 Dinheiro, Tendências Internacionais.

SELIGMANN-SILVA Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro : Editora UFRJ;Cortez,1994.

SÈVE, Lucien; CLEMENT, B. Clement; BRUNO, Pierre. **Para uma crítica marxista da teoria psicanalítica**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.

SINGER, Paul. et al. **Prevenir e curar** : o controle social através dos serviços de saúde. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1978

SINGER, Paul. **Aprender economia**. 17 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Globalização e desemprego** : diagnóstico e alternativas. São Paulo : Contexto, 1998.

_____. **O Brasil na crise** : perigos e oportunidades. São Paulo : Contexto, 1999.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo : Abril Cultural, 1983.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de administração científica**. 8 ed. São Paulo : Atlas, 1990.

THIOLLENT, M. **A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária**. In: III SEMPE - Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão UFSCAR (26-7 ago.1999: São Carlos-SP).COPPE/UFRJ, mimeo.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo : Cortez-Autores Associados, 1986.

TOMASI, Neusi, G.S; YAMANOTO, Rita. **Metodologia da pesquisa em saúde : fundamentos essenciais**. Curitiba : As autoras, 1999.

TORRAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis : Vozes, 1994.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação superior; Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação; Marco referencial ação prioritária para mudança e o desenvolvimento da educação superior**. Tradução: Amós Nascimento. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998.

VASQUEZ Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. 4. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.

VIEIRA, Sebastião Ivone. **Medicina do trabalho**. Curitiba: Genesis, 1994. v.1-5

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneiras, 1967..

_____. **Sobre a lógica das ciências sociais**. In: COHN, Gr, ADORNO, Theodor. São Paulo: 1986.

_____. **Economia y sociedad**. Bogotá : Jonda de Cultura Economica, 1977.